

O CANDIDATO E A IMPRENSA

JOÃO FIGUEIREDO



BRASÍLIA 1980

O CANDIDATO E A IMPRENSA

JOÃO FIGUEIREDO



ABRIL/DEZEMBRO DE 1978

APRESENTAÇÃO

Este volume contém, em ordem cronológica, as entrevistas concedidas à imprensa nacional e estrangeira pelo então candidato à Presidência da República João Figueiredo no período compreendido entre a indicação de seu nome pelo Diretório Nacional da ARENA e o recebimento da faixa presidencial no Palácio do Planalto.

As entrevistas aqui reproduzidas complementam os pronunciamentos que integram o livro «Do Aracoara ao Planalto».

Concedida no gabinete do Ministro-Chefe do SNI, Palácio do Planalto, a Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira Lima. Publicada, em duas partes, no jornal FOLHA DE S. PAULO, de 5 e 6 de abril de 1978, sob a manchete "Exclusivo: fala Figueiredo" e com destaques para "Revolução não vai acabar", "Privatizar é tarefa difícil" e "Abertura é uma aspiração".

P — General, temos lido os pronunciamentos do Sr. e sua concepção de democracia não está muito clara.

R — Ora, mas se eu não defini minha concepção de democracia, como é que ela pode estar clara?

P — Bem, general, mas o Sr. se manifestou contra o liberalismo e o conceito disseminado de democracia é o da democracia liberal.

R — Não, senhor. Vejam, nós temos a laranja-lima, a laranja-pera, a laranja-baía, que têm sabores diferentes, mas nem por isso deixam de ser laranjas. As próprias raças humanas são diferentes, existem cinco raças humanas. Assim também há democracias diferenciadas. Agora, o liberalismo morreu mesmo.

P — Mas que liberalismo é esse que morreu?

R — É o da Constituição de 1946, uma Constituição feita para responder ao nazi-fascismo, e que por seu excesso de liberalismo deu no que deu.

P — Então, Constituição de 1946, não?

R — Não mesmo. O Estado tem que dispor de instrumentos para garantir a segurança da sociedade. No mundo moderno, com suas complexidades, o Estado precisa defender a sociedade. Veja o caso de Israel, cercado de árabes por todos os lados. Talvez a Suíça, um país deste tamanho, não precise tanto, mas o Brasil é um continente, também precisa.

P — Bem, mas o Sr. não considera que o máximo de segurança para o Estado corresponde ao mínimo de segurança para o cidadão?

R — Mas às vezes precisa ser assim. Veja, se não fosse, nunca haveria guerra, porque qual é o povo que deseja a guerra? O povo nunca quer a guerra. No entanto, ela pode ser eventualmente necessária para assegurar a própria defesa de uma sociedade.

P — Mas, general, o que é o Estado? O Estado foi criado pela sociedade para atender a seus interesses, e se o Estado passa a se sobrepor à sociedade, não se trata de uma deturpação?

R — Não, vejam, no início o homem se reuniu em grupos, em tribos, para se organizar e se proteger, e o Estado foi o instrumento criado para assegurar e aperfeiçoar essa defesa, quando os povos proliferaram. Porque havia problemas entre os povos, discordâncias, provocadas pelas diferenças de língua, de costumes, etc. Então, é absolutamente necessário que o Estado moderno disponha de instrumentos de defesa da sociedade.

P — Está certo, o Estado precisa defender a sociedade, o que ele não precisa é defender a si mesmo...

R — Não, senhores, o Estado precisa defender-se, sim, contra os extremistas que desejam destruí-lo, para implantar idéias que o totalitarismo consagra. Afinal, se o Estado não for efetivamente forte, o que é que vocês querem? Acabar com o Estado? Mas aí vem a anarquia.

P — Bem, então qual é a democracia do Sr.?

R — O princípio básico é que todo poder emana do povo. Eu não gostaria de dizer democracia relativa, mas o fato é que democracia plena não existe.

P — O Sr. tem afirmado que pretende aumentar a taxa de democracia do regime, digamos assim. Esse aperfeiçoamento que o Sr. vislumbra inclui a independência entre os Poderes?

R — Mas é claro que sim. Aliás, sempre tem sido assim no Brasil.

P — Não, general, atualmente é o Executivo que decide tudo.

R — É claro, mas nós estamos dentro de uma Revolução. O que vocês querem é apagar tudo e dizer: daqui para a frente vamos brincar de democracia. Bem, isso não é possível.

P — Contudo, se o Sr. vai ampliar a taxa de democracia, e restaura a independência entre os Poderes, a situação se modifica.

R — Vejam, a Revolução não vai acabar. Toda revolução tem uma fase de legalidade revolucionária. O fato é que fizemos uma revolução em 1964 e ganhamos.

P — Certo, mas o que se tem entendido é que o Sr. vai fazer um governo de transição para ampliar a faixa de democracia.

R — Olhem, vocês vivem dizendo que este é um regime de exceção...

P — Mas este é um regime de exceção...

R — Não, nós temos leis de exceção. Em 1964, nós poderíamos ter fechado o Congresso, não poderíamos? Pois bem, muitos que vivem hoje posando de democratas, sob os aplausos de vocês, queriam fazer coisas piores. Eu não quero citar nomes, mas há muitos fantasiados de democratas aí que participaram do regime mais ignominioso que eu vi, o Estado Novo de Vargas, e que hoje posam de democratas, pedem democracia plena. No Estado Novo, sim, eu era cadete do Exército e tive conhecimento de torturas bárbaras, muito piores que estas que denunciam hoje, se é que estas existem mesmo. Meu pai estava na prisão, e eu vi de perto o que era tortura.

P — O Sr. tem razão nesse ponto, há muitos democratas fantasiados...

R — Olhem, o Brossard, quando estava do nosso lado, em 1964, era secretário de Justiça do Rio Grande do Sul, ele queria invadir a Rádio Guaíba. Houve uma pendência lá, a Justiça deu ganho de causa à emissora e o Brossard desconheceu a decisão da Justiça e mandou a Polícia invadir a Rádio Guaíba. Hoje, pede democracia plena.

P — Muito bem, general. Então, a democracia para o Sr. compreende a independência entre os Poderes.

R — Sim.

P — Então, quando houver uma pendência entre dois Poderes, o terceiro poder é que resolve, certo?

R — Ah, não, porque cada poder tem independência na sua seara. Quando um se intromete na seara do outro está errado.

P — Mas é que há áreas matizadas, general; há assuntos que são da competência do Executivo e do Legislativo, por exemplo.

R — Há, sim. Por exemplo, o orçamento. Quando o Legislativo dispunha de plena liberdade para mexer no orçamento, nós fizemos o levantamento de um número enorme de instituições fantasmas sustentadas pelo Legislativo, tá? E olhem, ainda hoje existem algumas.

P — No entanto, se o Executivo for julgar as pendências com os outros poderes, não haverá independência, nem democracia. Então, o Sr. é favorável a que o Judiciário seja o poder moderador nas pendências entre o Executivo e o Legislativo nos casos de pendências, de conflitos?

R — Sou. Aliás, o presidente Geisel fez isso. Vocês se lembram que ele não cassou aquele deputado, o Francisco Pinto. Ele encaminhou o caso ao Poder Judiciário, que tomou as medidas que achou que deveria tomar.

P — É verdade. Mas depois o presidente Geisel mudou de posição e passou a cassar mandatos.

R — Meu Deus, mas será que vocês não se lembram que nós estamos numa revolução?

P — Mas, general, o Poder Judiciário agiu muito bem no caso do deputado Francisco Pinto, reconheceu que os limites razoáveis haviam sido ultrapassados. Por que não se continuou por esse caminho?

R — Porque estamos numa revolução.

P — O Sr. tem a intenção de modificar o processo em sua sucessão, ou seja, que a nação possa participar, elegendo diretamente o presidente da República?

R — Sou favorável a uma modificação, sim, esse é o meu desejo.

P — Então o senhor é favorável à eleição direta para presidente da República?

R — Não, isso não. A eleição para presidente eu acho que deve ser indireta.

P — Mas então não é preferível o sistema parlamentarista, eleição direta do chefe de Estado e eleição indireta do chefe de Governo?

R — Há quem prefira isso. É o método francês, por exemplo.

P — E é democrático.

R — Olhem aqui, eu estudei profundamente o que vocês chamam de democracia francesa. Quando eles estão ameaçados de perder num distrito, o presidente da República muda o distrito, eles tiram uma cidade daqui, somam a outro distrito, subtraem em outro e tal.

P — Mas, general, os franceses votaram uma Constituição que permite isso. É legítimo, é legal, portanto é democrático.

R — Pois há muita gente que não acha que isso é democracia.

P — O resto da humanidade, ou sua maior parte, reconhece que o sistema francês é democrático.

R — Pois eu não acho. O general De Gaulle criou uma coisa chamada artigo 16, que cria um estado de sítio muito pior, muito mais discricionário que o nosso AI-5.

P — É diferente, general. Na França, eles organizaram um sistema de voto distrital que, adaptado aqui e ali, permite que os conser-

vadores sempre estejam em maioria. O povo aprovou a Constituição. A maioria aprovou. Agora, se o presidente da República decide que um terço do Senado deve ser conservador, e então nomeia um terço do Senado, isso não é legítimo, nem democrático, ainda que seja legal..

R — Vocês estão torcendo os fatos, não venha me dizer que o sistema francês não é uma manipulação, porque eu estudei aquilo a fundo.

P — Não, general, é diferente...

R — Olhem aqui, se vocês vieram aqui para me convencer a derrubar o regime brasileiro, vocês podem desistir, porque eu não vou mesmo.

P — Não queremos convencê-lo, general. Nós estamos argumentando. Aliás, vocês militares fazem muito isso, usam um advogado do diabo na Escola Superior de Guerra, por exemplo, que vive contestando os argumentos do opositor, para ver se a tese dele se sustenta mesmo. E a nomeação dos senadores...

R — E o que é que tem nomear um terço do Senado? A rainha da Inglaterra não nomeia toda a Câmara dos Lordes, que equivale ao nosso Senado, e vocês não vivem dizendo que a Inglaterra é uma democracia?

P — A Câmara dos Lordes é outra coisa, não tem poder revisor como o nosso Senado.

R — Tem, sim. E olhem, em 1930 se fez uma revolução no Brasil para acabar com as eleições a bico de pena, mas vejam as figuras de homens públicos da República Velha. Vejam o Rui Barbosa, o povo não o elegeu presidente da República.

P — Perdeu para o marechal Hermes da Fonseca.

R — Pois é, e que, apesar de ser um militar, não pode ser comparado ao Rui Barbosa, que fez uma campanha belíssima e não foi eleito. Então é preciso ter muito cuidado com essas objeções à eleição indireta.

P — O pai do Sr. foi contra a revolução de 30...

R — Foi sim. E no império, o imperador não nomeava todo mundo, e tudo não funcionava bem por tanto tempo?

P — A impressão que fica, general, é que para o Sr. o povo não está preparado para votar.

R — E vocês me respondam, o povo está preparado para votar?

P — Bem, o povo reage diante de situações concretas. Às vezes há problemas que fogem ao controle do Governo e o povo não reconhece,

mas isso não é típico do Brasil. Acontece nos países mais adiantados também.

R — Não, o eleitor brasileiro ainda não tem o nível do eleitor americano, do eleitor francês. O Getúlio não fez uma ditadura sangüinária e acabou sendo eleito? Vocês sabem que no Rio Grande do Sul houve uma seca, e os eleitores decidiram votar contra o governo, porque não choveu? Um eleitorado não elegeu o «Cacareco»? Então uma coisa dessas tem cabimento?

P — Mas o Sr. não acha que eles tinham motivos para protestar?

R — Então, que votassem em branco, mas não no «Cacareco».

P — Mas o Sr. reconhece que o povo só pode aprender a votar votando?

R — É verdade, mas tudo isso tem que ser aos poucos. Vejam se em muitos lugares do Nordeste o brasileiro pode votar bem, se ele não conhece noções de higiene? Aqui mesmo em Brasília, eu encontrei outro dia, num quartel, um soldado de Goiás que nunca escovara os dentes e outro que nunca usara um banheiro. E por aí vocês me digam se o povo já está preparado para eleger o presidente da República.

P — Como é que o Sr. deseja encaminhar então a sua própria sucessão? Eleição indireta, mas com os delegados escolhendo livremente?

R — Escolhendo livremente. Vocês vejam a eleição do presidente dos Estados Unidos, que todo mundo pensa que é direta.

P — É indireta, mas o povo todo participa, escolhe delegados com o mandato específico de elegerem o presidente.

R — Então, que seja assim.

P — O Sr. é favorável à implantação desse sistema no Brasil?

R — Sim, eu sou.

P — O Sr. vê algum defeito no sistema eleitoral norte-americano?

R — Para começar, eu sou contra o «lobby». Quando a General Motors começa a financiar a campanha de um senador, ah, então ele já não vai ser representante de um Estado, vai ser representante da General Motors. Isso eu não posso conceber.

P — O Sr. tem dito que se a Arena perder em novembro...

R — O que eu tenho dito é que a coisa ficará mais difícil se o MDB vencer, porque, vencendo, o MDB não vai querer ceder nada, e o que eu digo é que todos precisam ceder um pouco.

P — No que o Sr. está disposto a ceder?

R — Isso dependerá das circunstâncias. Eu tenho recebido vários emedebistas aqui e eles aceitam dialogar, desde que se comece pelo fim do AI-5, do 477, das leis de exceção. Bom, assim não dá.

P — Bem, e no que o MDB deve ceder? No que o MDB está atrapalhando?

R — O MDB até hoje não se conscientizou de que ele também é um partido da Revolução, criado pela Revolução; uma minoria dentro do MDB não aceitou a Revolução e a contesta sistematicamente. Vejam, por exemplo, eles pedirem anistia ampla, geral e irrestrita. Então nós vamos anistiar assassinos, assaltantes de bancos? Outro dia pegaram um rapaz aqui em Brasília roubando um carro e ele respondeu: «Eu não estava roubando, estava expropriando». Se formos por aí, não teremos mais a figura do crime comum no Brasil.

P — O Sr. tem dito que a anistia pode até encerrar um processo de abertura, mas não pode iniciá-lo. Isso quer dizer que o Sr. admite a anistia, digamos, no final do seu mandato?

R — Eu não disse isso.

P — Mas o Sr. admite essa possibilidade pelo menos como uma hipótese?

R — Eu não excluo nenhuma hipótese.

P — Considerando que só caminharemos para a abertura com a vitória da Arena, então se pode considerar que o povo pode votar em quem quiser, desde que seja com a Maria?

R — Não, o MDB é que está radicalizando, e aceita o diálogo desde que ele comece com o casamento da Maria. Vejam bem, se o MDB vencer, e somar a isso essa questão de Constituinte, bem, os militares não estão preparados para isso. E aí a coisa explode; ou eu expludo junto ou me componho com eles e vamos para um regime muito pior que este.

P — Alguns analistas afirmaram, quando o Sr. ainda não era candidato oficialmente, que o governo Figueiredo será militarmente fraco e politicamente fraco. Essa previsão é correta?

R — O que é que vocês acham hoje?

P — Bem, considerando que o Sr. ainda não caiu, a análise não é correta.

R — Olhem, talvez essas análises estejam até corretas e meu governo venha a ser politicamente fraco e militarmente fraco. Mas eu quero pagar para ver.

P — General, o Sr. acredita que as manifestações do tenente-coronel de Ponta Grossa refletem a posição de uma parcela expressiva do Exército?

R — Não. Ele feriu uma coisa que nós militares não aceitamos em hipótese alguma: a disciplina. E nem os amigos dele aprovaram, só uns dois ou três é que aprovaram. Mas o grande amigo dele, o general Aragão, não concordou com ele. Para vocês perceberem como isso é importante para nós, em 1954, eu era tenente-coronel durante a crise política, e fui procurar meu comandante, o general Cruz, que era amigo do Getúlio Vargas, e perguntei-lhe como ele estava vendo os acontecimentos. Ele quis saber porque eu queria saber, e respondi que era porque não gostaria de desobedecer a uma ordem dele. Depois ele se encontrou comigo e fez um sinal com o polegar para cima, quer dizer, não haveria razão alguma para que eu lhe desobedecesse porque ele também estava contra o Getúlio. Esse respeito à hierarquia eu aprendi com o meu pai. Em 1932, meu pai comunicou ao ministro da Guerra que, se ninguém o prendesse, ele iria sublevar São Paulo contra o Getúlio. Como ninguém o prendeu, ele foi sublevar São Paulo.

P — General, o Sr. já sabe quem vai ser governador de São Paulo?

R — Não.

P — O Sr. ainda não examinou o assunto?

R — Bem, examinar eu já examinei, mas a decisão ainda não foi tomada.

P — Mas o Sr. pode nos dar um perfil do futuro governador paulista?

R — Não estou preocupado em montar perfil nenhum. Estou preocupado em selecionar alguém capaz de ajudar a Arena a vencer a eleição, ou de ajudar a Arena onde for possível.

P — Mas não é o Sr. que tem de selecionar alguém competente para administrar bem o Estado?

R — E de que adianta um nome competente e perder a eleição?

P — Então o Sr. vai selecionar administradores incompetentes só para ganhar a eleição?

R — Vejam bem, eu disse que vou selecionar, entre os mais capazes, gente capaz de ajudar a Arena a vencer. Eu não disse que vou selecionar administradores incompetentes.

P — O Sr. não acha que o atual sistema de escolha de governadores é pior que o antigo, de eleição direta?

R — Eu acho que nos dois casos houve escolhas erradas. Mas sou favorável à eleição direta dos governadores.

P — Inclusive nesta safra de agora?

R — Nesta não, porque já não dá mais tempo.

P — Então a intenção do Sr. é fazer as próximas eleições de governadores diretas?

R — Sim, eu tenho essa intenção.

P — O general argentino Alejandro Lanusse publicou um livro, «Mi Testimonio», em que ele diz que o general Juan Carlos Onganía foi afastado da presidência da Argentina porque tratava os civis como chefe de um governo militar, e os militares como se fosse chefe de Estado da Suíça. O Sr. cometerá esse tipo de erro em seu governo?

R — Não. Eu não faço distinção entre os civis e os militares. Acho que os dois devem ser tratados igualmente. Os militares, por exemplo, devem se comportar de acordo com os regulamentos militares.

P — Mas o Sr. não acha que as promoções no Exército estão sendo politizadas?

R — Não. A lei é muito clara: o presidente da República escolhe livremente o general-de-exército entre os nomes que lhe são apresentados. O próprio presidente Geisel chegou a general-de-exército nomeando dois candidatos, no governo Castelo Branco, e ninguém falou nada. Agora, não está havendo politização das promoções. No tempo do Jango, o Alto Comando considerava 100 coronéis para promoção ao generalato, e o Jango cansou de escolher o 98º da lista. Isto depois foi modificado, agora o Alto Comando só considera um terço dos efetivos de coronéis para promoção ao generalato, e deste terço só uma parte é enviada para que o presidente escolha os novos generais.

P — Mas, general, o Sr. não considera que o recente caso da carona no general Hugo Abreu foi uma decisão política?

R — Isso vocês devem perguntar ao presidente, porque eu não falo com o presidente sobre esse assunto, que é da exclusiva competência dele.

P — No entanto, quando o general Cesar Montagna foi preterido, o Sr. deu uma declaração no Rio defendendo a promoção dele, e dizendo inclusive que é amigo dele.

R — É verdade, o Montagna é como um irmão para mim.

P — General, e a liberdade de imprensa?

R — Vocês falam muito em censura, mas se esquecem que a censura começa na casa de vocês.

P — Na nossa casa?

R — É, vocês já viram algum jornal publicar alguma coisa que seja contra o interesse dos donos? Talvez um ou outro jornalista mais conhecido, como o Castelinho, possa publicar, mas a maioria, não acredito. Aliás a imprensa brasileira, como precisa publicar notícias todos os dias, quando não há notícias, tem uma tendência para interpretar as coisas com base em evidências que nem sempre correspondem à realidade. Por exemplo, aquela bandeirinha do Flamengo ali. O repórter a vê e imagina que eu sou Flamengo, quando torço para o Fluminense. O Ibrahim Sued publicou uma nota assegurando que eu estava no campo torcendo e que saí indignado antes do jogo terminar porque o Flamengo estava perdendo. Eu sequer fui ao campo.

P — Algum tipo de controle interno da informação, no jornal, tem que haver, inclusive para evitar erros e abusos...

R — Ah, então vocês concordam que é preciso ter uma liberdade responsável.

P — Não, porque não existe liberdade irresponsável. Existe abuso, o que é outra coisa.

R — Não, existe liberdade irresponsável sim. Vocês da imprensa querem publicar coisas sobre o acordo atômico com a Alemanha, ou sobre a Binacional Itaipu, que naquele momento não devem ser publicadas. Mais tarde, sim.

P — O nosso critério não é esse, general. Algumas pessoas controlam o Estado e decidem que isso deve ser publicado e aquilo não. Ora, mas o que essas pessoas pensam pode não ser o que a Nação pensa. Então, porque temos que aceitar o desejo dos que controlam o Estado?

R — Vocês pensam assim porque estão do lado de lá e só pensam na liberdade individual. Agora, passem para o lado de cá que vocês passarão a ver o conjunto que só daqui pode ser visto. Aí a situação muda.

P — Mas a opinião pública...

R — A opinião pública não existe, vocês é que a formam. Se vocês quiserem, vocês mudam a opinião pública.

P — General, a imagem do Brasil, no Exterior, está muito desgastada pela existência do Esquadrão da Morte.

R — Esse é um problema grave e complexo que tem origens na guerra dos tóxicos, na disputa de quadrilhas, na prostituição; é também um problema policial, mas de difícil solução.

P — No entanto, o governo, que se mostrou tão competente para prender os comunistas, por que não acaba com o Esquadrão da Morte?

R — É a polícia italiana, por que não descobre os seqüestradores do Aldo Moro? E o FBI, por que não impediu a morte de tantos presidentes norte-americanos? Vocês pensam que isso é fácil? Contudo, dizer que o governo é responsável por essa situação é tão mentiroso como me atribuir a condição de torturador. Como fizeram certas publicações estrangeiras, e como andam espalhando aqui dentro alguns indivíduos.

P — A violência policial é freqüentemente constatada, não?

R — Observem o exemplo dos Estados Unidos. Lá, a polícia, de um modo geral, é até mais violenta que a nossa. Em qualquer batida, ela obriga o cidadão a espalmar as mãos contra a parede e coloca o revólver em suas costelas.

P — Mas lá, os crimes atribuídos à polícia não são tantos.

R — É porque os jornais de lá não fazem o mesmo escândalo que os daqui, nem imputam todo assassinato ao aparelho policial. De qualquer forma, esse é um problema que preocupa, e se não acabamos com ele, não é porque não queremos, mas porque ainda não pudemos.

P — Em seu governo, provavelmente, vai recair o peso da lista de 23 desaparecidos que o cardeal Arns encaminhou ao presidente dos Estados Unidos. O que o sr. pensa fazer?

R — Isso não é comigo. Eu, aliás, sou chefe do SNI, um serviço de informações. O SNI é confundido com um órgão policial quando não é nada disso.

P — É que a imagem do SNI é antipática.

R — É porque vocês criam essa imagem.

P — Quando o Sr. vai sair do SNI?

R — Não sei. Estou num cargo de confiança, e, portanto, a decisão cabe ao presidente Geisel. Não pretendo, entretanto, ficar até o último dia do prazo de desincompatibilização. Aliás, se dependesse de mim, eu já teria saído há dois anos, porque só pretendia ficar dois anos aqui.

P — O Sr. reconhece que há uma aspiração nacional pela abertura?

R — Sim, é verdade, essa aspiração existe.

P — Agora, general, o Sr. dá a impressão de ter uma visão muito elitista do povo — aquela postura do homem que fica no gabinete e sentença que o povo não sabe votar.

R — Eu não acho que sou elitista. Eu sou é realista.

P — Mas o Sr. pensa que o camponês da França vota conscientemente?

R — Claro que vota. Ele tem outro nível.

P — O Sr. parece muito pouco encantado pelos aspectos, digamos, rituais da democracia...

R — Eu vou contar um episódio a vocês. Um grupo de oficiais brasileiros estava em Israel, uns dias antes da Guerra dos Seis Dias, e me contaram algo que os fará duvidar de coisas que vocês chamam de democráticas.

P — Mas Israel é uma democracia, até uma social democracia...

R — Pois é. Um oficial nosso se vestiu como árabe e o grupo brasileiro foi assistir a uma manifestação em Nazaré. Passou por eles um grupo de manifestantes do Partido Comunista contra o governo, depois os manifestantes do Partido Comunista a favor do governo, depois o partido contra a Golda Meyr, o partido a favor do Moshe Dayan, e por último um árabe carregando um cartaz pedindo a devolução dos territórios aos árabes: «Vamos entregar tudo para os palestinos». Um oficial nosso perguntou ao oficial israelense se eles não temiam que um cartaz assim insuflasse os árabes, e ouviu como resposta que não havia problema, «aquele é um agente nosso...» Como vocês vêem, há muita manipulação. As democracias têm muitas facetas...

P — O Sr. nos diz que o povo ainda não está preparado para votar, mas o povo não tem culpa...

R — Olhem aqui, nunca se fez uma pesquisa de mercado neste País, para se saber quais as necessidades de pessoal qualificado. Alguém sabe quantos engenheiros nucleares o Brasil precisará ter nos próximos anos? Ninguém sabe. Então, o que acontece é que começa uma onda de engenharia civil e todo mundo quer ser engenheiro civil; começa outra de administrador de empresas, e os primeiros são contratados a peso de ouro, mas depois o mercado fica saturado de administrador de empresa; começa uma febre de comunicação e a coisa se repete. Daqui a pouco, vamos ficar como a União Soviética, onde todo mundo é formado, mas o economista sai de manhã, põe o diploma debaixo do braço e vai trabalhar com uma enxada...

P — Com isso o Sr. quer dizer...

R — ... Enquanto isso faltam os técnicos médios. O meu filho, por exemplo, e eu tenho dois filhos engenheiros...

P — Algum deles também é primeiro de turma?

R — Um é primeiro, outro é segundo. Eles se formaram numa época de pico, quando as empresas iam nas escolas para contratar os primeiros de turma antes de formados. Pois bem, um dos meus filhos tem uma empresa no Rio. Ele tira 12 mil cruzeiros por mês, para

sobreviver, e paga 18 mil cruzeiros a um técnico da sua equipe. O técnico ganha mais do que ele.

P — E o nível do ensino, general?

R — Olhe, quando começaram aquelas passeatas dos excedentes, pedindo para aumentar o número de vagas, por volta de 1963, eu fui ao meu comandante na Eceme, general Bizarria Mamede, e disse: «A primeira consequência disso vai ser a queda na qualidade do ensino.»

P — E dito e feito.

R — Claro. A qualidade do ensino no Brasil caiu. E não é só pelo aumento dos alunos, não, porque alunos não faltavam, mas, e os professores? Nós chegamos a ter um bom nível de ensino superior, professores importados inclusive, mas com um súbito aumento de vagas não dava para manter o nível.

P — E os estudantes, general? O sr. acha razoável que a polícia fique reprimindo manifestações de estudantes nas ruas?

R — Não, porque não é função dela. Eu sou a favor de qualquer manifestação estudantil, desde que seja dentro do campus.

P — Mas aqui em Brasília a polícia reprimiu até dentro do campus.

R — Não, senhores, a polícia, não.

P — Entrou, sim.

R — Quem entrou foi a Polícia Federal, mas para prender alguns agitadores que estavam se aproveitando das manifestações dos estudantes de Brasília, e eram agitadores mesmo, eu tenho provas aqui de que estavam vinculados a movimentos subversivos, tá?

P — Mas mesmo que seja nas ruas, general. O Sr. não acha que a polícia deve é acompanhar os manifestantes estudantis para protegê-los, como acontece em qualquer lugar civilizado?

R — Eu sou a favor das manifestações estudantis, desde que eles não interfiram com a vida da comunidade, como em 1968, quando eles viraram um ônibus, botaram fogo num carro, atentaram contra a propriedade; isto eu não permito, não tem cabimento.

P — General, a polícia...

R — Olhem aqui, sempre que um estudante é preso, vocês fazem um escândalo, e quando um jornalista é preso vocês fazem um escândalo ainda maior...

P — Essa é uma reação natural, típica do «esprit de corps» que existe entre estudantes, jornalistas ou militares enquanto grupo...

R — Militares, não. Eu vi amigos meus há 30 anos sendo casados, de alguns eu conhecia os pecados e achei que mereciam ser

cassados. Nós militares não reagimos com «esprit de corps» quando sabemos que algum de nós transgrediu a lei. Agora, outros militares amigos meus foram cassados e eu achei que foi injustiça, outros também foram e eu fiquei em dúvida. Eu fiquei em dúvida.

P — Mas, general, nós nos referimos a uma reação típica, que existe em toda organização semelhante à dos jornalistas, de autodefesa, e da qual a organização militar não escapa.

R — É, talvez essa reação seja comum às organizações.

P — Temos curiosidade em saber se o Sr. conversou alguma vez com o presidente Geisel sobre sucessão antes da sua escolha.

R — Nunca. Eu nunca falei com ele sobre isso, exceto no dia 29 de dezembro. É claro que eu não ignorava o que estava se passando. Eu fui ao presidente e disse: «Eu não sou imbecil a ponto de dizer ao senhor que não notei toda a movimentação em torno do meu nome.» Foi quando eu pedi a ele que pensasse bem.

P — E com o Humberto Barreto, o Sr. conversou?

R — Não. O Humberto resolveu lançar o meu nome sem falar comigo nem com o presidente. Ele estava dizendo algumas coisas para o presidente há algum tempo, mas o presidente não o estava ouvindo, então ele decidiu por conta própria fazer aquilo para ver no que dava. Mas eu não sabia.

P — Pois, general, no dia da posse do presidente Geisel, um oficial do Exército apontou para o Sr. e disse a um grupo de jornalistas: «Aquele ali vai ser o próximo...». Esse projeto que o Sr. tem exposto, de levar o capitalismo ao campo, inclui uma reforma agrária decente?

R — Reforma agrária não se faz por um apertar de botão. Antes de mais nada é preciso conscientizar o homem do campo sobre uma série de coisas, inclusive os progressos tecnológicos do setor.

P — Mas todo país razoavelmente civilizado já fez reforma agrária...

R — Por exemplo?

P — Estados Unidos.

R — Bem, mas vocês pensam que isso é simples? O problema agrário nos Estados Unidos levou à guerra com o México, a milhares de mortos, e à anexação de territórios mexicanos. A Califórnia, o Texas, o Novo México, custaram muito sangue aos Estados Unidos. Por sinal, nenhuma economia agrícola é mais dirigida pelo Estado que a norte-americana, nem mesmo a soviética.

P — E o Sr. é contra isso ?

R — Não. Mas vejamos que lá nos Estados Unidos o governo chega para o produtor de soja e manda ele não plantar este ano porque a economia do país necessita que os preços sejam mantidos no mercado internacional. Juntos, fazem as contas na ponta do lápis, e o governo indeniza o produtor. No ano seguinte, entretanto, o plantio passa a ser conveniente, o governo fornece ao produtor sementes, instrumentos, estímulos, créditos, enfim, tudo que é necessário. Já no Brasil, há uma reação natural contra a interferência do governo no setor, e uma tendência a não acreditar nas previsões oficiais. Eu já recebi aqui vários produtores, eles não aceitam as sugestões do governo — como ocorreu recentemente, quando fazendeiros de Goiás insistiram em plantar milho, apesar da advertência de que teríamos uma seca anormal. Foi um desastre. Mas aqui há também os que se queixam de barriga cheia, como os pecuaristas, que vivem dizendo que, com os preços atuais da carne, vão desistir do setor para não morrerem de fome. Um deles, gaúcho, esteve comigo, e perguntei-lhe há quanto tempo sua família se dedica à pecuária. Ele respondeu que já faz 60 anos. Aí eu fui obrigado a perguntar porque eles não saíram do ramo até hoje. É claro que eles não saíram porque estão fazendo fortuna...

P — O problema é então de mentalidade?

R — Sim, porque há também aquele outro tipo de produtor, que ao ser informado de que, com um novo método de plantio, poderá ter mais 40 por cento de produção de soja por hectare, ainda assim prefere ficar com o método tradicional, porque com ele o investimento é menor e o lucro é bom. O raciocínio deles é simplista: se estou ganhando dinheiro assim, por que vou mudar? Assim não dá. Portanto, reforma agrária não é só dividir terra, mas também uma mudança de mentalidade, e mudar mentalidades é tarefa difícil. É bem verdade que no sul do país nosso produtor rural já está mais sensível às orientações técnicas, principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, e no sul de Minas e de Mato Grosso. Mas, do centro para cima, as resistências ainda são muito grandes.

P — Mas, general, até a Argentina já fez reforma agrária.

R — Está certo, mas o latifúndio continua vivo lá até hoje. E vejamos a extensão da Argentina em comparação com a extensão do Brasil. Insisto em que precisamos é de uma mudança de mentalidade. Até pouco tempo, por exemplo, o Rio Grande do Sul só usava os pampas para criar boi. O pecuarista ficava sentado na cidade e soltava as vacas no campo. Elas pariam e ele ganhava dinheiro. Durante muito tempo o gaúcho foi gigolô de vaca. Agora eles passaram a dar razão aos paulistas, e a perceber que a técnica precisa entrar na agricultura.

P — General, um grupo de «brazilianists»...

R — Em primeiro lugar, eu acho que estes «brazilianists» deveriam se preocupar é com os índios dos Estados Unidos da América do Norte, que eles não explicaram até hoje, em vez de vir aqui resolver os nossos problemas quando ainda não resolveram os deles.

P — Porém, neste caso, eles chegaram a exemplo interessante: analisando o que chamam de neo-fascismo latino-americano, constataram que a raiz do autoritarismo brasileiro está no poder dos conselhos atrelados ao Executivo. Um ano de legislatura do Congresso Nacional, por exemplo, tem menos influência sobre a economia brasileira que uma portaria de qualquer desses conselhos, ou da Petrobrás...

R — E o que vocês querem fazer? Privatizar a Petrobrás?

P — O Sr. topa?

R — Eu topo. Mas relacionem aí quatro ou cinco grupos privados brasileiros que tenham dinheiro para comprar a Petrobrás. E não é só a Petrobrás, não. Quem é que tem dinheiro neste país para comprar a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional? Quem tiver que se apresente. Que eu saiba, não há ninguém. Mas o empresário brasileiro é engraçado: a privatização de que ele tanto fala é na verdade doação. Bom, assim, eu já disse para o presidente Geisel, até eu quero. Vejam o caso da Borregard. Quando os noruegueses desistiram do negócio, apareceu um grupo paulista interessado em assumi-lo e que realmente tinha condições de tocá-lo. Mais aí entrou a política, os gaúchos reclamaram que isso era imperialismo paulista, que eles poderiam perfeitamente assumi-lo. Isso acabou sensibilizando o governo. Porém, o grupo não tinha recursos para comprar a parte dos noruegueses. O governo deu 200 milhões para isso. E agora o que aconteceu? Eles estão querendo mais 700 milhões para não falir. Então como é que vamos privatizar a Petrobrás ou a Vale do Rio Doce?

P — Quer dizer que aquela sua idéia de privatização acabou?

R — Não, continua. Mas entregar para o empresário que é eficiente às custas do dinheiro do governo, ou para os que são eficientes por serem testas-de-ferro das multinacionais, não podemos.

P — E a estatização?

R — Pois é. Como é que evoluiu a estatização? No governo Médici, eu me lembro, um empresário chegava aqui e conseguia financiamento para uma expansão. Daí a pouco ele vinha pedir mais, a situação está difícil, aquela coisa, e o Delfim intervinha, colocava gente dele para salvar a empresa, mas o governo já colocara lá 200 milhões de cruzeiros e colocava mais 500 para salvar os 200... Uma bola de

neve. Com isso, o governo foi obrigado a incorporar essas empresas. As piores empresas é que ficaram com o governo. Mas o que é que poderíamos fazer? Fechá-las, criando um problema social?

P — General, entre dois temas colocados em extremos, os empresários e os trabalhadores, os que têm mais e os que têm menos, o Sr. tem falado sobretudo dos empresários...

R — É porque só me fizeram perguntas sobre os empresários, ora.

P — E o Sr. é mesmo a favor da livre negociação de salários entre empresários e trabalhadores?

R — Sou. Agora, sempre precisa ter alguém para arbitrar isso, porque entre um grupo de operários radicais que só querem aumento, e um grupo de «tubarões» que não querem dar aumento nenhum, é necessária a mediação do Ministério do Trabalho. Gerado o impasse, as partes vão à Justiça do Trabalho.

P — E esse direito de greve do Sr., qual é?

R — Eu acho que os trabalhadores precisam ter o direito de greve, esgotados os outros recursos, as negociações. Mas não posso conceber a greve em setores vitais para a comunidade.

P — Por exemplo?

R — Distribuição de gasolina, transportes coletivos, bombeiros. Sem esses setores, o país pára. Nesses casos, o interesse de duzentas ou quinhentas pessoas não pode prevalecer sobre o interesse de milhares de usuários.

P — Mas assim não é justo. Então alguns podem fazer greve, outros não?

R — É justo. O direito de alguns cessa quando começa o direito de muitos. No exterior eles permitem isso, a Itália de vez em quando pára, mas não devemos copiar aqui os erros deles.

Concedida no gabinete do Ministro-Chefe do SNI, Palácio do Planalto, a Tião Gomes Pinto e Mino Carta, da revista ISTOÉ, que a publicou a 5 de abril de 1978, com o título "O candidato fala" e destaque para "A eleição de novembro vai abrir o horizonte"; "O MDB pode falar em custo de vida, salários, etc. Mas coloque o MDB no governo e espere..."; "Para criar novos partidos, ideal seria sentir as aspirações do povo e atendê-las"; "Eizem que sou torturador, mas nunca dei ordem para prender ou soltar alguém" e "Se os cientistas políticos são de esquerda, não importa, é preciso respeitá-los".

P — Fala-se muito, ou pelo menos tem-se falado muito ultimamente, na existência de um «governo» e um «sistema» que circunstancialmente teriam posições divergentes, ou mesmo contraditórias. Existe essa divergência? Existe realmente um «sistema»?

R — Em primeiro lugar eu gostaria de saber quem, pela primeira vez, usou a palavra «sistema» com S maiúsculo. Creio que foram vocês, foi a imprensa. Eu entendo por sistema um componente de forças com uma resultante. Então a palavra «sistema», como vem sendo usada, pressupõe um componente de forças que apóia, ou mesmo está por cima do governo. Assim, nessa acepção, não existe um «sistema». Creio que a palavra começou a ser usada porque as Forças Armadas tiveram um papel preponderante na Revolução de 64 e passaram a ter também um papel preponderante em algumas decisões políticas, fazendo com que, muitas vezes, sejam interpretadas como manifestações do «sistema» algumas sugestões de militares ou grupos de militares. Muitas vezes essas sugestões não são aceitas. Isso aconteceu não apenas neste governo, mas também no do Castello e do Costa e Silva, naqueles episódios da Vila Militar. O problema é que, não sendo aceitas essas sugestões, começa-se a fazer em torno delas um barulho muito maior. Fala-se que o «sistema» está inquieto, etc.

P — A sua escolha como candidato teve o total apoio do chamado «sistema»?

R — A minha escolha não foi diferente das outras. Dizer que o general Geisel fez o seu sucessor enquanto os presidentes anteriores não fizeram não é correto. O processo da escolha do sucessor do presidente Médici foi o mesmo de agora. Quando o presidente Médici, em janeiro de 1971, se reuniu no Riacho Fundo com o ministro Leitão de Abreu, o general Fontoura e comigo, e definiu a escolha do general Geisel, nada foi divulgado porque não foi considerado oportuno. Portanto, dizer que o presidente Médici não fez seu sucessor é um injustiça. Médici faria o sucessor que quisesse e eu falo isso de cadeira. Eu conheço a candidatura do general Geisel mais do que a minha. Quanto à minha candidatura, eu só fiquei realmente sabendo dela no dia 29 de dezembro de 1977.

P — Mas dizem que o governo Geisel, no processo sucessório, rompeu com algumas praxes...

R — Quais?

P — A de consultar o «sistema», por exemplo.

R — O presidente me disse que desde algum tempo vinha fazendo as sondagens necessárias. Evidentemente não auscultou os diferentes escalões, mas isso nunca foi uma praxe revolucionária. Só aconteceu no período da Junta Militar, porque houve pressões de grupos. Para se entender o porquê desse processo de dispensar as consultas aos escalões inferiores vocês têm que entender corretamente o princípio da hierarquia dentro das Forças Armadas. Para nós a hierarquia é sagrada. Eu mesmo, quando encontro um colega que era tenente no tempo em que eu era cadete, eu o trato de «senhor». Depois eu fico sabendo que ele se reformou como major, por exemplo, já há alguns anos. Mas, para mim, para o cadete João Baptista, ele ainda é o tenente. Deve ser tratado por «senhor». Para um civil, às vezes não é fácil entender a ação psicológica que a hierarquia exerce sobre nós, militares.

P — E como explicar a sua escolha como candidato mesmo sem ter a famosa quarta estrela?

R — Essa escolha revela que o presidente Geisel conseguiu separar a sucessão presidencial da lista de promoções do Almanaque do Exército. Se a sucessão fosse irremediavelmente depender da posição do cidadão no Almanaque, então não haveria problemas. Bastaria escolher para presidente o general de quatro estrelas mais antigo. Nunca foi assim. O general Médici, por exemplo, não era o mais antigo. Da lista dos presidencializáveis era o mais moderno.

P — No entanto, falou-se num empenho especial para que o senhor fosse promovido a general-de-exército agora em março. Fala-se, também,

que a indicação do general Calderari para a IMBEL teve como objetivo abrir mais uma vaga...

R — Em primeiro lugar, eu devo dizer que sempre desejei a quarta estrela. Todo militar a deseja. É uma aspiração tão forte a que estamos sujeitos que eu, mesmo percebendo que poderia vir a receber outras missões, várias vezes cheguei a pensar em largar o SNI, voltar para a tropa, conseguir minha quarta estrela e ir para casa. Eu tenho quarenta e tantos anos de serviço. Estava aqui para o que desse e viesse. Mas estava basicamente cansado do SNI, sentindo falta do Exército. Isso quanto a possíveis aspirações pessoais. Quanto a manobras para apressar minha promoção, vocês mesmos sabem que nunca houve uma medida do presidente nesse sentido. O presidente, como eu disse, separou as duas coisas. De um lado, a sucessão, de outro, as promoções. Quanto à abertura de uma vaga para minha promoção agora em março, isso quem diz é porque não conhece exatamente a lei de promoções. O processo é mais ou menos o seguinte: cerca de um terço dos generais-de-divisão vão da Comissão de Promoções para o Alto Comando. Então, os nomes de cerca de dez generais são encaminhados para o Alto Comando, através da Comissão de Promoções. O Alto Comando escolhe tantos nomes quantas forem as vagas, três nomes para uma vaga, cinco nomes para duas vagas. Cabe ainda ao Alto Comando decidir se deve ou não seguir o critério de antiguidade ao encaminhar esses nomes ao presidente. Então, mesmo com duas vagas abertas, o Alto Comando poderia perfeitamente não encaminhar o meu nome. A lei diz ainda que a promoção para oficial-general é por escolha. O presidente pode escolher qualquer um dos nomes encaminhados. Mas, mesmo quando se trata de um general agregado, como é o meu caso, ele só pode ser promovido quando o Alto Comando envia seu nome ao presidente.

P — O senhor falou em processo de abertura do general Geisel. Gostariamos que o senhor definisse o que é abertura e o que é distensão.

R — Etimologicamente, distensão é diminuir a tensão. Ou se distende repentinamente, e a distensão coincidiria com abertura, ou se faz a coisa como o presidente diz, lenta e gradual. O que significa esse lenta e gradual? Eu costumo dizer que a distensão tem que ser lenta e gradual para ninguém se machucar. Acho que isso diz tudo, desde que vocês queiram entender.

P — E quais são as etapas dessa distensão, ou abertura, lenta e gradual? O que já está decidido?

R — No Exército a gente costuma fazer planejamentos, sabendo que não vão ser rigidamente cumpridos. É o primeiro passo. Você faz a coisa ideal, que só se cumprirá se o inimigo fizer exatamente aquilo que a gente pensa que ele vai fazer. Evidentemente, ele nunca faz. Então passamos à segunda fase, a que chamamos de «conduta de combate».

Nessa fase os movimentos podem parecer improvisações, mas não é bem assim. É uma caminhada por etapas que vão sendo superadas na medida em que os obstáculos vão sendo ultrapassados. É por isso que eu digo que a vitória da Arena nas eleições de novembro facilitará muito as coisas. Se o MDB consegue uma nítida vitória, o partido ficará naturalmente empolgado, ficará mais fácil para eles criticarem e reivindicarem, e ficará mais fácil para o outro lado justificar uma reação contrária às reformas.

P — O senhor teria dito que as eleições de novembro condicionarão essas reformas...

R — Não é bem isso. Uma vitória da Arena simplesmente facilitará a caminhada em direção à abertura. Ajudará a afastar um obstáculo importante. Eu sei que é arriscado fazer prognósticos sobre qualquer eleição. Eu não acho que o MDB tenha um grande eleitorado. O eleitorado do MDB é formado por aqueles que estão descontentes com a Arena. A Arena, com raras exceções, foi menos atuante que o MDB e seria mesmo difícil que fosse diferente. O MDB está com teses que, mesmo sendo erradas, têm maior apelo eleitoral. Eles podem falar em custo de vida, em salários, em distribuição de renda. Agora, coloque o MDB no governo e espere cinco anos. Ninguém faria a redistribuição de renda de que nós precisamos, em cinco anos. Ninguém resolveria, em cinco anos, os nossos problemas estruturais de produção, saúde, moradia, transporte mais fácil, educação. Ninguém faz isso simplesmente apertando um botão. Para distribuir renda no Brasil você tem que contar ainda com o salário indireto, ou seja, dando aos trabalhadores saneamento básico, alimentação mais adequada, melhores condições para trabalhar e estudar. É o que o governo tem procurado realizar. Com isso tudo, vem ainda uma consciência política maior. Essa seria a meta a ser atingida a longo prazo. Nas eleições, o MDB não vai dizer, embora saiba, que isso só pode ser alcançado a longo prazo. Esse é um dos problemas dessa eleição.

P — O senhor fala de MDB e Arena como se fossem instituições duradouras. Eles não vão acabar logo?

R — Não é fácil mexer na estrutura partidária. Eu acho que dois partidos, duas faixas de atuação, uma a favor e outra contra o governo, não são suficientes para dar autenticidade à vida partidária. Mas também diluir em uma dúzia de partidos para que cada um abrigue uma tendência pode levar a grande confusão partidária, como aconteceu na Espanha. Nós mesmos, no Brasil, tivemos exemplos de partidos muito pouco representativos. O PSP só existia em São Paulo, no Maranhão e em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em função de líderes locais. Mesmo os grandes partidos nacionais tinham muitas contradições internas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a verdadeira UDN era o Partido Libertador. Eram sonhadores, idealistas, mas sua atuação não condizia com a política de patriarcado e clientela.

P — E qual seria a solução para se criarem partidos representativos?

R — O ideal seria sentirmos as tendências da população, as reais aspirações do povo, e ir ao encontro delas. É claro que não é fácil fazer isso. Vamos imaginar uma abertura total e imediata, alguém que apertasse um botão e pronto. Como seriam os partidos que nasceriam com essa abertura? Seriam partidos conduzidos por meia dúzia de lideranças que muitas vezes não representariam exatamente as tendências populares.

P — E se essas tendências populares sugerissem soluções socialistas, ou socializantes?

R — Em primeiro lugar há socialismo e socialismo. Há o socialismo da Suécia e o da cortina de ferro. Eu li os programas partidários de todos os antigos partidos, o PTB, a UDN, o PSD, e cheguei à conclusão de que eram todos muito parecidos e tinham todos propostas socializantes. E não eram, evidentemente, partidos socialistas. Esse tipo de contradição é um complicador num momento como este, de redefinições políticas. É por isso que eu digo que as eleições de novembro talvez sejam a primeira grande etapa da reforma. Elas vão abrir um pouco o horizonte. De um lado, se a Arena ganhar, vai faltar um argumento aos que se opõem à abertura. De outro o MDB vencendo, ficaria naturalmente mais efervescente. Quanto mais efervescência, menos distensão.

P — Quer dizer então que a oposição atrapalha?

R — Não é isso. O que pode atrapalhar é a oposição contingente. Eu respeito a oposição imanente. Você pode dialogar com a oposição imanente, porque pode contrapor idéias. Já a oposição contingente não se pode combater com idéias. E é essa oposição contingente que vai se aproveitar de uma vitória emedebista. Outra dificuldade de se conviver com a oposição é provocada pela negação de tudo. Você fala em abertura, em democracia, eles simplesmente não acreditam que estamos falando sério. Eles não dão crédito nenhum à gente.

P — Mas essa negação não teria origem no próprio regime?

R — Tem sua origem mais na imagem que se faz dos homens que estiveram no governo nos últimos anos. Vejam o meu caso. O que eu tenho lido a meu respeito na imprensa estrangeira é sintomático. Dizem que eu tenho uma formação policial, que sou um torturador. Disseram até que eu sou um especialista em torturas. Ninguém se preocupa em saber se alguma vez na vida eu dei uma ordem para prender ou soltar alguém. Eu nunca dei. A função do SNI não é essa. Nunca foi. A função do SNI é informar o governo sobre tudo o que interessa ao governo no aspecto político, econômico, psico-social, etc. . . Subversão e corrupção são apenas dois itens do trabalho de um órgão de informações. O SNI não é um órgão executivo. Nunca teve poder para sequer demitir um funcionário de autarquia. Em 1964, eu era chefe da agência do antigo

Serviço Federal de Informações, no Rio. Nós recebíamos cerca de oitocentas denúncias por dia e tínhamos apenas dezoito elementos na agência.

P — Foi assim que nasceu a tão citada «comunidade de informações»?

R — Ela nasceu no Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência, um nucleozinho de informação que abastecia a secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Além disso, é meramente acidental, uma coincidência, o fato de o SNI ter nascido exatamente num momento revolucionário, e ter passado a lidar, porque isso era inevitável, com informações sobre subversão. Mas faltava pessoal especializado em informação. Tínhamos alguns oficiais competentes, mas eles eram apenas curiosos no assunto. Os nossos modelos eram os serviços similares, o norte-americano, o russo, o alemão, o inglês e o de Israel. Esse era o modelo, mas a realidade era muito diferente. Os serviços estrangeiros tinham recursos para contratar técnicos de alto nível, economistas, especialistas em sindicalismo, o que fosse, para trabalhar especificamente nesses setores dentro dos seus serviços. Nós tínhamos alguns oficiais e funcionários que, infelizmente, não tinham o que chamamos de mentalidade de informação. Depois, por falta de recursos, técnicos e humanos, tivemos que trabalhar servindo de canal de comunicação, juntamente com os órgãos de informações do Exército, Marinha e Aeronáutica e com os Departamentos de Segurança e Informações dos vários ministérios. Então vocês imaginam as falhas, os erros cometidos. Num ministério, um chefe de departamento qualquer extrapolava, denunciava um outro funcionário por subversão ou corrupção. Começava a deturpação e nós aqui, no SNI, nem ficávamos sabendo. Alguém era demitido, e a culpa era posta no SNI. Alguém era preso: culpa era do SNI. O chefe de seção do departamento de um ministério brigava com o chefe da seção que ficava no andar de baixo, denunciava o cidadão, e de quem era a culpa? Do SNI, claro, essa «gestapo brasileira», como dizem lá fora. E tem mais. Se o cidadão que tinha sido denunciado irresponsavelmente pelo colega de serviço não era punido, se não acontecia nada com ele, o denunciante passava a dizer que o governo compactuava com a corrupção, ou admitia a subversão.

P — Quer dizer que o senhor não considera o SNI um mal, na sua essência?

R — Eu me recordo de um episódio, na primeira aula que demos sobre como deveria ser o SNI, sua função, o alto nível que se exigia de seus funcionários, sobre a necessidade de um serviço de alto nível para qualquer governo de nação moderna. Pois bem, já nessa primeira aula um senhor que assistia à conferência disse que o serviço tinha inspirações fascistas e não podia concordar com a sua existência, simplesmente. O curioso é que este senhor havia sido um estreito colaborador do Estado

Novo. Eu lembrei esse detalhe a ele, e ele então me respondeu: «Ah! mas eram as contingências...» Como vocês podem ver, já no Estado Novo havia quem fosse situação ou oposição contingente.

P — General, gostaríamos de ouvir sua opinião sobre algumas instituições, como a Igreja, os sindicatos, a intelectualidade brasileira...

R — Sobre a Igreja eu acho que uma ênfase exagerada na função social acabou levando uma parte do clero a uma atuação política que acaba sendo prejudicial. A Igreja produziu recentemente um documento sobre teologia. Quanto aos sindicatos, acho que devem ser livres para negociar com os patrões, livres para reivindicar salários, melhores condições de trabalho, mas não deveriam ser palco de atividades políticas ligadas a partidos. Eu estou convencido que quanto maior for a atividade político-partidária dentro dos sindicatos, tanto mais ela acaba desviando os trabalhadores das suas próprias reivindicações.

P — Esse tipo de liberdade que o senhor acha útil implicaria o direito de greve?

R — Sim. Esgotados os caminhos legais, a greve sobre assunto de reivindicação dos operários tem que ser admitida. É justa.

P — E os intelectuais, general?

R — Antes de responder, eu gostaria de saber o que é um intelectual. Um artista de rádio é intelectual? E um artista de teatro? E um artista plástico? Então eu acabo perguntando: por que um artista de teatro, que não fez maiores estudos sobre ciência política, tem autoridade para ditar regras e conceitos sobre política? Às vezes eu acho que eles pensam que têm mais autoridade que os militares. Por que o Chico Buarque de Holanda, que é um compositor de quem eu gosto e admiro, tem mais autoridade que eu para conversar sobre política? Acho que isso é um preconceito. Eu estudei mais política que ele, seguramente. Eu estudei matemática a fundo. Eu pergunto: o fato de ter estudado matemática não me daria também a condição de intelectual? Diante disso, eu acho que para ser um ideólogo político, para tentar convencer os outros com idéias políticas, o cidadão deve ou participar de política, ser um militante, ou ser cientista social ou cientista político. Eu sei que a maioria dos cientistas políticos hoje, no Brasil, tem tendências esquerdistas. Não importa. É preciso respeitá-los.

P — Tem-se falado muito sobre a influência que as idéias do general Euclides Figueiredo exerceram sobre o senhor. O senhor seria realmente um herdeiro do pensamento democrático do general Euclides?

R — Eu acho que já se falou o que tinha que ser dito sobre isso. Eu tenho de meu pai as mais gratas lembranças de minha vida. Ele foi um homem excepcional, mas para mim foi especialmente um pai excepcional.

Eu era garoto e ele vinha me ensinar a fazer uma pipa, ou um balão. Mas não era uma pipa, ou um balão comum. Ele propunha, por exemplo, que eu fizesse um balão em forma de pirâmide invertida, ou qualquer coisa assim, com tanto por tanto na base e altura *xis*. Eu fazia o balão ou uma pipa hexagonal com tais e tais medidas, e, com isso, aprendia matemática.

P — General, voltando às reformas políticas, o que o senhor poderia adiantar? O que realmente já está decidido?

R — Eu não gostaria de adiantar nada, por enquanto, já que quase todos os tópicos das reformas estão ainda em discussão. Muito pouca coisa foi definida. Como eu disse, acho que as eleições de novembro é que poderão abrir um horizonte mais amplo...

P — Mas uma parte das reformas virá antes de novembro, não?

R — Provavelmente sim.

P — Seguramente, essa reforma não irá satisfazer a todos...

R — O presidente Geisel disse que as reformas devem ser feitas com a garantia de que não haverá retrocessos e de que poderão propiciar outra aberturas mais para a frente. Eu acredito que se formos apressados na abertura, poderemos botar tudo a perder. Há metas atingíveis, outras em que é bobagem pensar agora.

P — Será uma abertura sem muitas concessões, de início?

R — Com poucas concessões de início. Concessão gera concessão. É uma bola de neve e a nação não deve ser atropelada por uma bola de neve. Se você cede a uma reivindicação, logo surge outra. Isso acontece em todos os planos, no do indivíduo e no da sociedade, e tanto faz ser civil ou militar.

P — Como o senhor definiria o seu relacionamento com o presidente Geisel? Existe amizade, intimidade entre o senhor e o presidente? Ou é ainda um relacionamento marcado pela disciplina e pela hierarquia?

R — Existe amizade. E além disso, dedico-lhe respeito e admiração. O tom da intimidade, quando existe, é dado pelo presidente. Não houvesse nada disso, e sempre estariam presentes a hierarquia e a disciplina, fundamentos da minha formação militar.

P — O que mudará no senhor pelo fato de ser presidente? Dizem que qualquer pessoa que senta naquela cadeira é obrigado a mudar muito. Mudam os relacionamentos, muda até mesmo a ótica em relação a muitos problemas. E o governo Figueiredo talvez venha a ser aquele que exigirá do presidente da República um número nunca visto de deci-

sões fundamentais para o país. Os próximos seis anos serão fatalmente aqueles em que o país vai passar ao *status* de potência emergente. Como o senhor encara a perspectiva de chegar ao poder, e chegar ao poder exatamente neste momento?

R — Nada mudará em mim. Eu sou o que sou. Com as minhas deficiências e meu modo de ser. Se atingir a Presidência da República, sei que não vou mudar. Jamais violentarei o meu eu. Mas lá chegarei com humildade. Ciente e consciente de que a vida, o que me restaria dela em termos de liberdade para usar meu tempo como bem aprouvesse, acabou para mim. Hei de me esforçar ao máximo para acertar e chegar ao fim, bem com Deus e com minha consciência.

Concedida no gabinete do Ministro-Chefe do SNI, Palácio do Planalto, a Joaquim José Freire Lagreca, Diretor-Editor de O CRUZEIRO, que a publicou em 15 de abril de 1978, com o destaque exclusivo: "JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO — "Sou do povo, nele tenho fé e jamais perdi as esperanças".

P — «Guardemo-nos, pois, do populismo demagógico, hipócrita e irresponsável, bem assim dos utopistas da «democracia plena» e de um liberalismo já ultrapassado. Guardemo-nos também de todos os radicais, tanto da direita como da esquerda, bem como dos oportunistas de todos os matizes que ora estão à direita, ora se mostram à esquerda; extremados sempre. Guardemo-nos dos mistificadores, malabaristas das palavras, cuja semântica distorcem para seu interesse próprio, quando não mesmo apenas pelo prazer de confundir e a volúpia de intrigar (...)». Estas, General, são palavras do discurso do Presidente Ernesto Geisel, quando da comemoração da passagem de mais um aniversário da Revolução de 31 de março. Perguntamos: Como V. Exa. se situa em relação a essas denúncias? E que mais poderia acrescentar na esteira dos fatos denunciados pelo Presidente Ernesto Geisel?

R — Situo-me em perfeita concordância com as afirmações de S. Exa. e, se quisesse fazê-las, não o teria feito com tanta exatidão. E, na esteira dessas palavras, só poderia acrescentar o ruído dos meus aplausos.

P — General, nossa revista denunciou, com provas documentais, que os comunistas e outras áreas de oposição não comunistas, mas afins no interesse comum de degola sumária do movimento de 1964, prepararam uma frente ampla para, sob o amparo da distensão, deflagrar campanha contestatória de âmbito nacional contra o governo revolucionário. Entre os objetivos dessa campanha, que tem comando exterior, está a anistia ampla e irrestrita e, em suma, a supressão de todos os mecanismos que instituem a revolução dos brasileiros. Esse movi-

mento contestatório prega um liberalismo escancarado, sem dúvida capaz de tumultuar o processo político e, por conseguinte, estagnar o processo econômico, base do bem-estar social do povo brasileiro. Até que ponto o governo de V. Exa. permitirá movimentos desse tipo? A Revolução de 31 de março permanecerá irreversível?

R — Entendo que, num regime democrático, a oposição tem o direito de criticar os atos do Governo que, a seu ver, estejam em desacordo com os seus pontos de vista. Uma coisa, entretanto, é fazer oposição, outra é contestar o regime. Nesse particular, a Revolução é irreversível.

P — Os meios de comunicação gráfico-visual e, bem assim, alguns setores do subescalão do Governo sofrem os efeitos da infiltração das esquerdas radicais. Não se trata, objetivamente, de constatar a presença de esquerdistas e até de comunistas nas redações, e propor um expurgo, mas de comprovar que essa infiltração resulta no comando de mensagens diretas, antidemocráticas, bloqueando a área para os profissionais não comprometidos ideologicamente com as esquerdas. Sendo os meios de comunicação os instrumentos do diálogo entre governo e povo, e ocorrendo esse fato, como V. Exa. pensa democratizar a comunicação? E como, igualmente, se comportará em relação à presença de extremistas da direita e da esquerda em órgãos governamentais, tendo em conta o fato de que Estados amplamente democráticos, como os Estados Unidos, não permitem semelhante infiltração?

R — Se a presença desses elementos redundaria em mensagens contestatórias ou antidemocráticas, a Lei deve prever os meios de impedi-las.

P — A infiltração marxista na Igreja foi amplamente documentada numa reportagem de «O Cruzeiro». Se a Igreja não foi rachada ao meio, é verdadeiro que a infiltração, em setores de sua cúpula, no Brasil, é fato consumado e irrecusável. Até que ponto a fusão de comunistas com católicos da Teologia da Libertação poderá comprometer a Segurança Nacional? E como V. Exa. espera conciliar o relacionamento da Igreja com o Estado?

R — Em nosso País, a colaboração das confissões religiosas está orientada por princípio constitucional, que reconhece a importância dessa colaboração como de interesse público, notadamente nos setores educacional, assistencial e hospitalar.

O bom relacionamento do Poder Público com a Igreja e seus representantes — sempre necessário e possível em uma nação predominantemente cristã, como a nossa — há que ser cultivado, sem dependência ou aliança que o desvirtuem.

P — Há, especialmente, três áreas da sociedade brasileira sensibilizadas pelas esquerdas radicais e com objetivos firmes de agitação social: minorias universitárias, com base na PUC do Rio e São Paulo; o sindical, com base no Sindicato dos Metalúrgicos, e a representada pelos meios de comunicação. Como conciliar a distensão com essas evidências?

R — Não há de ser a infiltração de esquerdistas ou direitistas radicais que irá impedir a normalização política do País.

P — General, as eleições de 15 de novembro estão chegando. Elas são importantes para o governo revolucionário, pois lhe dão o indispensável apoio de representatividade. Entretanto, dois fatos comprometem os objetivos de vitória da Arena. Primeiro, a incapacidade de o governo mostrar o que fez no campo social e econômico, principalmente. Toda a construção revolucionária continua no escuro. Não se montou um esquema inteligente de comunicação governo-povo, instrumentado na linguagem coloquial e direta. Segundo, o custo de vida, de influência prioritária nos destinos eleitorais, está disparado. Menos pela inflação do que pela especulação. Movimenta-se, artificialmente, a lei da oferta e da procura, para obtenção de grandes lucros. Recentemente o óleo de soja — para só citar um exemplo — subiu de 13 cruzeiros e 25 para 16 cruzeiros e 50 centavos, em virtude de os industriais e supermercados esconderem o produto. Nas feiras-livres a especulação é tão violenta quanto a remarcação de preços nos supermercados. Se o estômago é o grande eleitor, como V. Exa. ajudará a Arena a ganhar as eleições, principalmente nos grandes colégios eleitorais?

R — Procurando mostrar ao povo que o estômago é mau conselheiro; se o eleitor vota em função dos reclamos do estômago é porque não tem razões para ser eleitor.

P — Há um tipo de crítica ao governo que não é comunista, nem esquerdistas, mas marcadamente democrático. Trata-se da redistribuição da renda e da necessidade de desconcentrá-la, para que maior número possível de brasileiros participe, realmente, da riqueza nacional. Essa alternativa, sem dúvida, colocaria a Revolução nos trilhos de uma democracia social, distributivista. É claro que se trata de processo lento, tendo em vista a urgência de investir no desenvolvimento nacional. Como V. Exa. encara a questão?

R — Como uma questão primordial. Mas quem souber realizá-la a curto prazo e não me quiser ensinar, deve, urgentemente, candidatar-se à Presidência da República. Terá meu apoio.

P — No momento em que sua candidatura é consagrada pela convenção da Arena é oportuno formular duas perguntas: como V. Exe-

lência interpreta a fuga do Senador Magalhães Pinto que, tática e maliciosamente, se esquivou de competir, tangenciando para denúncias de sua inventiva? E qual a estratégia de seu governo, do ponto de vista dos grandes desafios nacionais?

R — Quem pode, sem margem de erro, interpretar a estratégia do Senador Magalhães Pinto, é ele próprio. Os grandes desafios nacionais devem ser enfrentados, mas tendo em vista as possibilidades do País, têm-se que lhes atribuir prioridades.

P — A estatização da economia brasileira violenta os princípios da democracia e resulta em menor produtividade — dizem os economistas mais abertos. Há áreas da economia que devem pertencer ao Estado, outras não. Poderia V. Exa. discorrer sobre essa questão polêmica?

R — Há áreas em que o Estado deve ser pioneiro; tempo haverá em que o capital privado queira e tenha condições de prosseguir. Outras há em que o Estado, por motivo de segurança, delas não abrirá mão. Há que atentar para o fato de que os governos revolucionários herdaram muita coisa que só o tempo poderá remediar.

P — General, a palavra continua sendo sua, agora para uma mensagem ao seu povo. Sabemos que V. Exa. é homem destampado, autêntico, sem frioleiras. Pois faça a mensagem de João Baptista Figueiredo. Por favor.

P — O seu povo está mal colocado. O povo não será meu, eu é que, se eleito, serei dele mais ainda como responsável mas direto pelo seu destino. E, como homem do povo, também sinto as mesmas aflições, as mesmas amarguras e, até, às vezes, a mesma discordância. Mas, porque sou do povo, nele tenho fé e jamais perdi a esperança. Creio que podemos continuar tentando fazer de nosso país uma Pátria por que tenham admiração e respeito aqueles que, alhures, são apontados como democracias desenvolvidas. Tudo depende de nossa força de vontade e de saber aceitar o sacrifício dos maus momentos.

Preparada para o CORREIO DO POVO, de Porto Alegre, em 14 de maio de 1978, sobre alguns aspectos políticos, econômicos e afetivos ligados ao Estado do Rio Grande do Sul.

P — Com qual dos quatro Governos da Revolução o seu futuro Governo mais se identificará?

R — Os quatro Governos da Revolução se identificam uns aos outros pelo ideário, em que sobressai, como valor maior a alcançar, a promoção social do homem, na moldura do desenvolvimento e da segurança.

Espero que meu Governo se identifique aos outros quatro, colhendo os benefícios que eles sedimentaram, consolidando as metas já atingidas e atingindo as que seus programas não tiveram condição de realizar, tudo na conjuntura mais fértil da normalidade institucional, preparada, com prevalência, pelo Governo Geisel.

P — Como espera vencer as eleições parlamentares, se o povo está em dificuldades pela alta do custo de vida e os baixos salários, fatos que, inegavelmente, refletem contrariamente ao Governo?

R — As dificuldades do povo brasileiro não são atribuíveis a uma pretensa incapacidade do Governo em solucioná-las. Se assim fosse, nenhum Governo ganharia eleições no Brasil, em tempo algum, pois num país em desenvolvimento, como o nosso, o que o povo tem está sempre aquém de suas aspirações, muito justas.

O que o eleitorado terá de decidir é se aqueles que só criticam poderão responder melhor aos seus anseios, se alcançarem a vitória nas urnas. Por isso, confio na vitória da ARENA.

P — De que maneira procurará incentivar a produção primária, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, apontado como um celeiro do país?

R — Não é ainda hora de adiantar programas de Governo. Mas creio que, aproveitando as observações das atuais administrações federal

e estadual sobre os resultados das medidas de incentivo adotadas, não será difícil melhorar um desempenho que já é excelente e ainda guarda enorme potencialidade latente. Aproveitando suas palavras, o Rio Grande do Sul é um celeiro, e celeiro do 2º produtor mundial de alimentos.

P — E quanto ao desenvolvimento industrial gaúcho — que tem sido ultimamente incrementado com a criação de diversos pólos, inclusive o petroquímico — terá sua ênfase diminuída?

R — O desenvolvimento industrial rio-grandense é irreversível. E não teria cabimento cerceá-lo, quando o País busca a integração e o desenvolvimento pela diversificação geográfica de seus pólos industriais, entre outras estratégias.

P — Pretende seguir a prática de alguns Presidentes eleitos de viajar antes mesmo de assumir o Poder, para contatos preliminares com as demais nações do mundo?

R — Não tenho decisão tomada. Embora minha tendência seja aproveitar o tempo de que disponho para debruçar-me no estudo e na preparação de meu programa de Governo, não descarto a idéia, desde que venha a concluir pela conveniência de adotá-la.

P — A expressão «gigolô de vaca», divulgada como sendo sua referindo-se aos gaúchos, chocou e aborreceu muita gente que a considerou uma afronta ao povo do Rio Grande do Sul. O senhor mantém essa expressão ou ela não é sua?

R — Conhecendo tanto o Rio Grande do Sul e tendo aqui tantos amigos, lamento que pudesse ter sido interpretada como imagem pejorativa dos gaúchos. Aqui vivi os melhores anos de minha vida, adquiri gostos e costumes que me acompanham, dando-me os prazeres que mais valorizo. Aqui vim, ao deixar o Serviço ativo do Exército, para rever lugares e gente que marcaram minha infância e mocidade.

Não desejo contraditar meus interlocutores que veicularam a expressão. Usei-a, repetindo o que ouvi, nos meus tempos de guri, aqui mesmo no Rio Grande, da boca de gaúchos que me ensinaram a conhecer e amar esta terra, referindo-se a um passado já remoto de exploração extensiva da pecuária. E usei-a para mostrar o contraste entre aquele passado e o deslanche do presente.

Concedida ao programa Painel, da TV Globo, e transcrita no jornal O GLOBO, de 16 de junho de 1978; na qual são alinhados alguns pontos de uma possível política econômica e social e aspectos sobre a campanha sucessória federal e a estadual.

P — Como é que o Senhor se sente, deixando o Ministério Geisel, para assumir a postura de candidato à Presidência da República?

R — Com humildade, diante da grandeza da tarefa a que serei levado, mas com a convicção de que, com a ajuda de Deus, e o apoio do povo brasileiro, que espero não me faltará, hei de ter forças para levar a bom termo o aperfeiçoamento do regime democrático, iniciado pelo eminente Presidente Ernesto Geisel e para cumprir os objetivos da Revolução de desenvolvimento econômico, social e político. Como você sabe, sou um homem do povo. Minha família conheceu as dificuldades da pobreza e o sofrimento do exílio. Na minha casa sempre respiramos o oxigênio do patriotismo, e nos alimentamos com a preocupação do bem comum. Por isso penso entender os anseios do povo brasileiro, que são os meus próprios. E sei que eu tenho a determinação necessária para compreendê-los e procurar alcançá-los.

P — E estes anos todos trabalhando no Palácio do Planalto — de que maneira influíram na sua visão do País?

R — Sem dúvida, os 8 anos e pouco que passei no Planalto, serviram para me dar uma noção, creio que bem precisa, dos problemas mais prementes do nosso País. E, em particular, das dificuldades que tem o governante para equacionar cada problema e tentar resolvê-lo com os meios de que dispõe no momento.

P — Classifica-se o Brasil, que o Senhor deverá governar, como uma potência média ou emergente no contexto das demais nações. Mas não se define com suficiente clareza este conceito genérico de potência. Como o Senhor entende esse conceito e como situa o Brasil em relação a ele?

R — A idéia de potência contém elementos de agressividade que prejudicam o conceito. O Brasil não deseja, não quer ser transformado em uma potência, nas conotações agressivas da palavra. Eu prefiro me situar mais no sentido de nações, que são a expressão política dos povos. Neste sentido, o Brasil é uma nação emergente. Ou em bom português, é uma nação que pode, através do esforço dos brasileiros, sair, como já está saindo, do subdesenvolvimento. Não digo isso por orgulho ou por ufanismo, sim pela importância que dou ao significado do que seja para os brasileiros esta saída do subdesenvolvimento: uma vida melhor para todos, melhor educação, melhores oportunidades de trabalho e, sobretudo, uma participação mais justa de todos nos frutos do trabalho. Isto é possível em alguns anos se levarmos em conta que o Brasil é o quinto país do mundo em superfície, é o sexto em população, é o oitavo do Ocidente em produto nacional, é o nono em fabricação de automóveis, é o 1.º produtor mundial de café, é o segundo de cacau, o terceiro de soja, o 1.º exportador de açúcar de cana do Ocidente, o segundo exportador mundial de alimentos, o quinto em população universitária — em 1976 nós tínhamos cerca de 1 milhão e 300 mil jovens em escolas superiores. O Brasil tem o 4.º banco comercial do mundo — o Banco do Brasil — em valor ativo. O Brasil tem uma empresa estatal — a Petrobrás — classificada entre as 30 primeiras do mundo, em valor global de vendas. Se não me engano, em 1976 ela estava classificada em 23.º lugar. O Brasil é a maior nação católica do mundo; nós temos cerca de 95 milhões de fiéis. Em pouco, quando estiver construída, teremos a maior hidrelétrica do mundo, em Itaipu, com a capacidade instalada de 10.700 MGW. O Brasil é uma nação emergente.

P — Dentro deste quadro que o senhor traçou até que ponto o senhor, como candidato à Presidência da República, está disposto a acolher as reivindicações e aspirações do homem, do cidadão brasileiro, no campo político, social e econômico?

R — Eu penso que esta pergunta já está parcialmente respondida. A identificação que eu sinto com o povo, como cidadão, tende a se aguçar no candidato. Eu creio que as aspirações do povo brasileiro são coisas bem simples, mas de muita importância. Quais são elas? No campo político: não há dúvida de que os brasileiros desejam a manutenção da nossa independência, e o respeito à soberania nacional. Creio que os brasileiros sempre escolheram, e assim hão de permanecer, a solução pacífica para as controvérsias ou rivalidades internacionais, ou para o resguardo da autodeterminação dos povos. E assim continuará a ser. No plano interno, o que os brasileiros almejam é um ambiente de paz e ordem dentro da democracia, e com justiça social.

No plano social, a grande aspiração do povo brasileiro é a qualidade de vida. E penso que os brasileiros esperam atingi-la, pelo caminho do salário justo, da moradia digna, da alimentação sadia a preços acessíveis, da saúde e educação, das facilidades de acesso ao trabalho, de uma justa distribuição da renda nacional. E pela ação social do Estado preocupado com cada cidadão, e com o seu bem-estar. No campo econômico eu creio que, superadas as dificuldades atuais, o que desejam os brasileiros é a estabilização do custo de vida e a continuação do nosso desenvolvimento econômico e social. Isto pressupõe o regime de livre empresa baseado em concorrência leal em que cada empresa, além de defender os seus interesses, tenha em vista, paralelamente e prioritariamente, os interesses da Nação. A empresa não deve esquecer a função social do capital. O Governo deve se portar apenas como árbitro das regras do jogo, só intervindo naqueles casos previstos pela Constituição, casos muito especiais como o abuso do poder econômico, ou quando a presença do Estado é insubstituível no setor.

P — O Senhor está querendo se referir à política de estatização do Governo?

R — Não. Estou dizendo justamente o contrário. Que o regime que eu acho que os brasileiros desejam é o regime de livre empresa. E que a estatização só deve ficar naqueles casos em que o Estado não puder ser substituído pelo capital privado. Não tenha receios, nós não vamos estatizar mais, a tendência é até diminuir.

P — Voltando à política. É notório que o senhor se sente honrado, e com justa razão, pela herança democrática do pensamento de seu pai. Conhecendo como conhece o pensamento, as idéias do General Euclides, o senhor acredita que essa proposta atual de reformas políticas realiza o que ele desejaria?

R — Eu creio que o atual projeto de reformas bem se coaduna com o pensamento de meu pai. E eu digo isso porque me lembro perfeitamente do seu pensamento em 1963. Pessoalmente, eu gostaria de citar o que disse Churchill quando da vitória da RAF nos céus da Inglaterra. «Isso não é o começo do fim, e sim o fim do princípio». As reformas, para mim, são o fim do princípio. Ao terminar o seu Governo, o Presidente Geisel já terá avançado, em muito, nas reformas. Honra lhe seja feita: ele cumpre o que prometeu. Assim como tentaram fazer os eminentes Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e Emilio Médici, da minha parte, prossequirei aperfeiçoando aquilo que tiver de ser aperfeiçoado.

P — O Senhor participou do processo de reformas que deve ser encaminhado na semana que vem ao Congresso. O Sr. poderia dar uma idéia geral desse corpo de reformas do Governo?

R — Isso seria bom o senhor perguntar ao Senador Petrônio Portella, que é quem está encarregado. Eu creio que ele deve dar vistas, antes, ao partido da Oposição, para tomar conhecimento. Não sei se conviria eu me anteceder a ele.

P — Falando em Oposição, em caso de vitória do MDB nas eleições de novembro, o senhor admitiria uma Oposição atuante no seu Governo, mais precisamente, no seu Ministério?

R — Essa pergunta me faz lembrar a que fizeram ao Presidente Giscard d'Estaing na véspera das últimas eleições francesas, quando todas as cassandras prenunciavam a vitória das esquerdas. A democracia é a convivência dos contrários, em que a maioria governa respeitando o direito das minorias. O que vai acontecer no Brasil é exatamente o que aconteceu na França. Os brasileiros responderão aos apelos da demagogia e ao perigo da convulsão social, ficando com o bom senso. Eu creio que a maioria do povo brasileiro vai votar nos candidatos da Arena.

P — O senhor, reconhecidamente, foi sempre defensor do pluripartidarismo. Um dos pontos conhecidos das reformas é a implantação do pluripartidarismo. O senhor acha que dentro deste quadro poderá ter um Governo politicamente mais estável?

R — Eu creio que sim. Vai depender do comportamento dos partidos, mas eu creio que sim. A estabilidade de um Governo não depende do número de partidos. Tanto pode se ter um Governo estável com dois, com três ou quatro partidos. Depende de outros fatores.

P — E a imprensa, General? O senhor admite que a imprensa livre colabora mais do que a censura para o aperfeiçoamento do regime e do próprio desenvolvimento do País?

R — A tradição do direito brasileiro consagra as liberdades cívicas, liberdade de opinião, de expressão e, conseqüentemente, a liberdade de imprensa. Assim, a nossa tradição jurídica é a liberdade de imprensa. Repito: A liberdade é a regra, a censura é a exceção. Se eleito manterei as garantias constitucionais, inclusive esta da liberdade de imprensa.

P — O Sr. tem dito várias vezes que, mesmo em eleições diretas, houve equívocos na escolha de governadores. Com essa nossa última experiência, inclusive as dissidências, o Sr. considera que a margem de erro foi menor?

R — O que eu posso dizer é que os governadores foram indicados com base em pesquisas de opinião remetidas para a direção do Partido. Se houve margem de erro maior ou menor, só o futuro poderá dizer. Eu creio que na maioria dos casos a margem de erro foi menor.

P — É o caso de São Paulo, por exemplo?

R — São Paulo foi um caso diferente. Porque um dos candidatos trabalhou exclusivamente os votos dos convencionais. E o outro, para mim, tinha mais penetração popular, e como tinha essa penetração popular, não trabalhou tanto os convencionais como o seu competidor.

P — Quando o Senador Magalhães Pinto renunciou à disputa na Convenção, o senhor lamentou ter que concorrer sozinho no páreo sucessório. Agora que se coloca a possibilidade de uma candidatura das oposições, assim chamadas, o senhor mantém a mesma compreensão do problema e de seus reflexos nas bases políticas e militares de sua própria candidatura?

R — O problema agora é outro. Não se trata mais de uma disputa na convenção partidária. Essa disputa na convenção partidária era legítima e saudável, e por isso é que eu disse que não desejaria concorrer sozinho. O que se quer agora, entretanto, é diferente. O partido sabidamente minoritário só poderá chegar à vitória no Colégio Eleitoral, com base na infidelidade partidária. O que se quer então? institucionalizar a infidelidade, as deslealdades, ou mesmo a traição à delegação recebida?

P — O senhor quer dizer então que uma candidatura oposta à sua é legítima: o que não é legítimo são os votos arenistas eventualmente dados a essa candidatura?

R — Exatamente.

P — Passando para a política externa, essa abertura européia proposta no Governo Geisel, assim como as prioridades para a África e América Latina, seria mantida em seu Governo?

R — Deve ser mantida. A política exterior brasileira visa a objetivos a longo prazo, quando não de caráter permanente. O que não se deve perder de vista é que, no mundo contemporâneo, cada vez mais há interdependência entre as nações.

P — Agora falando um pouco em economia, este recente episódio de negociação direta de trabalhadores e empregados em São Paulo seria um exemplo a ser seguido ou evitado em seu Governo?

R — Não. A negociação direta, para mim, é um dos instrumentos válidos. O Governo, no caso, deve entrar como árbitro, para evitar prejuízos seja para todos os consumidores, inclusive os próprios trabalhadores, seja para a economia nacional. Os trabalhadores devem

entender que essa negociação direta, sem uma arbitragem, pode levar a um aumento no custo de vida, ou ao não aproveitamento total de mão de obra, com prejuízo deles mesmos.

P — O senhor, que acompanhou este episódio, acha que, terminado ele, amadureceu o relacionamento do Governo com o operariado e os empresários, e alguma mudança neste setor pode ser tentada no seu Governo?

R — Eu não diria que amadureceu porque nunca esteve verde. Apenas, como havia mais contato com o Ministério do Trabalho, não havia essa negociação direta. Mas uma vez que ela foi feita e deu bons resultados, não há por que não continuar. Mas não é que ela estivesse verde e esteja amadurecendo agora. Estão no mesmo estado que estavam e eram boas.

P — Ainda na área econômica. Para uma visão mais inteira, o senhor manifestou preocupação privatista e há uma outra referência também explícita de ênfase agropecuária, que o senhor fez naquele pronunciamento à Arena. Que outras diretrizes o senhor teria na área econômica de seu Governo?

R — Eu não creio que tenha feito uma referência explícita à agropecuária. Aqui mesmo, nesta entrevista hoje, eu já tive oportunidade de me referir a vários pontos da política econômica e social que pretendo imprimir ao Governo. O que houve, como o senhor disse, foi que eu dei uma ênfase maior à questão da agropecuária pela sua importância não só no abastecimento interno, como também no que se refere ao comércio exterior. Ninguém ignora que a agropecuária foi responsável, nestes dois últimos anos, pelo equilíbrio da nossa balança comercial. Além disso, há que atentar para o fato de que, produzindo mais, o povo come melhor e mais barato. Mas há alguns pontos que devem ter prioridade alta. Como por exemplo o problema energético do País. Um problema sério, e que se agravou em 1973, com a crise do petróleo. Há o problema da educação e saúde que também deve ter alta prioridade. Há o problema das grandes concentrações urbanas, e a necessidade de transportes das grandes massas, e o aperfeiçoamento e aumento de saneamento básico. Há o problema do combate à inflação, problema difícil porque as medidas de combate à inflação são sempre medidas pesadas, mal recebidas pelo povo. Há o problema do equilíbrio do nosso balanço de pagamento. E o problema de desenvolvimento tecnológico. E por que não dizer também, o problema da segurança pública, em particular nos grandes centros, os problemas de meio-ambiente, e um problema muito sério a que o Governo tem dado ênfase muito grande, que é o problema dos insumos básicos. Satisfaz a minha resposta?

Concedida aos repórteres credenciados no Palácio do Planalto, após deixar a Chefia do SNI, na tarde de 15 de junho de 1978, e publicada em vários jornais do dia seguinte, com, dentre outros, os destaques ou manchetes: "Figueiredo não vê oposição militar à sua candidatura", "Figueiredo quer coibir os abusos a direitos humanos" e "Candidato exalta ordem e paz".

P — General Figueiredo, em Uruguiana o senhor falou do fim do arbítrio e da prepotência; em Salvador admitiu a revisão da Lei de Imprensa e, recentemente, em Brasília, disse ter trabalhado para a suspensão da censura sobre três jornais que ainda estavam sob este regime. Com base nesta primeira impressão democrática deixada pelo senhor, pergunto: em seu Governo, que tratamento será dado à greve, à liberdade de imprensa e aos Direitos Humanos?

R — A greve será tratada dentro da legislação. A previsão que a lei fizer será cumprida. Quanto aos direitos humanos, o Brasil sempre reconheceu e assinou a questão dos Direitos Humanos. Se há autoridades que tenham faltado a esses deveres, já não digo pela simples assinatura, mas deveres de humanidade, há que coibi-las. Sei de muitas autoridades que têm sido acusadas injustamente, por culpa dos seus subordinados, e algumas vezes até sem culpa nenhuma. Não há dúvida que vamos fazer força para que os Direitos Humanos sejam respeitados, mas é preciso antes de mais nada que se faça justiça, que não se acuse obscuramente sem razões.

P — O senhor agora é candidato da ARENA. Como vê um apoio do seu partido a uma candidatura como a de Ulysses Guimarães para o Governo de São Paulo, admitida por políticos paulistas, inclusive por Adhemar de Barros Filho?

R — Não vejo bem, porque, como já tive ocasião de declarar, ontem, eu acho que a fidelidade partidária deve ser mantida. Se a convenção do partido escolheu um candidato, acho que o partido deve

votar no candidato. Aqueles que não concordavam com essa candidatura deviam falar pelos votos na convenção partidária. Ai, sim. Do contrário, é querer insubordinar-se contra a decisão da maioria. E nesse caso então não haveria no mundo eleições livres que fossem válidas: as minorias estariam sempre se rebelando contra a decisão das maiorias.

P — General, é notório o envolvimento de militares na Frente de Redemocratização. Como o senhor vê a oposição, dentro das Forças Armadas, à sua candidatura?

R — Eu não vejo oposição dentro das Forças Armadas, porque não é minha atribuição ver o que se passa dentro das Forças Armadas, e sim do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e de cada um dos Ministros das Forças Singulares. Não procuro ver, procuro apenas compreender.

P — General, as recentes greves em São Paulo mostraram que a legislação sindical brasileira é obsoleta. O Governo tem se mobilizado em torno das reformas políticas, mas nada se fala sobre a questão operária. Em seu Governo o senhor pretende alguma modificação nesta área, como a negociação direta entre patrão e empregado?

R — Eu não digo que vá promover uma alteração nas leis que regulam as relações entre empregado e empregador. Mas, se há alguma coisa para melhorá-las, que se apresente. Agora, eu acho uma das soluções possíveis a negociação direta. Acho.

P — O senhor considera que a candidatura Euler Bentes seja fruto de discordâncias militares com relação ao processo político?

R — Não acredito. Só quem pode responder bem é o General Euler Bentes.

P — O Governo Geisel rompeu, no setor diplomático, alguns conceitos que, aparentemente, se chocavam com o estilo e as preocupações do regime, como o estabelecimento das relações políticas com a China, o apoio à revolução angolana, a atitude independente contra a oposição americana ao Acordo Nuclear e o voto anti-sionista na ONU. Mas a meta de maior aproximação com países vizinhos, considerada prioritária, sofreu alguns solavancos e parece ter ficado na metade do caminho. Como se encadearão estes fatos e quais os avanços da diplomacia brasileira em seu Governo?

R — Se as nossas relações com alguns países vizinhos — são os senhores que afirmam — sofreram alguns solavancos, posso assegurar que a culpa não foi do Governo. Pode ter havido, momentaneamente, incompreensões, mas o fato é que, pelo menos no meu posto de observação, como Chefe do Serviço de Informações do Governo, a quem,

também, estavam afetas as informações do exterior, eu sempre vi boas as relações do Brasil com os países da América do Sul. Repito, pode ter havido incompreensões momentâneas, mas as nossas relações são boas. Quanto ao restabelecimento das relações com a China, à questão de Angola, é uma questão de coerência, porque, no mundo contemporâneo, em que nós estamos vivendo, desconhecer um país de 900 milhões de habitantes é estar quase cego, sob todos os aspectos, quer sob o aspecto político, como, e principalmente, para nós no aspecto de relações comerciais. Por que não ter relações com a China, se nós temos relações com outros países do bloco socialista? Poderão me dizer que a China não está no bloco socialista, mas a ideologia é a mesma. E no comércio internacional não há ideologia.

P — O senhor deixou o SNI e não vai logo ocupar o seu escritório de trabalho. Nesse espaço de tempo, o que vai fazer? Vai continuar recebendo políticos? Enfim, qual vai ser o seu esquema de trabalho até a instalação de seu escritório?

R — Esta foi a melhor pergunta que me fizeram até agora. Porque se não me arranjam um lugar para receber, eu terei de tirar férias, o que não faço há quinze anos. Naturalmente que eu vou ter de receber, vou ter de arranjar um lugar. Em último caso, eu arrango uma barraca e a monto aqui na Praça dos Três Poderes, até que o Coronel Lamaison (Secretário de Segurança do Distrito Federal) venha me expulsar...

P — O senhor falará à Nação no dia 29, quando da instalação do escritório de trabalho?

R — No dia 29, não. Eu falarei à Nação no dia da instalação do escritório. Eu creio que, no dia 29, ele ainda não estará pronto.

P — E quando será o dia da instalação? O senhor ainda não tem idéia?

R — Eu creio que, talvez seja no dia 3 de julho, mas não há uma data certa porque faltam alguns detalhes.

P — General, e o futebol? O que o senhor achou da Seleção?

R — Em termos de futuro, de Copa do Mundo? Nós vamos empatar de zero a zero com a Argentina ou vamos ganhar de um a zero.

P — Nós chegamos às finais?

R — Se empatarmos, temos grande probabilidade; se vencermos, então, não há dúvida.

P — Com quem, com a Itália?

R — Possivelmente com a Itália, que para mim é o melhor quadro de lá.

P — Qual é o melhor e qual é o pior jogador da Seleção?

R — Vou dizer os dois melhores, de quem gostei mais: Oscar e Amaral.

P — E o polivalente Dirceu?

R — Dirceu, ontem, encheu as medidas, jogou bem.

P — E o Coutinho? Só onda, não é?...

R — Bom, o time do Peru permitiu jogar. Não marcava sob pressão, de forma que o time brasileiro conseguiu...

P — O que o senhor acha do Coutinho?

R — Eu conheço o Coutinho. É um rapaz bem inteligente, bem intencionado, entende de futebol... Agora, só não entendo uma coisa: é ele manter determinado jogador, que não vou dizer o nome...

P — General, agora sou eu que agradeço, por ter o senhor saciado o apetite desses leões — interveio o Coronel Ludwig.

R — Você é que pensa que eles estão satisfeitos. Eles são insaciáveis — concluiu Figueiredo.

Concedida a jornalistas na Sala Clóvis Beviláqua, do Congresso Nacional, a 22 de junho de 1978, após a reunião do Diretório Nacional da ARENA em que foi aprovado o projeto de emendas à Constituição a ser submetido pelo Governo à aprovação do legislativo federal. Os jornais de 23 de junho de 1978 destacaram os aspectos políticos das reformas e a vigência delas proposta a partir de 1º de janeiro de 1979.

P — General, o senhor aceita a tese de antecipação das reformas para logo depois das eleições?

R — Vou me bater junto ao presidente (Geisel) para isso. Essa é minha opinião. Não sei se ele vai aceitar que elas entrem em vigor a partir de primeiro de janeiro, como homenagem a ele que tanto esforço fez para que essas reformas fossem efetivadas. Acho que é uma homenagem ao presidente Geisel que ele ainda governe sob a égide dessas reformas.

P — O que o senhor acha da sugestão para que o senhor e o general Euler Bentes Monteiro fizessem um programa sobre problemas brasileiros?

R — O general Euler declarou ontem (anteontem) que as interpretações das declarações iriam ficar por conta dos declarantes. Então faça a pergunta ao general Euler, que foi quem declarou.

P — O MDB e os arenistas que votaram contra o fechamento da questão em sua candidatura acham que isso era desnecessário, é uma demonstração de fraqueza da Arena. O que o senhor acha?

R — É opinião deles. Eu acho que um indivíduo que tem senso de lealdade tem razão ao dizer isso. Eu também não posso me insubordinar contra uma decisão partidária. Isso é problema de foro íntimo de cada um.

P — O senhor pretendia que o seu Governo fosse marcado por qual característica?

R — Ordem, paz, tranquilidade e melhoria de vida para todos.

P — O general Euler na sua entrevista dissertou sobre ... Esta indagação de um repórter foi interrompida por Said Farah, que perguntou se «a entrevista é com o general Euler ou com o general Figueiredo». O repórter então explicou que queria estabelecer uma comparação, pois o general Euler tem uma plataforma econômica que envolve críticas à atual política do Governo no setor. O general Figueiredo então respondeu à indagação:

R — O simples fato de ele estar fazendo uma crítica à atual diretriz econômica do governo Geisel já me coloca em contraposição a ele, pois se eu aprovo as diretrizes do presidente Geisel ...

P — E elas continuarão?

R — Creio que sim.

P — Esse modelo não é concentrado, general?

R — Não. Não acho.

P — E há distribuição de renda?

R — Eu declarei uma vez que se houvesse alguém que me desse uma fórmula para distribuição de renda, em curto prazo, se eu encontrasse esse alguém eu iria lançá-lo como candidato à Presidência da República, e ia fazer campanha em favor dele.

P — O que o senhor acha do projeto do senador Franco Montoro (MDB-SP) que estabelece eleição direta para governador e senador ainda este ano?

R — É uma proposta do senador Franco Montoro, que tem direito a apresentá-la, e o Congresso vai apreciá-la. Eu sou contra.

P — O senhor é contra eleição direta para governador e todo o Senado?

R — Para este ano sim. Em tese sou favorável a eleições diretas.

P — O senhor pretende fazer ministério de união nacional?

R — Pretendo fazer o ministério que considerar melhor para o país, venha de onde vier, esteja onde estiverem os homens.

P — Não distingue arenistas e emedebistas?

R — Distingo brasileiros capazes.

P — O senhor não teme um retrocesso em seu Governo em face das reformas, pois o presidente Geisel até agora está governando com o AI-5 e o senhor vai pegar uma situação diferente ...

R — Não. Não temo. Confio nos brasileiros, confio no povo.

P — Mas o senhor acha que houve mudança significativa de que não acontecerá isso?

R — Não. Não houve mudança. O que houve no Governo Geisel foi a firme determinação de aperfeiçoar o regime democrático. Se uma ou outra vez teve que dar um passo atrás, isso se deveu a circunstâncias de momento, mas a determinação houve e a prova é que ela está fazendo a abertura mais ampla do que a própria oposição estava esperando.

P — O senhor pretende fazer uma abertura mais ampla que a do presidente Geisel?

R — Abertura mais ampla que a do presidente Geisel não é uma abertura, é um arrombamento. (Com esta resposta, jornalistas, senadores e deputados sorriram. O general Figueiredo riu pela primeira vez durante a entrevista).

P — Mas o presidente Geisel não deu anistia. O senhor considera possível dar anistia no seu Governo?

R — Esta é uma tese na qual tenho falado diversas vezes, inclusive para a imprensa. Anistia é uma coisa muito difícil de se conceder. Quando se fala em anistia ampla e irrestrita, estabeleço uma diferença entre os crimes de origem política e aqueles que têm base política, como assalto a banco, seqüestro. Esses, para mim, são crimes comuns. Esses eu não admito que sejam anistiados. Aqueles outros que cometeram infrações por questões ideológicas eu admito.

P — Qual a expectativa que a imprensa deve ter de acesso ao senhor na Presidência da República?

R — Sempre que possível terei o prazer de ter contato com a imprensa. Isto não quer dizer que na hora que eu estiver trabalhando a imprensa entre no meu gabinete para saber o que eu estou fazendo. (O único que riu com esta resposta foi o presidente nacional da Arena, deputado Francelino Pereira).

— General, e o resultado de São Paulo, foi favorável à Arena? (vitória do candidato dissidente, Paulo Salim Maluf).

R — Eu vejo que se apresentou um outro candidato e que o candidato que eu e o presidente Geisel indicamos perdeu.

P — Assunto liquidado, portanto, general?

R — Só a justiça pode dizer se está ou não. Eu não faço parte do Judiciário. Os juizes é que vão dizer.

P — General, o senhor chegou aqui mal humorado, alguma razão especial?

R — Não, cheguei com a minha cara habitual. Quando eu ando, ando sempre de cara amarrada.

P — Foi por causa da desclassificação da Seleção Brasileira?

R — Eu estou com a cabeça inchada.

Concedida durante visita ao bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, a 25 de junho de 1978 e publicada em 26 seguinte com destaques para relacionamento com a Imprensa, futebol, ministérios futuros e reformas. Em manchete: "Figueiredo diz que não muda modo de ser como Presidente".

P — General o Senhor está gostando deste tipo de relacionamento com a imprensa ?

R — Deste jeito estou. Está ótimo.

P — Então vamos entrar na parte política, agora ?

R — Então já não vou começar a gostar.

P — Naquela fase em que o senhor falava de maneira indireta deveria haver muito engano; naquela fase em que o senhor não estava tendo contato direto com a imprensa.

R — Eu não podia falar. Vocês queriam que eu falasse.

P — A imprensa que o senhor tinha era esta que o senhor tem hoje ou o senhor mudou de opinião ?

R — Não, eu não mudei. Escutem, eu conheço há mais tempo jornalistas, do que vocês. Meu irmão é jornalista. Vivia cheio de jornalista lá em casa. Meu pai também foi jornalista muitos anos. Escrevia no *Diário de Notícias*, no *Correio da Manhã*. Tinha uma coluna no *Correio da Manhã*. Uma coluna diária.

P — Nestes oito anos em que o senhor ficou trancado em gabinete chegou a se desacostumar deste convívio ?

R — Não. Porque minha função não era essa. Minha função era ficar calado.

P — O senhor passou por várias fases da imprensa no Palácio do Planalto, não ? Momentos mais duros e momentos mais tranquilos ?

R — Vocês queriam me morder.

P — Morder ?

R — Vocês queriam me morder e eu fiquei com medo.

P — O senhor estava inédito. Parece que o senhor fica sempre muito na defensiva quando lida com a imprensa, não é ?

R — Não, a defensiva nunca conduz à vitória, segundo as regras.

P — O que o senhor achou do jogo de ontem (Brasil-Itália) ?

R — Ora, 15 minutos de bom futebol e o resto razoável.

P — Agora o senhor já pode dizer qual era o jogador que o senhor não queria ?

R — Não, não. Jamais direi.

P — Quem foi o melhor de ontem (Brasil-Itália) ?

R — Para mim os dois melhores jogadores que nós tivemos foram Oscar e Amaral. Ontem, para mim, o melhor foi o Dirceu. Agora louvo o Batista que é um cavador, um grande jogador. O Mendonça, apesar de meio lerdo, também é um jogador inteligente.

P — Quer dizer que o Brasil não teve ataque ?

R — É, ele estava meio encabulado.

P — E o Roberto ?

R — O Roberto teria que fazer uma operação e tirar as canelas. A bola bate na canela dele e vai a dois metros. É um jogador de raça, isto é.

P — E o Coutinho ?

R — O Coutinho é um rapaz que tem valor. Tem valor, sim. Não há dúvida nenhuma.

P — E o futebol teórico que está sendo empregado hoje, do qual Coutinho seria o principal representante ?

R — Se fosse teórico nós não tínhamos voltado invictos. E se não houvesse aquele negócio do Peru, quem sabe ? Todo mundo teria uma outra idéia do Coutinho. Já imaginou se tivéssemos feito um golzinho daquele que perdemos para a Argentina ? Estaríamos jogando hoje com a Holanda e talvez fôssemos campeões. O Brasil perdeu oportunidades que não podia ter perdido. Resultado certo do jogo contra a Argentina foi 3 a 1 — eles perderam um e nós perdemos três.

P — O resultado do senhor não era este. O senhor sabia que a Argentina ia ficar concentrada dentro da área. Quer dizer que o juiz prejudicou a gente no jogo com a Argentina?

R — Não, no jogo com a Argentina, não.

P — General, o quê que o Deputado Marchezan vai ser na sua assessoria?

R — O que você acha?

P — Dá um bom ministro. Ele seria um bom Ministro do Trabalho?

R — Ainda não conversei com ele. Não sei o que ele conhece a respeito de leis trabalhistas. Ainda vou ver.

P — O senhor já tem algum ministro em vista?

R — Não, em vista, não.

P — O senhor vai fazer o seu Ministério por regiões ou vai escrever os nomes de acordo com as competências de cada um? O Ministro da Agricultura vai ser uma pessoa do Nordeste ou vai ser do Sul?

R — Pode ser até de Roraima.

P — General, o MDB está reclamando, quer dizer, uma das possíveis emendas que seriam apresentadas pelo MDB nas reformas seria aquele problema do Art. 185, as cassações perpétuas. O senhor acha que esse tipo de reivindicação apresentada pelo MDB pode ser acolhida pelo Governo?

R — O 185 vai cair, qual é o problema?

P — O problema da cassação perpétua. As pessoas que estão com os direitos cassados e que se poderiam candidatar nestas eleições só se poderiam candidatar daqui a 4 anos?

R — Quando terminar o tempo.

P — Este tipo de emenda o Governo aceitaria?

R — Não, não aceitaria.

P — O presidente Geisel disse que a ampliação das reformas políticas só poderá ser feita no seu Governo. O senhor tem idéias das reformas políticas que poderiam ser feitas?

R — O que eu vou fazer no meu Governo vocês vão ver ainda. Eu não sei.

P — Existe boa vontade para ampliar as reformas ? O pacote de abril poderia ser revogado no seu Governo ? Eleições diretas para governador por exemplo ?

R — Poderia. Em tese eu sou favorável à eleição direta para governador.

P — Poderia acontecer então já no seu Governo ?

P — Pode acontecer. Até isto pode (risos gerais).

P — E a emenda do Senador Franco Montoro, como o senhor a vê ?

R — Vejo mal.

Concedida, em 26 de junho de 1978, a dezoito estudantes no SENAI — Tijuca, no Rio de Janeiro, e publicada no JORNAL DO BRASIL, de 27 de junho de 1978, sob a manchete "Figueiredo diz a estudantes que revolução é democrática" e destaque para "Acusações irritam o General".

Figueiredo — De onde vocês são?

Estudantes — Somos de várias faculdades, de várias áreas.

Figueiredo — Muito bem.

Estudante André Martins, da Faculdade de Direito da UERJ — General, queria deixar bem claro nesta conversa que nós não representamos os estudantes porque não existe nenhuma representatividade oficial. Esta escolha foi um convite do Deputado Célio Borja feita de forma aleatória e então é uma opinião pessoal e que não deve ser considerada como uma opinião da classe.

Estudante — De maneira objetiva, o senhor, como candidato à Presidência da República, de que forma pretende tornar realidade a Universidade brasileira? De que forma os estudantes podem contar com a sua colaboração para o fim de toda a legislação repressiva que hoje tolhe a atividade estudantil, política e partidária no campo universitário?

Figueiredo — Em primeiro lugar eu discordo de que exista legislação repressiva nas universidades. O 477 já não existe mais.

Estudante — O 477 já está incorporado aos regimentos das universidades.

Figueiredo — É questão para a gente verificar, porque não estou a par. O que vocês temem mais, o 477 ou a Lei de Segurança Nacional?

Estudante — Ambos, toda a legislação repressiva.

Figueiredo — Sei, mas qual? Uma vai ficar em vigor, a Lei de Segurança Nacional.

Estudante Aluizio Khader, Faculdade de Direito da UERJ — A Lei de Segurança como está é pior do que o 477. É pior do que qualquer lei do mundo, da face da terra.

Figueiredo — Você conhece todas as leis do mundo?

Estudante (o mesmo) — Conheço a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Figueiredo — Ah! O problema é o seguinte: a Lei de Segurança vai ser revista, já está sendo revista. O Decreto nº 223 (proíbe eleições dentro das universidades), segundo o que o Passarinho falou durante a reunião da Arena, é passível de revisão; ou não estou a par. Mas a Lei de Segurança eu posso afirmar que está sendo revista.

Estudante — Nosso problema é quanto à falta de representatividade dos estudantes. Não temos estadual, nem nacional. O 228 tolhe as nossas representações e por isso é um artigo que o senhor deveria estudar.

Neste momento da conversa, o assessor Said Farhat disse aos estudantes que apresentassem algumas sugestões quanto aos problemas estudantis. «É isto o que o candidato deseja».

Figueiredo — Justamente isso, porque eu solicitei a presença de vocês aqui para ouvi-los. O que vocês pensam?

Estudante Carlos Eduardo Castelo Branco, Faculdade de Economia Cândido Mendes — O que nós sentimos é o potencial de crítica da universidade que não pode ser exercido. Os professores estão ameaçados constantemente de serem delatados. Se eles comentam alguma coisa, trazem novas idéias, podem sofrer alguma pressão. Aluno chega conta para o pai que leva para o SNI e o professor é afastado da universidade.

Figueiredo — SNI, não, isto não é verdade. Posso garantir que se levam para o SNI, nunca tomei conhecimento. O SNI tem sido acusado de tudo neste país, tudo o que acontece de ruim é o SNI que fez.

Estudante — Então nós mudamos para órgãos de segurança.

Figueiredo — Com exceção do SNI. Aí está certo.

Estudante — O problema é real. Os professores não dão aulas tranquilos, têm medo de falar. Nós não podemos discutir coisas, e isto cria um clima de medo na universidade.

Estudante — O senhor considera legítima a invasão de universidades ?

Figueiredo — A não ser que vocês estejam quebrando a universidade. Mas se estiverem reunidos lá pacificamente, não.

Estudante — O que talvez seja um consenso é o problema da representação estudantil, que inexistente.

Figueiredo — Com que objetivo ? Representação junto à Reitoria ?

Estudante — Sim, junto ao próprio governo na luta por melhores condições de ensino.

Estudante Carlos Eduardo Castelo Branco — Há também o problema dos professores cassados, os cientistas que estão exilados são pessoas tremendamente importantes para as universidades e para o próprio país e que precisam ser reintegrados. Isto é uma necessidade. O Brasil é um país em desenvolvimento e não pode privar-se desses professores, dessa mão-de-obra qualificada.

Os estudantes falaram nessa ocasião sobre o problema da falta de verbas «que estão caindo nos últimos anos», dos salários baixos dos professores.

Figueiredo — Mas em compensação, quantos universitários tínhamos em 1963 e quantos temos agora ?

Estudante — Mas isso é o problema da massificação do ensino brasileiro, do qual discordamos.

Figueiredo — Vocês discordam ? Então, meus parabéns. Eu também.

Os estudantes fizeram a proposta de um novo encontro com o General Figueiredo, já que «desta vez fomos pegados um pouco de surpresa, mas quando as lideranças estudantis estivessem mais representadas. Isso, também em outros Estados, durante as viagens como candidato à Presidência da República.

Estudante — O que o senhor acha da criação da UNE ?

Figueiredo — Não vejo com bons olhos. Não vejo a necessidade de se criar a UNE. Acho que se houver um bom relacionamento entre a universidade diretamente com o MEC, mais estreito no sentido dos estudantes serem ouvidos nos seus anseios, reivindicações, e atendido aquilo que é justo, não vejo a necessidade de se criar a UNE.

Estudante — Mas a UNE seria a representação de todos os estudantes do Brasil.

Figueiredo — Não vejo objetivo, se vocês podem tratar diretamente com o MEC.

Estudante — Mas estão por que, General, se criar uma nova agremiação partidária? Por que se falar nisso e não na reformulação das entidades estudantis?

Figueiredo — Mas a reformulação partidária não tem nada a ver com a reformulação estudantil. Se vocês querem fazer política, ingressem em um Partido para fazer política. A política estudantil deve ser tratada dentro da universidade diretamente com o Reitor e com o MEC. Não vejo porque fazer uma entidade nacional para tratar disso. Mesmo porque as reivindicações de um estudante no Nordeste não são as mesmas que um estudante do Rio. O intercâmbio entre as universidades pode existir sem a UNE.

Estudante André Martins — General, eu tenho 20 anos, e votei uma vez para vereador, nunca votei para Presidente da República, governador e agora até senador estão querendo mudar, botaram aí um biônico.

Figueiredo — Está horrível?

Estudante Anísio Khader — O panorama político para nós está ruim, principalmente para o estudante de Direito, não estamos entendendo nada. Como a Constituição consegue existir junto com toda essa legislação. Não conseguimos estudar direito. O senhor apareceu um belo dia nos jornais e era candidato.

Figueiredo — Um belo dia, não, um mau dia.

Estudante — Mas não conhecemos nada sobre o senhor. Houve vários grupos contra a sua candidatura. Outros a favor. Um detalhe de um grupo contrário, e que até hoje ficou sem resposta. Uma acusação feita. É uma pergunta que sempre quis fazer, caso tivesse um contato.

Figueiredo — Pode fazer.

Estudante — Acusação do Hugo de Abreu de que o senhor era apoiado por grupos corruptos. Essa pergunta ficou sem resposta e quem cala consente, General.

Figueiredo — Mas eu nunca me calei porque nunca o General Hugo de Abreu me fez essa acusação. Ele pode ter feito essa acusação nos jornais, mas ele nunca chegou perto de mim para fazer essa acusação. Mesmo porque não chegaria à metade do caminho. Jamais me ligaria a qualquer grupo corrupto ou que fosse contra os interesses do país. Isso é a maior infâmia que já fizeram contra mim, como outras, que infelizmente o povo brasileiro acredita. Mas ninguém na minha frente

fará uma acusação desta. Não sou corrupto e não admito que ninguém venha dizer na minha frente que tenha cometido um ato na minha vida que se possa apontar de menos regular. A minha vida está aí aberta para quem quiser ver. Sou pobre. Não tenho nada, vou morrer pobre. Agora os que quiserem me acusar que venham na minha frente me acusar, de cara. De homem eu não tenho medo. Pode ser que de lobisomem eu tenha, mas de homem, não tenho. A minha versão é esta. Agora, não admito que se façam pela imprensa insinuações como esta. Quando eu quiser fazer alguma acusação contra alguém eu procuro e faço na cara. Não acredito que o General Hugo tenha feito esta acusação. Até hoje não acreditei.

Estudante Aluizio Khader — Fique bem claro, General, que se nós pensássemos assim não estaríamos aqui.

Estudante André Martins — A Arena apoia eleições diretas para Governador.

Figueiredo — Eu também apoio.

Estudante — Então o senhor apóia a emenda Montoro?

Figueiredo — Não. A emenda Montoro é para agora. A partir do dia 1º de janeiro eu apóio.

Estudante — Os jornais dizem que o senhor concordou em debater publicamente com o General Euler Bentes Monteiro. Isso é verdade?

Figueiredo — Não concordei não. Eu disse que fossem perguntar ao General Euler, que a idéia foi dele.

Estudante — Ele aceitou, General.

Figueiredo — Não aceitou, não. Ele não é candidato. Se eu for debater com todo o mundo que quiser, não faço outra coisa senão debater.

Estudante Aluizio Kadher — O senhor vê com bons olhos a formação da Frente Nacional?

Figueiredo — Como? Eu não vejo como democratizar uma coisa que nunca existiu. Nunca existiu democracia no país. Nós tivemos sempre um arremedo de democracia. O que eu quero é o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Mas redemocratizar uma coisa que não existe, não.

Estudante — O senhor legalizaria o Partido Comunista Brasileiro?

Figueiredo — Não. E por que você faz esta pergunta? Você queria a legalização do Partido Comunista?

Estudante — Eu acho que deveria haver liberdade partidária. Só.

Figueiredo — Você aceitaria a legalização do Partido Comunista?

Estudante — Eu não conheço o Partido Comunista.

Figueiredo — Então por que você fez a pergunta? Legalizar uma coisa que você não conhece.

Estudante — Acho que a liberdade partidária é importante para o aperfeiçoamento democrático.

Figueiredo — Não aceito a legalização do Partido Comunista porque só é democrático até chegar ao Poder. Depois, se perder a eleição ele não larga mais. É o Partido mais antidemocrático que existe. Não existe alternância do Poder, logo não pode ser democrático.

Estudante — Por que o senhor é contra a anistia ampla, geral e irrestrita?

Figueiredo — Porque não posso admitir que amanhã um indivíduo assalte um banco e, na hora de ser preso, ele diga não, eu assaltei um banco porque quero expropriar para dar ao Partido Comunista. Vai acabar com o crime comum no Brasil.

Estudante — Mas foi a Lei de Segurança que criou.

Figueiredo — Não senhor. A Lei de Segurança diz «por problema ideológico».

Estudante — Mas, todo assalto a banco é tratado pela Lei de Segurança.

Figueiredo — Vamos consertar isto.

O estudante Carlos Eduardo Castelo Branco lembrou o caso do avô (Olegário) que foi anistiado. O General lembrou também o caso do pai, Euclides Figueiredo (1938), quando assinaram um decreto considerando ele morto para todos os efeitos e quando a sua mãe foi receber o montepio, lhe exigiram o atestado de óbito: — «E meu irmão então mandou pedir ao Getúlio Vargas, já que tinha matado o meu pai que estava vivo, que confeccionasse um atestado de óbito para ele».

Figueiredo — Eu fui considerado órfão no Colégio Militar. Mataram meu pai por decreto. Cheguei na secretaria dizendo: «sou órfão de militar e quero passar gratuito». Perguntaram onde estava o atestado de óbito. Eu disse: «vai pedir ao Ministro da Guerra».

Estudante — General, se hoje um estudante desse essa resposta não seria preso?

Concedida a jornalistas no SENAI — Tijuca, no Rio de Janeiro, a 27 de junho de 1978, e publicada no JORNAL DE BRASÍLIA do dia seguinte com manchete "Figueiredo anuncia menor rigor na LSN" e destaque para "Ministérios serão mantidos".

P — Os jornais estão informando que o senhor vai antecipar seu regresso a Brasília para o encontro com Kissinger?

R — Não, não vou antecipar não. Vou quinta-feira porque tem a inauguração do escritório, às 16 horas.

P — O Sr. vai se encontrar com o Kissinger?

R — Não, não tem nada confirmado. Ainda não aceitei isso com o ministro Silveira.

P — General, a respeito da Lei de Segurança Nacional quais são as partes da revisão que o Sr. anunciou segunda-feira para os estudantes? As partes mais importantes?

R — Abrandamento das penas, a principal.

P — O Sr. disse, segunda-feira, a empresários, que tem ouvido sugestões sobre a criação do Ministério do Comércio Exterior. O Sr. está concordando com a idéia?

R — Também se tem falado muito no Ministério da Economia. Aliás, ministérios muita gente tem criado aí à vontade. Se eu fosse aceitar todas as sugestões, eu criaria uns 50 ministérios.

P — E quais seriam criados?

R — Até agora não pensei em criar nenhum.

P — O Ministério da Produção tem sido muito cogitado.

R — Também do Comércio Exterior, do Bem-Estar, da Ciência e Tecnologia. Mas por enquanto só ficam os atuais.

P — Fala-se no ingresso do general Euler e de outros militares no MDB. Isso seria um retrocesso ideológico da oposição, ou seria um avanço dos militares?

R — A pergunta deve ser feita ao general Euler. O problema é de quem entra, não meu. Só ele pode responder.

P — Mas seria uma aproximação dos militares com o MDB?

R — Eu não sei qual o raciocínio desses militares nem o que eles representam.

P — Qual a impressão que lhe deixou o encontro de segunda-feira com os estudantes?

R — Má.

P — Por quê?

R — Porque eu fui agredido por um estudante. Vocês não assistiram? Eles pedem para vir conversar comigo, e depois vêm me agredir ...

P — No geral, restou alguma coisa de positivo?

R — Claro, porque eu tive oportunidade de dizer para eles o que eu penso. Que não estou de acordo com a criação da UNE, que sou contra a política partidária nas universidades, mas a favor de que eles discutam política partidária, a par dos problemas nacionais.

P — E o Sr. acha que recebeu contribuições deles, também?

R — Não. A única coisa que eles me exigiram ... exigiram não, me falaram. foi para fazer política partidária nas universidades, criação da UNE, registro do partido comunista, que eu também fui contra. e a questão dos banidos, que, aliás, não foi a primeira vez que eu disse. Eu acho que o lugar dos brasileiros é no Brasil.

P — E a parte em que eles fizeram reivindicações sobre aumento do salário de professores, apoio aos cientistas?

R — Isso eu disse que vou estudar, e reconheci que os professores estão sendo muito mal remunerados.

P — As repercussões do encontro com os estudantes foi muito favorável. O Sr. manteve um debate franco, coisa que nenhum candidato ou presidente, nem mesmo antes da revolução, havia feito até agora. Essa disposição de conversar com a juventude não é um dado positivo?

R — Foi, e se eles quiserem conversar comigo em termos eu aceito. Eu nunca me recusei a falar com ninguém. Agora, que se comportem, não é? Porque eu tenho também direito de ser o que eu sou. Não vou mudar. E não gosto de levar desaforo para casa.

P — Aliás, ontem demonstrou isso muito bem (risos). E sobre as audiências de hoje? (ontem).

R — Assuntos bem interessantes. O padre Memória me disse que tem 10 mil menores abandonados em Fortaleza. Esse é um problema muito sério para nós. Precisamos nos debruçar para ver como podemos ajudar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Fui informado agora que são 12 milhões em todo o Brasil. O problema da monocultura, em Campos, e a reivindicação que eles estão fazendo para dar mais opções para Campos, para não ficar dependendo da monocultura da cana. O problema do Cesgranrio. Aliás, o rapaz (Carlos Alberto Serpa de Oliveira) tem umas idéias bem interessantes. O rapaz é bem inteligente, tem umas colocações muito boas, eu até pedi a ele que colocasse aquilo em letras de forma, para ver como eu poderia pensar com mais profundidade no assunto.

P — Efetivamente, o que é que ele disse?

R — Discutimos o problema educacional no Brasil e tive o prazer de ver que meu ponto de vista coincide com o dele. É um estudioso do assunto e está há quinze anos nisso. Essas aberturas universitárias, em desproveito do nível de profissionalização. Temos que ver uma maneira de o estudante conseguir um outro derivativo que não seja pegar o cartucho, e depois ficar frustrado porque o mercado de trabalho não comporta. Então nós temos aí sociólogos, bibliotecários, assistentes sociais, em tal número que o mercado de trabalho não comporta e eles acabam se sentindo frustrados. Inclusive contra a própria sociedade que lhes deu formação.

Então o que é preciso é a gente, de fato, conduzir o estudante para a sua verdadeira vocação. E não abrir a porta de uma universidade para apenas dar um diploma a ele.

P — Seria também a profissionalização do estudo?

R — Esse é que é o grande problema.

P — Os jornais publicam hoje (ontem) um documento de empresários de São Paulo em que eles defendem a negociação direta entre patrões e empregados. Qual a sua opinião?

R — Ainda não li esse documento. Mas repito o que tenho dito; a negociação direta, talvez, possa ser uma das soluções que a primeira vista não me cala bem, a não ser que o Governo entrasse como árbitro, para ver os inconvenientes que as decisões desse diálogo possam trazer para a economia do país. E para os próprios trabalhadores também. Uma coisa é o simples aumentar o salário dos trabalhadores, mas o reflexo que isso vai ter no custo de vida e no emprego da mão-de-obra precisa ser bem pensado.

P — Se os próprios empresários defendem a idéia, os argumentos do Sr. não estariam defasados?

R — Não, porque quando os empresários estão fazendo isso estão pensando em compensar o aumento do salário com o aumento dos preços de seus produtos. Será com o aumento do preço de seus produtos que eles vão pagar o aumento dos salários. Isso vai restringir o emprego da mão-de-obra. No fim de certo tempo, vai haver um prejuízo muito grande para o trabalhador, e para aqueles que não são trabalhadores, que também vão sofrer com o custo de vida. O Governo tem de entrar para ver até onde é possível o aumento.

P — O Sr. não acha que, depois desse modelo concentrador de renda, os empresários acumularam muito, e agora estão querendo repassar?

R — O ministro Simonsen disse: vocês podem aumentar os salários, em termos, desde que não aumentem o preço de seus produtos.

P — E sua opinião, também, é essa?

R — Acho que sim.

P — O aumento da produtividade seria uma solução?

R — Claro.

P — O Sr. teve informações de que o repasse do aumento dos salários para o preço dos automóveis, na indústria, poderia ser uma tentativa de justificar a verticalização nas montadoras, que absorveriam o setor fabricante de peças?

R — Não soube disso. Mas vou procurar saber.

P — Se não estamos enganados, o Sr. nos declarou em Brasília que jamais poderia incentivar a candidatura do general Sizen Sarmento ou qualquer outra candidatura, porque o Sr. estaria incentivando a infidelidade partidária. Mas, o deputado Alair Ferreira, que esteve com o Sr. esta manhã, declarou não ter ouvido nenhuma recriminação do Sr. nesse sentido, dando a entender que, tanto o Sr. quanto o deputado Francelino Pereira, estariam silenciosos e praticamente concordando com este tipo de candidatura.

R — Eu acho que houve um engano. Eu disse ao deputado Alair Ferreira que, depois do partido ter firmado o princípio da fidelidade partidária, eu não poderia, absolutamente, incentivar uma candidatura que vai contra isto. Mesmo, porque, se fosse pra fazer um candidato da ARENA, nós teríamos arranjado uma maneira nas alterações de abril, para fazer com que a ARENA tivesse maioria no Colégio Eleitoral. Se o presidente Geisel não fez, é porque ele reconhece que o MDB é que tem maioria. Quer dizer, eu não posso impedir que a ARENA daqui te-

nha um candidato, por isso é que eu disse pra ele: não posso. Mas o que eu não posso, é dar minha aprovação que vai contra o princípio da fidelidade partidária.

P — Para um bom entendedor, meia palavra basta . . .

R — Não. Para um bom entendedor, toda palavra basta.

P — General, o Sr. vai se encontrar, durante o almoço, com os dirigentes sindicais. O Sr. vai transmitir alguma idéia a respeito do Governo do Sr. sobre esse setor?

R — Não. Vou perguntar a eles quais são as preocupações deles para pensar, e para ver o que a gente pode fazer. Eu agora sou ouvinte.

P — Mas fala, também.

R — Falo e às vezes falo mal (risos).

P — E sobre o encontro de logo mais à tarde com o presidente Médici (ontem à tarde)?

R — Eu sempre que venho ao Rio, encontro com o pres. Médici, nunca deixei de visitá-lo.

P — General, o coronel Homem de Carvalho está fazendo um movimento para o lançamento de um partido trabalhista. E ele defende o ponto de vista de que seja um partido que represente os anseios dos trabalhadores, mas sem nenhuma conotação ideológica de esquerda. O que o Sr. acha da criação desse partido?

R — Pergunte ao coronel Homem de Carvalho, que teve a idéia.

P — Ele teve a idéia mas eu estou perguntando ao senhor. Que é que o Sr. acha?

R — Eu acho bom. Mas estou estranhando é que o coronel Homem de Carvalho queira lançar um partido trabalhista. Quem devia fazê-lo era um trabalhador. (Risos).

P — General, na política econômica de seu Governo, o Sr. estaria pensando em amenizar a política de restrições às importações? Por exemplo, a supressão ou a amenização do instrumento 354 que instituiu o depósito-prévio?

R — Sobre isto, eu preciso me reunir com os economistas, e com o ministro da Fazenda, para sentir até que ponto a gente pode fazer isso. A tese é boa. Mas não pode ser, toda a medida, por exemplo: suprimir o depósito de uma hora para outra. . . eu tenho a impressão que vai ser um baque muito grande. Então, não sei qual será a fórmula. E não sei se haverá uma forma para fazer isso. Ainda não me aprofundei.

P — General, a sua sugestão de que as reformas fossem antecipadas, em sua vigência, para primeiro de janeiro foi confirmada.

R — Foi confirmada . . . ótimo.

P — O Sr. ganhou de um a zero.

R — Eu ganhei de um a zero? Não, quem ganhou foi o Presidente.

P — Agora, general, o senador Petrônio Portella declarou-se favorável à manutenção do artigo 155, esse que fala do estado de emergência. Qual sua opinião a esse respeito? Se o prazo é longo, se pequeno. Enfim: qual a sua opinião? Se deve ser restrito — a grandes cidades, ou não?

R — O projeto não diz que deve ser restrito às grandes cidades. Ele é localizado, não é? As medidas de emergência são localizadas: só para determinados pontos, para determinados focos.

P — Isso é um ponto que pode ser negociado com o MDB?

R — Negociado em que sentido?

P — Para diminuir . . . para não atingir grandes cidades, pois ficou meio omissso, já que São Paulo e o Rio podem entrar, a qualquer momento, neste estado de emergência.

R — E qual é o mal que tem isto?

P — Eu pergunto ao senhor: o Sr. não acha que é mau, não?

R — Eu não acho, não, desde que o governante tenha juízo, não será por qualquer motivo que ele vá tomar as medidas de emergência. Agora eu pergunto: o Governo estava armado de um canhão, abre irão desse canhão, e fica com um canivete de cortar unha, no bolso, e nem isso ele pode usar?

P — Mas, parece que o Sr. disse que teria honra em governar sem o AI-5. E o governante, quando está de posse de um canivete na mão, é uma coisa. Quando está com uma metralhadora, é outra. E se o seu sucessor for um maniaco?

R — Não vai ser um maniaco (risos).

Paiva Chaves (um assessor de Figueiredo) olha para o relógio, e sabendo que o general tinha um encontro com os dirigentes sindicais, interrompeu a entrevista para dizer: «General, o Sr. precisa de uma metralhadora ou de um canivete para terminar esta entrevista?» (risos).

R — Ora, um canivete já me é suficiente (risos).

P — Nestor Jost disse ontem aqui, antes de conversar com o Sr., que, da forma como estava colocado este dispositivo, a tendência é que todos os problemas do país, no futuro, refluem para o Presidente. Com isto, o Presidente da República ficaria com uma responsabilidade muito grande. Eu queria saber o seu ponto de vista.

R — Eu creio que não. Eu acho que a abertura que o presidente Geisel propôs, aceitando as idéias do senador Petrônio Portella, é o primeiro passo. E a prova de que é o primeiro passo, e um passo bem largo, é que a própria oposição ficou surpresa com a amplitude da abertura. Esta que é a verdade. Eles não esperavam tanto. Agora, é possível que, com o correr do tempo, muita coisa seja melhorada. Quem sabe se, amanhã, o estado de emergência não desaparece?

P — General, várias pessoas que têm falado com o Sr. notam a sua preocupação em relação ao problema da distribuição de renda. Nós gostaríamos de ouvir do senhor, também, algo a esse respeito.

R — Bom, não há dúvida que a tese é muito bonita, todos nós queremos melhorar a distribuição de rendas. Há várias maneiras de distribuir renda. Como há várias maneiras de aumentar o salário. Quando, por exemplo, nós damos um maior apcio, do INPS, aos trabalhadores, é uma forma de distribuir renda. Não tenha dúvida. Quando nós facilitamos a educação, é uma forma de distribuir renda. Agora, essa equanimidade, essa daí, leva tempo. E eu não me canso de dizer: estou procurando um felizardo que possa fazer essa distribuição de renda equitativa, num prazo curto, para eu sair de bandeirinha na mão, e ele vai ser meu candidato a Presidente da República. E talvez eu faça, até, uma revolução para colocá-lo na Presidência, tal a importância que eu dou à distribuição de rendas. Mas, infelizmente, eu não encontrei esse mágico.

P — General, circulou, no nosso «Comitê de Imprensa», um memorial, supostamente de dirigentes sindicais, propondo o nome do deputado Nina Ribeiro, para ministro do Trabalho. Este será o seu primeiro empregado no Governo?

R — Mas será que eu vou nomear um ministro, porque dois ou três sindicatos pediram? Eu vou nomear os ministros que eu quiser, é lógico. Se eu fosse receber e aceitar sugestões de todo mundo, aí seria um pandemônio.

P — Mas o Sr. recebeu esse documento, mesmo?

R — Recebi, ainda não li, mas vou ler.

P — Mas este ministério não vai ser do Marchezan? (risos).

R — Quem é que vai fazer o meu ministério: é você ou eu? (risos).

P — General, será que estão querendo queimar o Marchezan?

R — Não é por isso que ninguém vai me queimar, não. Vocês querem saber como é difícil? Cada um de vocês pegue os 22 ministérios, inclusive os militares e o chefe do EMFA, e sente numa cadeira aí e organize um ministério. Se três de vocês chegarem a um mesmo resultado, eu dou um prêmio. Bastam três de vocês...

Publicada em inglês no jornal THE BRAZILIAN GAZETTE, de junho-agosto-setembro de 1978, com a manchete: "I accept discussions on anything that may be beneficial to Brazil ("Aceito discutir qualquer assunto que possa beneficiar o Brasil").

Q — What will be the attitude of your Government towards foreign capital in Brazil?

A — It will be welcome. We are not afraid of foreign capital. This kind of capital is necessary for a country which is going through the same stage of development as we are now. What to me seems important is that foreign capital does not damage Brazilian capital. If and when it is both possible and fair, foreign capital should remain in Brazil and participate in the development of the country with the profits being sent out of the country subject to Brazilian law and the Brazilian requirements.

Q — How do you view the importation of technology and know-how to fill the needs of the present stage of Brazil's development?

A — We need to bring international technology into the country, but we must also try to develop a technology of our own. I should say that technology from abroad is, in principle, always good for Brazil, and it is even more so when it becomes dynamic and self-generating. We not only want to produce technology, but we also want to create it: sometimes the problem of modern technology is that it may become useless and obsolete in its own country of origin in less time than the country which has imported it is able to adapt it to its own needs. We must, within a few years, master the know-how required for certain basic areas of development. To achieve this, not only is the importation of technology important, but also the formation of local groups of Brazilian technicians that will be able to change and renew our own technology at the same speed at which it becomes obsolete abroad.

Q — Will you apply these principles to the Nuclear Agreement that Brazil signed with West Germany in 1975?

A — I think the Brazil-Germany Nuclear Agreement is, in this respect, perfect, as it provides for adequate modernization of technology in each phase of its implementation.

Q — How do you see the external debt of Brazil, which will have reached nearly 40 billion US dollars by the time you take your oath as President?

A — This will be the main problem of my office when I take over. I am going through it with a group of experts so that I may have a definite plan on how to cope with it as from the second fortnight of March 1979.

Q — After the political reforms now under way, do you also intend to change Brazil's economic model?

A — The political reforms are of the utmost importance in terms of Brazil achieving an advanced stage of democracy, which in turn will help us to develop the country and to better the health of each and every citizen. As to changes in the economic model, I repeat that Brazil is a neo-capitalist country, more favourable to private enterprise than to state-ownership. Seeing the problem from this angle, I should say that we may need an economic liberalization much as we are now undergoing a political one.

Q — Do you then intend to promote a denationalization of the economy?

A — I wouldn't say «denationalization». What is now State-owned is irreversible. What we have to do, from now on, is not to nationalize any more, and this will be a good thing. We must create incentives for private enterprise in areas where private enterprise is not duly implemented. At the same time we must fight for an equitable redistribution of income and envisage a social policy that will make this redistribution possible.

Q — In some of your statements you have said that agriculture and cattle farming will be priorities in your Government. What general measures do you intend to take in this respect?

A — Hunger may become the main problem of the world in the eighties. We know that Brazil has the capacity to produce enough food to feed a large amount of the world's population. By producing food stuffs, we'll be developing Brazil and, at the same time, helping

to alleviate a world-wide problem. That is why I think we have to treat agriculture and cattle-raising, as well as their infra-structures, as priority subjects, and possibly reduce the speed of work in other sectors. I am not saying we will stop our industrialization. On the contrary: by exporting foodstuffs we shall obtain the necessary currency to further our industrialization efforts of the last decade. By encouraging our agriculture and cattlefarming we shall also solve some of our problems of population distribution in the hinterland. Closely allied to the subjects of agriculture, cattle-raising and industrialization there is, of course, the problem of our national transport network. To attend to the needs of transportation of foodstuffs as well as of the iron-ore and steel industry, we need a better and more modern network. We must unite the various systems of transport of the country. Having some of the largest rivers and waterways in the world we must use them in connection with every other means of transport. If I can, it is my intention to change the industrial profile of Brazil and, by pooling resources that may otherwise be isolated, to increase our exports and attain a solid position in international trade. We must also have a domestic market capable of absorbing our own products so that we may acquire an economic independence which will help us to market our products abroad.

Q — Would you consider agrarian reform to stimulate Brazilian agriculture and cattle-farming?

A — Agrarian reform of only one kind in a diversified country like Brazil would create more problems than it would solve. Productive land must be protected. Land is social wealth and must be used for the benefit of each and every citizen. Unproductive land is unproductive land, whether it is a large estate or a small holding. In principle I accept discussions on anything that may be advantageous to Brazil, to our people and to our development: reformation of that which may be in need of reform, agricultural enterprise and companies, agriculture and/or cattlefarms in the style of the «kibbutzim», in short, I will discuss anything that may help to make Brazil a self-sufficient country producing enough to feed its own people and with surplus for export.

Q — What will be the guide-line of your international policy?

A — One of mutual respect and the fulfilment of agreements. With the natural priorities of Latin America and Africa, we shall make efforts towards tightening our relations — political, economic and cultural — with every nation. We hope for a future world in which hatred and radicalism cannot prevail. We hope international trade

reaches a state of fairness towards producers and consumers of any given product. We hope the development of science can be of use to all nations and not only to a privileged few. We hope the international organizations fulfill the precise purposes for which they were created, and that they can safely solve their problems and become an integral part of the world. We wish Brazil to keep its character of a mixed and free society, with no prejudices of colour, race or religion, in a new kind of democracy capable of distributing the wealth of the nation to all its inhabitants.

Concedida a jornalistas credenciados na Sala de Imprensa do Aracoara Hotel, em 5 de julho de 1978, e publicada em vários jornais do dia seguinte com manchete, entre outras, "Figueiredo diz que Oposição não quer dizer inimigo".

P — O senhor ainda não disse nada sobre a conversa com o Kissinger.

R — Quem pediu para conversar comigo foi o Kissinger.

P — Mas o senhor não ficou calado?

R — Como não fiquei calado, quem deve dizer o que eu disse é ele. Eu não posso divulgar uma conversa que...

P — O que o senhor achou do encontro?

R — Muito bom. É um indivíduo com quem a gente pode conversar. Muito inteligente. A gente aprende muito com ele. É um homem vivido. Conhece todos os problemas internacionais. Isto não tem dúvida. É um indivíduo agradabilíssimo.

P — O senhor depois de escolhido vai fazer viagens ao exterior para aferir o que se está passando em outros países?

R — Eu não vou nem a Taguatinga.

P — O que é que o senhor viu nos contatos com os políticos?

R — Eu tenho mantido contatos políticos há mais de um ano.

P — Mas agora um pouco mais frequentes?

R — Naturalmente, um pouco mais acentuados.

P — E os resultados?

R — Bons, como os outros também não foram maus.

P — Sobre o programa de Governo, o senhor só vai pensar depois da eleição?

R — Primeiro a gente tem que ver os grandes problemas. Esses eu já sei equacionar. Também já estão equacionados. Para cada problema há três ou quatro soluções. A gente tem que optar por uma. Essa uma será o plano.

P — Essa idéia de ampliar, criar um debate bem amplo com os empresários?

R — Isto eu pretendo. É preciso escutar os dois lados. Não vou ficar só do lado de cá querendo atarrachar os outros. O lado de cá que eu digo é o lado do Governo. É preciso ouvir também os outros. A gente só pode tirar uma conclusão para melhor solução se a gente souber o que os outros estão sentindo.

P — Nos seus contatos, lá no Rio, os banqueiros falavam mal dos industriais e os industriais dos banqueiros. O senhor vai ouvir não só o lado de cá como o lado de lá?

R — Daqui a mil anos continuará a mesma coisa. Daqui a mil anos continuará a luta de empregados com os patrões. Você tem dúvida?

P — Os empregados, o senhor vai ouvi-los também?

R — Mas é claro. Tenho que ouvir todo mundo. Quando eu disse de brincadeira, uma vez lá no Rio, que queria entrar num botequim para bater um papo, acharam graça. Eu quero sentir também o que o homem do povo está sentindo. É preciso que eu tenha uma impressão geral. Não só do pessoal de cima, o patrão, o empregado, o produtor, o que paga impostos, o que não paga. Também tem o que não paga.

P — Os jornais têm falado muito em torturas, o senhor acha que o General D'Ávila Mello é um torturador?

R — Jamais. Asseguro que não é. Conheço o General D'Ávila Mello há mais de 50 anos. Duvido que ele seja capaz de um ato menos digno. Podem ter feito algumas coisas no comando dele, mas se ele tivesse tomado conhecimento teria agido.

P — O senhor conversaria também com membros da oposição?

R — Mas claro, Oposição não quer dizer inimigo, não. Está se opondo, não está concordando, mas que é para ajudar também. Não é só para se opor. Tem que bater palmas quando está certo.

P — Se o senador Magalhães Pinto viesse visitá-lo como o senhor receberia?

R — Como eu sempre recebi. Ele é meu amigo, ou como é que você imagina que eu poderia recebê-lo?

P — Essa iniciativa que ficou acertada ontem com Miguel Collasuono significa que vai adotar um modelo econômico mais aberto, mais flexível?

R — Qual iniciativa ficou acertada?

P — O encontro com empresários?

R — Mas isto não ficou acertado com ele ontem. Em conversa ele me disse que estaria disposto a trazer alguns empresários. Eu disse que podia.

P — Mas ele recebeu uma missão também?

R — Não, não, ele recebeu a missão de trazer alguns que ele conhecia, mas eu tenho outros que vão trazer outros.

P — Alguns deputados disseram que o senhor estava lamentando o afastamento do General Sylvio Frota, que sempre foi seu amigo. O senhor estaria disposto a um diálogo com o General Sylvio Frota?

R — E por que não? Se o General Sylvio Frota foi meu amigo e eu não fiz nada para que ele estivesse na situação em que está eu o recebo muito bem. Ainda mais que fui eu um dos que indicaram o nome do General Frota para o Presidente Geisel.

P — O senhor tem encontro marcado com os líderes sindicais?

R — Marcado não.

P — E com o General Euler, o senhor conversaria também?

R — Continuo conversando...

P — Continua conversando?

R — Continuo. Em dezembro encontrei-me com ele e batemos um longo «papo».

P — O senhor vai se encontrar amanhã (hoje) com o General Médici no casamento da filha do General Costa Cavalcanti?

R — Não sei se ele vai. É possível que ele vá. Mas, se o encontrar o que é que tem? Qual a estranheza de me encontrar com ele lá? Por que vocês não me perguntam se eu vou encontrar com o Brizola lá? Com o Médici...

Concedida à Imprensa durante a visita ao "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, a 7 de julho de 1978, e difundida pelo CORREIO BRAZILIENSE com o título "Figueiredo admite rever Fundo de Garantia e a correção monetária" e subtítulo "Distensão na economia".

P — General, esse contato com o Sr. vai servir para esclarecer o episódio de sua visita ao Sr. Chagas Freitas, no «O Dia». É que, além de não permitirem o ingresso de jornalistas, o filho do Sr. Chagas Freitas, Claudio Chagas, havia antecipado para alguns jornalistas que o Sr. teria um encontro a sós, com o ex-governador da Guanabara. A fim de que não façam ilações indagamos: Esse encontro foi para consolidar, mesmo, a candidatura do Sr. Chagas Freitas ao Governo do Rio?

R — O mal de vocês é fazerem ilações demais.

P — Em decorrência de uma afirmação do filho do Sr. Chagas Freitas...

R — ... Mas leva a conclusões erradas. Posso afirmar que não tive, absolutamente, nem uma palavra com o Sr. Chagas Freitas a respeito de sucessão. Nem falamos de política. Foi assunto que não foi nem sequer pensado por mim lá.

P — O Sr. soube que o secretário-geral da ARENA, Nelson Marchezan, e o seu ajudante de ordens, capitão Marcon, foram, também, impedidos de entrar?

R — Isso eu não sabia.

P — E as especulações, General, aumentaram mais, quando se soube que a essa reunião depois compareceu o alto-comando do «chaquismo» no Rio, ou seja: os deputados federais Erasmo Martins Pedro, Miro Teixeira e Marcelo Medeiros; e a deputada estadual Sandra Salim, além do Sr. Maciel Dias Pequeno, ex-chefe da Casa Civil do Governo Chagas. Então não era uma visita ao jornal em si mas, sim, uma reunião política.

R — E aí vocês tiram conclusão errada.

P — Daí o nosso interesse em conversar com o Sr. . . .

R — Mas se não tivessem perguntado, iam essas ilações.

P — E sobre essa conversa?

R — Não houve. Posso afirmar que, absolutamente, não houve. Quanto à razão por que vetaram vocês eu não posso dizer, porque eu não sou o dono do jornal.

P — Mas o que foi discutido?

R — Não foi nada discutido. A visita a O Dia e a A Notícia foi idêntica às outras que fiz aos demais jornais. Não houve, absolutamente, nada demais. Visitei a gráfica. Fui homenageado lá pelos gráficos. Recebi uma placa. Um dos diretores lá me saudou. Eu respondi agradecendo, e só ficamos nisso.

P — General, um dos chefes dos gráficos, Sr. Santana, disse que tinha reclamado ao Sr. o problema dos empregos, em decorrência dessa modernização da maquinaria da imprensa.

R — Não. Ele falou sobre a difícil situação em que vão ficar os gráficos a quente, com a modernização das máquinas. Isso ele me falou. E pediu que eu pensasse, e eu disse a ele que jamais tinham levantado esse assunto para mim. Que eu estava tomando conhecimento naquela hora.

P — O Sr. vai receber ou recebeu hoje um novo documento dos empresários do Rio e de São Paulo, pedindo maior participação ueles nas decisões políticas do seu governo?

R — Se o documento existe ou não, eu não sei. Se eu vou receber também não sei, porque não sou profeta.

P — Que idéias podemos ter dessa conversa com os empresários?

R — Trocamos uma porção de impressões. Eu ouvi algumas idéias deles. Esclareci em alguns pontos. Dei minha opinião em outros, principalmente na parte de indústria, agropecuária, como resolver o problema de desenvolvimento, que ênfase dar aos problemas da agroindústria, sob os aspectos de produtividade e produção, como é que eu encarava o aumento da produção, porque se falava muito em aumento da produtividade e daí surgiram várias idéias, cada um dando a sua participação no que diz respeito à sua atividade. Gostei, imensamente, do que eles me disseram.

P — Como aproveitamento do seu plano de governo, o que o Sr. extrairia da sua conversa de ontem (quinta-feira) à noite?

R — Olha, um ponto que me ficou, que me chamou a atenção e em que eu já me havia fixado é o seguinte: é essa questão da produção e aumento da produtividade. São coisas completamente diferentes. E eu disse para eles que se falava muito em aumento da produtividade, em fator da produtividade, e o que interessava era o aumento da produção. Quer dizer: o quanto a produzir. Ai, um determinado empresário me chamou a atenção, então, e eu concordei com ele, de que há determinados tipos, em que só existem duas maneiras de aumentar a produção: ou se aumenta a área cultivada, ou, então, aumenta-se a produtividade por área. O aumento da produtividade por área requer pesquisas, requer muitos recursos, requer tempo, e às vezes não é uma solução para curto prazo.

..

Ao passo que o aumento da produção pelo aumento da área plantada é uma solução que só depende de um pouco mais de recursos. E ele então me chamou a atenção de que devia haver áreas em que agricultura precisava ter essa base — aumento da área plantada — e essas áreas deviam ser para o consumo interno. E aquelas outras — as concentradas em aumento da produtividade — deviam ser para a exportação. E temos consideração em torno disso, e ele ficou de me dar um documento a esse respeito.

P — Mas, o Sr. parece que quer urgência. Então daria preferência por área plantada?

R — Não. Eu disse que as duas soluções deviam ser enfrentadas concomitantemente. Que é impossível querer resolver, unilateralmente; aqui vamos fazer isso, e tomar uma solução geral para todo o país. Isso não é possível.

P — Haveria, então, um critério de regionalização para isso?

R — Não, não bem de regionalização. E sim também quanto ao produto. É o caso do arroz, de que nós temos 3 zonas produtoras. É o caso da cana, de que temos também 3 zonas produtoras (São Paulo, Campos e Pernambuco), e assim por diante. Quer dizer: cada caso específico deve ser estudado.

P — Isso quer dizer que a EMBRAPA deve ter um grande papel em seu Governo?

R — Ela já está tendo.

P — A inflação tem sido um aspecto que preocupa enormemente o governo, inclusive este mês verificou-se um índice muito alto. O Senhor pretende manter uma política gradualista de combate à inflação, que vem sendo mantido com pouco êxito até agora, ou mudar para uma política de tratamento mais duro, de choque?

R — Eu não acredito na política de tratamento de choque, porque se é verdade que a gente consegue um efeito em prazo relativamente

curto, também você sacrifica o povo, porque toda a medida de combate à inflação é sempre dura. Uma medida que não é bem recebida. Uma medida que faz restrições. Uma medida de sacrifício. E se ainda por cima você adota uma política de choque, a coisa piora. Eu prefiro a política gradualista.

P — O Sr. acha que sua imagem hoje é mais divulgada, e mais popularizada do que era antes?

R — Naturalmente. Porque se eu estou tendo mais contato com a imprensa, se eu estou saindo, se estou saindo do gabinete, deixei a minha casa, como eu disse outro dia, e comecei a tomar contato com o público, naturalmente a minha imagem é mais conhecida. Agora, se ela melhorou... Bom, isso não compete a mim julgar.

P — Qual a prioridade que o Sr. dará à política trabalhista em seu governo?

R — Eu já li um documento do Ministro Mário Henrique Simonson, em que ele apresenta várias soluções para a questão das relações entre o patrão e o empregado, e salarial, e uma das perguntas que me têm sido feitas quase todas as vezes que viajo, é se eu aceito o diálogo direto do patrão com o empregado, do empregador com o empregado. E eu tenho dito sempre que é uma das soluções, mas que isso envolve determinados problemas e que eu não sei se o diálogo puro e simples poderá resultar em benefício. Então o que eu acho, o que eu estou sentindo no momento, é que há necessidade do governo ainda se manter como antes: que haja essa relação direta, mas que há necessidade do governo se manter como árbitro, pois eu tenho muito medo das consequências que esse diálogo direto pode acarretar, em particular, no aumento do custo de vida, no desemprego da mão-de-obra.

P — O Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, criticou, recentemente, o projeto das reformas, alegando que, mais uma vez, os trabalhadores ficaram fora, pois a legislação sindical não será alterada, e continuará baseada na Carta del Lavoro, de Mussolini. O Sr. acha que em seu governo poderá haver uma modificação nessa legislação sindical?

R — Eu não sei se o nosso amigo Lula tem razão. Naturalmente, ele está dando a opinião sobre o ponto de vista dele, que nós devemos levar em conta, pois ele deve expressar a opinião dos trabalhadores. Agora é preciso ver, também, a opinião do outro lado... do empresário. E ver também os interesses da Nação, para não se tomar uma solução unilateral.

P — Quanto à greve, o Sr. admite que pode haver uma modificação na legislação sindical?

R — Essa questão de greve não é uma questão para ser pensada. Eu acho que o trabalhador tem direito à greve. Aliás a legislação não proíbe. É preciso ver, agora, em que condições. Eu acho que a greve é um recurso que pode ser adotado quando esgotados os outros recursos, para não haver prejuízo à nação.

P — General, em relação ao FGTS, o Sr. pretende eliminá-lo ou minorá-lo, atendendo, também, alguns reclamos dos trabalhadores?

R — Eu ainda não me aprofundei sobre esses aspectos. Tenho ouvido muitas queixas. Mas só mesmo quem conhece o assunto é que poderá me aconselhar.

P — E o Sr. faria um Grupo de Trabalho para estudar o assunto?

R — Não sei se faria um Grupo de Trabalho, ou se não faria. Mas que vou conversar com alguém que entenda — para que eu possa ter uma idéia mais nítida — eu vou.

P — O Sr. tem alguma preocupação especial com a correção monetária?

R — Correção monetária, nós sabemos: tem suas grandes vantagens, e tem suas desvantagens. Mas o fato é que ela está aí. Ela existe. Só poderemos eliminá-la quando não houver inflação. Agora, não há dúvida que a correção monetária é também um fator inflacionário. De maneira que a gente fica pensando: se eliminar brutalmente, é um choque para a Nação. Então, parece que a solução gradualista, à medida em que as condições do país melhorem, é a solução.

P — General, o que se questiona em termos de relação empregado-empregador não é a falta de diálogo. O que se questiona é a fixação de um índice mensal que não pode ser superado através das próprias empresas que se propõem a dar um reajuste maior. No seu governo, o Sr. pretende reformular essa legislação, para permitir que as empresas que possam oferecer reajustes salariais maiores atendam os reclamos do trabalhador?

R — Desde que esses reajustes não impliquem aumento do custo de vida, ou dificuldades de mão-de-obra, que é o desemprego. Eu admito que o empregador aumente o salário a seu prazer. Mas desde que ele não faça repasse nisso ao preço de seus produtos.

Concedida à imprensa no Hotel Del Rey, em Belo Horizonte, a 21 de julho de 1978, e publicada no O GLOBO de 22 seguinte com a manchete "Figueiredo quer unir abertura política e econômica".

P — Minas Gerais vai ter lugar no Ministério Figueiredo?

R — Se há uma coisa de que ainda não cogitei é a formação do meu Ministério. Mas, de qualquer maneira, não estou pensando em ministérios em termos regionais, nem em termos políticos. Pensarei em termos de capacidade. Vou buscar aqueles homens que eu achar os mais adequados para cada setor.

P — O discurso que o senhor fez ontem, na Convenção da Arena, teve um detalhe que chamou a atenção. O Senhor, pela primeira vez, externou algumas idéias em relação à agricultura, mas não tocou em crédito agrícola. A visão que o senhor tem é mais estruturalista ou mais monetarista?

R — As duas coisas. Não se pode pensar em resolver o problema da agricultura sem a infra-estrutura e sem o crédito. De maneira que eu acho que a solução é a resultante dessas duas coisas, dentro das possibilidades do Erário.

P — Qual a sua posição em relação à tecnologia importada e ao capital estrangeiro?

R — Eu não tenho medo do capital estrangeiro. Acho mesmo necessário que um país em desenvolvimento vá buscar recursos lá fora. Na poupança alheia. O que devemos fazer é que o capital nacional não seja prejudicado. Agora, não podemos exigir que ele venha de graça. Quanto à importação da tecnologia, ela está nos mesmos termos do capital nacional, desde que não prejudique a nossa tecnologia naqueles setores em que estamos adiantados.

P — O senhor acha possível haver mudança política sem haver uma revisão do modelo econômico?

R — Não, não acho.

P — Então o senhor acha que as reformas políticas encaminhadas pelo Governo têm que ser precedidas de uma mudança no modelo econômico?

R — Claro, é claro que sim. Se estamos num regime capitalista, propenso ao regime privatista, nada melhor ou nada mais condizente do que uma abertura econômica também. Uma abertura política quer dizer também uma abertura econômica. Se tenho procurado diálogo com as classes produtoras, com as empresas privadas, é porque quero essa abertura econômica. Aliás, o Governo também a quer. Mas é preciso incentivar esse diálogo para se sentir melhor as dificuldades das classes produtoras e encaminhar soluções que se coadunem com os seus interesses e com os interesses da Nação.

P — Como abertura econômica o senhor entende o processo de reprivatização da economia?

R — Eu não falaria em privatização da economia. Se conseguirmos, pelo menos, não estatizar mais, já seria muita coisa. Pelo menos isso eu tenho a impressão de que vamos conseguir. Desde que tenhamos juízo para não favorecer empresas mal administradas.

P — Ontem, aqui em Minas, se falou muito na figura do Presidente JK, e se aventou a possibilidade de uma anistia «post-mortem». O senhor é favorável a essa anistia?

R — Eu já tenho dito que, em tese, sou favorável à anistia para crimes políticos. Não sei as razões que levaram à cassação do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Mas, apesar de alguns percalços que tenho encontrado, por parte de alguns juristas, quanto a uma anistia, sou pela revisão das cassações. E nessa revisão eu incluo aqueles que cometeram quaisquer tipos de crimes políticos, menos o seqüestro, o terrorismo e o assalto.

P — Os líderes sindicais têm falado muito que as reformas políticas não vão beneficiar os trabalhadores. O senhor pretende reformular alguma coisa quanto à política trabalhista?

R — Naturalmente os líderes têm falado nisso porque as reformas têm sido colocadas em termos políticos. Ainda não aprofundamos os nossos estudos quanto às leis que regulam os sindicatos. Daí eles terem alguma razão, porque, naturalmente, foram feitas apenas reformas quanto à parte política.

P — O Senador Eurico Rezende disse que o Lula tem o dinamismo que convém a uma democracia amadurecida como a nossa. O senhor vai se avistar com ele?

R — Eu tenho todo o interesse em conversar com ele. Depende dele. Se for possível esse diálogo, muito bem. Não tenho por que deixar de conversar com ele.

P — O senhor tem dito que gostaria de receber o Senador Magalhães Pinto. Eu pergunto: como amigo ou como candidato à Presidência da República?

R — Eu gosto do Senador Magalhães Pinto. Não coloco no condicional porque sempre me dei muito bem com ele. Ele é meu amigo, eu o aprecio muito pela sua qualidade de patriota. Não vejo por que deixar de conversar com ele, aonde ele queira e sobre o que quiser. Agora, se ele vem como candidato ou como amigo, não me interessa. Eu quero receber o cidadão Magalhães Pinto, com quem sempre conversei.

P — O senhor se sente seguro de que será eleito no colégio eleitoral?

R — Seguro como? Pela minha matemática, e pelo que conheço dos homens, sim. Não posso admitir que os homens da Arena vão cometer a infidelidade partidária. Me sinto seguro.

P — O processo de revisão de cassações a que o senhor se referiu é uma iniciativa sua, em seu Governo, ou seria uma iniciativa do Legislativo?

R — Como e quando os juristas me derem uma fórmula, que até hoje não me deram.

P — Qual o empecilho dessa fórmula?

R — Os juristas têm me dito que uma revisão de cassações é impossível, porque não se pode rever coisas em que não há processo. E eu acho que pode. Agora, eu tenho que acatar a opinião deles. Não sou jurista.

P — E essa fórmula seria uma iniciativa do senhor?

R — Eu creio que sim, seria minha.

P — A nossa dívida externa é de 32 bilhões de dólares. Como serão os seus dois primeiros anos de Governo?

R — Boa pergunta. E é a pergunta que me faço todas as noites. Ainda mais sabendo que, este ano, teremos de pagar sete a oito bilhões de dólares de serviços para 79.

P — É em decorrência da fidelidade partidária que o senhor vem evitando se encontrar com o General Syzeno Sarmiento?

R — Não, eu me avistei com ele. Estive com ele. Syzeno é meu amigo, não tenho evitado falar com ele.

P — Se concorresse por eleições diretas o senhor acredita que ganharia essa eleição?

R — Não sei, minha filha, pergunte a São Pedro, que ele deve saber.

P — Dentro das propostas que o senhor tem anunciado, de retorno ao pluripartidarismo, seria possível a ressurreição dos extintos partidos?

R — Eu prefiro primeiro ouvir as bases. Acho que a coisa deve vir de baixo para cima. Não posso dizer nada.

P — Em relação ao capital nacional e internacional: até onde a importação de capital e de tecnologia internacionais evita pressões como a dos Estados Unidos no recente episódio do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha?

R — Isso é que eu digo. Devemos policiar esse capital internacional. Não quer dizer que vamos aceitar qualquer capital que entre aqui.

P — Alguns empresários paulistas têm criticado projetos considerados megalomaniacos. O senhor pretende fazer uma revisão nos projetos assim considerados?

R — Eu pretendo conversar com esses empresários para saber exatamente o que eles chamam de projetos megalomaniacos. Só depois poderei responder à sua pergunta.

P — Muito se tem falado sobre o seu interesse em proteger os menores abandonados do País. Hoje, são 25 milhões. Como o senhor vê o problema?

R — Eu não creio que eles atinjam 25 milhões. Já me deram vários dados, que variavam entre 4 e 18 milhões. Agora, você me vem com 25 milhões. Esse problema estatístico é muito confuso. Agora sejam 4, 18 ou 25 milhões, eu acho que é um problema sério e que devemos enfrentar de frente. Não podemos perder essa geração de crianças, apenas porque o Estado não tem recursos. Temos que arranjar uma solução que, pelo menos, amenize esse problema, que é crucial.

P — E quais seriam as providências do futuro Governo para proteger a classe trabalhadora, atualmente sacrificada pelo problema salarial?

R — O problema salarial é grave. A fórmula de cálculo salarial tem diversas soluções. Eu creio que haveremos de encontrar uma solução que satisfaça às classes produtoras e às classes assalariadas.

E, ao mesmo tempo, reserve ou preserve aqueles aspectos que possam interessar à economia nacional. Eu não creio que seja impossível chegarmos a um denominador comum.

P — Os técnicos da FAO dizem que a década de 80 será a década da fome, e que o Brasil, com uma agricultura desenvolvida, poderia alimentar um quarto da humanidade. Diante de sua tese de desenvolvimento da agricultura, que medidas pensa determinar para o setor?

R — As medidas gerais estão respondidas numa pergunta anterior: incentivos, uma maior infra-estrutura no que diz respeito à agropecuária e, ao mesmo tempo, um crédito acessível, principalmente aos pequenos e médios agricultores e pecuaristas. Como fazer isto, vai depender de muita coisa, inclusive das possibilidades do erário nacional, face a outros programas prioritários que temos.

P — Há estudos internacionais que indicam o papel de países do Cone Sul, como o Brasil, como meros fornecedores de alimentos a países do mundo industrializado...

R — Bom, eu não creio que haja interesse em transformar o Cone Sul da América em um simples fornecedor de alimentos para os países do mundo industrializado. Nós não podemos abandonar a nossa industrialização. Acho que o incremento de nossa agropecuária vai dar um pouco dos recursos de que necessitamos para continuar a nossa industrialização. Isso não quer dizer que não necessitemos, também, de capitais alienígenas para isso. Mas não creio que haja algum apoio de nossa parte, ou que se tenha pensado em permitir que fiquemos aqui apenas plantando para que os países industrializados consumam.

P — Recentemente o senhor nos disse que teve participação na suspensão da censura aos últimos jornais que estavam sob este regime. Diante disso, pretende também suspender a censura ao rádio e à televisão?

R — Não. Não pensei ainda nisso.

P — O senhor pretende revogar o «pacote» de abril?

R — Não, não pensei nisso também.

P — Qual a sua posição sobre o movimento político-estudantil?

R — Eu acho que o estudante pode, e tem direito e o dever de participar da vida política nacional. O que eu não aceito é a introdução da política partidária nas escolas e nas universidades. Como não aceito, também, nos sindicatos e nos quartéis.

P — O que impede que as reformas entrem em vigor no dia 16 de novembro?

R — Porque seria tumultuar o processo que já está desencadeado.

P — Como o senhor viu o decálogo do candidato arenista ao Senado, Israel Pinheiro Filho, que, entre outras coisas, preconiza a volta das eleições diretas para todos os postos?

R — É a plataforma do partido, e eu também acho. Eu também estou de acordo.

P — O senhor pretende dar alguma atribuição ao seu Vice, Aureliano Chaves?

R — Pelo que está na Constituição, o Vice-Presidente da República é o substituto eventual do Presidente nos seus impedimentos, e para missões especiais que o Presidente da República lhe atribua. Então, se a Constituição já me permite isso, eu já fico muito à vontade para dizer que vou utilizar o Dr. Aureliano Chaves para missões especiais. Mas, se a Constituição não dissesse isso, pelo valor do Dr. Aureliano Chaves e pela confiança que tenho nele, eu iria utilizá-lo, também, em missões especiais minhas. De qualquer maneira, ele não está livre de trabalho. Não vai ficar sendo massageado, apenas.

P — Fala-se em reuniões que teriam ocorrido, inclusive almoços, entre Generais, como Jayme Portella, Sylvio Frota e outros, envolvendo até o nome do ex-Presidente Médici, para a discussão da candidatura à Presidência da República. Afinal, o senhor é candidato civil, militar ou um candidato do regime?

R — Eu sou candidato lançado pelo Presidente Geisel com aprovação da Arena. Os que estão me apoiando, ao que sei, no momento são os representantes da Aliança Renovadora Nacional. Agora, quanto às reuniões que têm ou não havido, não são do meu interesse, e eu não tomo conhecimento. Mesmo porque eu tenho consciência do que pensam a meu respeito os meus companheiros das Forças Armadas. Se eles estão se reunindo, ou o que estão conversando, isso não me diz respeito.

P — Na área de desconcentração industrial, o senhor terá uma diretriz.

R — Precisamos fazer a desconcentração industrial nos grandes centros, sem o que as nossas grandes cidades, em particular São Paulo, são inviáveis.

P — Em relação aos Estados, a sua diretriz seria continuar essa desconcentração?

R — Claro que sim. Principalmente para melhor fixar o homem no interior.

P — Se o MDB for vitorioso nas eleições de 15 de novembro, o Senhor pretende fazer uma composição com a oposição?

R — Se o MDB for vitorioso nas eleições de 15 de novembro isso quer dizer que ele terá maioria no Congresso. Então, terei que governar com minoria.

P — Então, com essa maioria do MDB, o Senhor pretende fazer composição?

R — É possível.

P — O Senhor disse que não permite política partidária nas escolas, sindicatos e quartéis. Mas, há pouco tempo, o Senhor disse, também, que não interessa o que pensam os seus companheiros de farda a respeito de sua candidatura.

R — Mas eles não estão fazendo isso nos quartéis. Porque, do contrário vão presos.

P — Os jornais dizem que Paulo Salim Maluf foi incluído, oficialmente, na comitiva do Presidente Geisel na visita a São Paulo. O Senhor pretende fazer a mesma coisa dia 30, em Aparecida?

R — Se o doutor Paulo Maluf estiver em Aparecida, e quiser rezar ao meu lado, ficarei muito honrado.

P — Só rezar?

R — E já não é uma grande coisa?

P — O Senhor poderia fazer um perfil rápido sobre as prioridades de seu governo?

R — Depois de tudo o que eu tenho falado, você já deve ter sentido que eu dou uma grande prioridade à agropecuária. Mas há o problema social, o problema dos grandes centros urbanos...

P — E quanto à reforma agrária?

R — A reforma agrária é um capítulo à parte. Depende. Aquelas áreas produtoras, não. Aquelas áreas que não são produtoras, talvez possam ser utilizadas.

P — Está em suas cogitações criar um Ministério do Comércio Exterior? Ou pretende deixar tudo como está?

R — Eu não acredito que possa haver comércio exterior sem estar vinculado ao Ministério do Exterior. Mesmo porque comércio exterior é muito de diplomacia. O diplomata tem que estar presente.

Houve uma época em que eu pensava diferente. Mas, depois de acompanhar certos aspectos, cheguei à conclusão de que o diplomata é indispensável à comercialização com países amigos.

P — O senhor pretende manter contato com a oposição antes ou depois de sua eleição?

R — O senhor falou que eu pretendo. Eu não pretendo. Mas estou à disposição de qualquer líder do MDB que queira falar comigo. Nunca me neguei a conversar com ninguém.

P — Há setores da Arena, nos Estados, que se queixam do irrealismo de informações que têm chegado ao candidato à Presidência, muitas vendendo um otimismo exagerado sobre as chances do partido em novembro. Entre os otimistas e os queixosos, qual a sua avaliação da realidade?

R — A avaliação que eu faço é de que os políticos da Arena que falam isso não dispõem do serviço de informações de que dispus durante três anos, e que era eficiente. As informações que eu tenho são muito boas.

P — Após a visita a Ouro Preto, como o senhor vê a possibilidade de criar um Ministério para o Turismo?

R — Com o perdão do Dr. Said Farah, presidente da Embratur, aqui presente, não penso em criar o Ministério do Turismo.

P — Como vê o problema da Constituinte do Peru?

R — Não falo sobre a convocação da Constituinte no Peru, porque não sou peruano. Eu poderia ver, sim, a convocação de uma Constituinte no Brasil. E vejo mal.

P — O senhor disse que os militares não podem falar em política, mas o General Jayme Portella tem falado, como um jornal publicou.

R — O General Jayme Portella não está nos quartéis. Está na reserva.

P — O senhor acredita que, na hipótese de o General Euler vencer a eleição para presidente, haveria garantia constitucional para a sua posse?

R — Em primeiro lugar, não devo afirmar nada porque não posso raciocinar sobre hipótese. Eu acho muito difícil a vitória do General Euler. E para admitir a vitória do General Euler, tenho que admitir a infidelidade partidária de certos elementos da Arena, que eu não aceito.

P — Mas, na hipótese de ele ganhar, haveria condições políticas para assumir?

R — O senhor pergunte aos três ministros militares e aos outros ministros, porque eu não sei. Eu não faço mais parte do Governo.

P — Como o senhor encara o episódio da "sinopse" da Agência Nacional?

R — Quando eu era chefe do SNI, eu tinha um boletim matinal e um vespertino, para o Presidente e para os Ministros. Esse boletim incluía os assuntos divulgados em toda a imprensa do país, e também aquelas outras informações que eu recebia de outras fontes. Naturalmente, aquele rapaz quis fazer isso. Incluiu algumas informações de outras fontes. Eu não vi maldade naquilo, porque, se eu mesmo fazia, eu não fazia com objetivo nenhum. Recebia uma informação, checava e se era verdade incluía no boletim do Presidente, mas dizendo que não era publicada na imprensa.

P — Alguns setores da Arena parecem motivados para incentivar, na campanha de 15 de novembro, a imagem de Juscelino Kubitschek. Como o senhor vê isso?

R — Concordo.

P — Em que termos?

R — Nos termos que quem conheceu o ex-Presidente Juscelino Kubitschek pode fazer. Eu não privei da intimidade dele, mas quem privou, quem serviu com ele, pode dizer o que ele representa. Eu acho que pode.

P — Isso não criaria uma imagem negativa para a própria Arena, tratando-se, no caso, de um cassado?

R — Não, absolutamente não.

P — O senhor acabou de dizer que não é bom reviver os mortos, como os antigos partidos — PSD, PTB, UDN —, mas agora aprova reviver JK.

R — É, mas também falo em Caxias e em Osório.

Concedida no Clube dos Repórteres Políticos de Porto Alegre, a 28 de julho de 1978, e publicada no JORNAL DO BRASIL, com manchete "Zebra eleitoral não está prevista" e com os destaques "Não pretendo ser autoritário"; "Quero a democracia neste país"; "Não pretendo cassar ninguém" e "Quero novos partidos".

P — A normalização democrática sempre foi o principal objetivo da Revolução e sabemos que seu desejo, também, é a normalização; mas que garantias a nação pode ter da efetiva normalização?

R — Eu não posso dar ao senhor uma garantia efetiva dessa normalização, porque não vou ser e não pretendo ser um governante autoritário capaz de achar que só a minha vontade prevaleça. O que posso afirmar, repetindo o que disse, agora, no almoço, com correligionários do meu Partido, é que tenho a firme determinação de fazer isso, de que não vou me arredar dessa determinação.

P — O senhor disse, no almoço, que há de fazer deste país uma democracia, a despeito de quaisquer resistências que se lhe anteponham, desde que não venham dos céus. Ontem, em Santa Catarina, o senhor aludiu a possíveis tropeços que pudessem conduzir tudo à estaca zero. Como fica a nação, diante da sua declaração de ontem e de hoje?

R — Não vejo divergência nenhuma entre a minha declaração de ontem e a de hoje. O que afirmei, hoje, é que eu tinha a firme determinação de fazer deste país uma democracia e ontem eu declarei que tinha, apenas, receio dos retrocessos. Devido àquelas pressões, àquelas resistências a que me referi hoje. Eu tenho a força de vontade suficiente e quero e desejo ter o apoio de todos para que estas resistências que se antepõem ou que vão dificultar o atingimento do nosso aperfeiçoamento democrático não vençam a minha vontade. Eu, até este momento, tenho a plena convicção de que tenho forças para ven-

cê-las, mas eu não posso garantir. Eu não sei se Papai do Céu está de acordo com elas.

P — Só para completar, General: mesmo que estas resistências venham do setor militar?

R — Estas resistências podem vir de onde vierem. Não acredito que o setor militar tenha resistência neste sentido, porque foram os militares que fizeram a Revolução de 64, para o restabelecimento dos princípios democráticos, que estavam sendo alterados pelo Governo passado. Se momentaneamente houve retrocesso na Revolução, não cabe a mim julgar, agora, se tinham ou não razão. Em alguns momentos eu estive até de acordo com estes retrocessos, mas eu quero fazer com que sejam impedidos novos tropeços.

P — O líder da Arena na Assembléia, antecipando pronunciamento que fará amanhã, no encerramento do Encontro dos Vereadores, dirá do interesse do Partido em que os políticos sejam ouvidos na formulação dos programas políticos, econômicos e sociais do seu Governo. Como o senhor vê esta colocação?

R — É claro que vejo bem, porque se agora sou um homem de Partido e se o Partido tem um programa é preciso que este programa nasça de uma coisa e não serei eu quem vai redigir este programa. É preciso que eu ouça todos os dirigentes políticos para que este programa, de fato, tenha um consenso dentro do Partido.

P — «Hei de fazer deste país uma democracia» foi uma frase sua muito aplaudida há pouco, no almoço. O senhor acha que as reformas são, apenas, um começo?

R — É um começo árduo, um começo árduo. Tanto que, uma vez, referi que mais do que isso, nesta oportunidade, não seria uma abertura, seria um arrombamento. Acho que estamos dando muito mais do que o Partido de Oposição esperava, mas isso não quer dizer que vamos ficar aí. Pretendemos ir adiante e, principalmente, isso vai depender do comportamento, em particular, das oposições.

P — E quanto à Lei Falcão?

R — Acho inoportuna a extinção da Lei Falcão, no momento.

P — Frente pela Redemocratização. O senhor disse, em Santa Catarina, que sendo um Oficial de Cavalaria não seria pego de surpresa. Pois lhe pergunto, não teria sido uma surpresa a formação dessa Frente, inclusive com a participação de alguns colegas seus de farda e de Partido? Como o senhor vê o desenvolvimento da Frente?

R — Eu não vejo o desenvolvimento, de que o senhor falou, dessa Frente, porque acho que ela não tem vida muito longa. Conheço bem os companheiros meus que estão lá, lidei com eles durante muitos anos, e eles fizeram uma opção, é um direito que assiste a eles.

P — Gostaria de fazer uma pergunta, deixando a política um pouco de lado...

R — Ainda bem...

P — Como o senhor vai compatibilizar o desenvolvimento agrícola, a que o senhor se referiu no almoço, com o pagamento da nossa dívida externa?

R — A resposta à sua pergunta pressupõe, desde logo, uma conclusão de que não é possível desenvolvimento agrícola rápido, a curto prazo. O senhor há de convir que o desenvolvimento de um programa agrícola requer, principalmente, uma infra-estrutura para a qual não temos recursos imediatos a curto prazo. Mas, de qualquer maneira, o desenvolvimento agropecuário nosso requer transportes, requer armazenamento, requer pesquisas técnicas, requer, enfim, infra-estrutura, fertilizantes, requer, em suma, tal soma de recursos que representa quase um programa de Governo. Daí por que acho que não se pode de imediato, com um simples apertar de botão, transformar nossa infra-estrutura para aquela com que sonhamos. Isso não quer dizer que não tenhamos em mente fornecer aqueles incentivos que possam dar uma produção, em curto prazo, maior e mais efetiva do que aquela que temos. Pelo menos para o mercado interno e os excedentes serem aproveitados para o mercado externo.

P — O senhor admite a possibilidade de governar com minoria na Câmara federal? Caso esta possibilidade se verifique a partir das eleições de 15 de novembro, como o senhor reagiria? O senhor usaria a possibilidade que usaram os Presidentes anteriores, até o atual, das cassações de mandatos, até a entrada em vigor das reformas?

R — Não, não admitiria porque as cassações já estão excluídas das reformas. Passo responder a sua pergunta dizendo que o Governador de São Paulo governou com minoria na Assembléia e o Governador está governando com minoria na Assembléia, e assim devo admitir governar com minoria. Agora, devo acrescentar ao senhor que essa é uma hipótese absurda, porque nós vamos vencer as eleições.

P — Ainda quanto às reformas. A Oposição se queixa, particularmente, de um item das reformas que é o Artigo 156, que dispõe sobre o estado de emergência e de exceção, que daria ao Governo po-

deres semelhantes ao do AI-5. Como o senhor vê este aspecto do problema e inclusive a eventual iniciativa da Oposição em abrandar, através de emendas, estas disposições ?

R — Não, não acredito que seja semelhante, porque o estado de emergência, ou as medidas de emergência, têm um prazo fixado, ao passo que pelo AI-5 o prazo não estava fixado. De maneira que o problema é totalmente diferente. Agora, se nós tivéssemos proposto um pouco mais à Oposição, ela teria pedido um pouco mais, disso não tenha dúvida; porque a concessão gera sempre a concessão. Eu prefiro andar um pouco mais devagar, mas chegar seguro.

P — O senhor é partidário e acredita na criação de novos Partidos ?

R — Acredito.

P — E é partidário da criação de novos Partidos ?

R — Sou.

P — No seu governo ?

R — No meu governo.

P — Como se faria isso: a criação de novos Partidos com a manutenção do bipartidarismo ?

R — Manutenção do bipartidarismo não teria novidade nenhuma, não seria reorganização partidária, portanto está excluída. Agora, a criação de novos Partidos, essa está prevista, com ou sem a existência dos atuais.

P — Como o senhor concilia a sua convicção de vitória da Arena com o custo de vida ?

R — O problema do custo de vida é um problema tão sério, que eu desafio os senhores a que façam uma pesquisa perguntando ao eleitorado se acredita que o MDB, em cinco anos, conseguiria baixar o custo de vida, a fim de contentar a todos os consumidores e a todos os produtores. A resposta irá surpreender os senhores. A melhor maneira de nós convenceremos ao eleitorado, já tenho dito, seria entregar o governo às oposições e esperar cinco anos.

P — O que é que o senhor responde àqueles que apostam na zebra, ou seja, de que o senhor não teria condições de tomar posse, tal a deterioração do quadro político-institucional ?

R — Que vão gastar o seu dinheiro.

P — O senhor acha que a volta do Sr. Leonel Brizola, agora, perturbaria o processo de reabertura?

P — Eu diria que você é o Juquinha da imprensa, só faz perguntas inconvenientes. Ainda agora me fez uma ali na entrada. E o próprio Juquinha está sempre contra a professora. Mas qual é mesmo a pergunta?

P — Se o retorno do Sr. Leonel Brizola poderia tumultuar...

R — Pode tumultuar, porque não sei qual a reação de alguns setores das Forças Armadas. Só por isso. Pessoalmente não tenho nada contra ele.

P — Nem partidariamente?

R — Nem partidariamente, nem brasileiroamente.

P — O senhor então conhece o pensamento das Forças Armadas?

R — Conheço bem, graças a Deus.

P — Durante muito tempo se falou em sistema, sistema entre aspas...

R — Mas que sistema é esse, que para mim é como a Frente pela redemocratização: é abstrata, é opaca e ninguém sabe onde está...

P — Mas o fato é que houve retrocessos...

R — Não sei se os retrocessos foram devidos ao sistema...

P — Bem, tornando minha pergunta mais objetiva, o senhor ignorando qual seria a repercussão nas Forças Armadas de determinados episódios, ao longo do seu Governo, não acha que nós ficaríamos perigosamente mais próximos de retrócessos, apesar de todas as suas qualificações pessoais e de suas boas intenções?

R — Poderiam ficar mais próximos, mas não tão próximo, caso houvesse uma abertura total e uma agitação social no país.

P — O senhor tem dito que poderia se encontrar com o Senador Magalhães Pinto. Sendo ele candidato ou não. Isso vale, também, para o General Euler?

R — Sou, também, amigo do General Euler. Aliás é uma resposta que serve para qualquer um: quem quiser falar comigo, eu estarei à disposição, a qualquer hora, em qualquer lugar e sobre qualquer assunto.

P — O senhor falou em entrevistas que é a favor da anistia. Em seu Governo, o senhor aceitaria uma visita da Anistia Internacional ou da ONU para verificar a situação dos presos políticos e dos direitos humanos?

R — Não, não aceitaria de maneira alguma. Isto não é a casa da sogra. Nós temos que defender a nossa soberania e somos nós que temos que decidir sobre os nossos problemas. E, também, não afirmei que sou a favor da anistia. Afirmei que, em tese, sou a favor da revisão dos processos, mas não para aqueles seqüestradores e assaltantes de bancos.

Concedida à Imprensa no Hotel Miramar, em Recife, a 10 de agosto de 1978, publicada, dentre outros, no jornal CORREIO BRAZILIENSE, de 11 de agosto, com a manchete "Figueiredo diz que reata com Cuba se Fidel não exportar revolução". A reportagem destaca: "General reafirma sua posição contra UNE".

P — General, o Sr. tem, hoje, uma imagem diversificada. Para uns é insípido, para outros, aberto, para alguns é um político e, para outros, não. A AGENA acaba de entregar a uma agência de publicidade a missão de divulgar a sua imagem. Qual a recomendação que lhe foi transmitida por essa agência?

R — A agência não me recomendou nenhuma imagem, pelo contrário, o que ouvi dos responsáveis pela agência é que eles queriam transmitir a imagem que tiveram de mim. E com isso eu concordei. Eu disse que fazia questão de ser apresentado ao público como eu sou, e que eles não procurassem melhorar nem piorar a minha imagem.

P — O Sr. disse que faria um ministério político. Haveria lugar para o Nordeste?

R — Eu não declarei que meu Ministério seria um Ministério político. Disse que ia buscar, em todas as regiões do País, aqueles que eu julgasse mais capazes para cada setor. Quanto à segunda parte da pergunta, digo que Pernambuco tem tantos nomes capazes, que, quando eu for formar o meu Ministério, tenho que pensar em Pernambuco.

P — O Sr. pretende relatar relações com Cuba?

R — Não, absolutamente não. Enquanto Cuba se mantiver na posição de exportar a sua Revolução, eu não tenho intenção de reatar relações com Cuba. No dia em que o Governo cubano fizer respeitar a nossa soberania, o princípio de autodeterminação dos povos, não terei dúvida em reatar relações com Cuba.

P — Quando o Sr. diz que dará ênfase especial ao setor agropecuário, esta admitindo que a política dos outros governos revolucionários para o setor está errada?

R — Não, porque os governos anteriores não abandonaram a agricultura. Apenas houve falta de recursos. O que me proponho é buscar mais recursos para a agricultura, dentro do modelo econômico que os outros governos adotaram.

P — E no caso do Nordeste, o problema da reforma agrária seria solucionado?

R — Não. O problema de reforma agrária, nos termos em que está colocado no Estatuto da Terra, sim. Mas, nos termos em que todo mundo imagina, sem ler o Estatuto da Terra, não. Aquelas terras que são produtivas, que produzem riqueza para a Nação, estas devem continuar como estão. O Brasil tem tanta terra inaproveitada, e estas, sim, poderão ser pensadas para o caso de redistribuição.

P — Seria o caso de uma política especial para o Nordeste?

R — Claro que sim.

P — Quanto tempo o Sr. acha necessário para redemocratizar plenamente o País?

R — Vai depender do comportamento da classe política. Pode ser para depois de amanhã, e pode ser para daqui a dois ou três anos. Quanto mais rápido, melhor.

P — Quais serão seus ideais para a concretização dessa reabertura?

R — Meus ideais ao tomar posse na Presidência da República, são aqueles que eu tenho desde 1930. Quando ainda menino, comecei a pensar naquilo que poderia ser o Brasil. Agora, o Senhor comete uma injustiça ao afirmar que a reabertura política se fará no meu governo. A reabertura democrática, que era intenção de todos os governos revolucionários, de fato só pôde ser efetivada e bem iniciada no governo Geisel. E aí está ela com essa liberdade que os Senhores estão tendo de conversar comigo. Só isso já é uma grande abertura.

P — O Ministro Simonsen respondeu irritado quando se pediu que ele esclarecesse as declarações que o Senhor deu, no Ministério da Agricultura, depois do encontro com o Ministro Paulinelli. Disse ele que os repórteres procurassem o Senhor, o Senhor esclarece?

R — E ele tinha razão de ficar irritado. Quando falei aos jornalistas, tive a infelicidade na pressa de sair, de responder mal a uma pergunta. Em vez de falar em custo de vida, falei em inflação. O que eu quis dizer é que eu dava muita importância ao crédito agrícola no combate ao custo de vida, e, portanto, no combate à inflação. E não

como eu disse, que daria mais importância ao crédito agrícola do que ao combate à inflação. O pecado foi meu e não do jornalista.

P — Seu sucessor será eleito pelo povo?

R — Pergunte ao Papai do Céu. Mas eu vou fazer força para que ele me ajude. Se depender de mim, ele será. Mas vamos pensar.

P — General, como conciliar a abertura democrática com a legislação recente que impediu a greve?

R — Aconselho o Sr. a ler a legislação sobre greves nos países que considera mais democráticos.

P — O Sr. é favorável à anistia?

R — Sou favorável a uma possível revisão das cassações. Isto está na dependência de que os juristas, que são os que mais têm colocado obstáculos à minha idéia, me apresentem uma maneira plausível de chegar a isto.

P — Qual a sua opinião sobre Miguel Arraes?

R — A pior possível.

P — O Sr. disse, em uma de suas primeiras entrevistas, que uma vitória da Oposição seria prejudicial ao processo de abertura. Isso significa que o Governo da Revolução, depois de 14 anos, ainda não é capaz de absorver uma vitória do MDB?

R — É capaz de absorver uma vitória da Oposição, se ela se portar como Oposição.

P — Então, qual o conceito do Sr. sobre um comportamento de Oposição?

R — É o que todos nós aceitamos como partido de Oposição. Que faça oposição e o possível para chegar ao poder.

P — E o caso do MDB, por exemplo?

R — E o caso de grande parte do MDB.

P — Tem-se especulado que o Sr. recrutaria para sua assessoria ou Ministério alguns membros da Oposição. O Sr. pretende mesmo convidar representantes da Oposição?

R — Isso eu vi escrito nos jornais. Antes de pensar nisso, eu vi escrito nos jornais. Não há dúvida que existem na Oposição elementos capacitados para ocupar os cargos mais importantes da República. Porém, eu nunca afirmei que iria recrutar alguns deles para meu assessor ou para meu Ministério.

P — General, com o confisco dos bens dos dirigentes da Lutfalla, o Sr. Paulo Salim Maluf fica inelegível para governador de São Paulo?

R — Não sei, o Ministro da Justiça é que deve dizer. Se os próprios juristas têm dúvida, quem sou eu para dizer se ele tem ou não condições. Se a Justiça disser sim, eu acatarei. Se disser que não, igualmente terei de acatar.

P — Tempos atrás, o Sr. disse que o brasileiro não tem condição de votar. Agora, percorrendo todo o País, e com este contato com o povo, o Senhor continua com a mesma opinião?

R — Eu nunca tive aquela opinião. Talvez eu tenha sido infeliz, dizendo o que eu não queria dizer, ou mal compreendido. O que eu disse é que precisávamos incrementar a educação, a fim de que o povo votasse melhor. Um país com um povo bem instruído, o seu eleitor vota melhor. Foi isso que eu declarei, e continuo com esta idéia.

P — Comenta-se que alguns ministros do ex-Presidente Médici poderiam participar de seu governo. O senhor confirma isto?

R — Eu concordo que há muitos ministros do Governo Médici que podem participar de qualquer Ministério. Mas isso não implica dizer que eles vão participar do meu Ministério.

Diálogo com jornalistas no Quartel-General da Polícia Militar de São Paulo, em São Paulo, a 23 de agosto de 1978, publicado no jornal A TARDE, de 24 de agosto.

P — General, quem era aquele que o senhor abraçou demoradamente, emocionado?

R — Era o capelão no meu tempo aqui. Ele me aconselhava, não deixava fazer bobagens.

P — O senhor acredita que a imprensa está de alguma forma indisposta consigo, general?

R — Acredito não, é verdade.

P — Por quê?

R — Porque interpretam mal as «blagues» que eu faço, interpretam da pior maneira possível.

P — Mas o senhor disse aquilo?

R — Mas agora eu digo uma coisa, faço uma brincadeira. E não entendem nada. (O General aponta para as fotografias dos ex-comandantes da Polícia Militar). Olhem, esse aqui é o General João Franco Pontes. Foi meu capitão, servi com ele no Exército, foi meu mestre de equitação e é meu amigo até hoje, um grande soldado ...

P — General, o senhor está chorando? O senhor se sente bem?

R — Muito bem, melhor do que quando estou com raiva.

P — General Figueiredo, como o senhor vê o fato de sua visita estar se realizando numa data importante como esta, em que o partido da Oposição está reunido e possivelmente escolherá um candidato para disputar a Presidência com o senhor?

R — Vejo bem. O partido de oposição quer apresentar um candidato, contra suas teses, porque não aceita eleições indiretas. Vamos disputar.

P — O que o senhor achou do reencontro entre Paulo Maluf e Laudo Natel?

R — Não foi o primeiro, porque eles já se haviam encontrado e abraçado em Aparecida . . .

P — O senhor acha que com sua viagem a São Paulo a Arena poderá vencer as eleições de novembro?

R — Tenho esperanças.

P — Vai ser preciso muito trabalho para isso?

R — Não, não precisa. Basta parar e pensar um pouquinho.

P — General, como o senhor vê a censura ao rádio e à televisão?

R — Isso não é do meu . . . bem, por enquanto eu ainda não sou Governo.

P — Mas como candidato à Presidência o senhor pode falar.

R — Vejo bem.

P — General quais os assuntos que o senhor vai tratar com o ex-governador Laudo Natel no almoço? Por que o senhor vai à casa dele?

R — Vou almoçar por questão de cortesia, achei que era de minha obrigação almoçar com ele.

P — Como é que o senhor acha que está a classe política paulista?

R — O político paulista está bem disposto.

P — A Arena derrotaria o MDB no confronto direto nas urnas?

R — Acho que sim.

P — E o senhor derrotaria o General Euler Bentes no confronto direto nas urnas?

R — Bem, isso eu não sei, mas eu creio que sim.

P — General, o senhor disse que absorveu democraticamente a derrota de seu candidato ao Governo de São Paulo. Absorveria eventualmente uma sua derrota no Colégio Eleitoral de outubro para o candidato da oposição?

R — É claro, por que não?

P — Mas o senhor acredita na possibilidade?

R — Não, não acredito.

P — Por quê?

R — Porque eu não entro para perder; aliás, nunca entrei para perder uma parada.

P — General, a derrota de Laudo Natel pode prejudicar a Arena de São Paulo?

R — Se não houvesse seria melhor.

P — General Figueiredo, qual o seu ponto de vista sobre as declarações do deputado federal João Cunha sobre o envolvimento em corrupção de dois ministros e do Governador do Estado no caso das petroquímicas e das multinacionais?

R — Ele que apresente as provas.

P — E se forem apresentadas?

R — Se forem apresentadas, e se forem provas mesmo, o governo deve agir, como agiu no caso da Sudepe. Todo mundo fala de corrupção, mas o único caso em que apresentaram provas ao governo foi o da Sudepe. E nesse caso o governo agiu.

P — Qual a possibilidade de Laudo Natel ser chefe da Casa Civil de seu governo?

R — Nenhuma.

P — Por quê?

R — Porque ele não aceitaria, em primeiro lugar, e ele não quer sair de São Paulo.

P — Mas ele afirmou ontem, em entrevista, que estaria à sua disposição . . .

R — Mas eu sei que ele não quer sair de São Paulo.

P — General, uma última pergunta, qual o tipo de homem e o tipo de político que o senhor gostaria de ter a seu lado?

R — Homens capazes e de bem.

Coletiva à Imprensa, em São Paulo, publicada no JORNAL DO BRASIL de 24 de agosto de 1978 em que são emitidos pontos sobre conciliação, apoio das Forças Armadas, e participação de capitais estrangeiros.

P — General, qual o significado da frase «Conciliar para Democratizar» que a Arena está usando nos cartazes de propaganda eleitoral?

R — Certamente a Arena escolheu esta frase, este tema, vamos dizer, porque eu fiz um apelo à conciliação, quando de meu discurso na Convenção. Eu acho que é muito mais fácil nós chegarmos ao que vocês chamam de «plenitude democrática» e que eu prefiro chamar de «aperfeiçoamento de nosso sistema democrático», através da conciliação. Daí, talvez, a Arena tenha interpretado minha idéia do discurso da Convenção.

P — General, falando-se em conciliação, pode-se dizer que pode haver uma divisão. A candidatura do General Euler, que agora é uma realidade, poderia ocasionar uma polarização perigosa no país. Quando o Presidente Geisel anunciou que o Sr. seria o candidato indicado à Convenção da Arena, para sua própria sucessão, o Sr. disse ao Presidente que ele disporia de sua candidatura à hora em que ele achasse necessária. Se o Sr. verificar hoje que, a partir desse dado concreto, pode haver uma revisão no país, o Sr. disporia de sua candidatura para o bem do país?

R — Só se o Presidente Geisel me fizesse um apelo.

P — E se ele não fizer?

R — Se ele não fizer, eu vou até o fim.

P — E se ele fizer?

R — Se ele fizer, eu acato o apelo do Presidente.

P — General, eu gostaria de saber o conceito do Sr. sobre o General Euler Bentes Monteiro.

R — O conceito que eu tenho do General Euler é aquele que eu conheci no Exército. Um rapaz inteligente e muito estudioso. E sempre muito meu amigo. Agora, o que ele pensa hoje eu não sei, porque eu não tenho conversado com ele.

P — General, eu fui informado que numa reunião informal com repórteres em Brasília o Sr. revelou que o General Euler estaria aliciando, principalmente, oficiais de capitão para baixo, mas assim mesmo só teria 20% de apoio do Exército. O Sr. confirma essa informação?

R — Confirmo.

P — O Sr. declarou, no interior de São Paulo, que a abertura seria melhor depois de amanhã. Quais são as forças que impedem essa abertura hoje?

R — As forças que impedem é que o jogo democrático já está lançado. E uma abertura agora iria tumultuar o país. Já temos governadores, candidatos à governança dos Estados, candidatos a senadores, e alteração dessas regras agora iria tumultuar o país. É só essa a razão.

P — O Sr. estaria comprometido com a abertura democrática, independente do resultado das eleições de 15 de novembro?

R — A abertura democrática não depende de resultado de eleições. Depende da consciência de cada um.

P — O humorista Henfil disse no 5º Salão Internacional de Humor de Piracicaba que o Presidente Geisel concedeu liberdade à imprensa para que o Sr. fosse popularizado. Isso é verdade? Há uma necessidade de a imprensa ser livre para que o Sr., como candidato oficial, se popularize?

R — O humorista Henfil tem o direito de fazer o humorismo que ele quiser. Eu aprecio muito o humorismo dele. Agora, deve ser interpretado como humorismo. Tão-somente. Não vamos admitir a hipótese de que o Presidente Geisel fosse fazer isso para me popularizar.

P — O Sr. quer a democracia depois de amanhã. Agora, o que o Sr. entende por democracia? Eleições diretas, inexistência das salvaguardas? Qual é o seu conceito de democracia?

R — Qual é o seu, não é o Governo do povo, pelo povo? A escolha dos representantes pelo povo? O regime representativo, em que o povo é a mais alta vontade da nação? Essa é a democracia que eu compreendo.

P — Para depois de amanhã e não para daqui a três anos, como quer o General Euler?

R — Não. O que eu quis dizer foi o seguinte: o Partido da Oposição se bate e repetiu várias vezes por democracia já, agora, neste momento. Está aí a Emenda Montoro para isso. Mas, no entanto, o candidato da Oposição vem e diz que espera um Governo de transição para depois então iniciar um regime democrático. Eu não quero esperar três anos. Nem quero fazer um Governo de transição. Se as circunstâncias forem favoráveis, isso é que quis dizer, eu faço depois de amanhã, significando que eu farei o mais rapidamente possível depois de assumir o Governo.

P — Mas o General Euler disse que esse Governo de transição fica na dependência de um julgamento do Congresso Nacional...

R — É uma idéia dele que não é minha.

P — O que o Sr. acha desses movimentos reivindicatórios de São Paulo: os professores, os metalúrgicos, o que o Sr. acha disso?

R — Eu acho que, consoante as condições salariais de cada um, é um direito que assiste ao assalariado reclamar, mas apenas depois de esgotados todos os recursos que a lei permite. Eu só não admito que, *a priori*, eles partam logo para o regime de greve.

P — O Sr. tem dito que seu Governo pretende dar ênfase ao setor agrícola. E o Sr. bem sabe que para isso será necessário um certo aporte de capitais. Qual seria a participação dos capitais estrangeiros nessa ênfase agrícola que o Sr. pretende imprimir a seu Governo?

R — Eu já fui acusado de, com isso, querer, inclusive por elementos da Oposição, querer dizer que eu vou entregar a agricultura brasileira às multinacionais. Não quero dizer que sou contra o capital estrangeiro. Admito até a entrada do capital estrangeiro no país, desde que devidamente vigiado e não faça concorrência ao capital nacional e não leve o lucro do trabalho dos brasileiros para fora, que fique aqui. Não faço restrição ao capital estrangeiro, mas eu quero crer que eu hei de buscar meios para arranjar recursos aqui dentro.

P — E nessa busca de meios o Sr. pretende incluir os meios colocados à disposição do capital estrangeiro?

R — Claro. Se esses capitais forem sãos, eu admito.

Coletiva à Imprensa, em Teresina, em 30 de agosto de 1978. publicada no dia seguinte, com manchetes "Figueiredo quer democracia sem os riscos do comunismo" e "Figueiredo admite que poderá ser o último dos presidentes da Revolução".

P — O senhor veio ouvir as lamentações da ARENA do Piauí?

R — Lamentações não. Ouvi algumas reivindicações de todas as classes, que são, na realidade, justas.

P — O senhor tem alguma coisa a dizer sobre as dissidências arenistas no Piauí? Conseguiu, ao menos, a paz temporária?

R — Não vou dizer que consegui a paz temporária, mas, pelo menos, tenho a palavra dos líderes de que a campanha não será radicalizada. A campanha será feita com respeito mútuo, dentro de uma dissidência natural que há e que é até salutar para a ARENA. Tenho a promessa dos líderes de que a campanha não se radicalizará.

P — Que tipo de recomendação o senhor fez aos candidatos da ARENA?

R — Não fiz recomendação alguma. Já que a vitória aqui no Piauí está assegurada, pedi que eles fizessem o máximo para que a nossa representação fosse a maior possível.

P — E o processo de redemocratização do País?

R — Não gosto de falar de redemocratização do País. Prefiro falar em aperfeiçoamento da nossa democracia. A esse respeito o Governo já mandou um projeto de reformas ao Congresso que será apreciado, se não me engano, a partir da próxima semana. A própria Oposição reconhece que as reformas foram muito além do que ela esperava.

P — Os outros presidentes revolucionários prometeram a redemocratização e não a fizeram.

R — Justamente. Mas agora o MDB está com medo porque encontrou um que prometeu e vai fazer. Esse é o medo que eles têm.

P — Por algum momento o senhor discordou de certos desvios da rota revolucionária?

R — Lamentei, mas não discordei. Concordei todas as vezes. Mas lamentei que a Revolução, por várias vezes, tivesse que se desviar de sua norma de conduta, que era o restabelecimento da plena democracia no País.

P — Que democracia é essa de que o senhor prega a volta?

R — Que democracia como?

P — O senhor falou em outras entrevistas em democracia cristã e anticomunista. Como seria a sua democracia?

R — Qualquer democracia me serve, desde que ela não venha com o comunismo, não acredito em Partido Comunista democrata.

P — O senhor acha que a aprovação da Emenda Montoro trará consequências graves e sérias para o País, como afirmou o presidente do Senado, Petrônio Portella?

R — Não. Apenas acho que a Emenda Montoro foi inoportuna. Ela deveria ter sido apresentada ou muito antes ou posteriormente. Ela deveria ter sido apresentada ou muito antes ou posteriormente. Agora, depois que os candidatos estão lançados em plena campanha, eu acho que vai tumultuar.

P — Entrando em vigor as reformas políticas, seria o fim do partido oposicionista?

R — Não tenho culpa se o que eles querem é o que nós queremos também. Eles têm umas idéias, nós apresentamos o que eles querem e por isso eles desaparecem? Não. Que tratem de vigiar o Governo e fazer as críticas que quiserem, aquelas que acharem justas.

P — General, o Nordeste reclama uma modificação na sistemática do ICM sob o argumento de que, como está hoje, beneficia apenas os Estados produtores do Sul, em detrimento dos pequenos, que são os consumidores.

R — Reverei a questão do ICM a fim de que os Estados nortezinos sejam melhor aquinhoados. Não sei se será possível, mas levo essa idéia e já avancei alguns passos nesse sentido.

P — Mudarão os rumos políticos e econômicos do Governo para o Nordeste?

R — Políticos não sei onde você quer chegar. Mas econômicos, é possível que eu faça algumas adaptações.

P — O General Euler Bentes declarou que terá bastantes votos de arenistas dissidentes que a opinião pública e a cúpula da Arena desconhecem. O senhor teme esses votos?

R — Não temo. Não tenho nenhum receio.

P — Nessas suas viagens, o senhor conseguiu recuperar alguns votos de dissidentes que votarão no Colégio Eleitoral?

R — Recuperar? Nunca tive votos dissidentes no Colégio Eleitoral. Eu não tive um voto contra na Convenção. Recebi somente 25 votos em branco e dois votos nulos.

P — Quer dizer então que não há possibilidade de dar «zebra» na eleição de 15 de outubro?

R — Não há possibilidade.

P — O próximo Presidente da República será eleito pelo povo?

R — Vou fazer força para isso.

P — O Governador Paulo Egydio Martins, em seu discurso em São José do Rio Preto, comparou alguns militares ao Almirante Aragão, que usa métodos tentando reavivar a separação, a desídia e a mentira nas Forças Armadas. O senhor concorda com essa denúncia do Governador de São Paulo?

R — Não concordo porque não o ouvi dizer isso, nem sei em que termos ele disse. Agora, concordo que alguns elementos não estão procedendo de acordo com o que eu esperava deles.

P — O senhor espera receber relatórios, durante a campanha, dos Estados em que a Arena está dividida?

R — Recebo relatórios de todos os Estados. Mas, a princípio, não me meto em dissidências regionais. Coloco-me neutro nessas questões regionais.

P — Um voto a menos de um dissidente não pesa na sua eleição?

R — Não. Cinquenta votos a mais ou a menos não pesam na eleição. Vou ganhar bem.

P — O senhor está cansado dessas entrevistas que vem dando?

R — Das coletivas não. Eu não gosto é de entrevistas de aeroporto, porque numa dessas eu quase engulo um microfone.

P — O senhor pretende dissolver os atuais partidos políticos?

R — Não tenho idéia ainda. Pretendo formar novos partidos.

P — Por que a classe política apresentou dois candidatos militares à Presidência da República?

R — Pergunte à classe política. Eu nem era dessa classe. Quanto à volta aos quartéis, eu que sou revolucionário, sempre estive nos quartéis. Só saí do quartel quando me chamaram para desempenhar o cargo de chefe no governo militar.

P — O senhor, que conhece a caserna, acha que o General Euler vai tirar parte do seu apoio junto aos militares?

R — Não acredito. Como já declarei há alguns dias, o Euler não tem dois por cento de apoio da classe militar.

P — O senhor já tem nomes para a composição de seu Ministério?

R — Não. Não pensei ainda.

P — O senhor pretende auxiliar o Piauí?

R — Claro. Mas, o problema é a falta de recursos financeiros. Esse é o único problema do Brasil. O resto nós temos. Porque com recursos, inclusive, importamos aquela tecnologia que não temos.

P — Há possibilidade de negociar a dívida externa brasileira com os árabes?

R — Não. Ninguém pensa em negociar a dívida externa. Pensa em saldar os compromissos. Para isso, o nosso esquema de pagamentos está bom.

P — O senhor dorme bem com essa dívida externa?

R — A pergunta está mal colocada. Não é bem assim. Eu é que declarei que não dormia bem com essa dívida. Agora não acredito que o povo não consiga dormir bem com essa dívida, porque o que interessa ao povo é o custo de vida, é educação, saúde, transporte, vestuário e habitação. Isso é que interessa ao povo. Não acredito que o povo esteja imediatamente voltado para a dívida externa.

P — E a dívida externa não está ligada ao custo de vida?

R — Está. Mas eu não acredito que o povo pense nisso. O povo está mais interessado em resolver os seus problemas, que são os nossos: educação de filhos, saúde, alimentação, higiene e habitação.

P — Dívidas também, General?

R — Dívidas de cada um, é lógico. Mas dívidas de 40 bilhões de dólares têm que ser pagas com muito trabalho. E quem é que vai trabalhar tanto?

P — O senhor pretende modificar o sistema econômico?

R — Não, não pretendo. Temos dois sistemas econômicos: capitalista e socialista. Nós estamos no sistema capitalista. Eu pretendo manter o sistema capitalista.

P — Quando o senhor esteve em São Paulo havia muita segurança em sua volta. Aqui, não.

R — Eu não tenho culpa disso. Não era a minha segurança. Eu não tenho segurança. Cadê a minha segurança? Eu nunca tive segurança na minha vida. Eu não tenho nada a ver com a segurança do Governo de São Paulo. Isto é problema dele.

P — O que o senhor pretende fazer para conquistar os votos dos dissidentes da ARENA?

R — Nada. Compete a cada um examinar sua consciência e votar como quiser.

P — O senhor acha então que o eleitor deve vir ao senhor?

R — Não. Eu não acho que o eleitor tenha... Eu não disse isso. Você concluiu que minha resposta seria essa. Eu jamais disse isso. Disse que, em respeito ao povo, eu estava procurando um contato com o povo, para ele conhecer o candidato. Mas não tinha necessidade de fazer isso. Porque o que eu deveria procurar eram os eleitores do Colégio Eleitoral. No entanto eu prefiro ir ao povo. Porque no Colégio Eleitoral eu já venci. Não vou perder tempo com isso.

Coletiva à Imprensa, em Belém, a 31 de agosto de 1978, publicada em vários jornais de 1º de setembro, com manchetes "General diz que foi chamado ao dever" e "Não há divisão militar".

P — Qual o principal problema surgido nas audiências de hoje ?

R — Alocação de recursos para a Amazônia. Esse é o ponto crítico que nós vamos enfrentar. Onde buscar recursos para aumentar o ritmo do desenvolvimento da Amazônia.

P — Como o Sr. viu a baixada (região favelada de Belém)?

R — Qualquer ser humano que tenha visto o que eu vi esta manhã só pode ter uma resposta para dar: é impossível a gente imaginar que se possa viver nas condições em que aquela gente está vivendo.

P — E o que pode ser feito a curto prazo?

R — A curto prazo, o governo já está fazendo. Já se iniciou o plano de urbanização e saneamento. Faltam recursos para outras partes, que foi um apelo que ele (o prefeito) me fez, que eu levo de Belém do Pará, para estudar de onde eu vou retirar esses recursos.

P — A legislação vigente atende aos interesses da Amazônia, no tocante ao sistema fundiário ?

R — Não. O sistema fundiário, nós precisamos antes, é uma grave problema, não só daqui da Amazônia, como de outras partes do país. A situação fundiária está tão tumultuada que até na Baixada Fluminense, região ali junto do Rio, tem problemas fundiários. É um problema que tem de ser encarado com profundidade.

P — O Sr. pretende ter o senador Jarbas Passarinho como líder do governo ?

R — Imagino o senador Passarinho onde for preciso. Ele é um homem tão inteligente e tão capaz que, quer no Senado ou fora dele, ele será um grande auxiliar para mim.

P — Como o Sr. vê o apoio do filho do presidente Médici ao candidato Euler Bentes Monteiro?

R — Eu vejo uma atitude do Dr. Roberto Médici... Ele decidiu, optou pela candidatura Euler. É um problema dele, não é meu. Não faço comentários.

P — O Sr. acredita na criação de novos partidos políticos no Brasil?

R — Acredito.

P — O Sr. acha possível que o presidente Médici venha a apoiar o general Euler?

R — Essa pergunta só o presidente Médici pode responder. Devo acrescentar que sou amigo do presidente Médici. Na última vez que estive no Rio não fui procurá-lo, porque o programa estava muito apertado, mas sempre que vou ao Rio eu o procuro, tenho grande consideração e respeito por ele, e tenho a impressão que ele tem por mim. Agora, quem ele vai apoiar, só ele pode dizer.

P — E que o ex-presidente Médici tenha conversado com Euler, ontem, durante meia hora, não quer dizer que seja um apoio?

R — Não sei. Também é outra coisa que só o presidente pode dizer, não vou adivinhar os pensamentos do presidente Médici.

P — Em São Paulo, o Sr. disse que absorveria democraticamente uma vitória do general Euler. O regime também absorveria?

R — Não sei. O que eu disse é que eu absorveria. Eu me consideraria derrotado, e iria para casa, não é? Satisfeito por ter prestado um serviço ao país.

P — O Sr. acredita que o MDB viria a ser governo se houvesse essa derrota?

R — Não sei. Eu não seria mais o presidente.

P — Quando o Sr. não era candidato, disse que só aceitaria um debate com o general Euler se ele fosse candidato. Agora, ele o é. O Sr. aceita?

R — Aceito. Mas infelizmente a direção do partido me proibiu. O deputado Marchezan está aqui, eu fiz esta consulta, na ocasião o partido me proibiu, me mostrou a legislação, que inclusive não permite isso.

P — O Sr. acha essa legislação correta?

R — Eu não costumo interpretar as leis. Costumo cumpri-las.

P — O estado do Mato Grosso já foi dividido. Há possibilidade de o Pará e a Amazônia sofrerem outra divisão, num novo estado?

R — Há um projeto de um novo estado pegando uma parte do Pará é uma parte do Piauí, mas esse projeto não foi aprofundado ainda.

P — O Sr. disse recentemente que apenas dois por cento dos militares estariam apoiando a candidatura Euler. Em Recife, junto com o coronel Tarcísio, estavam outros militares...

R — Quantos militares ?

P — Nove.

R — Sete, precisamente.

P — O Sr. acha que o fato caracteriza novas adesões, ou está dentro dos dois por cento ?

R — Não, absolutamente. São aqueles mesmos que eu já contava como estando do outro lado...

P — Que outro lado ?

R — O lado do general Euler. Tem o meu lado e o lado do general Euler.

P — Há divisão nas Forças Armadas, no Exército ?

R — Há divisão. Há uma laranja deste tamanho (mostra com as mãos e circunferência de uma laranja) com um gomozinho deste tamanho que apóia o general Euler, e o resto da laranja me apóia.

P — É uma dissidência ?

R — Não há dissidência. Há opção. Cada um tem o direito de escolher quem quiser. Uns acham que o melhor candidato é o general Euler, outros acham que o melhor candidato sou eu.

P — Mas o presidente Geisel, em discurso no Rio Grande do Sul, afirmou que não há divisão nas Forças Armadas...

R — Divisão sempre houve. Não é questão de divisão. Se um discordar, já é uma dissidência, e não é bem dissidência. Apóia, mas não vai ficar contra, não vai fazer nada, se um ou outro for eleito, aceita absolutamente qualquer resultado.

P — General, nós lemos pelos jornais do sul, como foi o episódio do «cheiro do cavalo».

R — É uma questão de, eu não diria de honestidade, mas de isenção de contar as coisas como elas são. Eu acho que muitos de vocês da imprensa não entenderam o meu temperamento. Quando eu não quero responder a uma pergunta, eu respondo às vezes bruscamente, eu concordo. Em tom de blague, em tom de brincadeira. Lá, um repórter me perguntou: «quer dizer que o Sr. gosta mais de cheiro de cavalo de que do povo»? Eu disse, «é, gosto mais do cheiro, como quem diz: «ora,

não me amole, isso não é pergunta que se faça». Que ninguém pode imaginar que a uma altura daquelas, eu, procurando os votos do povo para o meu partido, fosse dizer uma asneira dessas.

P — A juventude arenista do Pará denunciou a Associação Paraense pelos direitos humanos, como o Sr. encara isso?

R — Não foi denunciado. Eles me falaram da existência dela. Acho que ela existe aqui, como existe em outros lugares.

P — Como o Sr. vê a ação do grupo paramilitar de direita atuando contra jornais da imprensa alternativa?

R — Mal. Eu vejo mal. Não vejo bem, não.

P — O Sr. acha que há um certo desprezo do governo quanto a ação desses grupos?

R — Não, desprezo do governo não há. Se o governo soubesse proibia, mas não sabe quem é. É muito fácil dizer: o governo... eu quando estava no SNI procurei, nós estamos procurando. Muita gente pixava muro lá em Brasília. Com o auxílio da Secretaria de Segurança de lá nós conseguimos identificar três ou quatro estudantes de direito que pixavam muros. A polícia agiu e eles foram processados.

P. O sr. não acha que a repressão é maior quando o grupo é de esquerda?

R — Não acho, não. Apenas os grupos de esquerda fazem acintosamente e os grupos de direita sigilosamente.

P — Sigilosamente, jogando bombas?

R — Jogando bombas, sei lá. Isso que denunciavam na imprensa...

P — O general Rodrigo Otávio declarou ontem que o STM tem procurado investigar casos de tortura, o Sr. não acha que tem havido pouco caso das autoridades em averiguar esses casos de tortura?

R — Não acho que haja pouco caso, não. Acredito que haja dificuldade. Eu, quando estive no SNI, fuzei de todo jeito certos casos e não houve jeito. Agora, se estão acobertando ou não estão, eu acho que não estão. Pelo menos com os meus companheiros do Exército, eu não encontrei nada disso.

P — Em seu governo, o Sr. vai acabar com a censura ao rádio e a televisão?

R — Que censura?

P — Pelo menos, a gente tem recebido telefonemas proibindo a divulgação de notícias relacionadas a greves e outros assuntos.

R — Eu não sei. Eu vou ver a legislação, vou ver como ela está. Confesso que não me aprofundei nisso. Não sei que tipo de censura. Aquela que está prevista na constituição, essa vai continuar.

P — Atualmente, a candidatura Euler ameaça a sua eleição?

R — No Colégio Eleitoral? Absolutamente.

P — Se fosse eleição direta?

R — Se fosse eleição direta, eu acho que teria uma chance muito grande. Desculpe, mas eu acho que tinha. Com toda a antipatia que têm por mim, eu acho que tinha chance...

P — Quem tem antipatia pelo Sr.?

R — Alguns de vocês que fazem às vezes umas perguntas que eu não posso nem responder. Perguntas assim tão agressivas que eu tenho a impressão de que o indivíduo não gosta de mim (risos). Aí pergunto, por que o Sr. está carrancudo? Está de mau humor? Eu disse que estava. Eu não podia mentir. Eu estava de mau humor... não tinha nada a ver com a imprensa, estava de mau humor, por estar.

P — O Sr. estava de mau humor ontem, não estava?

R — Não. Ontem não (risos). Eu prefiro ter esse encontro com vocês assim, do que vocês ficarem fazendo perguntas de afogadilho, quando eu estou dando atenção a outras pessoas. No outro dia eu quase engoli um microfone (risos) desses no aeroporto. Eu fiquei com vontade de dar uma dentada no microfone. Vocês têm que entender que eu tenho que atender as autoridades. Ontem mesmo eu fiz uma grosseria; eu estava conversando com o governador e um repórter se intrometeu com um microfone, e quis fazer uma entrevista. Aí eu disse: espera aí, agora não é hora, eu estou cumprimentando o governador. Agora, é hora de nós conversarmos, aí vamos falar de tudo, mas pelo menos me dêem direito de conversar com aquelas pessoas que estão me recebendo.

P — General, o projeto de reforma tem sido até modesto diante do que o Sr. tem prometido...

R — Modesto? Eu acho que ele foi demais. Tanto é que quando o MDB viu pela primeira vez, disse: «Tudo isso? Ah, não, não acredito».

P — Mas o Sr. tem ido além (Figueiredo admite, balançando a cabeça), o Sr. não poderia adiantar alguns dos pontos que o Sr. vai acrescentar?

R — Não. Tenho idéias.

P — Por exemplo...

R — Nós chegaremos lá. Você vai ver. Você não quer aperfeiçoamento democrático? Um dia quando você acordar, o aperfeiçoamento democrático estará feito.

P — As reformas entrarão em vigência com sugestão do Sr. também?

R — Também. Sugestões minhas também. A primeira sugestão que eu fiz é que elas entrassem em vigor a partir de primeiro de janeiro.

P — Houve alguma outra?

R — Não. Houve várias, mas esta foi a última que eu fiz ao presidente Geisel.

P — As greves que têm acontecido (amanhã está prevista uma dos bancários, em São Paulo), o Sr. anda preocupado com isso?

R — Greve sempre preocupa, não é? Principalmente se essas greves começarem a se generalizar. Aí o governo tem que tomar certas atitudes, porque não pode paralisar a vida do País. Uma greve dessas, que paralisa um setor, é um prejuízo danado.

P — O que o Sr. acha da proposta do General Rodrigo Otávio da criação do V Exército?

R — Os fatores que poderiam levar à criação do V Exército são apenas pela extensão do seu território. Pela extensão, pela importância da Amazônia em relação ao restante do mundo, seria viável a criação do V Exército. Mas os efetivos que nós temos aqui na área são muito reduzidos. Colocar um general de quatro estrelas para comandar seis a sete mil homens, é levar esse general a um comandante de regimento, quase, ou a um comandante-de-brigada. Nós temos aqui dois generais, um comandante da Amazônia e outro comandante da região. Antigamente tínhamos um só, em Belém. É possível que com o tempo eu aprove os estudos que o Estado-Maior do Exército apresentar.

P — O Sr. tem dito várias vezes que recebeu a sua indicação como missão. O *Jornal de Brasília* tem publicado uma série de matérias sobre os preparativos da sucessão do Presidente Geisel. Eu pergunto: o Sr. recebeu esta missão em 1973 ou 1977?

R — O *Jornal de Brasília* tem publicado uma série de reportagens que eu tenho lido e contém muitas verdades e muitas inverdades. Eu recebi esta missão em 29 de dezembro de 1977. Foi quando falei pela primeira vez. O Presidente Geisel falou comigo diretamente em sucessão, jamais entrou nesse assunto comigo. A meu pedido, através do General Golbery, eu pedi a ele que não conversasse comigo duas coisas: sucessão presidencial, nem promoção a general.

P — Mas o seu sexto sentido não funcionava ?

R — Se eu dissesse a você que não funcionava, você concluiria que eu era burro. Porque seis meses antes a imprensa vinha falando em meu nome... Eu não sou tão imbecil assim.

P — O coronel Tarcisio foi chamado ontem ao seu comandante e deve ser preso hoje. O Sr. não acha que isso pode levar a desdobramento entre militares ?

R — Não. O desdobramento é que ele vai ser preso. Se tiver que ser preso, ele vai ser.

Concedida a Luiz Carta e Jorge Cunha Lima para a revista SENHOR VOGUE, de setembro de 1978, com os destaques: "As armas que eles têm são a greve e o voto! Agem..."; "Eu não posso mudar, como governante vou ser o que sempre fui. Vou continuar chorão"; "O estado tem que intervir. Não porque queira! Mas..." e "Se a panela tiver pouca pressão eu posso abrir".

LUÍS CARTA — General. Nós achamos que o Brasil está atravessando um momento de crise econômica e social com grande sofrimento para o povo. O senhor acha, pelos contatos que teve, que o empresário tem uma consciência clara deste quadro e está disposto a ajudar, inclusive aceitando sacrifícios?

JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO — Quando eles vêm a mim e apresentam suas razões, eu digo, bom, essas são as razões dos senhores que devem pesar, porque os senhores é que criam a riqueza da nação. Então eu vou levar em consideração, quando chegar a hora, essas razões. Quero que os senhores venham aqui, mas isso não quer dizer que haverá decisão a favor dos senhores. O que eu quero é ficar só com a parte do Estado, com as razões do Estado; eu quero ter de um lado essas razões e as razões dos senhores também, e jogar no meio de tudo isso o interesse público; no meio desse triângulo é que eu tenho de resolver. As razões do erário público, balança de pagamentos, a dívida externa, o custo de vida, os anseios do público e os interesses dos senhores. Agora, em torno disso é que eu vou decidir. Mas, normalmente, em qualquer decisão que se tome, os dois lados vão ficar insatisfeitos.

JORGE CUNHA LIMA — O que nossa revista pretende, general, é exatamente levar ao governante alguns aspectos dos problemas que os governantes esquecem...

FIGUEIREDO — É justamente o que eu tenho dito. Então basta que os senhores venham a mim, ou que tenham acesso a mim. É a

promessa que eu tenho feito e que tem arrepiado a oposição. «Ele vai botar os empresários no governo!» Eu não vou botar... E se pusesse? Qual é o mal que tinha, se esse empresário fosse bem intencionado? Não há mal nenhum.

No outro dia um senador da oposição disse: «Que barbaridade! ele vai fazer um governo de empresários». Não, eu vou fazer com que os empresários sentem na minha frente e digam o que estão pensando. Agora, o que eu não posso, é decidir sem saber o que eles estão pensando. Ah! especular sobre o que está na cabeça dos empresários! Não posso fazer isso.

LC — Agora, general, antes de passar a isso, eu gostaria que o senhor nos contasse os problemas que foram enfrentados para chegar ao ponto a que já chegamos. Pois já chegamos a um ponto.

JCL — Quer dizer, a abertura já começou.

FIGUEIREDO — Não há dúvida de que o Presidente Geisel desde o início de seu governo tinha a intenção e nunca se afastou disso, de fazer a abertura. É verdade que em determinado momento ele teve que dar um passo atrás, e um passo até violento, que foi o pacote-de-abril; mas ele nunca se desviou daquela meta que ele tinha para chegar lá. Quanto a isso não há dúvida nenhuma, e tem que ser feita justiça a ela. Nós vamos regularizar a vida política do país.

JCL — De fora, a gente vê mais o pacote de abril do que as dificuldades.

FIGUEIREDO — Mas aí é que está; é a tal história: estão vendo as palmadas que a mamãe dá no filho, mas se esquecem do amor maternal da mãe pelo filho.

LC — Agora, general, o Brasil, evidentemente, está num momento de crise econômico-social. E o senhor está pessoalmente tendo contatos com o empresariado. O que o senhor tem achado destes contatos? Permite-me insistir neste ponto?

FIGUEIREDO — Eu quero crer que a grande maioria está disposta a sacrifícios. Pelo que eu tenho conversado com os empresários, a grande maioria, sim. Com outros, é preciso a gente conversar mais, tenho conversado com alguns que estão meio arredios. «Ah! O projeto tal fere os nossos interesses». Fere. Não tem dúvida de que fere. Nós vamos colocar esse projeto num contexto nacional para ver.

JCL — Agora, fora desses projetos específicos de empresários, a gente sente algumas tendências dos que o procuraram, como aqueles oito, do manifesto... O senhor se identificaria com alguma dessas tendências?

FIGUEIREDO — Não, eu me identifico com aquelas tendências que queiram cooperar, botando em segundo plano os seus interesses, sem abandoná-los. Está claro que quem tem capital, quem é empresário, não vai empregar o seu capital para ter prejuízo; tem que ter lucro.

LC — Mas um lucro...

FIGUEIREDO — Mas um lucro dentro do razoável; para que a propriedade seja um bem social. O capital tem que ser um bem social e não o contrário. Se estão falando tanto em distribuição da riqueza, chegou a hora de eles perderem um pouco.

LC — Esse novo tipo de sindicalismo que está aí; qual é o papel que o senhor atribui a esse movimento? Dentro desse quadro empresários-sindicato?

FIGUEIREDO — Bom, a impressão que eu tenho é que houve influência externa nesse movimento sindicalista. Eu não digo de esquerda, não houve.

LC — Que a esquerda hoje em dia é uma coisa muito vaga, não é?

FIGUEIREDO — Mas houve uma espécie de solidariedade externa.

Houve qualquer coisa nesse sentido. E como não houve a contrapartida do governo em repressão, eles foram afoitos; estabeleceram o diálogo direto empregado-patrão. Que é uma das formas, pode ser que seja uma das formas; mas eu não acredito simplesmente que isso se resolva nesse simples diálogo sem um mediador, que é o Estado. O Estado tem que entrar como mediador, porque qualquer que seja o resultado disso, o público, vamos dizer, o povo, vai ter que sofrer alguma coisa, ou ganhando ou perdendo. E o próprio Estado pode perder também.

JCL — O senhor não acha que essa mediação pressupõe um sindicalismo que não exista apenas na época das greves, um sindicalismo estrutural que exista sempre?

FIGUEIREDO — Não, eu admito o direito de greve do trabalhador, eu acho que as únicas armas que ele tem são o voto e a greve; agora, à greve só deve ir em última instância. Ninguém vai brigar de graça. Quando o indivíduo se decide a agredir o outro na rua, é porque ele não tem mais argumento para defender o que ele acha que é certo. É o caso do trabalhador. A greve só a admito depois de esgotados todos aqueles trâmites em que o governo é mediador. Aí sim.

LC — Na composição do seu governo o senhor apelará para homens de iniciativa privada ou apenas para tecnocratas?

FIGUEIREDO — Apelarei para capazes. Apelarei para os capazes que eu achar; sejam eles da iniciativa privada, sejam tecnocratas. Agora, em tese, acho que o tecnocrata, nas gestões, na política (política como arte de governar os povos e não política no sentido comum, no sentido lato de política) é um auxiliar do político.

JCL — Então o ministro é o político e o tecnocrata é o assessor?

FIGUEIREDO — O tecnocrata é que dá os argumentos para o político decidir. E não o contrário.

JCL — A gente corre o risco aqui de ser formal, e estamos tentando evitar isso, o que é quase impossível diante de um quase presidente da República. Mas nós queríamos saber uma coisa: há realmente uma expectativa nesta nação; de que alguma coisa boa aconteça; ninguém tem expectativa de que aconteça o mal. E o senhor não acha que é a hora de se ter um governo, ao assumir a Presidência da República, num certo sentido, de coalizão, um governo como o general Dutra fez, que absorva os valores aparentemente antagônicos da nação...?

FIGUEIREDO — Eu acho possível isso.

JCL — O senhor acha possível a montagem de um governo assim?

FIGUEIREDO — Se eu fiz um apelo à conciliação, é porque ela só será possível se eu procurar abraçar todo mundo. Agora, é preciso que eles queiram cooperar, dentro das normas que o governo estabelecer, não dentro das normas que eles acham que devem ser estabelecidas.

JCL — Mas o senhor admite então que esse governo seja de composição?

FIGUEIREDO — Admito; eu vou procurar os mais capazes, que queiram cooperar dentro das normas estabelecidas, sejam eles de onde vierem, fardados, nus, de maiô, à paisana, como eles vierem. Da empresa privada... Agora, me interessa o passado deles, pois, afinal de contas, eu tenho que me resguardar; não vou escolher um indivíduo que tenha um passado...

JCL — O seu conceito de passado vai ultrapassar catorze, vinte anos, ou é um passado recente?

FIGUEIREDO — O passado não tem idade quando o indivíduo comete uma falta grave.

LC — Qual é o partido de antes da Revolução com que o senhor se identificava mais?

FIGUEIREDO — Nenhum; nenhum, porque eu nunca fui político. Meu pai era da UDN.

LC — Mas o senhor nunca foi político?

FIGUEIREDO — Nunca me identifiquei com partido nenhum. Tanto que eu votava às vezes num candidato da UDN e às vezes votava em candidato do PSD. E tinha grandes amigos no PTB.

SAID FARHAT — Estou imaginando o velho Euclydes diante dessa heterodoxia eleitoral...

FIGUEIREDO — Está aí o Guilherme, meu irmão Guilherme... era da esquerda democrática, fundador da esquerda democrática.

JCL — Quando criança, o senhor nunca pensou que pudesse chegar a essa condição...?

FIGUEIREDO — Interessei-me pela Revolução de 30, em que o meu pai tomou parte, pela Revolução de 32... mas no resultado, mas no miolo em si da política eu nunca me meti não.

JCL — O senhor era menino na época?

FIGUEIREDO — Mas em 45 eu já não era, era capitão.

LC — General, agora o senhor não é mais capitão, mas general, para não dizer presidente... O povo tem uma imagem do senhor como de um sentimental.

FIGUEIREDO — Eu sou mesmo, eu sou muito emotivo.

LC — E está se firmando cada vez mais esta imagem. Ontem à tarde eu disse para o meu filho de dezenove anos que tinha sido marcada esta entrevista. E ele me disse: «Simpático, ele.» Meu filho tem dezenove anos. E parece interessado neste homem que tem uma imagem sentimental; um homem capaz de chorar; fiel à amizade. Até que ponto esses sentimentos influirão no seu governo?

FIGUEIREDO — Eu acho que eles terão influência decisiva; isso não quer dizer que por sentimentalismo eu vá escolher só amigos como ministros. Nem por questão de gratidão eu vou botar a nação em perigo só para ser grato a um ou outro. Agora, se eu puder conciliar a confiança que tenho em alguns com a capacidade, com os serviços que eles possam me prestar, ótimo; se eu não puder, eu sei que vou prejudicar uma porção de gente. Mas que eu não posso mudar, e que eu como governante vou ser o que sempre fui, vou continuar chorão. Isso não me tiram.

JCL — O senhor acha que a campanha publicitária que está preparada criou uma imagem sua ou conseguiu revelar a sua verdadeira

imagem que a gente desconhecia, porque o senhor era muito reservado? De repente, dessa reserva surge um cidadão candidato à Presidência da República...

LC — A campanha está criando um personagem, ou a campanha está revelando um personagem?

FIGUEIREDO — Eu tenho a impressão que eles estão se esforçando para revelar o que eu sempre fui. E os que me conhecem já dos quartéis não estão admirados. Agora, a opinião pública sim, que sempre me viu de cara amarrada, ao lado do Médici, ao lado do Geisel. Eu não ria pra ninguém... Mas sempre fui assim, quando estava no quartel, quando saía do quartel.

LC — Dentro desse esquema da popularização, como o senhor explica uma campanha tão forte, se aparentemente isso não vai se traduzir em votos?

FIGUEIREDO — Eu tenho dado uma explicação do por que concordei com a Arena em fazer esse tipo de publicidade, por que me propus a sair numa campanha como se as eleições fossem diretas. Primeiro: todo mundo sabe que eu sou a favor da eleição direta, pelo menos nos Estados, até o momento. Para presidente da República ainda não. Mas no fundo a minha tese é que nós chegaremos lá.

LC — Esse é o seu plano para o fim dos seis anos?

FIGUEIREDO — Pois é. Bom, em segundo, quando se tratou de transformar as eleições de diretas nos Estados para indiretas, eu fui ao presidente e disse: «Presidente, o que nós devemos fazer, já que o senhor quer uma abertura e foi obrigado a fazer isso que é um fechamento, é escolher aqueles candidatos a governadores que nós achamos que têm mais penetração popular». Isso já é uma abertura: porque oferece uma oportunidade. É como se o povo pudesse dizer: «Tiraram-me o direito de escolher um governador, mas pelo menos vão escolher um que eu escolheria». Infelizmente eu não fui feliz em todos os casos: eu não pude escolher todos aqueles que eu achava que tinham mais penetração popular. Laudo é um exemplo. É um exemplo, não é o exemplo. Tem outros. Para mim, por exemplo, o Pedro Pedrossian é o que tinha mais penetração popular em Mato Grosso. Então, eu digo: se eu escolhi os governadores com esse critério e também tendo em vista frutos para a eleição de 15 de novembro, foi porque o que interessava mais era a eleição de 15 de novembro, era ter maioria na Câmara e no Senado. Então nada mais natural do que eu sair, se eu puder prestar um serviço ao partido e captar votos para o partido, muito bem. Então assumi o risco. Eu vou mostrar o que é que eu sou: ou o povo não gosta e a Arena vai ser derrotada fragorosamente, como todo mundo está pre-

vendo, ou então vou melhorar a situação da Arena. Agora, os que me conhecem sabem que eu não mudei, eu continuei a mesma coisa, brincalhão com todo mundo.

JCL — O senhor vai ser presidente com o Congresso que for eleito, não?

FIGUEIREDO — É claro, com o Congresso que for eleito.

JCL — Agora, independentemente desse Congresso, este país é profundamente marcado pelos desníveis econômicos e sociais, o que faz a gente prever que a Presidência da República não é uma festa, é uma tarefa muito dura. O senhor tem algumas prioridades para aplinar essa coisa, esse desnível galopante que a gente vê a olhos nus?

FIGUEIREDO — Eu tenho idéias, não prioridades. Tenho idéias, e em face dessas idéias eu subconscientemente vou estabelecendo as prioridades. Mas quando vou conversar com alguns setores, principalmente com os setores financeiros, aí entro em conflito. Eu acho, por exemplo, que nos dois últimos anos quem vem salvando a balança comercial são os produtos agropecuários, os produtos primários, extração, minérios, etc. Então vamos dar ênfase a isso. Quando começo a pensar em agricultura vejo que o crédito rural está restrito. Está restrito porque teoricamente... e aí entram os economistas, os homens que entendem disso, e dizem que só restringindo o crédito é que se pode impedir o aumento dos meios de pagamento e conseqüentemente dominar a inflação.

JCL — Isso não é começo da sua guerra intuitiva contra os tecnoburocratas?

FIGUEIREDO — Aí é que está! Eles me convencem disso, teoricamente, matematicamente. Eles me convencem de que a teoria deles está certa; mas ao mesmo tempo o meu bom senso diz que se o agricultor não tiver crédito fácil como é que ele vai plantar? E como é que nós vamos produzir? E como é que vamos melhorar a balança de pagamento? Então, nesse conflito, é que eu estou procurando um equilíbrio e uma definição.

LC — Como é que vamos criar cinco milhões de empregos no Nordeste?

FIGUEIREDO — Esses cinco milhões de empregos foi outra interpretação que Marcos Freire deu erradamente, pois não leu ou não ouviu bem o que eu disse; eu não prometi cinco milhões de empregos. Eu disse que o Nordeste precisava de no mínimo cinco milhões de empregos em dez anos. O que não quer dizer que eu vá fazer. Quando eu digo, por exemplo, o Brasil precisa disso, eu não estou assumindo o compromisso de fazer.

JCL — E nem a Presidência da República é tese de doutorado de economista.

FIGUEIREDO — É claro. Agora, eu estou tentando fazer o possível, eu leio tudo o que eles me põem na mão; e cada vez que eu leio, acontece o que aconteceu no caso da guerra de Israel contra os árabes.

O *L'Express* tem um volume desse tamanho, que eu recebi do Guilherme, que estava em Paris. Grandes autores árabes e grandes autores de Israel. Eu comecei pelos árabes; quando acabei disse: os árabes têm razão; fiquei indignado com os judeus. Ai comecei a ler os judeus e quando acabei, disse: os judeus têm razão. E aí resolvi ficar neutro no negócio. E acho que estou certo, porque os dois têm razões muito sérias para defender os seus interesses.

LC — Agora, vamos procurar quantificar as coisas: se o senhor tivesse que resolver três problemas imediatos, quais o senhor escolheria? Com três decretos?

FIGUEIREDO — Se fosse possível resolver por decreto... mas é muito difícil resolver um problema por decreto...

SF — Eu vou contar uma anedota, uma história... Quando o Figueiredo era aluno da Escola do Estado-Maior tinha certo problema que era defesa aérea de um certo perímetro; o tema do exame era o seguinte: Fixem-se os objetivos, depois, com os meios de que dispõem, vejam quais são as prioridades. Havia sempre vinte ou trinta objetivos e as prioridades eram sempre três. Primeiro defender a bateria, segundo...

FIGUEIREDO — As posições das baterias, as posições das viaturas, e terceiro o Quartel-General do Exército. Vamos então transformar a pergunta. Se eu tivesse o dom divino de resolver três problemas que vão apertar, que problemas eu resolveria agora?

LC — Parabéns ao auto-repórter, pois esta é a pergunta.

FIGUEIREDO — Questão de alimentação para o povo, em primeiro lugar. Custo de vida. Quer dizer, alimentação farta e barata para todo mundo. Ai está implícita a agropecuária. Segundo, a questão da habitação. Outro problema que se eu pudesse resolveria: fazer desaparecer uma porção de rodovias e transformar tudo em ferrovia. Os grandes troncos, aqueles que trazem a grande produção, eu transformaria em ferrovia. Eletrificadas, se possível.

JCL — Nós estamos fazendo sistematicamente o contrário, não é?

FIGUEIREDO — Nós estamos fazendo o contrário. Estamos trazendo cebola do Rio Grande para vender em São Paulo, e do Vale

do São Francisco, de caminhão. E carne de Mato Grosso para São Paulo, de avião.

JCL — O jogo econômico é meio bravo; toda vez que as recentes greves redundam em aumentos salariais, o empresário repassa isso para o consumidor com uma velocidade extraordinária...

FIGUEIREDO — E volta para o operário sem ele sentir daqui a cinco ou seis meses. Desse jeito nunca vai dar certo.

JCL — Como é que se corta isso?...

FIGUEIREDO — Ai eu estou com o Simonsen. Quer aumentar o salário, aumente, mas não repasse para o povo...

JCL — Mas todo mundo está repassando, apesar do Simonsen....

LC — Nós estamos sentindo isso na carne; repassaram para nós o aumento dos gráficos no dia seguinte. Aproveitando para dar uma reajustadinha para mais. É uma loucura. Desse jeito, nunca nós vamos chegar a uma distribuição de renda.

FIGUEIREDO — Eu não tenho dúvida, se o empresário não quiser abrir mão de um pouco do seu lucro, e isso para mim é distribuição de renda, não haverá jeito.

LC — A democracia é um jogo duro, às vezes um jogo bruto, feito de discussões, de críticas, de reivindicações, de pressões, de transigências, de composições, de eleições... O senhor acha que a sociedade brasileira está em condições de enfrentar esse desafio?

FIGUEIREDO — Não. Eu acho que seria melhor esperar um pouco mais. Mas as pressões são tantas, está todo mundo com tanta ânsia de liberdade democrática... vamos fazer a experiência. A democracia liberal, aquela com que todos nós sonhamos! Mas ela não existe em lugar nenhum. Os interesses são tantos, e o Estado tem tanta necessidade de intervir em determinados setores, porque tem que intervir... Não porque queira, não por opção ideológica, mas porque tem necessidade de intervir. Até o americano faz isso. De maneira que eu acho difícil essa democracia. Mas nós vamos fazer o máximo possível pra chegar até lá.

JCL — O General Geisel chegou até um ponto dessa abertura, como o senhor disse, com algumas dificuldades, que muitas vezes de fora a gente não percebe. O senhor vai ter o mandato mais longo da história deste país, ou pelo menos da história recente. E quais os caminhos que o senhor divisaria, trilhando, para alcançar essa plenitude democrática?

FIGUEIREDO — Eu vou fazer uma imagem que o MDB não vai gostar: eu tenho uma panela de pressão aqui, eu resolvo destampar essa panela de pressão repentinamente: escapa todo o gás que está lá e alguém pode se queimar. Eu prefiro ir desapertando o parafuso, eu tenho seis anos pra desapertar. Vou torcendo esse parafuso e vai saindo a pressão sem acontecer nada de grave. Se num determinado momento eu verificar que eu soltei gás demais, eu fecho um pouquinho.

LC — Em certo momento o senhor pode até abrir mais um pouquinho...

FIGUEIREDO — Aí dizem: Mas assim vai levar muito tempo. E eu respondo: não, depende da pressão que ficar dentro da panela; se a panela tiver pouca pressão, eu posso rapidamente abrir, num abrir e fechar de olhos, não é? E repito: depende do comportamento das oposições. Se as pressões das oposições não levarem ao caos social, e elas se comportarem como oposições, será muito fácil para mim dar três rodadinhas aí e acabou. A panela estará sem pressão e possivelmente seu conteúdo dará para todos.

LC — Essa frase é importante: se elas se comportarem como oposições. O que o senhor quis dizer?

FIGUEIREDO — Isso eu tenho dito continuamente.

JCL — Quais seriam as coisas vitais para consolidar o aspecto político, a abertura democrática?

FIGUEIREDO — A primeira coisa para mim, que daria estabilidade política ao país, é a distribuição de renda; se fosse possível uma distribuição de renda equânime, o trabalhador deveria sentir que está bem remunerado, que o salário dele é suficiente para educar a sua família. Agora vamos fazer força para isso.

LC — Quais são, na sua opinião, os preconceitos brasileiros que não estão mais de acordo com a nossa época? Do gênero: a presença da mulher na vida pública deveria ser estimulada ou não?

FIGUEIREDO — Eu acho que sim.

LC — A paixão do brasileiro pelo jogo revela-se no jogo-de-bicho e na loteria esportiva. Não seria bom falar em jogo como elemento de estímulo ao turismo, em áreas confinadas?

FIGUEIREDO — Esse é um assunto muito controvertido. Se a gente pensar no que pode render, o que dizem que pode render, em benefício de obras sociais etc., é levado a concluir que sim. Mas se a gente se aprofundar no assunto vai ver que o que o jogo pode render é muito pouco; e os males que causa são tão grandes que não compensaria.

LC — Mas mesmo confinado ?

FIGUEIREDO — Mesmo confinado. E eu tenho muito medo porque o jogo nunca anda sozinho; ele vem sempre acompanhado de outras coisas, drogas e prostituição, gangsterismo.

LC — General, o senhor lê todos os jornais ou o senhor tem preferência por alguns ?

FIGUEIREDO — Eu leio tudo o que me passa na mão. Tudo o que me passa na mão, até gibi eu leio de vez em quando. Até sinopse.

LC — Qual é o jornal que o senhor lê primeiro ?

FIGUEIREDO — Primeiro, eu leio o *Jornal do Brasil*, eu leio o *Estado de São Paulo*, eu leio o *Correio Braziliense*. . . Eu leio a *Gazeta Mercantil*. . .

JCL — General, sem querer explorar toda a sua plataforma existencial, muito alquimista chega por aqui querendo resolver os problemas institucionais, com soluções como o parlamentarismo. O que é que o senhor acha desse tipo de soluções ?

FIGUEIREDO — Eu acho que qualquer regime é bom. Em princípio, para mim, qualquer regime é bom, depende dos homens e das intenções. Acredito que o regime parlamentarista seja ótimo. . . Nós não estamos preparados para o parlamentarismo. Não estamos. Porque no parlamentarismo cada mudança de gabinete (num país que já tenha assentado os seus fundamentos políticos não é uma crise) aqui no Brasil seria uma crise. Mas isso não quer dizer que eu esteja condenando o parlamentarismo.

JCL — Só uma pergunta agora: o senhor vai ter evidentemente problemas internacionais que nos parecem sérios, que poderão surgir, mas tem alguns que parece que já estão aí; Argentina, relações com o Vaticano, e a direção das relações com os Estados Unidos. Basicamente, qual seria o tratamento desses três problemas ?

FIGUEIREDO — Em primeiro lugar, não acredito na deterioração, ou pelo menos num retrocesso quanto às nossas relações com os Estados Unidos. Não acredito porque nós sempre fomos aliados dos Estados Unidos; quem olhar no mapa do mundo vê que nós não podemos ficar desligados dos Estados Unidos. Agora, isso não quer dizer que nós fiquemos atrelados aos Estados Unidos, com subserviência total.

JCL — Ainda hoje eu li o Bethlen falando inclusive de mudança nos acordos militares.

FIGUEIREDO — É, mas nós já chegamos a um estado adulto e já podemos falar de igual para igual com os Estados Unidos em questões internacionais. Eles já sentiram isso, e não estão gostando... Quando nós nos voltamos na questão da energia nuclear para a Alemanha... porque eles queriam fornecer o urânio enriquecido até... de vez em quando fechar a porta e dizer: hoje não tem.

LC — E quanto à Igreja ?

FIGUEIREDO — Na Igreja, de fato, há uns elementos muito avançados. A Igreja está saindo do campo espiritual, que sempre foi o seu campo, para entrar no campo temporal.

Coletiva à imprensa estrangeira, credenciada no Brasil, no Hotel Nacional — Rio, em 4 de setembro de 1978, e transcrita no JORNAL DO BRASIL de 5 de setembro. O tema é a política exterior e os caminhos da abertura política no Brasil.

P — General, gostaria de fazer uma pergunta que, tenho certeza, está na cabeça de todos nós aqui. A política externa brasileira é bem mais conhecida do que a interna e, portanto, já que no momento político brasileiro fala-se muito em democracia, eu gostaria de saber qual é o entendimento que o senhor tem da democracia e como o senhor reconcilia esse entendimento com as práticas que o regime tem. Por exemplo, cassações de mandatos e mudanças de leis sobre democracia que a maioria de nós, aqui presente, e os países de onde nós somos oriundos, consideramos práticas incompatíveis com a democracia.

R — O entendimento que nós fazemos da democracia é o entendimento clássico. Um governo representativo, do povo e pelo povo. Não fugimos à aceitação da clássica doutrina democrática. Se, entretanto, aconteceram desvios na Revolução de 31 de março de 1964, posso assegurar aos senhores que a eles fomos forçados. E, mesmo nós que tomamos parte nessa Revolução, lamentamos esses desvios. E, tão pronto foi possível, o governo do Presidente Geisel decidiu voltar à normalidade democrática. E a isso nós estamos determinados. Posso assegurar aos senhores que ninguém, neste país, está mais determinado do que eu, e quer voltar o mais rapidamente possível à normalidade democrática.

P — Há três ou quatro semanas atrás, um determinado jornalista holandês escreveu num jornal que o Brasil está fazendo a bomba atômica. Qual é a reação do senhor.

R — Eu lamento que esse jornalista holandês tenha feito essa afirmação. Não sei baseado em que fonte. Quem conhece a nossa formação; quem conhece o nosso espírito, sabe que ao Brasil não interessa, absolutamente, a utilização do átomo para fins que não sejam pacíficos.

Acho estranho uma afirmação dessa natureza, mesmo porque o Brasil foi o primeiro país a propor a desnuclearização da América Latina. Estranho essa afirmação.

P — General, de um ponto de vista europeu ocidental, a política externa no Brasil tem uma certa contradição com a política interna. No sentido de que se vê um certo «tercermundismo», especialmente na posição do Brasil, na Organização das Nações Unidas, e na questão do Oriente Médio. O senhor tem algum esclarecimento sobre isto ou pode nos dizer se haverá, talvez, mudanças de tom.

R — Não. Eu creio que, momentaneamente, poderá parecer que o Brasil tenha, como o senhor disse, apresentado uma incoerência entre a sua política interna e a sua política externa. Mas, creio que essa momentânea impressão não deve passar de impressão. O princípio tradicional político-jurídico brasileiro é a convivência política com todos os povos. Neste sentido, não queremos abraçar esta ou aquela causa e sim cooperar para que, aquelas divergências que possam surgir entre os estados amigos sejam, da mesma forma que nós nos propomos, concluídas através de pacificações e que ambos os lados fiquem satisfeitos com a solução.

P — Como o senhor vê as perspectivas de desenvolvimento das relações entre o Brasil e a União Soviética e outros países socialistas, no futuro.

R — O Brasil tem todo o interesse em manter relações diplomáticas com todos os povos do mundo. E assim o faz. Há interesses comerciais de ambos os lados. Os países socialistas, inclusive a União Soviética, têm interesses comerciais, e a nós interessa manter esse intercâmbio. Não fazemos exceção, seja aquele país capitalista ou socialista.

P — Alguns jornais da oposição publicaram que é preciso investigar a morte de Juscelino Kubitschek. Que acha o senhor desse assunto, especialmente porque estão circulando cartas que supostamente vinculam o seu nome ao do ex-Chefe da Dina Chilena, nomeando tanto o caso Letelier como o caso de Kubitschek.

R — O assunto das cartas publicadas na imprensa é um assunto tão grosseiro, tão falsificado, que eu me permito até achar graça. Que interesse poderia ter eu em eliminar o Dr. Juscelino Kubitschek num momento em que eu chego ao povo e peço o seu voto, e sei que ele é um líder popular. Que interesse teria eu em eliminar figuras outras contidas nessa documentação, que não têm influência política nenhuma, atualmente? Eu creio que os órgãos encarregados desse assunto já publicaram satisfatoriamente, pela imprensa, os dados que levam à conclusão de que esses documentos são falsos. É o que posso afirmar aos senhores.

P — Qual é o seu ponto de vista sobre o problema diplomático mais sério do Brasil, que é a negociação de Itaipu.

R — Eu discordo do prezado correspondente de que é o problema mais sério. A Argentina é tradicionalmente amiga do Brasil, país pujante, em pleno desenvolvimento, que tem problemas de ordem política e de ordem social, como nós os temos também. A Argentina não pode se desviar das relações amistosas que sempre manteve com o Brasil. Porque o progresso, tanto da Argentina, como do Brasil, é de interesse de ambos. Não posso aceitar um desenvolvimento livre para o meu país, sem o desenvolvimento paralelo da República Argentina. Divergência há. Mas há porque ambos os governos têm, como é de seu dever, de defender ao máximo os interesses de suas partes. Eu tenho a certeza de que a tradicional amizade entre Brasil e Argentina é tão profunda que qualquer divergência poderá ser plenamente passada apenas a um plano técnico, que os nossos diplomatas saberão resolver a contento, para a felicidade dos brasileiros e dos argentinos.

P — Somos testemunhas, todos, nestes quatro anos, de um relacionamento mais íntimo com os países da África e do assim chamado Terceiro Mundo, e dos países não alinhados. Eu queria perguntar se o senhor pretende manter essa política frente ao mundo e essa abertura frente a esse grupo importante de países.

R — Naturalmente que há interesse do Brasil no estreitamento dos laços com todos os países do mundo. Em particular, com os novos países da África. O Brasil compartilha, com os países da África, da luta pelo desenvolvimento. Quer que, neste confronto mundial, haja uma ordenação que faculte melhores oportunidades de comércio, de acesso à tecnologia. Que faculte oportunidades mais equitativas para nós e para os países da África. É claro que os países novos da África ainda se ressentem do jugo do colonialismo estrangeiro. Colonialismo que lhes foi imposto para exploração de seus mercados e recursos, em benefício da expansão industrial das potências européias. Não souberam aquelas potências preparar lideranças locais. Daí a consolidação da independência ter sido áspera e dolorosa. Pelas nossas tradições, pela nossa história, com miscigenação racial, em parte africana, com os nossos produtos primários semelhantes, nós temos todo o interesse em manter, ao máximo possível, o estreitamento dos laços com os países da África.

P — Uma pergunta em relação à teoria do universalismo material em política externa: como vê o senhor a perspectiva de uma possível normalização das relações entre o Brasil e Cuba, durante sua presidência.

R — A teoria do universalismo que defendemos não está incoerente com a política adotada em relação a Cuba. Cuba pode ter o regime que bem entender, diferente do nosso — como têm os países socialistas —, mas desde que não queira impor esse regime e não o queira exportar

para o nosso país. O dia em que Cuba se convencer que não deve fazer essa exportação, nós estamos de braços abertos para mantermos relações com ela.

P — O senhor acha que o atual regime de investimento estrangeiro no Brasil satisfaz as necessidades e os interesses brasileiros, ou que deve ser introduzido um código de investimento estrangeiro, por exemplo.

R — Eu acho que a postura do Brasil nesse aspecto é fruto de reflexão madura sobre os interesses nacionais. A legislação vem sendo aplicada há muitos anos, com absoluta normalidade. Não há razão para se alterarem as regras do jogo, conhecidas e aceitas pelas nações estrangeiras. Entretanto, problemas de gerência da nossa dívida externa tornam mais convenientes as aplicações em forma de capital, do capital estrangeiro, do que sob a forma de empréstimos às suas subsidiárias. O empréstimo à empresa subsidiária, em vez de capital adicional, encarece os produtos e dificulta a competição dos nossos mercados mundiais. Além disso, cria dificuldades para o equilíbrio do nosso balanço de pagamentos.

P — O senhor acha que deve pagar as dívidas externas e, ao mesmo tempo, quer continuar a aumentar as exportações sem aumentar o poder de compra do povo brasileiro?

R — Naturalmente que, para fazer face aos compromissos da nossa dívida externa, que poderá atingir, no fim deste ano, a cifra da ordem de 8 bilhões de dólares, o Brasil tem de incentivar as suas exportações. As exportações dos nossos produtos primários, minerais e agrícolas, foram responsáveis, nos últimos dois anos, por um possível equilíbrio na nossa balança comercial. Nós não temos por que não dizer que nossa única saída é a de produzirmos mais, para aumentar o consumo dos produtos primários, particularmente os de alimentação, no mercado interno. Os excedentes devem ser exportados e transformados em divisas.

P — Como, contando com o fato de que me parece estar especialmente interessado no restabelecimento da democracia no Brasil, devem ser interpretadas as declarações do senhor de que uma vitória da oposição prejudicaria o restabelecimento da democracia?

R — Eu não declarei que uma vitória da oposição prejudicaria. O que eu tenho declarado — e quase que diariamente faço essa retificação na imprensa — é que uma vitória do meu Partido facilitaria mais a chegada da normalidade democrática. Porque eu sei das minhas intenções. Eu sei o que vou fazer. E tenho dúvidas sobre o que pretende fazer o partido da oposição. Além disso, uma vitória do partido da oposição

iria criar uma pressa tão grande em chegar ao poder, que eu tenho medo que fosse tumultuado o processo de normalização democrática do país. Eu sei o que quero.

P — Ideologicamente falando, e tomando como exemplo o leque de partidos que existem na Europa, de qual partido europeu o senhor se sentiria mais próximo, ideologicamente falando.

R — Eu pediria permissão para não dizer de qual partido europeu. Prefiro dizer que me situaria num partido social democrata. Que estivesse estritamente no centro. Longe de quaisquer tipos de extremismos.

P — Eu queria sua opinião, quando chegasse ao poder, da sua reação sobre os acontecimentos no Sul do país, sobre o renascimento do movimento nazista, no último mês, no Rio Grande do Sul.

R — Eu não poderia dizer que não sei que medidas iria tomar. Posso assegurar o nosso total repúdio a qualquer tipo de renascimento do nazismo neste país. Combateremos com a mesma eficácia com que enviamos a nossa tropa expedicionária para combatê-lo na Europa.

P — Uma pergunta sobre a sua imagem: alguns dias atrás o senhor disse que, como velho soldado, nunca vai despir a farda. Isso pode ser interpretado como o senhor se considerando não um presidente-cidadão, mas um presidente-general.

R — Infelizmente, nem sempre a gente escolhe aquelas imagens mais certas, para o que a gente tem na cabeça. Quis dizer — e seria um farsante se não dissesse, face a uma pergunta que me fez um repórter, que eu jamais poderia esquecer os meus 45 anos de caserna. Que eu sinto saudades daquela vida que levava. E que eu estou fazendo muita força para me despir daquela farda, desnecessária para o tipo de atividade política que vou exercer agora. Faço um esforço danado para me esquecer que já fui soldado. Mas tenho saudades dessa vida, com a qual me sentia bem. Foi essa a afirmação que fiz.

P — Qual é sua opinião sobre a preocupação do Presidente Carter pelos direitos humanos no Brasil?

R — Para mim, os direitos humanos são de duas categorias. Os direitos a que eu chamaria de sociais, que é receber da sociedade meios e oportunidades para que o homem possa bem existir e sentir-se plenamente realizado dentro da sociedade. Por exemplo, direito à nutrição, direito à educação, direito à saúde. E outros direitos, que eu diria individuais, que são a proteção devida pelo Estado contra um possível excesso de autoridade desse Estado. Um exemplo: o direito de locomoção, direito de palavra, enfim, de pensamento. Nesse aspecto, não tenho dúvida que meu governo irá defender essas duas categorias de

direito. Melhorando os padrões de vida do povo brasileiro e ajustando os poderes políticos ao pleno funcionamento das instituições democráticas. Quanto à política do Presidente Carter, dada a nossa tradição político-jurídica, acho, primordialmente, que nós não podemos estar contra ela, já que é um instrumento de luta contra os totalitarismos ideológicos. Nós estamos de acordo com a formulação dessa política e quanto aos seus objetivos. Mas não admitimos, como não admitiu o Presidente Geisel, que o ímpeto a essa postura seja desvirtuado, para transformar-se em tentativas de ingerência nos assuntos internos de cada país. Eu espero que a fase inicial dos mal-entendidos com a política do Presidente Carter já esteja superada e que agora possa nos caminhar juntos.

P — Queria saber como o senhor candidato vê a possibilidade de uma visita do Presidente Giscard d'Estaing.

R — Uma visita do Presidente da França ao Brasil é sempre bem recebida. Não pelo que ela possa representar politicamente. Mas pelos traços de amizade e pelo respeito que sempre tivemos pela história e pela cultura francesas. Temos certeza de que essa visita irá servir para estreitar ainda mais os laços fraternais que sempre nos uniram à França.

P — Houve queixas dos empresários estrangeiros contra os excessos e demoras da burocracia brasileira. O senhor candidato tem alguma idéia de como reduzir essas queixas e essas demoras?

R — No meu discurso perante a convenção do meu Partido, uma das preocupações que denotei foi o excesso de burocracia na nossa administração. Não são só os empresários estrangeiros que sofrem. São os empresários nacionais, e é também o homem do povo que sofre com esse excesso de burocracia.

P — Sendo que estatísticas recentes mostram que os ricos estão ficando mais ricos e os pobres, mais pobres, qual é o programa específico que o senhor tem para melhorar o padrão de vida do povo brasileiro?

R — Eu poderia responder a essa pergunta com uma resposta simplória: tirando um pouco dos ricos para dividir entre os pobres, que é a forma mais fácil. Não há dúvidas de que a distribuição de renda é uma preocupação constante do governo brasileiro. Mas não é fácil fazer essa distribuição de renda a curto prazo. Agora mesmo nós tivemos em São Paulo umas greves. Tivemos negociações diretas entre empregados e patrões. E os patrões acederam em aumentar o salário dos trabalhadores. Mas, em alguns casos, não quiseram transferir esse aumento para uma diminuição nos seus lucros, tendo que haver, inclusive, uma intervenção do Ministro da Fazenda nesse sentido. A isso eu chamo de uma forma de distribuição de renda.

P — O senhor general já falou das greves em São Paulo. Uma revista, na última semana, publicou um artigo com a manchete «Abertura e Fechadura», a respeito dos acontecimentos em São Paulo, das greves dos bancários e professores, e do movimento chamado «Movimento contra o alto custo de vida». O senhor pode imaginar que, se essa situação se acentua em São Paulo, poderá criar dificuldades para o regresso do Brasil à democracia.

R — Posso imaginar perfeitamente.

P — Com relação à pesca predatória que se pratica nas costas do Brasil, que medida concreta o senhor tomaria no sentido de preservação das baleias.

R — Não há dúvida de que isso é uma questão de acordos, de compreensão por parte, não só de quem pesca, como também do governo, numa questão de policiamento. Eu tenho a impressão de que nós precisamos policiar mais as nossas costas.

P — Gostaria de lhe fazer uma pergunta franca. Qual é o propósito da sua campanha, já que todo mundo aqui sabe que o senhor vai ganhar e está predestinado a ganhar? O que o senhor espera aprender e ensinar?

R — Eu não diria que não espero aprender. Não espero ensinar nada. Mas eu tenho muito a aprender nesses contatos com o povo. O que me faz ter esses contatos com o povo é um pouco do respeito que eu tenho por ele, já que seria mais lógico que eu apenas conversasse com os membros do colégio eleitoral que vão me eleger. Mas, eu prefiro, já que a eleição é indireta, que, pelo menos, também aqueles eleitores que escolheram pelo voto direto esses membros do colégio eleitoral conheçam aquele que vai ser o Presidente da República. E, ao mesmo tempo, nesses contatos, eu tenho aprendido muita coisa com o povo. Posso afirmar que muito mais do que quando estava encerrado entre quatro paredes.

P — O senhor já vem se comportando como um candidato a eleições diretas. Isso significa que o senhor gostaria de ver durante o seu mandato, se for eleito, eleições diretas, tanto para governadores como para presidente, daqui a seis anos?

R — Gostaria. Vou me esforçar ao máximo para que isso aconteça. Ficarei muito feliz se, no fim do meu governo, isso já tiver sucedido.

Sob o título "A entrevista do candidato" o jornal O GLOBO, de 12 de setembro de 1978, publica declaração feita em Anápolis, em 11 de setembro. A reportagem destaca "Estou nas praças em respeito ao meu povo".

P — Quais, a seu ver, os três principais problemas do País?

R — Os três problemas mais prementes, para mim, são a necessidade de manter o nível de desenvolvimento, resolver a questão do desequilíbrio regional com combate à inflação e melhorar a educação.

P — Que papel desempenhará a Oposição em seu Governo, com a reabertura política?

R — Se a Oposição desejar colaborar para o aperfeiçoamento democrático, muito bem. Pode cooperar, também, fiscalizando nossos atos, fazendo críticas construtivas, votando os projetos que achar que venham para o bem do País. Enfim, fazendo um legítimo papel de Oposição; e não combatendo, *a priori*, todas as nossas idéias.

P — O papel que vem sendo desempenhado pela Oposição é o ideal?

R — Não, porque ela está contestando. Ela não se fixa em profundidade, para recusar as propostas do Governo. Já diz «não», antes de qualquer exame. Em muita coisa eu tenho dito «sim» à Oposição.

P — Que problemas terá seu futuro Governo, se a Arena for derrotada a 15 de novembro?

R — Eu não admito vitória da Oposição.

P — E na hipótese de isso acontecer?

R — Eu iria governar com minoria. Seria o único problema.

P — Não iria atrapalhar o seu Plano de Governo?

R — Não, depende da Oposição. Mas, creio que ela irá cooperar comigo. Se não quiser cooperar, aí sim, haverá problema.

P — O que o Sr. quer dizer com «Democracia para já»?

R — O que quero é estabelecer uma diferença entre as promessas que faço e os que falam em três anos de transição. E esclareço mais uma vez, que tudo dependerá da Oposição. Quanto mais a Oposição se comportar como Oposição, mais rápido virá.

F — O Sr. tem posição definida quanto aos incentivos fiscais para a Amazônia?

R — Já pensei nisso e vou aumentar.

P — Qual a sua decisão sobre a criação do Estado de Tocantins?

R — Trata-se de assunto que já foi estudado. A Assembléia já aprovou. Não há problema nenhum. Está, agora, no Congresso Nacional, e eu sou favorável. Mas está no Congresso. Não depende de mim.

Concedida a repórteres no aeroporto de Vitória, em 15 de setembro de 1978, e publicada no CORREIO BRAZILIENSE de 16 de setembro.

P — Como o senhor viu a candidatura de Magalhães Pinto a deputado federal?

R — Eu já via há muito tempo; desde que ele passou para o outro lado, que eu já via o senador do lado de cá.

P — Como é que o senhor convenceu Magalhães a mudar de opinião, quando ele estava tão arredio?

R — Ele estava fingindo que estava arredio. Ele estava doido para vir para o lado de cá.

P — Ele disse que o senhor o convocou, fez-lhe um apelo para que se candidatasse etc?

R — Não, não foi apelo, não fiz apelo. Não foi necessário fazer apelo. Ele mesmo chegou à conclusão que o lado certo dele era o lado de cá.

P — O senhor acha que tem um voto dele, do pessoal dele, agora no Colégio Eleitoral?

R — Só ele pode dizer, não é?

P — O senhor se sente mais fortalecido com o apoio dele agora?

R — Não... Eu me sinto satisfeito. Porque meu amigo Magalhães Pinto ao meu lado é uma honra, não é?

P — Numa reunião com o MDB, o General Euler ameaçou renunciar. O senhor dependeria de uma renúncia dele, ou de uma decisão semelhante para se sentir mais tranqüilo?

R — Tanto faz como tanto fez. Eu prefiro até que ele continue.

P — Por quê ?

R — Porque eu ganho dele.

P — O senhor acredita que ele tem só 2 por cento das Forças Armadas?

R — É capaz de ter menos, agora. Se ele apertar um bocadinho, é capaz de ter menos.

Concedida à revista VEJA em 20 de setembro de 1978.

P — Qual é, a seu ver, a importância do pleito indireto de 15 de outubro no calendário do aperfeiçoamento institucional?

R — Em primeiro lugar, a eleição presidencial de 15 de outubro comprova a sinceridade dos revolucionários de 1964, no sentido da transitoriedade dos mandatos e do propósito de conduzir o Brasil à democracia. Porque às vezes parecemos ter memória curta, convém lembrar que o clima de agitação de 1963/64, se triunfante, conduziria o Brasil a um regime totalitário, cuja primeira característica, em todo o mundo, é a perpetuação no poder dos que cavalgam a crista da onda. A transmissão do poder, depois de 1964, foi sempre pacífica. Com exceção do episódio Pedro Aleixo — lamentado por todos —, foi também rotineira.

Em segundo lugar, a primeira delimitação dos mandatos presidenciais tem concorrido para desencorajar e desmoralizar os eternos prorrogacionistas, que não deixam de ensaiar manobras continuistas. Como eles pensam sempre no interesse próprio, e não no do país, suas pretensões têm sido rechaçadas por todos os presidentes revolucionários.

Em terceiro lugar, é a própria sucessão de presidentes que tem permitido a notável continuidade que se verifica no processo revolucionário. Falo em continuidade não meramente administrativa, mas sobretudo política. A unidade de pensamento e a fidelidade aos compromissos da Revolução de Março é que permitiram que cada presidente se esforçasse, nas circunstâncias de sua época, pelo aperfeiçoamento democrático. É isso mesmo que me permite dizer com segurança que as reformas iniciadas pelo presidente Ernesto Geisel serão continuadas por mim.

P — A presença de uma candidatura ativa da oposição na batalha presidencial é um fator que acelera a concretização desse aperfeiçoamento institucional?

R — Não. O aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras e o cronograma de sua execução já haviam sido decididos antes de se

presumir que haveria uma candidatura presidencial pela legenda da Oposição. Trata-se de um compromisso da Revolução, que está sendo cumprido. O presidente iniciou o processo com absoluta sinceridade. Ele estava cômico da necessidade de fazer o aperfeiçoamento institucional, e, por isso, desencadeou o processo.

De outra parte, só os que não querem ver a realidade brasileira, como ela de fato é, imaginam que seria possível ir além do que o presidente propôs. Mais ainda, a forma gradualista é a única que permite avançar com segurança, consolidar cada etapa, antes de empreender a seguinte. Isso, para não ter de recuar. Sob esse aspecto, uma candidatura oposicionista é, na melhor das hipóteses, indiferente para acelerar ou retardar o processo.

Do meu ponto de vista pessoal, uma candidatura oposicionista é uma vantagem evidente.

P — Quais deveriam ser, na sua opinião, os critérios para se avaliar a qualidade e o ritmo da abertura democrática? Estamos indo muito devagar, ou seria necessário apressar as medidas para incorporar os sinais de inquietação social na arena política partidária?

R — Acho que estamos indo no ritmo certo. É evidente que estamos indo certo, também, na questão da qualidade das reformas. Quero dizer: o restabelecimento das franquias cívicas que se achavam suspensas — *habeas corpus*, garantias da magistratura, inviolabilidade parlamentar, liberdade de opinião e informação e tantas outras — constitui a base da democracia representativa.

É claro que ainda resta muito a fazer. O Brasil tem diante de si muitas opções a tomar, por exemplo, no campo da representação partidária; na forma das eleições (diretas ou indiretas; proporcionais, majoritárias ou mistas); na maneira de assegurar a representatividade do voto, para diminuir e eventualmente eliminar a preponderância do poder econômico sobre as questões políticas, que ainda se nota nos resultados eleitorais, em certas áreas. Entretanto, as reformas de que o Brasil precisa não se esgotam aí. Tenho dito muitas vezes que precisamos de uma profunda reordenação jurídica, para atualizar, consolidar e simplificar campos inteiros do direito.

Cada etapa, entretanto, tem de vir a seu tempo. A própria hierarquia das leis exige que, em primeiro lugar, se defina o quadro institucional em que vamos viver. Em seguida, que se estabeleçam, em forma duradoura, os direitos da sociedade e os das pessoas, para que se criem instrumentos permanentes para sua proteção e gozo efetivo. Sobre essas fundações é que se edificará o Direito e a Lei. A tarefa é grande, exige reflexão e, sobretudo, coordenação. Não pode ser de um golpe.

P — Acredita que os resultados das eleições de 15 de novembro podem indicar essa velocidade adequada? Por quê?

R — Sim. Na medida em que se forme uma base parlamentar sólida e confiável, de apoio aos princípios da Revolução, será mais fácil, e, portanto, mais rápido chegar ao aperfeiçoamento que todos desejamos. Nós, os revolucionários de 1964, não queremos unanimidades — sempre suspeitas. Mas também não aceitamos a radicalização das posições, por definição, contrária ao princípio democrático da conciliação e da busca, em comum, das melhores soluções. Tenho dito que espero que a oposição se comporte como oposição. Isto é, fiscalizando o governo, denunciando irregularidades, emendando os projetos, apresentando os seus. Em uma palavra, procurando o bem comum, segundo sua ótica.

A antítese disso é a oposição sistemática, cega, que nega sua colaboração ao aperfeiçoamento das instituições, em nome de objetivos com forte laivo demagógico. Que apresenta projetos sabidamente inviáveis, só pelo gosto de vê-los rejeitados, esperando tirar dividendos a curtíssimo prazo, na próxima eleição, ou hoje mesmo. Naturalmente, se das urnas de 15 de novembro sair uma oposição dominada pelos radicais, disposta a pôr tudo a perder, em nome de um ideal atingível a médio prazo, mas não imediatamente, então penso que o aperfeiçoamento das instituições sofrerá retardamentos, para não dizer retrocessos. Esta é uma análise realista e fria das perspectivas, feita por quem espera ter a responsabilidade de enfrentá-las.

P — Na sua opinião, a origem militar dos dois candidatos influenciará a votação dos membros do colégio de 15 de outubro?

R — Não.

P — Por que se acena nos últimos dias com tanta frequência para os riscos de um retrocesso político? Há algo objetivamente diferente na política brasileira que determina cuidados nesse sentido? Greves em serviços públicos? Discussões entre militares?

R — Não sei se tem havido maior ou menor frequência nas menções aos riscos de um retrocesso político. Esse risco é inerente a todo período de transição. É por isso mesmo que temos de ir no ritmo assentado pelo presidente Geisel. De mim, é público e notório que pretendo continuar as reformas políticas e o aperfeiçoamento do regime. Tal processo só é compatível, no entender dos revolucionários de 1964, com um clima de ordem, trabalho, respeito do cidadão pela sociedade e respeito do Estado pelo cidadão. Ora, em 1968 estávamos em plena primavera de aplicação da Constituição castelista do ano anterior. As agitações que então se verificaram levaram ao AI-5 e a toda a legislação de exceção. Só agora, dez anos depois, é possível — e ainda assim, de forma gradual, para ser segura — revogar essa legislação. Um clima

semelhante, dez anos depois, pode levar, de fato, a um retrocesso igual, ou pior. Dai decorre a responsabilidade clara das lideranças políticas, empresariais, de trabalhadores, de estudantes, de todas as categorias sociais, em ajudar a conduzir o processo para a frente, e não para trás. Quanto à greve, é um direito reconhecido na Constituição. Como tal, e dentro dos limites da Lei, será exercido e respeitado. Assim, a greve legal não prejudica o processo de abertura: é parte dela. Agora, a greve de fundo político, com finalidade de agitação, pode conturbar o processo.

Não sei a que «discussões entre militares» a pergunta se refere. A discussão de problemas e questões de interesse nacional faz parte do cotidiano, na vida dos militares. Não creio que esteja havendo alguma «rodada» especial, fora da rotina. Por isso, não vejo nas conversas entre militares qualquer fator de retrocesso, por si. Lembro, porém, a esse respeito, o que disse antes.

P — A seu ver, os segmentos de esquerda e de direita da nossa sociedade devem participar das deliberações sobre o futuro político brasileiro? Quando e de que maneira isso poderia ser feito?

R — Direita, esquerda, centro, centro-esquerda, direita do centro, essas expressões representam muito pouco, e sobretudo variam de lugar a lugar, de tempo a tempo. Certamente, como é próprio da democracia, todas as parcelas representativas do pensamento político da sociedade participam e continuarão a participar das deliberações sobre o futuro político brasileiro. Apenas lembro que a democracia é o governo da maioria, e não da minoria, por mais aguerrida e agressiva que esta seja. No Brasil, o exercício do voto tem conduzido ao Congresso Nacional uma imensa maioria — independentemente da respectiva filiação partidária, atual ou passada — de representantes do que se poderia denominar o centro conservador progressista. O pensamento da grande maioria do povo tem sido expresso no desejo de mudanças graduais, prudentes, na direção de mais justiça social, melhor distribuição da renda, repartição mais equânime dos frutos do trabalho, acesso de todos aos bens sociais, como a educação, a saúde, a previdência, o trabalho, a qualidade de vida. Ora, os governos revolucionários se identificam perfeitamente com esses ideais, que são, aliás, os meus compromissos. Por isso, não tenho dúvida em acolher o debate e a participação, nas deliberações, de todos os brasileiros de boa vontade e intenção reta, que se interessem pela promoção do bem-estar e das melhorias políticas, sociais e econômicas que o Brasil reclama. Naturalmente, o lugar certo para essa participação é o Congresso Nacional, foro onde as discussões tomam a forma de instrumentos de ação do Estado.

P — O País está pronto para construir instituições políticas sólidas, capazes de absorver as tensões provenientes do entrelaço político das diversas forças sociais que agora se manifestam com maior entusiasmo?

R — Penso que sim. Acho o uso do verbo «construir», na pergunta, perfeitamente adequado. As instituições políticas sólidas e duradouras são como os edifícios. Primeiro, sonda-se o terreno, para nele lançar as fundações. Depois é que se erguem as estruturas e, por fim, o teto. É o que o presidente vem procurando fazer. É o que pretendo continuar. O equilíbrio e a harmonia entre regiões, ou entre a área rural e a urbana, dependem em primeiro lugar, de um ato de vontade: é preciso reconhecer que os desequilíbrios não podem continuar. Que é preciso acelerar o desenvolvimento das regiões mais pobres, sem abandonar as mais dinâmicas, capazes de auto-sustentação.

Em segundo lugar, dependem de um esforço das pessoas diretamente interessadas, que devem fazer sua parte, e não, simplesmente, esperar por um governo paternalista e supridor de todos os bens. Geralmente acontece o contrário: as burocracias pesadas ocupam-se dos mapas e dos gráficos, sem se dar conta de que por trás dos números frios existe gente, pessoas que nascem, vivem, sofrem e morrem.

Em terceiro lugar, dependem dos recursos humanos e materiais disponíveis. Penso que, embora estes últimos sejam limitados, podem ser orientados para as aplicações que produzam os melhores resultados em termos de paz, progresso e justiça. Penso, também, que a maior riqueza do Brasil está na sua gente, nos recursos humanos que temos. Por isso, a valorização do homem, através da educação, da saúde, da assistência social, são pontos tão importantes nas minhas preocupações.

Por fim, penso que é a combinação de tudo isso que fará instituições estáveis. Infelizmente, no Brasil, muitos dos que reclamam o estado de direito não vão além de um epidérmico interesse por algumas faixas da população urbana. Mal conhecem o povo, com o qual pouco ou nada convivem, no bem-bom das partes mais nobres das grandes cidades, onde vivem.

P — Já que os dois candidatos assumiram compromissos formais com a travessia do país até a plenitude democrática, por que não fazer a campanha para o 15 de outubro com base no confronto de programas mais detalhados nos campos político, econômico e social? No seu caso particular, já esboçou os traços gerais desse programa? Quais seriam eles?

R — Na eleição indireta não há, propriamente, uma «campanha». A lei veda, mesmo, a propaganda dos candidatos a essas eleições. Existem, também, dúvidas respeitáveis quanto à latitude de que dispõem os delegados eleitores do colégio eleitoral. Há quem sustente até a nulidade do voto dado a candidato do outro partido. Por essas razões,

não teria cabimento o confronto de programas. O que tenho feito é, em respeito ao eleitor, frustrado na sua aspiração de escolher diretamente seu presidente, levar a todo o país a minha mensagem, os meus propósitos. Não pode haver muita dúvida sobre os traços básicos de um programa de governo, adequado ao Brasil de hoje. Apresentarei alguns, a seguir.

Temos de manter os princípios de uma economia de mercado, baseada na livre iniciativa. O Estado só deve ocupar os campos que lhe são prescritos pela Constituição, especialmente naquelas iniciativas pioneiras, ou que exigem investimentos de vulto e são de longa maturação. Quem, senão o Estado, poderia ocupar-se dos programas de energia, telecomunicações e outros tantos? Temos de dar, a quem trabalha, melhores condições de vida: melhor salário, participação mais justa nos frutos do trabalho, educação para o trabalho e para a vida na sociedade, saúde, assistência, enfim, aqueles «direitos sociais», que são parte integrantes dos direitos humanos. Temos de dar ao cidadão condições de respeito integral à sua pessoa, abrangendo a liberdade de pensamento, de crença, de associação para fins pacíficos, de locomoção e as demais liberdades individuais inscritas na Constituição.

Temos de procurar assegurar condições para que o Brasil se desenvolva harmonicamente, para pôr fim, no menor prazo possível, às desigualdades entre áreas e regiões. Temos de mudar a estrutura fundiária, para dar acesso à terra a quem precisa e a quem a pode trabalhar. Mas sem desconhecer as realidades das culturas extensivas. Temos de fazer com que o dinheiro, como fator de produção e comercialização, se torne um instrumento de promoção do bem-estar, e não de superconcentração de renda e de riqueza. Temos de encontrar meios para limitar nosso endividamento no exterior. Não tenho medo de reconhecer e dizer que o Brasil ainda precisará, durante muitos anos, de forte participação de poupança externa, para poder continuar a desenvolver-se satisfatoriamente. Acredito, porém, que no próprio interesse das empresas multinacionais e estrangeiras que aqui operam é necessário que a poupança externa venha sob a forma de capital de risco e não de empréstimo. O financiamento encarece o produto e prejudica sua capacidade de concorrer nos mercados mundiais. Isso pode ser bom para preservar os mercados das matrizes. Mas é ruim, do ponto de vista do comércio internacional. Para um país em desenvolvimento, como o Brasil, cria obrigações e pressões — quase insurportáveis — no balanço de pagamentos.

Temos de reconhecer que o processo de urbanização é irreversível. E que a concentração de pessoas e problemas, nas cidades e regiões metropolitanas, exige soluções ousadas e oportunas, em matéria de transporte, de saneamento, de proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais renováveis. A manutenção de níveis satisfatórios de qualidade

de vida, nas cidades, exige a descentralização das atividades econômicas — o que, além do mais, funciona como elemento de desconcentração da renda. Temos de parar a espiral inflacionária. Desde que me entendo por gente, vejo os preços subirem em ritmo, esse sim, acelerado. Nenhum país pode resistir a pressões inflacionárias, como as que o Brasil vem sofrendo nos últimos quarenta anos. Não há ânimo que agüente, diante da corrosão diária dos salários. Não há previsão possível, quando os orçamentos — domésticos, empresariais ou públicos — se deterioram e desfiguram de uma semana para outra. Não há quem consiga entender — e pagar — a correção monetária, que sufoca indivíduos e empresas.

Por isso mesmo, pretendo disciplinar os gastos públicos e melhorar substancialmente a eficiência da máquina administrativa, a fim de que o Poder Público deixe de ser um fator de agravamento da inflação. Temos de produzir mais alimentos. O desenvolvimento da agropecuária é uma das poucas opções capazes de — a curto prazo, e com investimentos suportáveis — produzir excedentes exportáveis, de que nossa balança comercial tanto necessita. Mais alimentos significarão, também, preços mais acessíveis para o povo. Temos de desenvolver, concomitantemente, a tecnologia de cultivo, colheita, armazenamento, transporte, conservação e comercialização dos produtos da terra. Temos de perseverar no combate às grandes endemias, que cortam vidas e reduzem a capacidade do homem para viver, progredir e gozar dos bens a que tem direito. Precisamos atender à fome dos brasileiros pela educação e pela cultura. Precisamos criar uma sociedade fundada nos princípios cristãos de igualdade de todos, fruto da origem divina da Criação; da dignidade essencial, intrínseca à condição humana; do acesso de todos aos elementos exigidos para o «progresso dos povos», a que se referiu o papa Paulo VI.

Precisamos, enfim, preparar uma nação de 110 milhões de habitantes, para ocupar seu lugar num mundo em transição. O Brasil pode ser, para muitos países em desenvolvimento, o parceiro ideal: suficientemente desenvolvido para participar e ajudar, mas sem ambições expansionistas ou veleidades imperialistas. O que acabo de dizer não é um plano de governo. Este está em elaboração e se completará nas primeiras semanas de 1979. É só o esboço de minhas preocupações e uma idéia do que pretendo fazer.

Preparada para o jornalista alemão Martin Gester do jornal FRANKFURTER ALLGEMEINE ZEITUNG FÜR DEUTSCHLAND (FAZ), em 22 de setembro de 1978, com temas da política e do comércio exterior e da situação da política interna do Brasil.

É com o mais vivo prazer que me dirijo através do seu conceituado jornal ao Povo alemão. O Povo brasileiro sempre nutriu pela Alemanha um grande afeto tanto pela importante contribuição da cultura alemã à humanidade ao longo dos séculos como pelo papel que desempenhou na colonização do Brasil nos primeiros tempos de nossa independência.

Está gravado indelevelmente na memória de todos nós o trabalho incansável, o estoicismo e a determinação do Dr. Blumenau em vencer os obstáculos iniciais que dificultavam a fixação do imigrante à terra selvagem e desconhecida, que se transformou em poucas décadas no próspero e acolhedor Vale do Itajaí. O processo de aculturação que se seguiu preservou as melhores características das diversas etnias que intervieram no processo.

A semente lançada pelo Dr. Blumenau e a Companhia de Colonização Hamburguesa germinou e hoje os descendentes dos primeiros colonos convivem harmoniosamente com os outros grupos étnicos que formam o nosso povo e espalharam-se por todo o Brasil integrando-se positivamente em todos os níveis de nossa sociedade.

Penso que, na atualidade, nossas relações são um exemplo de compreensão mútua e do desejo de valorizar ao máximo a identidade de pontos de vista com relação a um grande número de problemas internacionais para cuja solução Brasil e República Federal da Alemanha têm sido chamados a opinar pela Comunidade Internacional.

No plano bilateral, nossos países se consultam frequentemente sobre os mais diversos assuntos. A cooperação teuto-brasileira para amenizar a carência energética existente no Brasil tem sido de inestimável valor.

Devo também dizer que o Povo brasileiro recorda comovidamente a fidalga acolhida dispensada ao Presidente Geisel durante sua visita oficial ao vosso País, em março último.

Aproveito esta oportunidade para manifestar o meu ardente desejo de que a cooperação teuto-brasileira continue a se desenvolver em benefício dos dois Povos.

P — Tenho me impressionado bastante com o envelhecimento dos últimos presidentes brasileiros durante os cinco anos de seu mandato, o que me faz acreditar que o cargo seja um dos mais desgastantes do mundo atual.

Que motivos fizeram com que V. Exa. aceitasse concorrer ao cargo?

R — Creio que o senhor tem razão quando afirma que o exercício do cargo é desgastante. Aceitei a missão que me foi confiada porque minha consciência, forjada na disciplina e no sentimento da necessidade de cumprir o dever, me impediu de agir de modo diferente.

P — No exterior, o desconhecimento de quais sejam realmente as atribuições do SNI e de seu Ministro-Chefe, alimentou o aparecimento de idéias preconcebidas a respeito.

V. Exa. que chefiou o órgão por quase cinco anos poderia explicar quais são verdadeiramente estas atribuições?

R — As mesmas que os serviços de informação desempenham em outros países. Com a diferença de que, no Brasil, o órgão que chefei não atua no nível operacional, ao contrário do que ocorre em outros serviços congêneres.

P — Qual a reação de V. Exa., Oficial do Exército Brasileiro, ao encontrar na primeira página de um periódico um desenho de seu rosto exprimindo raiva e gritando: «Eu não sou corrupto!»? Não é muito difícil para um homem de bem aceitar este tipo de provocação sem nenhum comentário?

R — Eu não sei aonde o senhor quer chegar porque sua pergunta não foi suficientemente explícita. Se o senhor reexaminar o modo pelo qual sua pergunta foi formulada, verá que as duas partes em que ela se divide são contraditórias. Acredito que com um pouco de reflexão o senhor mesmo verificará que ela carece de fundamento e se parece com um sofisma disjuntivo.

P — Comenta-se que V. Exa. expressou algumas vezes o desejo de conhecer melhor a Europa.

V. Exa. pretende realmente visitar a Europa, e especialmente a Alemanha Ocidental?

R — Terei grande prazer em alongar-me sobre o assunto no dia em que receber convite oficial dos países em apreço.

P — Um pequeno porém ativo grupo de cientistas brasileiros vem criticando sistematicamente o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Na opinião de V. Exa., há alguma razão para modificar o Acordo?

R — Do ponto de vista político não vejo nenhuma razão para modificar tal acordo. Só consideraria alterações em seu texto se houvesse interesse de ambos os países em modificá-lo com base em razões de ordem puramente técnica.

P — No pronunciamento feito no Clube dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Rio de Janeiro V. Exa. caracterizou o déficit na balança comercial do Brasil como consequência do bloqueio protecionista dos países industrializados.

A que setores específicos V. Exa. se referia com relação ao Mercado Comum Europeu?

Este déficit não é praticamente só devido ao aumento dos gastos com a importação de petróleo?

Em que os países do Mercado Comum Europeu e especialmente a Alemanha Ocidental poderiam contribuir econômica e politicamente no sentido de consolidar a redemocratização do Brasil?

R — Prefiro começar pela segunda parte desta pergunta. Acredito que a chamada «crise de energia» é um dos fatores que contribuíram para o déficit da balança comercial. As práticas protecionistas, que recrudesceram a partir da crise do petróleo, juntamente com outras regras do jogo comumente adotadas em transações comerciais internacionais, em um contexto mais amplo, são os responsáveis pelo déficit. A bem da justiça, diria também que a necessidade de importar equipamentos para atender às necessidades do desenvolvimento econômico brasileiro também influenciou esta situação. Em outras palavras, não estamos gastando divisas em programas suntuários, mas sim em projetos viáveis e rentáveis no futuro próximo.

Quanto à primeira parte, faço votos de que as Negociações Multilaterais de Comércio em andamento no GATT sejam coroadas de êxito, mas não desejo ser muito específico em relação ao problema relacionado com os incentivos à exportação e os direitos compensatórios, embora acompanhe o assunto com interesse, porque seria extemporâneo de minha parte descer a pormenores neste momento.

P — V. Exa. declarou que uma de suas metas prioritárias seria vencer a fome. Na verdade parece difícil para o brasileiro comum entender que num país que exporta centenas de milhões de dólares de produ-

tos agropecuários possam faltar, às vezes por muitas semanas, ao mesmo tempo, produtos alimentícios básicos como feijão, cebola, óleo e carne.

Como V. Exa. pretende evitar a repetição deste fato no futuro? O que V. Exa. acha da idéia de subvencionar os preços dos produtos alimentícios básicos?

R — A estratégia agropecuária em meu Governo será desdobrada em distintos planos: modernização de técnicas agrícolas e pecuárias; melhoria dos transportes, do armazenamento e do crédito rural; zoneamento ecológico e agrícola e melhoria genética das variedades agrícolas e das espécies animais.

No tocante à política de preços acredito que uma política realista de crédito associada a preços mínimos compensadores, acrescida de uma garantia de comercialização dos produtos sem estabelecer um monopólio de estoques por parte do Governo, constituem instrumentos que assegurarão maior oferta no mercado interno e no quantitativo destinado à exportação. Creio que estas medidas contribuirão significativamente para baratear a produção de gêneros de primeira necessidade.

P — V. Exa. já declarou que o Brasil deverá contentar-se com menores taxas de crescimento do PIB do que as alcançadas nos últimos anos. Nestas condições não seria praticamente impossível criar 1, 2 milhões de novos empregos, a cada ano, necessários à sobrevivência da população crescente?

Em consequência disto não seria necessário, ainda mais do que foi até agora, a participação do governo no sentido de dar à população interessada o conhecimento e os meios que lhe permitam determinar o número de filhos?

R — A criação de novos empregos está vinculada à taxa de crescimento do PIB apenas em certa medida. O PIB pode continuar a crescer em uma economia que utiliza muito capital e tecnologia sem que haja criação de novos empregos ou até mesmo acarretando a eliminação de ocupações já existentes. Tanto quanto possível, tratarei de evitar a adoção de certas tecnologias que liberam mão-de-obra no campo e nas cidades, causando problemas sociais agudos. Este é um conflito para cuja solução vou convocar a colaboração do político, do engenheiro, do economista e do sociólogo, a fim de que possam alcançar um ponto de equilíbrio.

Quanto à questão do controle da natalidade, devo dizer que o Brasil ainda é um país subpovoado em relação à disponibilidade de terra e outros recursos naturais. Respeitamos o arbítrio de cada casal na opção, sem qualquer constrangimento, de ampliar ou restringir a natalidade. Mas o governo continuará a estudar e analisar atentamente todos os dados do

problema. Voltando à questão da taxa de crescimento do PIB, esclareço que ela poderá diminuir porque necessitamos de uma pausa, visto que nenhuma economia pode crescer indefinidamente. Pretendemos, contudo, retomar o mesmo ritmo acelerado de desenvolvimento assim que as condições internas e a conjuntura internacional mostrem sinais de melhoria.

P — Muitos dizem que a crescente participação do governo na economia diminui a eficiência e aumenta a burocracia, devendo ser contida o quanto antes. Comenta-se que V. Exa. tem preocupações neste sentido, sobre o papel das grandes empresas públicas, uma possível reforma do Sistema Financeiro, uma modificação do PIS-PASEP e uma redução no controle dos preços pelo CIP.

Estes comentários têm fundamento?

R — Eles têm fundamento. A máquina administrativa governamental tem de estar sujeita a uma constante autocritica para que se possa aperfeiçoar. Antes de adotar qualquer inovação na filosofia do Governo, penso que os setores mais representativos da sociedade brasileira devem ser ouvidos. Tenho grande interesse intelectual nesse debate e pretendo ouvir o maior número de opiniões que me seja possível.

P — Uma das causas mais importantes de não ter sido possível reduzir a taxa de inflação elevada, parece ser a falta de um Banco Central que controle o volume dos meios de pagamento, independentemente de qualquer injunção política.

Neste aspecto V. Exa. considera desejável e possível modificar as relação entre o Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil?

R — A minha resposta à pergunta anterior também responde a esta.

P — Na Constituição, cuja reforma agora se discute, o futuro Presidente terá poderes excepcionais em casos específicos, que em democracias de países mais ricos, como a Alemanha, são de necessidade difícil de entender.

Como V. Exa. justificaria esta necessidade?

R — A justificação é muito simples. Países em diferentes estágios de desenvolvimento têm necessidade distintas.

P — Qual a opinião de V. Exa. sobre a participação de um partido socialista e um partido trabalhista tipo ex-PTB em futuras eleições no Brasil?

R — Para que lhe possa responder adequadamente, precisaria saber qual a diferença que o senhor estabelece entre Partido socialista e trabalhista. No meu modo de entender o problema, tudo se resume em saber se esses partidos estariam comprometidos com a ordem democrática ou se, ao contrário, estariam advogando a anarquia, o caos, a ditadura do proletariado. No primeiro caso, serei favorável mas, no outro, devo dizer-lhe que sou intransigentemente contrário à elegibilidade dos adversários da democracia.

P — Na opinião de V. Exa. um partido comunista disputando uma campanha eleitoral livre teria uma participação significativa do eleitorado brasileiro?

R — Não.

P — Vários grupos, inclusive no exterior, solicitam anistia aos atingidos no Brasil pelas leis de exceção.

Na opinião de V. Exa. existe a possibilidade de uma reconciliação gradual, a longo prazo?

R — É possível. Mas cada caso teria de ser examinado individualmente pela justiça.

Concedida a Murilo Mello Filho, no Aracoara Hotel, publicada na revista MANCHETE de 24 de setembro de 1978, com o título "Sou Social" e o destaque "A revolução teve de recuar algumas vezes, lamentavelmente para nós".

P — O senhor acha que o Exército está dividido entre a sua candidatura e a do Gen. Euler?

R — Claro, está dividido: 98% comigo, e dois por cento com ele.

P — E na fileira da Arena, quantos votos do Colégio Eleitoral o Gen. Euler poderia receber?

R — Não sei. Creio que nenhum. Eu não espero votos da Arena num candidato da oposição.

P — Quer dizer que o senhor já ganhou?

R — Acho que sim.

P — Se o senhor já ganhou, por que está fazendo uma campanha popular de candidato a eleição direta?

R — Bem, isso tenho de explicar: acho que se o povo foi, de certa forma, frustrado no seu desejo de votar, de escolher o presidente pelo voto direto, creio ter o dever, com o próprio respeito que devo ao povo, de fazer com que ele conheça minhas idéias.

P — O senhor acredita que o Gen. Euler tem sido coerente na pregação das suas idéias?

R — Eu não gosto de examinar as atitudes do Gen. Euler. Nós temos visto algumas contradições, algumas vezes ele afirma, depois desmente. Nem sei se os jornais, de fato, publicaram exatamente o que ele disse.

P — O senhor acha que existem divergências em algumas seções estaduais da Arena?

R — Existem. Seria até infantilidade não reconhecer isso. Existem divergências, divergências regionais, mas que não importam, absolutamente, em divergências quanto à minha candidatura. Esse é o ponto principal.

P — Qual tem sido a sua atitude em face dessas divergências?

R — Procurar conciliar, procurar juntar, e tenho conseguido muita coisa.

P — Já que o Senador Magalhães Pinto resolveu reingressar na Arena, como será recebido pelo senhor?

R — Como eu sempre disse que será recebido: muito bem, de braços abertos. Aliás, sempre tive a esperança de que ele voltaria. Nunca tive dúvidas a esse respeito.

P — O que o senhor acha da emenda Montoro, que restabelece o pleito direto ainda este ano?

R — A emenda Montoro, a tese da emenda Montoro, poderá parecer certa, mas acho que é importuna. Se ela tivesse sido apresentada mais cedo, antes de deflagrado o processo eleitoral, ainda seria objeto de consideração. Mas agora, me parece que o momento não é oportuno.

P — General, qual o tipo de democracia que o senhor almeja para o Brasil?

R — Bem, depende do que se vê como tipo de democracia. Mas eu acho que a democracia é aquela do governo representativo, com legislativo independente, com judiciário independente também, os três poderes harmônicos. Agora, se a eleição é direta ou indireta, isso não vem ao caso. Mas, se me perguntarem qual a minha posição, direi que sou social-democrata, de centro.

P — Espera que o seu sucessor já seja eleito diretamente pelo povo?

R — Assim desejo.

P — Reconhece que a Revolução, por vezes, desviou-se do seu curso democrático?

R — É claro. A Revolução teve de recuar algumas vezes, lamentavelmente para nós, que tivemos de tomar essa atitude, mas tão logo foi possível retomamos aquelas diretrizes iniciais de democracia, de volta da democracia, particularmente no governo de Geisel.

P — O senhor pretende estimular a formação de novos partidos políticos?

R — Pretendo. Tanto pretendo que concordei com o presidente em colocar entre as reformas, de alguma maneira, a da reformulação partidária.

P — Como o senhor espera que a oposição aja em relação ao seu governo?

R — Como oposição. Criticando naquilo que deve ser criticado, se opondo àquilo que ela acha que deve se opor, e apoiando aquilo que for em benefício do país.

P — Como o senhor vê os atuais movimentos grevistas no país?

R — Não vejo bem. Não vejo bem porque, até então, os movimentos grevistas, os movimentos iniciais, estavam sendo no sentido da reivindicação justa dos trabalhadores. Agora já estou sentindo uma tendência de movimentos com fundamento político, com objetivos políticos. Com isso não concordo. Acho que os trabalhadores podem fazer política, mas fora dos sindicatos.

P — O senhor tem pensado, algum dia, em renunciar à sua candidatura?

R — Não, nunca pensei. Nunca recuei numa missão.

P — O que o senhor acha do processo de aperfeiçoamento democrático?

R — Qual, o que o presidente apresentou? Acho que ele foi até além do que era esperado. Há um ano, se nós disséssemos que o Presidente Geisel havia apresentado um projeto de reforma dessa natureza, ninguém acreditaria. O próprio MDB se surpreendeu.

P — Se o General Euler ganhasse as eleições, tomaria posse?

R — Acho isso um pouco absurdo, mas se ele ganhasse as eleições tomaria posse, não tem dúvida. Mas, é uma hipótese que não existe.

P — Qual a sua orientação na política externa?

R — Essa eu defino como um problema de universalismo. Devemos ter relações amistosas com todos os países. Quaisquer que sejam seus regimes. Agora, queremos que sejamos respeitados, vamos comerciar com todo o mundo, não temos restrições de raça, de cor, de qualquer coisa. Devemos nos bater pelo fim do colonialismo, ou pelo menos das conseqüências funestas que o colonialismo trouxe para a África.

P — E as relações com Cuba?

R — Enquanto Fidel Castro estiver na posição para despertar a revolução e querer influenciar os assuntos internos dos outros países, não concordarei em estabelecer relações com Cuba.

P — Quer dizer que, no fundo, a sua política externa é uma política independente?

R — Exatamente.

P — Que acha da política dos direitos humanos, enunciada pelo Presidente Carter?

R — Os direitos humanos são de duas espécies: os sociais, como o direito à nutrição, à educação e à saúde; e o individuais, que são a proteção do estado contra a eventualidade de um abuso do seu próprio poder, como o direito de locomoção, de palavra, de pensamento. Defenderei no governo essas duas espécies de direitos. Não podemos assim estar contra a política do Presidente Carter, que é justamente um motivo de luta contra os regimes totalitários.

P — Quais são os três principais problemas do país?

R — Para mim, os três problemas mais urgentes do país são a necessidade de mantermos o atual nível de progresso, o de melhorar a educação e o de desfazer os desequilíbrios regionais com o combate à inflação.

Preparada em 24 de setembro de 1978 para a TRIBUNA DO CEARÁ onde são destacadas as questões tributárias, os desníveis regionais e o desempenho político da ARENA no Nordeste.

P — Um dos principais problemas dos Estados diz respeito à posição financeira, que é crítica, notadamente a partir da Reforma Tributária (Governo Castello Branco) com os tributos beneficiando mais a União que os Estados. No que diz respeito aos Estados consumidores, a posição é ainda mais crítica, pois o ICM fica basicamente com os Estados produtores (São Paulo, Rio, etc...). Nesse ponto, a posição do Nordeste é muito crítica. Como o governo de V. Exª, pensa em formular uma revisão da política tributária, de modo a beneficiar as regiões mais pobres do País e, ainda, a estabelecer uma posição de equilíbrio entre Estados consumidores e Estados produtores?

R — Tenho me preocupado bastante com esse problema. Estou consciente da necessidade de uma nova ordenação tributária, que atenda aos objetivos maiores de uma política nacional de desenvolvimento realmente desconcentradora. Política entendida não somente com uma ação unissona e integrada do Governo, mas também, abrangente em todos os segmentos, o que proporciona realmente a redução das disparidades regionais e de renda.

P — No Nordeste está localizada uma grande parte da população brasileira. Os pronunciamentos oficiais reconhecem os «bolsões de pobreza», na região com cidades inchadas (três regiões metropolitanas estão ali localizadas: Salvador, Recife, Fortaleza) do total de 7 nacionais. A situação rural é crítica em termos de emprego, o mesmo acontecendo no setor urbano. A SUDENE e as demais agências governamentais, como V. Exª mesmo reconheceu, não foram suficientemente ativas para a criação de empregos, forçando migrações que provocam inchações em outros pontos do país, como foi o caso de São Paulo.

Como o governo de V. Exª tratará o problema da criação de emprego no Nordeste e de redução das disparidades de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul?

R — Atingir o pleno emprego para todos os brasileiros será o objetivo da minha administração. O Nordeste tem necessidade de criar, nos próximos dez anos, 5 milhões de empregos. Isso exigirá um esforço de investimentos nas áreas de agricultura, indústria e serviços como jamais ocorreu na história desta Região. Uma tarefa para a qual mobilizarei todas as forças da Nação.

P — Um dos pontos sempre falados pelo noticiário diz respeito à preocupação do governo de V. Ex^a quanto à ênfase na agricultura. O Brasil pode efetivamente ser um celeiro mundial de alimentos. Os diagnósticos apontam, contudo, que embora aumente a área cultivada, nem sempre os resultados da agricultura têm sido positivos. Este ano, por exemplo, importamos milho, feijão, alho, cebola e outros itens, para não falar nas importações permanentes de trigo. Uma das questões levantadas diz respeito à necessidade de zoneamento agrícola. Uma outra diz respeito às condições de comercialização, com os atravessadores atuando no mercado e impondo às populações urbanas preços elevados demais para os produtos agrícolas, o que contribui para aumento inflacionário. Uma terceira questão corresponde à sempre tão falada «reforma agrária», vez que a estrutura de propriedade fundiária, tal como se apresenta, seria um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento agrícola brasileiro. Para o Nordeste, uma série de programas foram criados, mas com resultados discutíveis, até o presente momento, entre eles o sistema agro-vilas do INCRA, os programas de irrigação do Nordeste (por sinal muito criticados), o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo. Qual será a visão do governo de V. Ex^a considerando esses parâmetros, para o problema de desenvolvimento agrícola do Nordeste?

R — O problema da agricultura brasileira será atacado em todos os níveis. Da semente ao solo. Do campo ao mercado. Deste para o prato de cada brasileiro. Quer dizer, o produtor deve receber mais pelo seu trabalho e o consumidor final deve pagar menos pelo que come. Isto envolve toda uma política de infra-estrutura, de financiamento, de ampliação das áreas de plantio, de aumento da produtividade e de redução dos custos da comercialização. Reconheço o anacronismo da estrutura fundiária. Em relação a esse problema terei posição intransigente. Já afirmei que o Brasil não pode conviver com o latifúndio ocioso e subutilizado e o minifúndio ineficiente. Pela dimensão e diversidade do País, o problema não poderá ser atacado com uma única receita. Há a peculiaridade do Rio Grande do Sul, a de São Paulo, a de Mato Grosso, a da Amazônia. No Nordeste, há várias facetas: o problema fundiário do Ceará é diferente do de Pernambuco, Piauí, Bahia, etc. Daí a razão por que trataremos caso por caso. Em qualquer situação, como já afirmei, respeitarei o direito de quem possui a terra e a utiliza para a exploração econômica. Também saberei atender às necessidades dos produtos de

plantio extensivo. Não se trata de ferir o princípio da propriedade, mas de estimular o melhor uso dela, em proveito próprio e da Nação.

P — Uma das idéias das administrações federais quanto ao Nordeste foi «plantar chaminés» na região, implicando um desenvolvimento industrial capaz ou suficiente para reduzir as tensões sociais geradas pela pobreza. Grande parte dos programas de industrialização não teve êxito, apenas aumentou os desequilíbrios dentro da própria região, como é o caso da Bahia (Aratu — Camaçari) e Pernambuco (Recife) em relação ao restante do Nordeste. De outro lado, a adoção de tecnologia sofisticada implicou a geração de um menor número de empregos do que o necessário para absorver a mão-de-obra existente.

Como o governo de V. Ex^a tratará o problema dos desequilíbrios de desenvolvimento industrial dentro da região e a questão da geração de empregos?

R — Não concordo com a idéia de que os programas de industrialização aumentaram o desequilíbrio da Região. Se olharmos para trás, observaremos que muito foi feito. O possível, para as circunstâncias e os recursos. Também acredito que toda ação pioneira, como foi a do novo processo de industrialização do Nordeste, teve algumas, mesmo várias, experiências frustradas. Houve até casos de aventureirismo. Quanto à sofisticação dos processos tecnológicos, isso foi necessário para que a indústria do Nordeste, como a indústria do País, tivesse condições de competição com as mais adiantadas do mundo. Afinal, não só o consumidor do Exterior quer o melhor produto, como também o consumidor brasileiro. E eles têm de ser atendidos.

Na minha visão, o que solucionará os problemas da industrialização da Região é a determinação de um embasamento tal que a torne auto-suficiente. Projetos como o de Aratu-Camaçari, Suape, Alcanorte, Itaqui e o do Terceiro Pólo Industrial de Fortaleza, entre outros, resolverão esse problema. Esses empreendimentos serão geradores de novas indústrias que propiciarão mais empregos urbanos.

P — Apesar da pobreza existente na região, quase todos os Estados nordestinos apresentam potencialidades próprias. A Bahia, por exemplo, com a PETROQUÍMICA; Alagoas com o PÓLO CLOROQUÍMICO (salgema, etc.); Piauí, com a agropecuária; Pernambuco com intensa atividade industrial. No caso, o Ceará se apresenta como um dos Estados com menor potencialidade até agora expressa, seja pelas dificuldades para desenvolvimento de uma agropecuária, seja pela ausência de capitais para fomento industrial. Como o governo de V. Ex^a poderá atuar no campo econômico visando a fornecer alternativas para o desenvolvimento econômico-social do Ceará?

R — O fortalecimento do Terceiro Pólo Industrial do Nordeste será um dos projetos prioritários do meu Governo. Darei continuidade ao trabalho iniciado pelo Presidente Ernesto Geisel. Desenvolverei os projetos para exploração do cobre, do manganês e do minério de ferro do Ceará. Na agricultura, os projetos de plantação de café, nas serras; de ampliação das áreas produtoras de algodão, bem como a melhoria da sua produtividade; a ampliação dos programas de fruticultura e o da agro-indústria receberão especial atenção do meu Governo.

P — Que espera o candidato João Baptista de Figueiredo do desempenho de seu partido, a ARENA, no Nordeste, nas eleições de novembro?

R — A vitória da ARENA no Nordeste será um fator decisivo para que meu Governo tenha tranqüilidade para realizar os programas que o País exige. Creio que o meu partido sairá vitorioso em todo o País, e acredito que no Nordeste iremos receber uma votação bem expressiva.

P — O Nordeste brasileiro tem mantido politicamente uma posição de fidelidade à Revolução e conseqüentemente à própria ARENA, dominando esmagadoramente por sua representação no Senado, na Câmara, nas Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores.

Como V. Ex^a tem dito e repetido que a vez é do voto, poderíamos interrogar ao candidato se, quando Presidente, o Nordeste terá uma representação ativa em seu governo, como, por exemplo, recrutando da região nomes para o seu Ministério?

R — Somente após as eleições de novembro é que começarei a tratar da formação de meu Ministério. Convocarei homens que pensem no Brasil como um todo, afinados com as minhas idéias. Procurarei talentos em todas as Regiões. Buscarei reunir em torno de mim o que de melhor houver da inteligência nacional.

P — Que mensagem mandaria ao povo cearense antes de sua primeira visita ao Estado?

R — Peço ao povo do Ceará que me ajude a fazer um bom Governo. Para isso necessito do apoio integral dos cearenses, votando nos candidatos da ARENA ao Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Digo ao povo também que não o decepcionarei e que em Brasília, no Palácio do Planalto, ele terá em mim um brasileiro com alma de nordestino cearense.

Concedida à Imprensa, em João Pessoa, em 25 de setembro de 1978, no Hotel Tambaú, publicada em O GLOBO, de 26, com a manchete "O povo está começando a acreditar no que falo". Nela são abordadas a disputa militar para a presidência; as eleições na Paraíba e as reformas constitucionais aprovadas.

P — O que o senhor pretende fazer para corrigir os desníveis regionais entre o Sul e o Nordeste?

R — Se eu fosse responder agora, estaria até deslustrando todos os Presidentes que passaram pelo Brasil, e que tentaram fazer alguma coisa para corrigir esses desníveis. O problema não é fácil, a curto prazo. Mas há muita coisa que se pode fazer, desde logo. A muitas delas fiz referência naquele discurso da SUDENE. Leia lá, que tem muita coisa que se pode fazer pelo Nordeste, para torná-lo menos pobre.

P — Alguns jornais publicaram que o General Hugo Abreu faria um pronunciamento denunciando corrupção administrativa. O que acha disso?

R — Eu não acho nada. Só quem pode achar é o General Hugo Abreu. Foi ele quem declarou isso, não eu.

P — O senhor recomendou à ARENA da Paraíba que escolhesse um segundo nome para concorrer ao Senado. No entanto, isso não foi possível.

R — Eu recomendei à ARENA da Paraíba que deixasse as suas mazelas de lado e se unisse, para obter uma vitória em 15 de novembro.

P — O senhor pediu que a ARENA encontrasse uma solução... E ela não foi encontrada.

R — Recomendei que encontrasse uma solução, aqui mesmo. O problema é deles. Estou fazendo o que é possível.

P — Como encara as denúncias de parlamentares da oposição, de que houve pressões sobre o Congresso para aprovar as reformas?

R — Não sei, porque não estava lá. Não vi pressão nenhuma, pelo menos de minha parte não houve pressão de espécie alguma. Fiquei no meu canto. Lembro-me até de que fui cedo para casa, e lá fiquei. Sai do meu escritório às 8 horas. Não tenho mais nada a dizer.

P — General, até que ponto a aprovação das reformas fortalece a sua posição no Colégio Eleitoral?

R — Não sei porque a aprovação das reformas poderá me fortalecer. Talvez possa fortalecer na medida em que o Governo cumprir o que prometeu. E eu vou tentar aperfeiçoar ainda mais as reformas.

P — Quando o senhor estiver à frente do Governo, como verá o Nordeste?

R — Melhor do que hoje.

P — E no setor econômico?

R — Melhor do que hoje.

P — O senhor disse que, se eleito, fará deste País uma democracia. Esse desejo inclui o aumento da produção e da produtividade? Acabará com as desigualdades entre o Nordeste e o Sul?

P — Não vejo em que produção e produtividade têm a ver com Democracia. Pode haver uma democracia com improdutividade e um totalitarismo produtivo. Agora, que eu vou procurar aumentar a produção e a produtividade das terras, isso vou.

R — Não acha que, com um custo de vida reduzido, haveria mais facilidade para a democracia?

R — Não, não há mais facilidade para a democracia. Há mais dificuldades para totalitaristas. Se o povo come bem e mora bem, está mais satisfeito; em consequência, aquelas idéias de esquerda penetram menos. Mas isso não quer dizer que haja mais facilidade para a democracia.

P — General, o Senhor acha que o povo brasileiro, hoje, come e vive bem?

R — Depende. O povo do Nordeste, do sertão, tenho a impressão de que não se alimenta bem. Nas grandes cidades, aqueles da periferia não se alimentam bem. Agora, há uma parte privilegiada da população. Reconheço, por exemplo, que, no Sul, há pobreza, mas não há miséria. Aqui, no Nordeste, em alguns casos, há miséria. Na Amazônia, há

muita pobreza, mas não há fome, porque lá tem o rio que alimenta as populações. É muito relativo falar em povo brasileiro. O paulista, por exemplo, come muito bem.

P — Até que ponto uma vitória do MDB em novembro vai dificultar? Quais as implicações que isso traria ao quadro político nacional?

R — Ao quadro político nacional, vai trazer, porque eu vou ter que governar com minoria na Câmara e no Senado.

P — E o problema da ARENA da Paraíba? Se ela perder?

(Antes de Figueiredo responder, o futuro Governador Tarcísio Burty disse timidamente: «Não perde».)

R — Em primeiro lugar, não acredito que a ARENA vá perder. Não acredito, não me passa pela cabeça. Eu sei que não é fácil, mas não creio que a ARENA vá perder, porque eu tenho consciência de que os líderes deste Estado vão colocar os seus interesses de lado e vão se unir. Disso, não tenho dúvidas. Nós vamos ter uma vitória bonita.

P — O Nordeste participará do seu Ministério?

R — Até agora, não pensei nisto. Só tenho pensado em ganhar as eleições de 15 de novembro.

P — Como o senhor reage a essas pesquisas de opinião recentes, que o favorecem? Ficou surpreso?

R — Não, não as recebo com surpresa e nem sem surpresa. O que acho é o que tenho dito em todos os lugares. Quando eu comecei a falar, muita gente não acreditava na minha sinceridade, porque olhava o carrancudo do SNI. Todo mundo dizia: «Lá vem esse general, esse camarada que nunca falou com ninguém, nunca recebeu um repórter, nunca abriu sorriso para ninguém. E agora vem falar...» Mas o povo começou a acreditar em mim, só isso. E eu fico muito satisfeito, porque é sinal de que eu tenho procurado argumentar bem. Se não argumento bem, pelo menos tenho dito o que sinto.

P — O senhor acha que tem ganho mais terreno que o General Euler, com base nas pesquisas?

R — Eu não tenho visto os resultados das pesquisas. O povo começou a falar o que pensa sobre mim. Não é que eu tenha começado a ganhar mais terreno, não. O povo estava desinteressado, essa é que é a verdade. O povo não me conhecia, nem ao Euler. A não ser aqui, no Nordeste, onde ele trabalhou.

P — O senhor exigiu do Deputado Antônio Mariz maior empenho para uma vitória da ARENA?

R — Não exijo nada de ninguém. Eu peço. Pedi a ele, como meu amigo, que se empenhasse por uma vitória da ARENA.

P — Quais são os Estados que mais o preocupam para as eleições majoritárias?

R — São Paulo, principalmente, o maior colégio eleitoral do País, com cerca de 10 milhões de eleitores.

P — O senhor tem alguma tática especial para São Paulo?

R — A única tática que eu conheço em matéria de eleição, é essa: argumento. Ir ao povo e dizer o que penso, e o povo depois escolhe.

P — Até que ponto a candidatura do General Euler o preocupa?

R — Até ponto nenhum. Não me preocupa nada. Absolutamente nada. Eu já ganhei a eleição de 15 de outubro. Agora, estou tratando da eleição de 15 de novembro.

P — A pouco mais de 15 dias da eleição, o senhor já se considera eleito?

R — Eu me considero eleito há uns quatro ou cinco meses.

P — As eleições diretas virão a partir de quando?

R — Por que você faz essa pergunta: «a partir de quando?» Eleição direta, para quê, para governador? Para governador em 1982? Em 82, tenho a impressão de que teremos, se tudo correr bem, eleições diretas para governador. Mas não posso garantir. Não posso garantir nem se estarei vivo até lá.

Concedida a Haroldo Holanda para a edição de 2 de outubro de 1978 da revista FATOS & FOTOS com manchete: "Figueiredo exclusivo: o maior fator de estabilidade política é a redistribuição da renda".

P — General, passados 14 anos, o senhor acha que os ideais que forjaram o movimento de 64 foram cumpridos ou foram desvirtuados?

R — Bem, algumas metas foram cumpridas, outras momentaneamente desvirtuadas por circunstâncias que não vale a pena citar, mas temos de reconhecer que foram desviadas das suas diretrizes iniciais.

P — Quais as condições indispensáveis, no seu modo de ver, para um regime democrático no Brasil? O conceito de democracia pode ser adjetivado?

R — O conceito de democracia pode ser adjetivado. Não acredito numa única democracia. A democracia é uma só, por filosofia. Agora, existem diversas maneiras de adotar essa filosofia. Nós temos uma democracia na América que não é a mesma da Espanha, da Alemanha, mas todas são democracias. Acredito que haja uma democracia adjetivada, e adjetivada no sentido de estar de acordo com os costumes, com as terras, com as tradições e cultura de cada povo.

P — Como se realizaria, na prática, a redistribuição da renda? Como o senhor vê isso?

R — Bem, existem várias maneiras de distribuir a renda. Se eu soubesse de alguém com uma fórmula de fazer a redistribuição de renda em curto prazo, eu me bateria pela candidatura dele à Presidência da República. Agora, que isso é necessário, não tenho dúvida, pois o maior fator de estabilidade política de um país é a redistribuição de renda. Eu não acredito em extremismos com um povo que tenha uma renda *per capita* alta. Agora, como fazer, existem diversas maneiras. O governo Geisel, por exemplo, redistribuiu a renda de maneira indireta, através do salário indireto, da previdência social, de certas facilidades para os trabalhadores, aumentando a qualidade dos transportes. Acre-

dito que até o plano habitacional seja também uma maneira de redistribuir. Uma outra forma foi fazer o operário participar no lucro das empresas. Essa é uma maneira que, aliás, o americano já adotou. Acho justa.

P — Durante estes 14 anos o senhor acha que a situação dos trabalhadores melhorou, regrediu ou permaneceu a mesma?

R — No aspecto social, tenho a impressão que melhorou. A previdência social e a assistência médica são alguns aspectos positivos, se bem que ainda se queixem das filas. Sei que não se alcançou a perfeição, mas basta ver o número dos atendidos antes da Revolução, em proporção à população, e o que existe agora, para vermos que melhorou e muito. Agora, acredito que o salário ainda esteja baixo. Mas, dizer se o trabalhador melhorou ou piorou, tenho a impressão que melhorou muito.

P — No dia em que o senhor sentar na cadeira presidencial quais as reformas que acredita serem as mais necessárias ao país, mais urgentes?

R — As reformas? Em primeiro lugar, a reforma tributária. Acho que os municípios estão muito abandonados. Talvez, uma revisão no processo do Imposto de Renda. Ainda não me aprofundi nisso, mas à primeira vista me parece que, às vezes, é injusto.

P — O senhor acha necessário que o imposto seja mais pesado sobre determinados setores?

R — Acho que sim. Aqueles mais bem aquinhoados devem pagar mais, sem dúvida.

P — General, qual a sua opinião sobre anistia? O senhor discorda de que ela seja ampla? Como ela pode ser concedida?

R — Quando eu disse que era favorável à revisão das cassações políticas feitas pela Revolução, vários juristas vieram dizendo que isso era impossível, inclusive o próprio presidente da Ordem dos Advogados do Brasil afirmou que era impossível, muito difícil. Eu não sei, eles é que são os juristas. Mas tenho a impressão que é possível estabelecer, logo de início, que aqueles que cometeram apenas delitos políticos podem ser anistiados. Agora, os que, por motivos políticos, cometeram delitos comuns, como assalto a banco, seqüestro, assassinatos, esses deviam ser enquadrados como criminosos comuns. Sem o que nós vamos fazer desaparecer do Brasil a figura do crime comum. E estou fazendo força para que os juristas encontrem uma fórmula. Eles dizem que é difícil, mas não estou encontrando essa dificuldade. Quero que me expliquem porque é difícil.

P — O senhor é favorável a uma completa liberdade de expressão no país? Como vê a questão da censura?

R — No que diz respeito à moral e aos bons costumes, não. Nesse ponto, fico onde está a Constituição. Acho que há uma licenciosidade muito grande a respeito de publicações que têm acesso aos jovens e, principalmente, na televisão. Agora, quando à liberdade de expressão política, acho que deve ser total.

P — A Lei de Segurança Nacional que vigora no país é considerada uma das mais severas do mundo, segundo apontam os especialistas. O senhor já disse que é favorável a uma revisão. Parcial ou total? Qual o seu conceito de Segurança Nacional?

R — O meu conceito de Segurança Nacional é aquele clássico: a nação, num ponto, deve estar com as medidas necessárias para impedir que a sua soberania, sua independência seja afetada. Agora, quanto à Lei de Segurança, eu concordo que as penas previstas nela são pesadas demais. Quando chefe do SNI, fiz um projeto, nomeei uma comissão de estudos e dei ao presidente um projeto para revisão dessa Lei de Segurança, atenuando as suas penas.

P — Considera válida a observação de alguns de que o país está perigosamente subordinado ao capital estrangeiro? Como vê a convivência do capital estrangeiro com o capital privado nacional e estatal?

R — Se nós quisermos abdicar da poupança alheia para o nosso desenvolvimento, vamos ficar num marasmo, o ritmo de desenvolvimento vai cair muito. Em outras palavras, nós precisamos do capital estrangeiro para manter um ritmo razoável de desenvolvimento. Isso não quer dizer que devemos abrir as portas para todo e qualquer capital. Devemos policiá-lo, de maneira que não venha a prejudicar o capital nacional, nem mostrar nenhum perigo para a nação.

P — O senhor acha então que deve haver uma convivência entre o capital estrangeiro e o nacional?

R — Sim, mas devemos policiar o capital estrangeiro a fim de que não prejudique o capital nacional.

Sob o título "O diálogo com estudantes" o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, de 3 de outubro de 1978, publica o encontro havido, na véspera, com 21 estudantes da Universidade de Manaus, no Hotel Amazonas, Manaus.

P — General, desviaram 63 milhões de cruzeiros da verba global da Universidade do Amazonas, que está em situação de quase insolvência financeira. Coincidência ou não, essas verbas foram entregues pelo MEC às universidades do Pará, que tem o senador Jarbas Passarinho, à do Piauí, que tem o senador Petrônio Portella, e ao Paraná, que tem o senador e ex-ministro Ney Braga. Qual a sua posição sobre isso?

R — Eu não sabia disso.

P — Qual será a sua posição para repor essa verba no orçamento da Universidade do Amazonas?

R — Eu não vou dizer que vou tirar esse dinheiro de outras universidades. Eu vou repor, isso podem ficar certos. E pronto. Essa verba será devolvida. Está acabado!

P — Como o sr. justifica os seus argumentos para ser contrário à reabertura da União Nacional dos Estudantes (UNE)?

R — Eu não vejo razão para a existência da UNE. Eu vejo razão para a existência de diretórios dentro das universidades. Porque é claro que os problemas estudantis do Rio Grande do Sul não são os mesmos do Amazonas. Quanto aos problemas explícitos do estudante, estes devem ser levados ao conhecimento da reitoria, e, caso não consigam solução, os estudantes devem então requerer através dos órgãos superiores. Agora, criar uma organização nacional de estudantes como força de pressão, não aceito. É a mesma coisa. Porque eu não entendo também porque criar a CGT. Acho que os sindicatos devem ter força para pressionar e reivindicar junto ao Ministério do Trabalho, da mesma forma como os estudantes. Quanto aos outros problemas estudantis, é com o Conselho Federal de Educação. É por isso que sou contra a UNE. Não vejo vantagem nisso.

P — Como se criam federações de jornalistas, de agricultores, de empresários, de advogados, de médicos, e não de estudantes também?

R — Mas para tratar de problemas agrícolas, não para tratar de coisas de seus interesses. Ai tem o Conselho Federal da Educação. Esse é que trata de tudo do estudante.

P — Todas as classes são constituídas nacionalmente, por que não a dos estudantes?

R — Em primeiro lugar eu pergunto: Será que o estudante é uma classe? Eu não acredito em classe. Eu não gosto dessa palavra classe. Eu prefiro dizer setores. Porque essa coisa de classe é um troço muito discutido. O estudante é um cidadão por excelência, que está estudando, é um líder do amanhã. Então ele deve ter todo apoio do governo.

P — O senhor acredita que por mais seis anos o povo brasileiro vai suportar ainda ter um regime militar no Brasil?

R — Vamos acabar com o regime militar através das reformas políticas do presidente Geisel.

P — Mas o regime foi fechado, tolheu o estudante, o político, as forças vivas da Nação.

R — Concorde com tudo isso. O regime militar foi fechado, não deu alternativas. Mas ele vai acabar, garanto. Não podemos contudo sair de um regime militar para um regime democrático às pressas, vocês não de concordar comigo. Não se muda um regime militar da noite para o dia.

P — Mas o sr. é um militar. Como acabar com o regime militar se o sr. é um militar? Como vai tratar a sua imagem de militar querendo fazer um governo civil?

R — Deodoro, Hermes da Fonseca, Dutra, Eduardo Gomes, não eram militares? O próprio Juscelino era militar. Onde se exige certificado de reservista de terceira categoria para ser presidente da República?

P — Mas há a disciplina rígida do Exército que é com a qual o sr. conviveu por muitos anos.

R — Disciplina do Exército não é norma do regime brasileiro. Uma coisa não é outra e vice-versa.

Com a manchete "Figueiredo admite censura e não sabe como extingui-la" o JORNAL DO BRASIL, de 9 de outubro de 1978, publica entrevista concedida à Imprensa, na véspera, no Colégio Mauá, em Santa Cruz do Sul. O assunto amplo debatido foi a censura telefônica pelo Governo.

P — O Senhor acredita no controle telefônico, como denunciou o General Hugo Abreu?

R — Eu acredito que qualquer um pode censurar o telefone de qualquer um. É uma coisa tão banal que até no meu telefone mando fazer uma varredura para que não seja escutado.

P — E isso ocorria anteriormente?

R — Eu não sei se ocorre, meu filho, mas tomo cuidado para que isso não ocorra com o meu telefone.

P — O SNI não fazia esse controle telefônico?

R — O SNI faz justamente o contrário: a varredura dos telefones oficiais, justamente para que não haja escuta telefônica. Isso sempre teve.

P — São utilizados os misturadores de vozes?

R — Tem o misturador, é uma das maneiras de fazer contra-informação. Mas a melhor maneira é saber se o telefone está sendo censurado.

P — O senhor falou da varredura nos telefones oficiais, inclusive o do Presidente Geisel?

R — Todos. Todos os telefones eu mandava fazer (a varredura). E isso não é novo. Isto vem do tempo do Getúlio.

P — Mas quem teria interesse em censurar o telefone do Presidente?

R — Até você poderia estar interessado. É quem quiser censurar é a coisa mais fácil. Inclusive, a aparelhagem para isso é vendida em loja de ferragens. É a coisa mais fácil que existe. Em 1930, na Revolução de 30, os telefones eram censurados.

P — Mas o senhor considera correto censurar telefones?

R — Eu não considero correto. O que eu não considero correto é permitir que eu tenha meu telefone censurado. Isso eu não deixo.

P — Cada um, então, tem que tratar, por si, de evitar que seu telefone seja controlado?

R — É claro. Se o Governo não censura, uma organização particular pode censurar. Até particular pode.

P — Mas o Governo não tem condições de coibir isso?

R — Não, não há força humana que impeça isso.

Concedida a Gilberto Leal, em 13 de outubro de 1978, no Aracoara Hotel e publicada na edição de 15 de outubro do jornal ZERO HORA, de Porto Alegre. Na entrevista, ainda como candidato, há a manchete "Figueiredo: gaúchos precisam base industrial" e os destaques "Problemas da terra"; "Volta de exilados" e "Dívida externa".

P — Como conhecedor do Rio Grande do Sul, qual, segundo seu modo de ver, o maior problema enfrentado atualmente pelo nosso Estado?

R — Para mim, que realmente me envaideço de ser um conhecedor do Rio Grande do Sul, acho que um grande problema que o Estado ainda enfrenta é a falta de embasamento industrial. Mas a plena implantação do Pólo Petroquímico certamente irá induzir uma vocação gaúcha como um dos maiores Estados industriais brasileiros.

P — Qual seria, também, a maior deficiência do gaúcho ao encarar os problemas do Estado?

R — O gaúcho, sinto como um bom conhecedor das coisas desse Estado, está mais integrado no contexto nacional, se sobressaindo, participando mais com um bom nível de representatividade política. Através de uma maior integração econômica do Estado, permitida por um moderno sistema de transportes, e de uma promoção educacional mais dinâmica, como aquela a que estamos assistindo, qualquer deficiência gaúcha no modo de encarar os problemas do Estado, caso existisse, já estaria superada. O espírito do gaúcho é o mesmo da Revolução Farroupilha. E o governo respeitou sempre esse espírito durante a Revolução.

P — Os recentes incidentes entre índios e colonos levantaram novamente o problema da distribuição da terra. Quais seus planos para o futuro governo, com relação a este problema? O Sr. pensa em reforma agrária, tem outra solução para o latifúndio e minifúndio?

R — Já tive ocasião de fazer um pronunciamento no Acre especificamente para a abordagem desse problema. Não resta dúvida de que ele é prioritário para mim. Mas entendo o problema da distribuição

de terras no Brasil de uma forma mais operacional e menos engajada com conceitos. Por exemplo, não vendo a necessidade de uma reforma agrária apenas nos grandes vazios demográficos, como a Amazônia. Só poderemos atacar este problema de uma forma integrada, ou seja, cuidando ao mesmo tempo de aglutinar os minifúndios cuja incidência atrasa o desenvolvimento agrícola de estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e também de abrir a Amazônia à iniciativa operosa e legítima de empresas pequenas, médias e grandes, capazes de levar para a região um mínimo de substância social e de aporte tecnológico.

P — Os gaúchos estão vendo com muita esperança a instalação dos pólos petroquímicos. O Sr. tem planos para acelerar a conclusão dessas obras? Já existem em sua agenda de projetos novas realizações de vulto para o Rio Grande do Sul?

R — O meu governo irá apoiar a aceleração dos pólos industriais que, como iniciativas de ponta, se tornam requisitos básicos para o desenvolvimento gaúcho. Além da conclusão dos pólos, será dado apoio a novos projetos que signifiquem o fortalecimento do setor industrial e da agroindústria do Rio Grande do Sul.

P — As especulações em torno de nomes para os ministérios são normais. Quando o Sr. pretende divulgar os nomes dos futuros assessores seus? Não poderia adiantar alguns deles? Os critérios adotados permitem antever a inclusão dos gaúchos?

R — Só pretendo divulgar o meu ministério após as eleições de 15 de novembro, porque não posso cuidar ao mesmo tempo de um empenho na campanha da Arena por um resultado eleitoral expressivo e da magna tarefa de organizar o meu governo. Até novembro, a prioridade será francamente eleitoral. Depois, no devido tempo, o país tomará conhecimento dos nomes que integrarão o meu governo. E repito o que tenho dito: irei buscar esses nomes, os melhores de que puder dispor, estejam onde estiverem.

P — Como encara o retorno ao país de Leonel Brizola, Miguel Arrais e outros ex-líderes cassados? Em que medidas eles poderiam contribuir para a normalização da vida nacional, nos anos 80?

R — Já afirmei que os cassados que desejarem voltar para o Brasil, que voltem, porque lugar de brasileiros é aqui e não lá fora, mas que voltem sabendo que terão de responder na justiça caso tiverem sido condenados por qualquer tipo de processo.

P — Como vê o problema da federação? Pretende, em seu governo, dar maior autonomia aos Estados e municípios, descentralizando os centros de decisão, notadamente no que diz respeito à faixa de arrecadação?

R — Esse é um de meus compromissos de honra, assumidos desde o primeiro momento de minha campanha. Pretendo ter em mãos uma fórmula capaz de coordenar os atuais níveis de autonomia dos municípios, por considerar que o municipalismo é a política que dará embasamento ao próprio fortalecimento do sistema federativo como um todo. Nessas considerações, examinarei a possibilidade de flexibilizar os níveis de dependência financeira dos municípios, de forma que aumentem sua arrecadação.

P — De que forma pretende continuar o projeto de normalização democrática iniciado pelo presidente Geisel? Irá tornar uma realidade as eleições para governador?

R — Desejo ampliar o muito que o presidente Geisel já fez por nossa democracia. Para isso é que estou em plena campanha em favor da Arena, já que um resultado favorável em 15 de novembro, assegurando-nos maioria no Congresso, nos dará a condição política capaz de levar à frente o projeto de reformas. Caso a situação permita, penso em tornar diretas as eleições para governador em 82. Aliás, tenho de pensar mesmo em eleições diretas ao longo de todo o meu governo, pois já em 80 teremos pela frente as eleições municipais. Não temos medo de eleições, e porque não temos é que estamos em campanha, de peito aberto, na certeza de que o povo corresponderá, no Rio Grande do Sul e em todo país, à nossa franqueza e à nossa lealdade.

P — Pretende manter a Lei Falcão ou devolver aos candidatos o uso gratuito da rádio e TV para o debate em torno dos problemas nacionais?

R — Esse é um caso a pensar, em hora oportuna.

P — Pensa que a dívida externa do país tornará necessária uma revisão do atual modelo econômico?

R — Apesar de encarar com muito realismo nossa difícil situação de endividamento externo, não considero necessária uma revisão do atual modelo. Vamos sanear essa dívida, bem administrando o seu serviço, mas sem precipitar uma mudança da nossa política econômica, que continuará buscando manter as taxas de desenvolvimento, combatendo sem tréguas a inflação e tentando equilibrar o balanço de pagamentos com um ingente esforço para aumentar nossas exportações.

P — Como serão as relações com a Igreja em seu mandato? Pretende incorporar algumas críticas da CNBB ao modelo econômico?

R — As relações, desejo eu, serão sempre boas. Tenho estado muito à procura disso, encontrando total correspondência. As críticas da sociedade civil e religiosa a qualquer modelo adotado pelo governo, enquanto construtivas e oportunas, serão sempre bem aceitas.

P — Com relação à política dos direitos humanos do presidente Jimmy Carter, como o Sr. a encara, dentro do contexto dos governos autoritários da América Latina?

R — Respeitamos a política dos direitos humanos do presidente Jimmy Carter, como uma posição moral do grande país americano. No entanto, não veremos com agrado essa política ser usada como instrumento de pressão à soberania brasileira. Não porque sejamos autoritários. Mas porque prezamos a moral nacional, enfim, a ética internacional.

Concedida ao CORREIO BRAZILIENSE, em 14 de outubro de 1978, e publicada a 15, com a manchete "Figueiredo promete governo do diálogo". Nela são alinhadas idéias sobre a política exterior e a administração federal durante o futuro governo.

P — Em todo os comandos que o senhor exerceu — propaga-se — existia liderança, muita confiança nos comandos, mas, igualmente, uma descentralização. Essa experiência será trazida à Presidência da República, ou o senhor acha que o Presidente tem de decidir sózinho e apenas assessorar-se quando julgar necessário ?

R — O processo de decisão exige do Presidente da República, mais do que de qualquer outro executivo, a responsabilidade em si do ato. Compreendo que para se chegar a uma conclusão, se faz necessário ouvir políticos, especialistas, enfim, auscultar os sentimentos da Nação. Quanto à questão da execução, esta terá de ser descentralizada.

P — Nessas constantes viagens aos Estados, o senhor tem-se revelado um homem sempre disposto ao diálogo e, o que é mais importante, muito predisposto a ouvir variadas opiniões. Em decorrência desses contatos, poderemos antever que o próximo Governo poderá, sempre que julgar necessário, instalar-se, provisoriamente (e com todo o seu Ministério), em determinadas regiões para melhor sentir as reivindicações dos governadores e do povo ?

R — Ainda não tenho idéia formada a respeito da validade de transferir o governo para outras regiões. Vou avaliar experiências anteriores. Sinto Brasília aparelhada para atender às necessidades de funcionamento do Governo. O diálogo permanecerá, pois pretendo continuar me deslocando por todo o país, eu e meus auxiliares.

P — Em que termos objetivos a Federação será exercida ? Os Estados e, principalmente, os municípios voltarão a ter — nem que seja em parte — autonomia financeira ?

R — Em vários pronunciamentos, já afirmei essa minha idéia. Promoverei a reorganização tributária do País, buscando dar maior autonomia financeira aos Estados e municípios.

P — Até o próprio Juscelino confessou ser o Palácio da Alvorada inadequado para residência oficial do Presidente da República. Todos os presidentes têm essa mesma opinião, mas ninguém teve a «coragem» de não residir lá. E o senhor terá essa «coragem» de não ir para o Alvorada?

R — Eu gosto da Granja do Torto. Porém, não vejo impraticabilidade em morar no Alvorada.

P — É pensamento do futuro Presidente do Brasil — como se especula — incrementar audiências públicas populares, em Brasília, ou quando de suas visitas aos Estados? Por quê?

R — Darei audiência a quem solicitar.

P — Em companhia do presidente Geisel, o senhor estará, no próximo dia 20, em Itaipu, já na condição de presidente eleito do Brasil. Lá, também, estará o presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner, uma amizade que o senhor consolidou ao tempo em que serviu naquele país. Sua intenção de dar continuidade a Itaipu já é conhecida. Mas, o que se indaga é como consolidar esse bom relacionamento atual entre os dois países sem perder de vista a Argentina.

R — Darei continuidade a todos os projetos do presidente Geisel. Quanto à questão da Argentina, um país irmão, ao qual dedicarei especial atenção, acredito que os pequenos problemas que porventura existam serão absorvidos naturalmente na mesa de negociações. Somos, Brasil e Argentina, dois países maduros.

P — Por causa de Itaipu e de outros assuntos em comum do Atlântico Sul, é verdade que o primeiro país que o senhor pretende visitar, depois de empossado, é a Argentina? Mas, igualmente, pretende visitar toda a América do Sul e outros países da América Latina, tentando uma união em torno de uma melhor colocação dos produtos no mercado externo?

R — Examinarei todos os convites que me fizerem. Pretendo manter contatos diretos com vários chefes de Estado, principalmente os dos países da América do Sul e da África.

P — Ainda em relação à América do Sul, comenta-se que uma de suas grandes preocupações seria a propalada comunização da África e seus reflexos. Diante disso, se poderia antecipar uma ação do futuro governo brasileiro para aumentar a segurança no Atlântico Sul

e/ou incentivar, ainda mais, uma ação diplomática no chamado Cone Sul?

R — O Brasil mantém relações com todos os países, sem interferência no modelo político do Governo.

P — Por diversas vezes, o senhor disse não advogar o reatamento das relações comerciais com Cuba, sob a alegação de que Fidel Castro continua «exportando» comunismo para a América Latina. Até pouco tempo, o Brasil tinha esse mesmo ponto de vista em relação à China Comunista. Entretanto, bastou os Estados Unidos aproximarem-se de Pequim e romper com Formosa, para o Brasil acompanhá-lo. No momento, os americanos mantêm uma reaproximação — isso já é fato notório — com Cuba. Isso é sinal de que Cuba está mudando, ou quem está mudando são os Estados Unidos, como também poderá a vir mudar o Brasil?

R — O Brasil não acompanhou os Estados Unidos no reatamento das relações com a China. Reatou porque esse ato atendia aos interesses nacionais. Temos na China um grande mercado e acredito que esse país crescerá em importância como parceiro comercial do Brasil. Quanto a Cuba, enquanto esse país continuar exportando revolução, não vejo por que esse reatamento.

P — Uma das declarações mais receptíveis do senhor foi em relação à ênfase à agropecuária, inclusive preconizando uma grande ajuda que espera obter em relação às exportações. Em face disso, não o preocupa, por exemplo, o bloqueio internacional à aquisição de nossa carne, sob a alegação de falta de higiene sanitária?

R — Não somos, apenas, país exportador. Somos, também, compradores. Principalmente de equipamentos. Daí, não acreditar na eficácia de algum bloqueio aos nossos produtos. Caso haja, daremos reciprocidade de tratamento.

P — Qual a linha ideológica para um partido do futuro Presidente — que seja a Arena mesmo, se for o caso: direita, centro-direita, centro, centro-esquerda (comunista, nem ousa perguntar), socialista, tipo inglês ou alemão?

R — Defini-me como social-democrata de centro, renovador e inovador. Não há tipo inglês ou alemão. O meu modelo é brasileiro.

P — O senhor nega a criação de entidades nacionais de estudantes e de trabalhadores (esqueçamos as siglas UNE e CGT), no pressuposto de que a política só deve ser feita nos partidos. Mas, se essas classes não se sentirem bem nos atuais ou futuros partidos, ficarão marginalizadas?

R — A nova legislação permitirá que os insatisfeitos com os atuais partidos se agreguem em outros.

Concedida a 15 de outubro de 1978, no Aracoara Hotel, logo após obter o voto número 295, do Colégio Eleitoral, que assegurou a vitória na eleição presidencial. Publicada pelo jornal FOLHA DE SÃO PAULO, a 16, com a manchete "Figueiredo reafirma promessa de abertura" e o destaque "Mensagem de conciliação".

P — General, e agora, como o sr. se sente eleito?

R — Foi uma vitória bonita, uma vitória que eu já esperava, e gostei que cada partido tenha votado em seu candidato, sem dissidências. Houve fidelidade partidária, o que é muito bonito. Tanto por parte da Arena como por parte do MDB.

P — E agora, depois de eleito, quais são os planos?

R — Partir para 15 de novembro.

P — Seu escritório será aumentado agora?

R — Não. Só depois de 15 de novembro.

P — O sr. está pensando no Ministério?

R — Não. Só depois de 15 de novembro. Engraçado, eu vou ser o presidente e não estou preocupado com isso. Vocês estão?

P — 15 de novembro será a data da escolha?

R — Para começar a pensar. Não para anunciar.

P — Tem algum ministro neste salão?

R — Não sei. Eu não pensei ainda.

P — E as viagens ao exterior? O sr. disse que estaria disposto a atender aos convites.

R — Sim, mas não estava pensando para agora. Posso receber convite para viajar daqui a cinco anos. Primeiro eu vou cuidar do Brasil.

P — Fala-se que o sr. seria indicado pelo presidente Geisel para representá-lo na coroação do papa.

R — O Presidente não me falou nada sobre isso.

P — Qual a agenda de seu encontro de amanhã com o presidente Geisel?

R — Vou apresentar meus respeitos a ele, trocar idéias sobre a campanha de 15 de novembro.

P — O sr. vai com mais convicção para as eleições de 15 de novembro?

R — Sim, com mais convicção.

P — O sr. guarda algum ressentimento do general Euler?

P — Não, pois ele nunca me ofendeu. Pelo contrário, sempre se referiu a mim com muito carinho. Também não tenho nada contra ele.

P — O sr. aceitaria um encontro com ele? Seria contrário a isso?

R — Não, absolutamente. Aceito o encontro.

P — O senhor falou num governo de pacificação, de redenção. Isso significa um governo de união?

R — Depende do resultado de 15 de novembro.

P — O Magalhães Pinto está nos seus planos para o Ministério?

R — Não há ninguém, ainda, nos meus planos. Quanto a ele, espero que tenha uma grande votação como deputado por Minas.

P — O sr. está muito emocionado, ou estas lágrimas são de conjuntivite?

R — É mais da conjuntivite, e da luz que vocês estão botando em cima de mim.

P — O sr. vai se aproximar mais, agora, do general Geisel, para acertar a transição?

R — Meus contatos com ele sempre foram os mais aproximados possíveis.

P — O sr. vai viajar com ele nos próximos meses?

R — Ele me convidou para algumas viagens. Em Itaipu estaremos juntos, mas eu vou antes. Estaremos juntos também em inaugurações no Rio e em São Paulo.

P — Em Foz o sr. conversará com o Stroessner?

R — Vou conversar, mas oficialmente a responsabilidade é do Presidente Geisel, que é o presidente.

P — Qual a sua maior preocupação hoje, ao ser eleito?

R — É não falhar. Não falhar à confiança que depositaram em mim.

P — O sr. vai evitar viagens com o vice Aureliano, por questões de segurança?

R — Foi um conselho que eu recebi do presidente Geisel. Mas Deus está comigo e o meu avião não vai cair. Nem o meu nem o do Aureliano.

P — O sr. viajará com o presidente Geisel no mesmo avião?

R — Se ele quiser, sim. Se o avião cair, azar.

P — A segurança começa a vigiá-lo mais ainda, a partir de agora?

R — Vou ter que dar uns gritos para acabar com ela.

P — Quais são seus propósitos com a abertura?

R — E você acha que eu estou mentindo quando prometo? Há quatro meses que não faço outra coisa. Na hora que eu sou eleito vocês vem perguntar se é verdade. Imagine a idéia que o povo faria se eu dissesse que iria pensar melhor.

P — Então é para abrir mesmo, general?

R — É para abrir mesmo, e quem quiser que não abra eu prendo, arrebento... Não tenha dúvida.

Concedida a André Gustavo Stumpf, publicada no JORNAL DE BRASÍLIA, de 15/16 de outubro de 1978, com a manchete "Sou renovador e progressista". Trata das direções básicas do futuro governo em sua política interna e externa, em vários campos da expressão do poder.

P — O Sr. tem manifestado sua preocupação com distribuição de renda e também com os desníveis regionais. De que maneira pensa o Sr. enfrentar tais problemas?

R — Tenho afirmado que se houver uma fórmula capaz de melhor distribuir a renda sem tocar nas outras necessidades de investimento social, meu Governo a encampará imediatamente. Não conheço, porém, nenhum milagre nesse setor. Em economia, aliás, não existem milagres. Por isso, insisto na franqueza em expor as dificuldades para que, com a verdade estabelecida junto ao povo, se consigam rapidamente as soluções reparadoras.

O Governo do Presidente Geisel preocupa-se sobremaneira com o problema da distribuição da renda, que é o efeito e causa dos desníveis regionais. Mas não é fácil fazer essa distribuição a curto prazo. Isto não quer dizer que ficaremos de braços cruzados esperando que uma fórmula mágica venha do céu. Vamos nos esforçar para racionalizar melhor aquilo de que dispomos, para melhor distribuir o que de fato possuímos. Pois distribuir renda não é repassar sacrifícios.

Impõe-se ao Governo a responsabilidade de promover a redução das distâncias sócio-econômicas e de bem-estar-social existentes entre pessoas e regiões geo-políticas. Isto é prioritário, para quem deseja, como eu, formar uma nova sociedade brasileira, mais democrática, mais justa, e, portanto, com melhores oportunidades para todos.

A decisão política para orientação dos investimentos, para melhor repassar a renda nacional das regiões mais ricas às mais pobres, será exercida em toda a plenitude durante o meu Governo. Dessa maneira, estarei promovendo a justa conciliação entre os objetivos puramente eco-

nômico-financeiros, e os que representam a conquista social, a unidade política e a segurança nacional.

Distribuir melhor a riqueza nacional tanto para as regiões, quanto para as pessoas, constituirá, portanto, um ato de vontade, da minha vontade política. Não aceitarei, jamais, que seja estabelecido como prioridade o conceito argentário de maximizar o lucro e minimizar o risco para os investimentos nacionais.

Penso que, para redistribuir a renda nacional, não se faz apenas necessário a indução das atividades econômicas. Também, a restauração do poder de decisão e orçamentário dos Estados e Municípios; maior contribuição e participação das regiões nas grandes decisões nacionais; reforço e melhoria da infra-estrutura econômica e social do País e, uma política de ocupação físico-espacial que preserve e amplie a qualidade de vida da cidade e do campo.

P — O seu modelo de desenvolvimento baseado, sobretudo, no esforço agrícola faria parte daquela? Ou seja, pensa o Sr. em desenvolver a agricultura também para oferecer mais emprego no campo e portanto reduzir a marginalidade urbana?

R — Evidente. Se eu me fixo de forma tão definitiva na ênfase à agricultura, é porque tenho consciência dos benefícios que essa prioridade de Governo poderá trazer ao nosso País. Nem digo só em produção de alimentos e perspectiva de exportação de excedentes, mas em termos de fixação do homem no campo.

Não desejo em meu Governo assistir ao triste espetáculo do abandono das terras agrícolas pelo desestímulo diante dos preços mínimos insuficientes. Ênfase à agricultura é a oferta de mais emprego no campo, e não só emprego econômico, como promoção social dessa mão-de-obra, a fim de que se fortaleça uma classe rural protegida em todos os requisitos da legislação trabalhista, dos benefícios previdenciários e da infra-estrutura habitacional.

Procurarei dimensionar os estímulos a serem ampliados pelo Governo, para que o homem se fixe no campo, evitando sua migração para as metrópoles já saturadas, portanto, pródigas em estatísticas de marginalidade social. Ênfase à agricultura é tarefa para todas as áreas do governo.

P — O Sr. pode explicitar suas idéias de desenvolvimento agrícola?

R — Posso antecipar que a estratégia agropecuária de meu Governo será desdobrada em vários planos distintos. Por exemplo, modernização de técnicas agrícolas e pecuárias; melhoria dos sistemas de transportes, do armazenamento e do crédito rural; zoneamento ecológico e agri-

cola e melhoria genética das variedades agrícolas e das espécies animais. Estimulos e incentivos à organização de cooperativas que substituam, sempre que necessário, a pequena extração de recursos agrícolas pela ampla produção, capaz de atender ao consumo e à exportação.

No tocante à política de preços, acredito que uma política realista de crédito, associada a preços mínimos compensadores, acrescida de uma garantia de comercialização dos produtos sem estabelecer um monopólio de estoques por parte do Governo, constitui instrumento que assegurará maior oferta no mercado interno e no quantitativo à exportação.

Creio que estas medidas contribuirão significativamente para baratear a produção de gêneros de primeira necessidade. São as minhas idéias para o desenvolvimento agrícola do País.

P — O Sr. se definiria como um nacionalista? De outro lado, como pretende conviver com o capital estrangeiro? O Sr. prevê regras ou normas para a vinda de capitais alienígenas para o Brasil?

R — Minhas raízes familiares e minha origem militar me obrigariam a ser fatalmente um nacionalista. Sou nacionalista no sentido de amar o Brasil e por considerar ser necessário defender, agora mais do que nunca, as nossas riquezas. Mas não sou xenófobo. Não me considero um jacobino. Aprendi, na vida de quartel, a ter confiança no espírito de solidariedade social. Sou um nacionalista convicto de que as classes sociais, por estarem lastreadas numa pirâmide democrática, são também profundamente nacionalistas, no apego à terra, no culto aos valores e no respeito às tradições.

Não repilo contribuições estrangeiras, seja na cultura, no comércio, ou na tecnologia. Não voltarei as costas à influência benéfica que o Brasil obteve de vários povos. Não erguerei barreiras para isolar meu País do resto do mundo.

Por isso, com relação ao capital estrangeiro, considero a postura brasileira nesse particular como fruto de uma reflexão madura sobre os interesses nacionais. Não é uma política filha do acaso.

A legislação sobre o capital estrangeiro vem sendo aplicada há muitos anos, com absoluta normalidade. Nenhum País se sentiu ofendido diante dessas leis a ponto de afetar suas relações com o Brasil.

Não há razão para alterar as regras do jogo, conhecidas e aceitas por todas as nações estrangeiras.

Entretanto, sei que a dívida externa de nosso País implica que devamos atrair para cá maiores investimentos em forma de capitais de risco, em detrimento da atração de empréstimos às subsidiárias brasileiras das companhias estrangeiras.

Já tive a oportunidade de manifestar aos correspondentes da imprensa estrangeira no Brasil meu ponto de vista de que os empréstimos das matrizes às companhias subsidiárias encarecem os produtos e dificultam a competição dos nossos produtos nos mercados mundiais. Além disso, criam dificuldades para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos, na medida em que representam encargos obrigatórios futuros.

P — Há uma coincidência de opiniões técnicas no sentido de que o primeiro ano de seu governo — 1979 — será o mais difícil. Fala-se em inflação de cinquenta por cento, greves reivindicatórias de aumentos salariais e toda a reorganização política da sociedade. De que maneira o Sr. pretende trabalhar este conjunto de circunstâncias?

R — Primeiro, a coincidência de opiniões técnicas, como os dogmas, nem sempre encontram apoio nos fatos. Sei das dificuldades que me esperam, não somente em 1979, mas durante todo o meu período de Governo. Mas duvido que algum Presidente da República tenha tomado posse em clima de paraíso econômico. A singularidade do processo de sucessão no Brasil sempre faz com que o último ano do Presidente que cai e o primeiro do que entra se tornem anos atípicos, de transição de reaparelhamento da máquina do Governo.

Quanto à inflação, em torno de 50%, acredito ser uma previsão exagerada. Creio, ao contrário, que declinará, em relação aos índices de 1978. Confio na eficiência dos mecanismos e controles antiinflacionários. Como também de todo o sistema econômico à luta ingente pela redução dos custos.

A sociedade brasileira, atualmente em um patamar reivindicatório que em última análise avaliza todo o esforço de abertura democrática do Governo do presidente Geisel, saberá encontrar, junto conosco, os freios sociais e políticos para que as greves não sejam entendidas como movimentos contestatórios e desestabilizadores. O amadurecimento da organização sindical nos permite confiar no futuro e no patriotismo dos dirigentes dos trabalhadores brasileiros.

Acredito, sim, na vivificação da força reivindicatória, legítima e democrática, ainda mais autenticada no processo de aperfeiçoamento das instituições que, em última análise, será triunfo maior desta era de transição.

P — Dado que vai haver, também no primeiro ano de governo, um rearranjo do atual quadro partidário, o Sr. se colocará em que posição política diante da sociedade brasileira?

R — O Sr. é quem afirma que haverá um rearranjo partidário em meu primeiro ano de Governo. Quanto a mim, nada sei sobre isso. Ape-

nas tenho procurado estimular o encontro de fórmulas institucionais capazes de aperfeiçoar o quadro democrático. Se fosse possível, desejaria ver até 5 partidos atuando na política brasileira, desde que fossem sólidos, autênticos e de representação nacional.

Mas não irei repetir erros do passado, por exemplo, criando partidos de cima para baixo, sem ascultar as aspirações da sociedade. Nem permitindo que o partido político, esse instrumento tão vital para o equilíbrio democrático, se torne um veículo de ambições pessoais e de tráfico de interesses meramente pessoais, feudos descaracterizados das necessidades sociais.

Portanto, o debate sobre a reorganização partidária está aberto, ainda no Governo do Presidente Ernesto Geisel.

Quanto à minha posição digo que me situo como um social-democrata de centro.

Sou reformista, renovador e necessariamente progressista. Mas também sou conservador dos valores de que não abro mão, principalmente uma ética pessoal diante do povo, diante do qual me exponho com franqueza e lealdade.

Não vou reformar apenas porque mudanças contam votos. Vou reformar pela necessidade histórica de evolução da sociedade.

Não abdicarei da firmeza e de meus compromissos de origem. E, principalmente, nunca irei mudar o que sou, o que sempre fui.

P — Quais serão os eixos básicos de política econômica de seu período governamental? O Sr. vai trabalhar com um plano de metas?

R — Nas viagens que venho empreendendo por todo o País, para a campanha política da ARENA, estou tendo a ocasião de ser até repetitivo no enunciado das minhas prioridades de Governo. Mas veja bem. São apenas linhas preliminares, e não um programa de metas.

Até 15 de novembro, estarei totalmente empenhado na campanha pela vitória de meu partido nas urnas, pois preciso de um Congresso com maioria da ARENA para começar minha administração sob o primado da estabilidade política. Não tive ainda condições de definir um plano de metas, nem de saber o tipo de planos de metas que me será necessário.

Os eixos básicos da política econômica de meu governo serão os mesmos da preocupação econômica do povo brasileiro. E tudo gira em torno do custo de vida. A ênfase maior será para a agricultura, não só para melhorar a vida do povo, com maior oferta de gêneros alimentícios, e com

o conseqüente barateamento dos preços, como também no que se refere à sua importância para o equilíbrio da nossa balança comercial. Quero ver o País exportando o mais que puder excedentes de produtos agrícolas. Com o País produzindo mais, o povo comerá melhor e mais barato.

Minha preocupação, portanto, será enfrentar os problemas econômicos do povo de uma maneira simples e sem afetações. Quero menos fórmulas abstratas e mais ação prática.

P — E os pontos cardeais da política, quais serão ?

R — Política, entendo como um atributo social e não como um dado manipulável da realidade. Devemos guardar uma atitude de humildade diante da grande contribuição política da sociedade brasileira ao longo de toda a nossa história. Provenho de um Governo essencialmente político — o do Presidente Ernesto Geisel — que tudo tem feito para obter um aperfeiçoamento democrático, e jamais se quis fruto apenas do esforço unilateral do Estado. Sem integrar a vontade social nesse esforço, o resultado será sempre imperfeito e inacabado.

Em meu Governo — como tenho reiterado — pretendo ampliar o que o Presidente Ernesto Geisel já conseguiu. Para tanto será necessário um diálogo permanente com o corpo social e que nesse diálogo se fale sem preconceitos e com a visão do momento histórico. Se houver a boa pressão, meu Governo dará a boa contrapartida.

Por pontos cardeais entendo, portanto, manter equilibradamente dinâmico o quadro político com ampliação possível das reformas, através da consolidação de uma sólida base de apoio político-parlamentar, pelo meu partido, a ARENA.

Facilitar a reorganização partidária, para que as mais variadas tendências da sociedade se façam representadas nos mais legítimos instrumentos de poder, que são os partidos.

Como meu Governo irá se desdobrar por 6 longos anos percorridos por eleições diretas — a partir do pleito municipal de 1980 — irei examinar com prioridade a possibilidade de adaptação da legislação eleitoral diante das novas exigências a nos serem apontadas pelas eleições de 15 de novembro, que já se afiguram históricas para o aperfeiçoamento político brasileiro.

P — O Sr. tem falado, em seus comentários públicos, na continuação da política externa do governo Geisel. Tal política, no entanto, é renovadora e obedece a critérios heterodoxos desde que se examine o passado recente da política exterior brasileira. O Sr. pode desenvolver este conceito de continuísmo da política externa atual?

R — Uma das realidades mais dinâmicas do Governo do Presidente Geisel, tem sido sua política externa. A comprovação é quase óbvia, pela gama de conversações abertas com os mais diversos sistemas de poder. O Brasil estabeleceu negociações bilaterais com todas as grandes potências, e recebeu dos líderes mundiais o reconhecimento de seu atual peso de influência na política internacional.

É claro que meu Governo irá ratificar essa orientação, que não se faz no espaço de um período administrativo, mas no tempo do momento histórico brasileiro. Reconheço a complexidade dos fatores conformativos das decisões de política externa e sei que as circunstâncias futuras irão tornar necessárias novas adaptações às intensas variações da ordem internacional.

Estarei preparado para esses momentos, pois vêm de um Governo que não poderia ter sido mais pressionado pelos fatores conjunturais do quadro externo, como a crise internacional de petróleo, que desarrumou o antigo equilíbrio dos sistemas múltiplos de influências, ordenando novas posturas entre os blocos de poder. Já tive ocasião de responder à indagação de um jornalista estrangeiro sobre como se posicionará meu Governo diante desses problemas externos, principalmente diante das dificuldades momentâneas do nosso relacionamento bilateral, como, por exemplo, com os Estados Unidos. Reafirmo o que disse: pode ter havido incompreensões momentâneas, mas as nossas relações — tanto com os Estados Unidos, como com alguns países vizinhos do Brasil — são hoje muito boas.

Portanto, cada momento decreta um comportamento. Nem que eu quisesse poderia manter inflexíveis no tempo as posturas da política externa de agora. Uma coisa é continuidade e outra é continuísmo. O Brasil já é grande demais para se deixar amarrar pelas presilhas dos preconceitos ou das idéias feitas. Teremos uma justa medida para a necessidade do relacionamento externo que sobrevier.

Somos hoje uma nação internacionalista e que afirmou sua autonomia na negociação externa. Quanto mais tivermos no âmbito interno um fortalecimento das estruturas políticas e sociais, mais teremos, no âmbito externo, o devido reconhecimento e a contrapartida do respeito. O primado efetivo do direito sobre o poder, a luta contra a miséria e suas consequências, nos darão um respaldo ético-moral capaz de afrontar qualquer vicissitude no campo das relações externas.

P — Especificamente, qual será a política brasileira em relação à África e à América Latina?

R — Com relação à África, será desnecessário dizer que, em virtude das nossas tradições, da nossa história, da nossa miscigenação em parte africana, dos nossos produtos primários semelhantes, da nossa ligação e proximidade cultural com alguns destes países, terei todo o interesse em manter a política de estreitamento dos laços com os países daquele continente. E, com relação à América Latina, é ainda mais desnecessário afirmar que o nosso espaço comum, que hoje tanto se afirma diante dos sistemas sociais distintos de poder, terá em meu Governo uma atenção prioritária no mútuo respeito entre os povos latino-americanos. Não voltaremos as costas às nossas primeiras origens. Não voltaremos jamais as costas aos nossos vizinhos.

Publicada pelo jornal O GLOBO, de 15 de outubro de 1978, sob a manchete "General reafirma que Governo respeita os direitos humanos".

Eleito Presidente da República, o General João Baptista de Figueiredo disse ao O GLOBO, em entrevista exclusiva, que considera «injusto afirmar-se que o Brasil é uma terra de desrespeito aos direitos humanos, pois toda a opinião pública tem conhecimento de intervenções pessoais do Presidente Geisel, que envida todos os esforços, até mesmo com o uso extremo de sua autoridade, para reprimir qualquer violação».

— Já disse e reafirmo que houve desvios na Revolução de 64, por força da própria dinâmica do processo revolucionário. Mas esses desvios, nós nunca os desejamos. A eles fomos forçados. Esses desvios hoje são lamentados, mas não foram de molde a criar violações à pessoa humana. A Revolução teve em mente assenhorar-se de instrumentos excepcionais na legislação, tão somente para coibir a subversão, o terrorismo e a agitação. Com a sociedade voltando à estabilidade jurídica, esses instrumentos estão desaparecendo; por isso, costume dizer que a sociedade não está se redemocratizando. Ela está se democratizando — afirmou o General Figueiredo.

Ao definir o que entende por direitos humanos, o General Figueiredo disse que os distinguia em duas categorias:

— Existem os direitos a que chamaria de direitos sociais. São aqueles que se referem aos meios e oportunidades para que a sociedade possa bem existir e sentir-se plenamente realizada. Por exemplo, o direito à nutrição, à educação e à saúde. Outro tipo de direitos humanos seriam os direitos individuais, que são a proteção devida pelo Estado contra um possível excesso de autoridade desse Estado, como por exemplo, o direito de locomoção, de palavra, de pensamento. Nesse aspecto, não tenho dúvida de que meu Governo irá defender essas duas categorias de direitos, melhorando os padrões de vida do povo brasileiro e ajustando os poderes políticos ao pleno funcionamento das instituições democráticas.

Referindo-se à afirmação do Presidente Geisel de que o Governo procura uma democracia efetiva e sem adjetivações para o Brasil, o General Figueiredo afirmou:

— Quanto a mim, sempre coloquel em primeiro lugar o propósito de fazer do Brasil uma democracia a qualquer custo, também sem adjetivações, porém com muita substância.

Creio que essa possibilidade democrática está acima de qualquer dúvida e ela já é, inclusive, objeto da admiração de outros povos, através do depoimento de ilustres personalidades que têm visitado ultimamente o Brasil e que não escondem sua surpresa com o nível de livre expressão e livre debate de idéias em nosso país. E por isso, por acreditar na democracia efetiva, que estou indo às ruas para pedir votos para a ARENA, em vez de ficar encastelado aqui no escritório.

O General Figueiredo considera o bipartidarismo uma medida provisória da Revolução, decidida durante o Governo Castelo Branco, «como uma solução emergente para o enfraquecimento da estrutura partidária, evidenciado na existência de quase dezena e meia de legendas».

No seu entender, essa não foi uma solução política da Revolução, mas «uma solução moral, para evitar que a Nação continuasse assistindo ao triste espetáculo do tráfico de legendas para a satisfação de ambições pessoais ou de grupos».

O futuro Presidente disse que ao escolher a agricultura como prioridade de seu Governo, não pensava somente na possibilidade de o Brasil vir a ser grande fornecedor de alimentos para o mundo industrializado.

— Na verdade, pensei numa ampla gama de benefícios que o desenvolvimento agrícola acelerado poderá trazer ao País, não só na forma de produção intensiva de alimentos e de exportação de seus excedentes, como também na fixação do homem ao meio rural.

Ele reconhece que os preços mínimos não são suficientes para fixar o homem à terra. Por isso, pretende criar outros estímulos.

— A prioridade agrícola — afirmou — será a abertura de um leque de oportunidades para as grandes cidades, que se descongestionarão das levadas de imigrantes providos do abandono do campo, e que iam fatalmente inchá-las e favelá-las; e para o meio rural, que poderá recriar condições de estímulo à produção com preços mínimos remuneradores, fixando o homem; e, finalmente, para o País, que poderá, estabilizar sua balança. O povo será o maior beneficiado, em função do barateamento dos gêneros alimentícios, através de sua maior abundância, fazendo com que o custo de vida seja comprimido para baixo.

No sentido mais amplo da promoção do desenvolvimento, a sua preocupação maior será a de manter os atuais níveis da atividade econômica.

Figueiredo elogiou o esforço desenvolvido pelo Governo Geisel e assegurou a continuidade de sua obra.

— Por enquanto, não posso falar em taxas. Não estou preocupado com números, mas pura e simplesmente em fazer o País crescer, a qualquer custo e sob qualquer sacrifício — disse ele.

O futuro Presidente da República negou-se a considerar a Amazônia e o Nordeste áreas problemáticas. Em relação às duas regiões, disse não querer ver campear a «indústria do desequilíbrio». E garantiu que ativará os diversos programas de racionalização de recursos e manterá os atuais sistemas de estímulos fiscais.

Quanto ao combate à inflação, o futuro Presidente voltou a desafiar os que lhe possam apresentar a «fórmula mágica e final» para a solução desse problema. Mas prometeu trabalhar «com muito esforço, e agindo sempre com franqueza, não enganando o povo com falsas ilusões». E apontou os instrumentos que espera ter à mão: «manter estáveis os níveis de crescimento, desenvolver a agricultura e conservar a estrutura de modelo capitalista, com um mínimo de intervenção estatal».

Ao referir-se à sua intenção de conter o processo de estatização da economia, o futuro presidente da República apontou «os cuidados que devem estar presentes quando se dirige uma política nesse sentido».

— Desestatização — disse — pode significar desnacionalização, uma vez que escasseiam capitais internos para que a empresa privada nacional possa absorver empresas estatais que atuam em área de ponta. Não darei um passo no sentido da desestatização, enquanto não tiver sido assegurada a capacidade de privatização, autêntica, da nossa livre empresa.

Figueiredo prometeu também manter as linhas mestras do Presidente Geisel, em relação à política nuclear, executando plenamente o acordo celebrado com a Alemanha, instrumento-chave, segundo ele, do programa nuclear brasileiro.

Concedida a jornalistas, em 16 de outubro de 1978, no apartamento do Deputado José Bonifácio, líder do Governo na Câmara Federal, publicada em vários jornais com a manchete "JBF dá perfil de seu governo" e destaque "Definindo a conciliação"; "Figueiredo: Geisel não foi o juiz único da sucessão". Em reportagem, o encontro com o Presidente Geisel, já como Presidente eleito.

O General João Baptista de Figueiredo disse ontem que ao contrário do que disseram a imprensa e o General Euler Bentes Monteiro, o Presidente Ernesto Geisel não foi o juiz supremo e único de sua sucessão, tendo consultado individualmente os membros do Alto Comando e os políticos, para afinal fixar-se em seu nome. «Se o Presidente consultasse formalmente o Alto Comando como instituição, aí sim, estaria transformando as Forças Armadas em Colégio Eleitoral» — afirmou o General.

O Presidente eleito deu essas declarações durante visita ao Deputado José Bonifácio, e que acabou se transformando numa entrevista coletiva. Figueiredo garantiu que escolherá Ministros honestos, e assim definiu as qualidades básicas dos futuros integrantes do primeiro escalão: «Honestidade e caráter. O resto é consequência». Um repórter perguntou se ele, pessoalmente, tinha candidato à sucessão do Presidente Ernesto Geisel, antes de ter sido decidida a sua escolha. A resposta foi enfática: «Qualquer candidato, mas qualquer mesmo, que alcançasse a unanimidade do meu partido, a ARENA.»

Logo que entrou na casa do Deputado José Bonifácio, o general sentou-se ao lado do líder e de sua mulher, Dona Vera. Nas poltronas laterais ficaram os assessores Nelson Marchezan e Paiva Chaves, o Presidente da ARENA, Francelino Pereira, e o deputado pela ARENA fluminense, Eduardo Galil.

Seguiram-se rápidos comentários sobre a votação do Colégio Eleitoral, com Figueiredo destacando a unidade dos dois partidos e descre-

vendo como acompanhou o resultado. Bonifácio citou o discurso violento que Eduardo Galil havia feito pouco antes, na votação da Emenda Montoro. «Estou seguindo os ensinamentos do mestre» — comentou Galil, para Figueiredo corrigir. «Ele não é violento, mas veemente e mordaz». Francelino Pereira fez o seu primeiro comentário, com o qual concordou Figueiredo: «Nós precisamos ocupar todos os espaços, tomando a ofensiva. Este é o dever dos políticos e é o que faz a ARENA».

Neste ponto, Figueiredo referiu-se às críticas da Oposição às eleições indiretas, e da apresentação da Emenda Montoro. «Eles não se pejam de concorrer. Onde está a legitimidade? José Bonifácio ironizou: «Naturalmente, eles renunciariam se ganhassem». O comentário foi completado por Francelino Pereira: «Por isso falaram no mandato de transição».

A conversa passou a ser sobre a imprensa, quando Dona Vera indicou as cadeiras, para que os repórteres se sentassem. Figueiredo comentou o seu relacionamento com os jornalistas, dizendo que nem sempre eles são justos, mas que, em compensação, ele também dava às suas «pedradas».

Um repórter, então, pediu ao general que mantivesse, no seu governo, a mesma facilidade de acesso que até agora tem havido. Ele riu quando outro repórter falou nas cotoveladas dos encarregados da segurança nos últimos dez anos, e propôs um pacto: «Eu acabo com as cotoveladas, mas quebro todos os microfones que colocarem perto de minha boca».

— General, o que o senhor achou da escolha do novo Papa? — perguntou um repórter:

— Peço a Deus que ele seja tão bom quanto o outro — disse, referindo-se a João Paulo I, depois de comentar que, por sua origem polonesa, o Papa deve ter sofrido bastante, tanto em mãos nazistas como comunistas.

E lá a escolha só foi decidida na quinta fumaça — acrescentou Figueiredo, completando que aqui a escolha foi mais prática.

Um repórter comentou: «Mas aqui também não foi tão fácil, porque o Hugó Abreu fez a sua fumacinha». Sem se irritar, Figueiredo comentou que o sopro não deu para desviar os rumos da sucessão.

Ao explicar o seu apelo à conciliação, após a decisão do Colégio Eleitoral, Figueiredo negou o sentido de coalizão nacional, insinuado por um jornalista.

— Vamos ver a Oposição. Eu me dirigi a brasileiros e brasileiras, ao povo, mas não pedi que todos torçam pelo Fluminense. Meu convite

é para que todos vão ao estádio, sem xingar o juiz. Sei que há muita gente, na Oposição, receptiva a isso. E asseguro que não guardo ódio, ressentimento ou mágoa de ninguém.

Atento, mas até aí sem fazer comentários, José Bonifácio interveio: «Isso, eles não vão dar, Presidente». Um repórter discordou e pediu o apoio de Figueiredo, mas ele nega, voltando a dizer que a imprensa fez tudo para jogá-lo contra a opinião pública, mas isso não deu resultado porque o povo gostava daquilo que a imprensa considerava ridículo.

Os repórteres discordam, e Figueiredo propõe: «Só dou boas notícias se vocês me derem um cigarro». Depois, quando um repórter se oferece para acender o cigarro, com um isqueiro que tem o seu nome, ele comenta: «Aí está a prova de que eles gostam de mim. A minha propaganda anda no bolso deles. Mas eu duvido que eles mostrem o isqueiro em público».

Para justificar o que considero má vontade, o Presidente eleito lembrou que em Campos, pelos seus cálculos, havia 40 mil pessoas num comício, e os jornais registraram apenas 10 mil, enquanto, noutra ocasião, aumentaram para 10 mil os 500 presentes num comício de Euler Bentes Monteiro. Afirmou, então, que a liberdade de imprensa é relativa, porque falta liberdade em casa: «se os repórteres escrevem contra os interesses do patrão, a matéria não sai».

Figueiredo disse que, dos proprietários de jornais, é amigo pessoal, apenas, de Roberto Marinho, Diretor-Redator-Chefe de «O Globo». «Os outros, eu conheço» — disse ele, acrescentando que nunca usou sua amizade, com Roberto Marinho. Lembrou que «O Globo» é o jornal que menos o critica. «Mas de vez em quando, também me dá umas tacadas».

O General disse que aceita todas as críticas, mas jamais aceitou mentiras, embora tenha se sujeitado «a engolir sapos durante a campanha».

Ao afirmar que a imprensa, quando resolve assumir uma versão, não abre mão, quaisquer que sejam as informações em contrário, Figueiredo lembrou o episódio da sucessão do Presidente Ernesto Geisel. Disse que num jantar na casa de Humberto Barreto, com a presença de dezenas de jornalistas, explicou que Geisel foi escolhido por Médici, em 1973, mas os jornais continuaram insistindo em que a escolha foi feita por imposição do então Ministro do Exército Orlando Geisel.

— Tudo porque — disse ele — o Presidente Médici censurou a imprensa. O Ministro Orlando Geisel deu trabalho para continuar na pasta, porque, a partir da indicação, julgou-se sem condições morais para isso, por ser irmão do futuro Presidente.

Dai o General passou a explicar a sua escolha, afirmando que o Presidente Geisel consultou muita gente, inclusive os membros do Alto Comando, embora as conversas fossem separadas. Lembrou que o próprio General Euler comentou que a escolha foi feita por uma pessoa só, o que, segundo ele, é uma injustiça. Francelino Pereira interrompeu para testemunhar que os políticos — como ele, presidente do partido, foram consultados.

Segundo Figueiredo, Médici tinha todo o apoio das Forças Armadas para escolher quem quisesse. Ele — Figueiredo — era o elemento de ligação entre o então e o futuro Presidente, e jamais soube, como disse, que Médici teria condicionado a escolha de Geisel ao não aproveitamento do General Golbery no Governo. Confirmou, ainda, que a escolha de Geisel ocorreu numa reunião da qual participaram Médici e os três Ministros do Planalto — ele, Figueiredo, Leitão de Abreu e o General Carlos Alberto da Fontoura.

Sobre seu relacionamento pessoal com Geisel, Figueiredo disse tratar-se de um «amigo, pai e irmão». O único conselho que recebeu do atual Presidente — disse — foi para ser sempre o que foi. Lembrou que, antes dos seus primeiros contatos ligados à sucessão de Médici, não eram amigos tão íntimos, e negou que tenha almoçado ou jantado a sós com ele, durante aquele período; sempre havia outras pessoas. A uma pergunta sobre se o Presidente influenciará na escolha de seu futuro Ministério, ele disse: «Vocês não conhecem mesmo o General Geisel».

**Concedida ao jornalista Enrique Alonso, do CLARIN
(Buenos Aires), em 17 de outubro de 1978.**

P — General, você representa uma continuidade do governo Geisel, porém, ao mesmo tempo, o crescimento do Brasil, o cancelamento das medidas de exceção e até o período de seis anos durante o qual você ocupará a Presidência, indicam a possibilidade de mudanças. Qual, em consequência, seu programa?

R — A nova democracia brasileira, inspirada pelo presidente Geisel, será consolidada durante os seis anos de meu governo. Acreditamos que o País está maduro e, por isso, o presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional, acabou com os atos de exceção que regulamentavam a vida da Nação em 1968. No plano político, serei o guardião e ao mesmo tempo, o incentivador de um caminho democrático para o País. A sociedade brasileira me apoiará neste esforço. Na área econômica, minha preocupação será a de ampliar a política do presidente Geisel, visando a aumentar com justiça a renda dos brasileiros. Para isto, tomarei medidas para diminuir os desníveis sócio-econômicos entre as diversas regiões do Brasil. Isto para mim é prioritário, pois é a melhor forma de construir uma sociedade mais democrática, mais justa, com melhores oportunidades para todos.

P — Pelo menos em nível de consulta qual é seu critério com respeito a isso, especialmente em relação aos desejos do empresariado?

R — A nova sociedade brasileira ter obrigatoriamente a participação de todos os setores e segmentos, quero que meu país transforme-se em um grande campo de idéias pluralistas. Operários, empresários, intelectuais, homens da ciência, profissionais liberais, os religiosos, todos, realmente todos aqueles que desejarem dar sua contribuição construtiva serão ouvidos. Não nos abriremos apenas para o que seja agradável ouvir mas também para a crítica honesta, que respeitaremos, discutiremos, e, se for válida, aceitaremos.

P — Na Imprensa nota-se uma polêmica sobre o modelo de crescimento brasileiro. Alguns analistas põem maior ênfase no desenvolvimento do mercado interno, que com a crise do petróleo ficou, de certa

maneira, para trás. Existe a possibilidade de compatibilizar as tendências atuais do desenvolvimento com uma ampliação maior do que a atual no mercado interno?

R — Ao decidir por uma maior atuação para diminuir os desníveis entre regiões e entre brasileiros, estou, automaticamente, determinado a fazer crescer o mercado interno. Porém, não vejo nenhuma incompatibilidade entre esta política e o modelo exportador que estamos seguindo com êxito desde a Revolução de 1964. Pelo contrário, estas políticas se completam, pois necessitamos dos recursos provenientes de nossas exportações, para financiar os grandes programas de investimento de exploração dos recursos energéticos, agrícolas do País. Neste sentido, darei ênfase à agricultura. Para isso, modernizarei as técnicas agrícolas e pecuárias, melhorarei os sistemas de transportes, de armazenagem e de crédito rural, reorganizarei a definição de zonas agrícolas e promoverei a melhoria genética de variedades agrícolas e espécies animais.

Quanto à política de preços, acredito que um sistema de crédito realista, associado a preços mínimos compensadores, acrescentando uma garantia de comercialização de produtos sem estabelecer um monopólio de estoques por parte do governo, constitui instrumento que vai assegurar maior oferta no mercado interno e maiores quantidades destinadas à exportação.

P — Fala-se em ampliar o número de partidos políticos. Haveria, em consequência, um reacomodamento da atual representação? Qual é o esquema que em seu critério poderia conduzir a essa passagem? Em todo caso, isto se traduziria em uma canalização mais direta das inquietudes dos setores sociais e existiria a hipótese de uma frente ampla, semelhante ao PRI mexicano?

R — Recuso qualquer idéia de partido único. A sociedade brasileira é rica em sua multiformidade étnica e de pensamento. O processo de aperfeiçoamento democrático por que passamos, do qual serei o condutor, exigirá partidos sólidos, de representação nacional. Partidos formados de baixo para cima, que não sejam instrumentos de ambições pessoais e de tráfego de interesses apenas pessoais, feudos que não são de acordo com a realidade nacional. Atualmente temos dois partidos fortes: Arena, maioritário, que me apóia, e o MDB, de oposição. O debate quanto à formação de novos partidos está aberto, pois a legislação foi atenuada neste sentido. Penso que poderão surgir outros movimentos políticos. E, então, gostaria de definir-me em termos políticos: me coloco como um social-democrata de centro. Sou um reformista, renovador e, necessariamente, progressista.

P — Qual é a importância das relações entre Brasil e Argentina?

R — Estava esperando que você, articulista respeitado de um grande diário, que forma a opinião de um grande povo, fizesse esta pergunta. A Argentina, à qual estamos unidos por laços históricos, continuará recebendo um tratamento especial durante o meu governo. Considerando que a Argentina é um dos pólos da política externa brasileira, e, como tal, será observada durante o meu governo. Reconheço a existência de dificuldades circunstanciais mas jamais condicionarei meu pensamento a estes fatos. Quanto à política externa de meu governo, continuarei orientando a ação do Brasil até nossos irmãos da América Latina e da África, continente ao qual estamos ligados por laços étnicos e culturais. A política externa brasileira foi um dos fatores mais brilhantes do governo do presidente Geisel. Isso permitiu que nosso país estabelecesse relações bilaterais com todas as grandes potências, recebendo dos líderes mundiais o reconhecimento de seu peso e influência na política internacional. Somos atualmente uma Nação internacionalista que reafirmou sua autonomia nas negociações externas.

Concedida à Imprensa, a 18 de outubro de 1978, no Batalhão Tobias de Aguiar, da Polícia Militar de São Paulo, com sede na capital paulista, publicada no JORNAL DE BRASÍLIA, de 19, com a manchete "O fim das emergências? Quem sabe?" e com os destaques para: "Eu é que decido quando e o que o povo deve saber", "Para dizer alguma coisa pediria que as senhoritas saíssem", "Para dar anistia tenho que dar para todos" e "Natel não quis vir, é um direito dele".

P — General, hoje o senhor veio a São Paulo ao mesmo tempo que é enviada ao Congresso Nacional uma reforma da Lei de Segurança Nacional. Essa é mais uma etapa, junto com as reformas políticas, de um projeto de abertura do governo. O senhor será empossado dentro de cinco meses. Quais as outras etapas necessárias, em termos concretos, para redemocratizar o País?

R — Para redemocratizar? Bom, eu acho que 90 por cento o presidente já fez e o Congresso aprovou. A única queixa daqueles que acham que estamos num regime de exceção é o tal estado de emergência e as medidas de emergência. Isso, portanto, quem sabe...

P — Com relação à anistia, general, e outras propostas que a oposição vem fazendo?

R — A oposição pode fazer as propostas que ela quiser. Mas vamos ver se o Congresso aprova essas propostas. Para mim, a anistia é meio difícil. Acho mais fácil a revisão de cassações.

P — O senhor proporia isso durante seu mandato?

R — Proporia, desde que os juristas voltassem atrás e achassem uma fórmula jurídica para que seja possível a revisão de processos. Em alguns casos eles dizem que não há processo. Portanto não há o que rever. Mas há documentação, que deu origem à punição. De maneira que eu acho que é possível.

P — Leonel Brizola seria anistiado no seu governo ?

R — Só quem pode dizer é a justiça. Eu não sei os crimes que ele cometeu. Aliás, eu sei muito pouco dos crimes dos que foram punidos. A justiça é que vai dizer quem é que cometeu crimes dessa ou daquela natureza.

P — Na impossibilidade de revisão de punições, qual seria, a seu ver, a solução ?

R — Ai eu não vejo solução.

P — É possível se esperar o aproveitamento de políticos da oposição na composição de seu futuro ministério ?

R — Meu filho, tudo é possível. Mas eu não pensei nisso.

P — Então, as informações que se têm até aqui são especulações ?

R — Bom, vocês costumam inventar coisas, aceitar boatos que vêm de todas as direções e publicá-los, transformando-os em notícias. Mas eu nunca pensei nisso.

P — O senhor já tem algum nome definido para o seu ministério ?

R — Não tenho e nem quero ter. E se tivesse não diria.

P — Numa das vezes que o senhor veio a São Paulo o senhor disse que a censura no seu governo continuaria. O senhor hoje reforça essa idéia ou mudou de opinião ?

R — A Constituição prevê censura. Não mudaram a Constituição, de maneira que ela continua, como está previsto. Agora, se o Congresso reformar a Constituição e eliminar a censura, não haverá censura.

P — General, o senhor disse que no seu governo o senhor exigirá como atributo básico a honestidade para a composição de seu ministério. Isso significa que no atual governo há ministros desonestos ?

R — A sua pergunta, desculpe, mas é meio insultuosa. Você está torcendo os fatos. Quando eu digo que a honestidade é básica, sem o que não é possível — a primeira condição é o caráter. Isso não quer dizer que haja ministros sem caráter ou ministros desonestos.

P — General, voltando ao problema...

R — ... Nessas conclusões que os senhores tiram é que eu me aborreço com a imprensa.

P — Eu gostaria de saber, general, qual o seu conceito da imprensa no Brasil, hoje ?

R — De maneira geral, muito bom. Mas às vezes eu fico até estarelecido com as notícias publicadas, que eu não sei as origens, e com as inverdades que se publicam. Com a maneira com que os fatos verdadeiros são publicados, distorcendo completamente o sentido das coisas. Isso eu tenho dito para aqueles que trabalham comigo.

P — General, como o senhor vê a ausência do ex-governador Laudo Natel, nesta cerimônia?

R — Eu não vejo Laudo Natel, a ausência do Dr. Laudo Natel. Ele não quis vir, é um direito dele, que assiste a ele. Mas ele esteve no aeroporto, ele foi ao meu encontro e me abraçou com muito carinho. Ele é dono do nariz dele e vai aonde ele quer. Não vejo por que estranhar isso.

P — Eu sou de uma TV paulista e durante o último ano tivemos um processo relativo de não-censura na emissora. Mas a censura voltou nestes últimos três meses. Como o senhor encara essa volta e a censura prévia com relação ao noticiário?

R — Eu encaro da mesma maneira com que vocês são censurados em seus jornais.

P — Como o senhor encarou as manifestações do Congresso, durante a contagem dos votos no Colégio Eleitoral?

R — Não cheguei a encarar...

P — O senhor vai admitir isso em seu governo?

R — Admitir o quê?

P — Esse tipo de manifestação? Ou não?

R — Ué. O estudante pode fazer a manifestação que ele quiser. Agora, por que eles fizeram aquilo não sei. É problema deles. Eles estavam reclamando que não podiam entrar no recinto. Não puderam entrar porque chegaram tarde e já encontraram o recinto tomado. Agora, houve um deputado do MDB que disse que as galerias estavam tomadas por funcionários públicos e policiais. E o Senador Petrônio Portella disse muito bem: «Então há distinção entre brasileiros? O indivíduo que é policial ou funcionário público não é cidadão?

P — Mas não é só isso, general. Os estudantes reclamavam pelas eleições diretas.

R — Mas na hora em que as eleições se processavam é que eles toram reclamar? Eles não sabiam que a eleição ia ser indireta? O que é que adiantava fazerem barulho lá se já sabiam que a eleição ia ser mesmo indireta? Ademais, o partido de oposição sempre combateu as eleições indiretas; está no programa deles e exigiam que a Arena também adotasse a eleição direta porque estava no programa dela.

No entanto, eles concorreram. Combatiam minha candidatura por eu ser um militar e apresentaram a candidatura de um outro militar. Combatiam a eleição indireta e, no entanto, concorreram no sistema de eleição indireta. Depois que perderam, vêm dizer que o processo é ilegítimo. Mas se eles ganhassem, não seria ilegítimo...

P — General, voltando ao problema da anistia. Pelo que se deduz, já que não pode haver revisão, haveria anistia para todo o mundo, mas aqueles que têm processo a cumprir seriam punidos. Será uma dedução lógica essa, general?

R — Para dar anistia, eu tenho que dar para todos. E se é para terrorista eu não dou.

Said Farah — O presidente eleito prometeu 10 minutos. Nós já estamos com 12. Portanto, só mais 3 minutos.

P — General, a abertura está intimamente ligada à vitória da Arena em novembro?

R — Eu já respondi a essa pergunta, acho que umas vinte vezes. E esse é um dos pontos que a imprensa mais costuma deturpar. Quando eu digo que é mais fácil chegar rapidamente à plenitude democrática com uma vitória da Arena, eu não estou condicionando a abertura democrática à vitória da Arena. Eu estou apenas dizendo que é mais fácil.

P — General, o senhor disse que se tivesse que escolher entre partidos, escolheria um partido social democrata, que estivesse no centro, distante dos extremismos. Agora, na reformulação partidária, a partir de 15 de novembro, esse seu partido seria a Arena ou seria um outro partido?

R — Não sei, depende. Pode ser a Arena como pode ser um outro partido. Vai depender da reformulação partidária. Eu não sei como é que os partidos vão ser constituídos...

P — General, mas o Chefe da Nação não vai comandar esse processo, inclusive com a criação de um partido que atenda justamente a esse seu ponto de vista?

R — Não pretendo. Eu pretendo que os partidos apareçam naturalmente, de baixo para cima. (Paulo Egydio interrompeu para dizer: «Muito bem. Muito bem»).

P — General, foram feitas algumas acusações contra seus filhos. O senhor tem alguma coisa a dizer a esse respeito?

R — Se eu tivesse que dizer alguma coisa eu teria que pedir, primeiro, que as senhoritas saíssem daqui.

P — General, qual é sua posição ante a proposta de mudança da capital para o interior do Estado?

R — A idéia foi do governador Paulo Maluf. Ele tem lá suas razões. Eu não posso dizer porque não...

P — E quanto ao vulto do empreendimento. O senhor concorda?

R — Ai é que está o problema.

P — O governo federal estaria disposto a auxiliar o Estado de São Paulo na transferência da capital?

R — Não, tenho outras prioridades.

(Said Farah volta a interromper: «Última pergunta»).

P — Como será a participação de São Paulo em seu governo?

R — Se eu responder a essa pergunta o senhor vai concluir que São Paulo deve ter quantos ministros em meu ministério?

P — General, políticos paulistas estão considerando que as acusações, as denúncias de corrupção são provocações que estão sendo feitas com o intuito de atrapalhar a abertura. Como o senhor encara essas denúncias e que efeitos podem elas ter se prosseguirem?

R — Eu acho que não têm efeito nenhum. A denúncia para ser procedente tem que vir acompanhada de provas. E até agora eu não vi prova nenhuma. Prova convincente, nenhuma.

P — General. Foi bom esse contato conosco porque a impressão que se tinha é que o senhor já estava, depois de eleito, começando a mudar.

R — Você é um dos que sempre tiram conclusões apressadas. Eu não estou mudando não. Mas uma coisa eu disse a vocês, logo no começo. Eu não mudo mas me dou o direito de falar à imprensa quando quiser e não quando vocês quiserem. O dia em que eu não quiser falar, eu não falo.

P — Na medida das suas possibilidades — porque o senhor vai ter o tempo muito ocupado, é claro — o senhor vai receber a imprensa?

R — Na medida das minhas possibilidades, não, porque o senhor vai concluir que toda vez que eu tiver um tempinho vago, eu vou receber a imprensa. Na medida das minhas necessidades, sim. O que é muito diferente. Quando eu precisar comunicar alguma coisa ao público, eu recebo a imprensa.

P — E quando o povo precisar saber alguma coisa do presidente?

R — Eu é que sou o juiz disso. Eu é que decido quando e que o povo deve saber, e não vocês.

Concedida à Imprensa em Santa Maria, RS, em 21 de outubro de 1978, publicada a 22 no JORNAL DE BRASÍLIA com o destaque "Futuro presidente elogia LSN". Abordados também o Movimento do Custo de Vida, a nova lei de imprensa e a atuação de jornalistas.

P — O Senhor já se manifestou favorável à negociação direta entre patrão e empregado. Isso significa que não mais ocorrerão incidentes como aquele do Movimento do Custo de Vida, na Catedral da Sé, em São Paulo?

R — Não, não é isso, o Movimento do Custo de Vida, em São Paulo, é um movimento natural, porque, de fato, todos nós sabemos que o custo de vida está alto. Ai, a culpa não é do governo. Se fosse o governo, seria muito fácil. Se a oposição acha que pode melhorar o custo de vida a curto prazo, então, ela ganhe a eleição e vá à Presidência da República e resolva o problema que todos nós bateremos palmas. O problema não é esse. O problema do salário eu acho que é justo o diálogo entre o empregado e o patrão. Isso não tem dúvida. Agora o que não é justo é que o patrão passe, com o aumento do salário, em vez de diminuir os seus lucros, a repassar para os seus produtos. Isso vem em sacrifício do consumidor, quer dizer, do próprio trabalhador. De maneira que é preciso haver um mediador nisso para que não aconteça o que aconteceu em São Paulo. Foi preciso a interferência do ministro da Fazenda para que os empresários compreendessem que não é possível passar o aumento salarial, com o sacrifício do povo.

P — O Senhor teve alguma participação na elaboração da nova Lei de Segurança ?

R — Tive. Quando estava no SNI estudei a antiga lei e conversei com o presidente da República e achei que as penas deveriam ser abrandadas.

P — O senador Paulo Brossard comparou a nova Lei de Segurança com a lei de Pinochet...

R — É uma opinião dele, não conheço a lei do Pinochet. Acho que o senador Brossard tem o direito de dar as suas opiniões.

P — Está surgindo a nova Lei de Imprensa. Já se cogita de fazer voltar a censura prévia. A Associação Brasileira de Imprensa não foi consultada. Como é que fica esse fato diante da abertura política?

R — Eu desconheço a nova Lei de Imprensa no que diz respeito à censura prévia. Sei que há estudos para uma nova lei de imprensa.

P — Essa nova lei de imprensa será aplicada drasticamente no seu governo?

R — Reafirmo que deve haver total liberdade de imprensa, sem exceção, sou pela total liberdade e contra a censura prévia, a não ser naqueles assuntos que possam colocar em perigo o sigilo das informações capazes de afetar as nossas relações com outros países. Ai, nesse caso, sou favorável à censura prévia, é o único, agora, eu acho que deve haver normas que obriguem a imprensa a pensar um pouco mais, a ter um pouco mais de responsabilidade nas suas informações, porque o que está acontecendo hoje é que todo e qualquer informe, alguns até sem fundamento, que aparece na mão do jornalista, o jornalista, cumprindo a sua obrigação, divulga sem mencionar a fonte, fontes do palácio informaram... e não cita a fonte. O sigilo da fonte é um direito que assiste pela constituição da nossa imprensa, mas não se pode acusar ninguém sem citar a fonte, porque senão fica uma coisa... fulano de tal... ou, então, consta que não sei o que... se se faz má acusação a alguém deve-se se dizer quem disse o que disse.

P — Qual o conceito que o Senhor faz hoje da imprensa brasileira?

R — Bem melhor do que eu fazia antes de tomar contato com a imprensa. Os rapazes que trabalham comigo sabem que eu fazia muitas restrições à imprensa, porque eu me limitava a ler os jornais, eu não tinha contato nenhum com jornalistas, agora, os conheço melhor, sei do afã de vocês na busca de notícias. Vocês vivem disso e eu compreendo esse desespero de cada um de vocês em obter informações, não estão fazendo mais que a obrigação, o salário de vocês depende disso, se vocês não produzirem notícias vocês não estão desempenhando nada para a organização, em que vocês trabalham.

P — Se alguém pedir anistia, o Senhor concede?

R — O que eu disse ontem à noite (em Caxias do Sul) é que a anistia viria a seu tempo, tenha certeza de que a anistia virá a seu tempo, eu não tenho dúvida de que ela virá, agora, eu adiantei que não considero em condições de ser anistiados aqueles que cometeram crimes comuns, como terroristas, assaltantes de bancos, etc.

P — O Senhor aceitaria a volta do Brizola?

R — Se a justiça disser que ele só tem crime político, sim.

P — Quais as garantias que o Senhor dá à nação de que serão cumpridas as promessas de abertura no seu governo?

R — A minha palavra.

P — O Senhor se define como um social-democrata de centro?

R — Certo, como um social-democrata de centro.

P — Política e economicamente, qual a sua posição?

R — Economicamente, contra o socialismo, estamos definitivamente num regime capitalista, e politicamente por uma democracia com pluralidade, da qual o povo participe, seja diretamente seja indiretamente. A forma de participação do povo, essa não entro no mérito, na Inglaterra é indireta, nos Estados Unidos é direta e indireta, no México, direta com um partido só, mas todos não deixam de ser democracia. Eu aceito qualquer processo desde que o povo participe.

Preparada em 26 de outubro de 1978 para o jornalista Kotaro Horisaka, correspondente no Brasil do jornal econômico japonês THE NIHON KEIZAI SHIMBUN, onde são expostos pontos sobre o comércio exterior em particular com o Japão.

P — V. Exa. vem de ser eleito o 5º Presidente do Governo da Revolução de 1964. Para o Brasil, como se caracterizarão os 6 anos de seu mandato, até 1985?

R — O aperfeiçoamento democrático será a tônica do meu Governo. Espero, após seis anos de mandato, entregar ao meu sucessor um País com instituições sólidas, que amplie o grau de participação de todos os segmentos da sociedade brasileira. Desejo integrar a vontade social do meu povo na grande obra de reestruturação política, econômica e social que a Revolução vem desenvolvendo nestes 14 anos e que o Presidente Ernesto Geisel acelerou durante o seu mandato. O diálogo permanente, sem preconceitos, dará dinamismo ao quadro político, possibilitando a ampliação das reformas, através da consolidação de uma base de apoio político-parlamentar, pelo meu partido, a Arena, e por outros que venham a ser formados no próximo período legislativo.

P — No decorrer da campanha eleitoral, V. Exa. tem prometido ao povo a abertura política, ademais do que tem manifestado, em termos de relacionamento internacional do Brasil, profundo interesse pelo processo de redemocratização. Gostaríamos de ouvir as suas idéias básicas, a sua filosofia, a respeito da redemocratização.

R — Em parte, respondi a essa sua pergunta. Democracia é participação, é igualdade de oportunidades, é mobilização do país para grandes idéias capazes de elevar o espírito do povo.

P — Este foi o 70º ano da imigração japonesa no Brasil, memorável não só para nipo-brasileiros, como também para japoneses. Parecendo-nos que se estreitaram ainda mais os laços de amizade entre os dois países, como o testemunham o fato de o Presidente Geisel haver se dignado de aceitar a presidência de honra dos festejos do aniversário

da imigração, e o da visita feita ao Brasil pelo príncipe herdeiro e pela princesa Michiko. Assim considerando, gostaríamos de conhecer a visão que tem V. Exa. do futuro das relações do seu país com o Japão.

R — Em primeiro lugar, desejo assinalar que as relações entre o Brasil e Japão, em que pese à crescente importância do intercâmbio comercial, não se restringem apenas a este aspecto. A contribuição da imigração japonesa enriquece há mais de meio século a nossa formação cultural e étnica. São muitos, hoje, os brasileiros de ascendência japonesa que ocupam posições de relevo em nossa sociedade, o que prova a capacidade e o mérito desses nossos compatriotas e sua perfeita integração na comunidade nacional.

Em um contexto mais amplo, quero acrescentar que Brasil e Japão pautam sua atuação no concerto das nações pelo respeito aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, perseguindo os mesmos objetivos na esfera política e econômica no tocante à busca de soluções que atendam aos anseios de países industrializados e em desenvolvimento ou, ainda, de países regidos por sistemas políticos diferentes.

Felizmente verifica-se, no plano econômico, uma flagrante complementaridade de nossas economias. De um lado, o Japão dispõe de capital e tecnologia, enquanto que o Brasil é dotado de recursos naturais consideráveis e mão-de-obra versátil e capaz de absorver com avidez as complexidades da técnica industrial moderna. Este quadro, contudo, não é plenamente satisfatório. Acompanho com grande interesse a evolução de nossas relações e espero que, em contrapartida ao fornecimento de matérias-primas, possa o Brasil receber em maior escala os benefícios da transferência efetiva de tecnologia e processar maior parcela de seus produtos de base antes de colocá-los, sem restrições de qualquer espécie, no mercado internacional. Acredito que poderemos melhorar gradativamente as condições de acesso em nossos respectivos mercados dos produtos manufaturados fabricados em ambos os países e enobrecer, desse modo, o comércio nos dois sentidos.

Animado por este espírito de cooperação e afetividade aproveito esta oportunidade excepcional para enviar ao Governo e ao povo japonês os meus melhores votos de felicidade e prosperidade.

P — V. Exa. tem enfatizado em seus pronunciamentos que se empenhará no fortalecimento da agricultura; significaria essa atitude alteração na política de desenvolvimento econômico baseada principalmente na industrialização?

R — Não! Não vejo nenhuma incompatibilidade entre o fortalecimento da agricultura com a continuidade da política de desenvolvimento industrial. Uma necessita da outra, são partes integrantes do processo de desenvolvimento que determinarei no meu Governo.

P — Sobre o desenvolvimento da economia brasileira, são acordes os pontos de vista dos organismos internacionais e dos economistas brasileiros, segundo os quais o País passará ainda um a dois anos de período de ajustamento para, entrado nos anos 80, se firmar definitivamente. V. Exa. declarou em Manaus que «comparativamente ao que vem sendo feito, optará por um desenvolvimento moderado», e o seu pronunciamento teve grande repercussão interna e externa; qual será a visão que tem V. Exa. do desenvolvimento da economia brasileira?

R — Sou dos que acreditam que nem sempre as altas taxas de crescimento do PIB são favoráveis ao desenvolvimento pleno de um País. Muitas vezes, e aqui temos exemplos, essas altas taxas obrigam a uma industrialização acelerada, aumentando a dependência tecnológica e de capitais do exterior. Com um crescimento mais moderado, um país poderá se desenvolver — o Japão dos anos 50 nos deu esse exemplo — adaptando, inicialmente, e produzindo, posteriormente, sua própria tecnologia. Portanto, minha visão do desenvolvimento da economia brasileira é a de buscar explorar os recursos do país de uma maneira compatível com o interesse nacional, obtendo o auxílio externo quando esse se fizer necessário.

P — Acreditamos que o Brasil se conta entre os países que melhor souberam utilizar-se do capital externo. Entre os empresários japoneses, entretanto, corre a opinião de que, face aos problemas de nacionalização das empresas de capital estrangeiro, haverá mudanças nas medidas que concernem ao capital ingressado do exterior. Gostaríamos de ouvir de V. Exa. uma opinião franca a respeito do assunto.

R — Não vejo por que mudar as regras do jogo. Estamos atuando bem, interesses brasileiros e estrangeiros. Conseguimos um estatuto de convivência cordial que bem demonstra o grau de maturidade que o Brasil atingiu. Não ouço falar em «nacionalização», a não ser da parte de uma minoria sem expressão. Apenas uma coisa não poderei permitir: que as empresas estrangeiras entrem no Brasil e prejudiquem empresas brasileiras. Acredito que temos faixas de mercado suficiente para atender a todas. Afinal, o Brasil em si representa um dos mercados mais promissores do mundo.

P — No campo da cooperação entre os dois países, há grandes empreendimentos como a Siderúrgica de Tubarão ou o projeto do alumínio da Amazônia; entretanto, vimos surgir, entre os empresários brasileiros e na imprensa, a crítica de que «não se deve depender do capital estrangeiro». Qual seria o pensamento de V. Exa.?

R — Já respondi a essa pergunta no conjunto das demais. Quanto aos dois projetos em si, afirmo que o Brasil tem tradição de respeitar os acordos internacionais.

P — O Presidente Geisel teve êxito na execução de uma política externa diversificada. Gostaríamos de ouvir sobre as diretrizes que nortearão a política externa de V. Exa.

R — O desenvolvimento brasileiro nos últimos anos determinou a ampliação de seus interesses externos, e, em conseqüência, desejamos participar ativamente das grandes decisões internacionais. O Brasil é hoje o segundo maior exportador de produtos agrícolas e o oitavo em termos de PNB no mundo ocidental, e décimo na escala mundial. Reconhecendo estas realidades, diversos países interessaram-se na celebração de mecanismos especiais de consulta, os quais permitem maior aproximação política do Brasil com a comunidade ocidental.

A orientação de nossa política externa desenvolve-se no sentido de intensificar a autonomia brasileira e estabelece o maior intercâmbio possível sempre que houver interesse mútuo.

No tocante ao «Diálogo Norte-Sul», nossa posição é de solidariedade com os países em desenvolvimento e de constantes consultas com os industrializados. Somos uma potência emergente que apresenta características comuns aos dois grupos de países. Portanto, estamos em condições de contribuir para a mudança harmoniosa das regras do comércio internacional e a alteração do mecanismo de transferência mundial do progresso científico e tecnológico.

No plano bilateral, a América Latina e a África constituem o campo de ação prioritário da diplomacia brasileira. É a História, são os laços étnicos e, mais recentemente, os interesses comerciais que determinaram a necessidade de aprofundarmos esta cooperação nascida da identidade de objetivos.

A Europa-Occidental e o Japão constituíram, nos últimos anos, importantes fornecedores de capital e tecnologia ao Brasil, além de absorverem a maior parte de nossos produtos de exportação. Tenho a certeza de que essas relações continuarão a ser estimuladas nos anos vindouros.

As relações com os Estados Unidos melhoraram sensivelmente a partir da visita do Presidente Carter em abril do corrente ano. Estas relações revestem-se, no momento, de crescente importância e complexidade, conforme se assinalou no comunicado conjunto emitido naquela ocasião. Mas não vejo nenhuma dificuldade que não possa ser contornada através de negociações, tanto no plano político como no comercial.

Faço votos sinceros de que nossos contatos com os países socialistas continuem a se intensificar no campo comercial e prossigam em clima de correção e normalidade no campo político.

Quanto ao tratamento que deva ser dispensado ao capital estrangeiro, acredito na necessidade de se continuar a orientação de estimular os investimentos estrangeiros no país. Estamos particularmente interessados em que esses capitais contribuam eficazmente para uma efetiva transferência de tecnologia com vistas à diminuição do hiato tecnológico que ainda nos separa das sociedades mais afluentes.

Essas são, em linhas gerais, a orientação de nossa política externa, a qual será alterada na medida em que fatos novos venham a surgir no cenário internacional.

P — É realmente notável o desempenho da exportação brasileira de produtos manufaturados, especialmente automóveis; entre os países industrialmente desenvolvidos, está se fortalecendo, por exemplo, a esperança quanto ao papel que desempenhará o Brasil no âmbito da O.C.D.E. (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Como encararia V. Exa. a participação do Brasil na O.C.D.E.? Onde situaria V. Exa. o pilar da política econômica externa?

R — Apesar de a exportação de produtos manufaturados brasileiros ter experimentado acentuado incremento nos últimos anos, só poderemos examinar concretamente a possibilidade de desempenharmos um papel significativo no âmbito do O.C.D.E. no dia em que nossos indicadores econômicos estejam em consonância com os dos atuais membros da Organização. Presentemente nossa pauta de exportações depende, em grande parte, de uma série de concessões tarifárias e não tarifárias outorgadas pelos países industrializados, das quais ainda não podemos abrir mão. De qualquer modo, esperamos que em um futuro não distante estejamos em condições de cooperar mais efetivamente com a O.C.D.E.

P — Pretende V. Exa. visitar o Japão?

R — Quem não pretende visitar o Japão? Porém, como Presidente da República, a decisão não se resume a uma questão de desejo pessoal. Tudo depende das circunstâncias e do tempo.

P — Gostaríamos de saber o que espera V. Exa. do Japão, visando à estabilização da política e da economia internacionais.

R — O Japão, tem, nesta segunda metade do século, dado lições ao mundo. Lições de tenacidade, trabalho, bom senso. Seus produtos e seus técnicos estão em toda parte, prestando cooperação, civilizando com a experiência milenar de uma cultura que não perde as suas características e, ao mesmo tempo, se atualiza a cada momento. Como uma das potências econômicas internacionais, uma potência da paz, pode o Japão usar da sua força e influir bastante para a tranquilidade internacional.

Concedida à revista L'EXPRESS em 30 de outubro de 1978.

P — Qual é para Vossa Excelência o problema de maior prioridade no Brasil? Como resolvê-lo?

R — Digo que nosso problema de maior prioridade é a conciliação entre todos os brasileiros. Problema imaterial e abstrato, o Sr. pode dizer, mas fundamental para nós, jovem nação, impulsiva e vibrátil, em busca de um lugar destacado entre as nações desenvolvidas do mundo. A conciliação é o estado de espírito com que o Brasil alcançará seus propósitos de integração de seu vasto espaço físico e das aspirações de seu povo multiforme. Lembro uma expressão de vosso grande presidente, o General De Gaulle, para definir a importância que atribuímos à conciliação entre os brasileiros nessa antevéspera de uma década nova: «queremos que em tudo, e por toda a parte, o novo poder institua a ordem, o progresso e a liberdade». A ordem e o progresso são as insígnias de nossa bandeira nacional. E a liberdade, o nosso permanente objetivo.

P — Qual será o eixo fundamental da política econômica do vosso Governo? Por que e para quê?

R — A principal preocupação será manter o ritmo de desenvolvimento econômico, com combate intensivo e simultâneo à inflação. Os economistas de meu país, muitos deles invariavelmente céticos, dizem que se não crescermos a uma taxa anual mínima de 9 por cento em nosso produto nacional bruto, estaremos fadados a uma estagnação que, para nós seria desastrosa. Mas preocupo-me menos com os números do que com a essência do desenvolvimento brasileiro. Se eu estivesse preocupado só com números, como é que poderia estar tranqüilo ao saber que os compromissos com o serviço da nossa dívida externa poderão atingir até o final deste ano a ordem de 8 bilhões de dólares? Portanto, a estratégia econômica de meu governo será a de manter o nível de crescimento e de conter a inflação, adotando táticas como a de um incentivo generalizado às nossas exportações de produtos agrícolas, manufaturados e semi-manufaturados. Quando falo em essência do desenvolvimento, tenho em

mente fazer com que os seus benefícios alcancem o mais rapidamente possível as mais amplas parcelas populacionais. A pobreza absoluta em que vivem milhões de brasileiros não pode esperar a prosperidade absoluta do país para ter acesso aos benefícios do bem-estar.

P — Como explica Vossa Excelência que, depois de alguns anos de autoritarismo, o Brasil esteja redescobrimdo a sua vocação liberal e democrática? Em outras palavras, quais têm sido as razões da melhoria do clima político interno nos dois últimos anos?

R — O Sr. situa essa melhoria nos dois últimos anos, mas eu diria que ela remonta a mais tempo. Na verdade, penso-a como um processo evolutivo, que não se deu aos saltos. O Governo, por mais forte que seja, não pode decretar liberdade. Acho que o autoritarismo foi necessário para que o Brasil recompusesse sua estabilidade política e institucional em parâmetros de ordem, após o caos de antes de 64. Agora, alguns cientistas políticos de meu País se entregam ao debate sobre o que chamam de dilema entre o autoritarismo e a liberalização do regime. Tenho a impressão de que só um governo forte poderia devolver ao País, em tão pouco tempo, instituições sólidas e democráticas, de características puramente brasileiras e sem copiar os modelos ou ideologias de outros países. Não vejo, portanto, a contradição ou o dilema. A transição do regime é feita por uma liberalização constante e segura, no caminho da efetiva democratização. E nada disso tem sido imposto. O Brasil está descobrimdo pela livre participação de suas próprias forças sociais o seu verdadeiro caminho democrático. Quem estiver contra essa tendência, estará se opondo ao nosso curso histórico. Por isso não considero que o Brasil esteja redescobrimdo agora sua vocação liberal e democrática: essa jamais foi posta de lado em nome de outros valores.

P — Qual deve ser, no entender de Vossa Excelência, o papel das Forças Armadas num País como o Brasil que será chamado a ser uma das potências do mundo?

R — Deve ser como sempre foi: estritamente profissional. Em meu País, as Forças Armadas sempre se comportaram como o «Grande Mudo». Como tal, só intervieram no processo político em momentos de grave conturbação da ordem, de que são detentoras constitucionais. Mas as Forças Armadas jamais se deixaram cindir por conta dessas intervenções, res-tanto legalistas e democráticas, tal qual sua origem. Agora, que o Brasil está em firme trajetória para se tornar uma das grandes nações desenvolvidas do mundo, posso afirmar, como membro das Forças Armadas e do Exército brasileiro, que sem a sua ação estabilizadora em diversos episódios em que a nação esteve perigosamente dividida ou vitimada pela apologia da desordem, não teríamos chegado à situação em que nos encontramos junto às sociedades mais avançadas do mundo.

P — Quais são, para a Vossa Excelência, as condições essenciais para o pleno restabelecimento das liberdades democráticas no Brasil?

R — O Governo não impõe condições à sociedade para a reintegrar em um estágio de liberdades democráticas plenas. Apenas propõe bases para que essa reintegração se faça de forma mais madura e concreta possível, sem riscos de retrocessos. Por exemplo, eu proponho a conciliação entre os brasileiros e uma ampla participação de todas as classes sociais no processo de construção nacional. Sei que é possível fazer essa proposição, e sei ainda mais que é crível a resposta positiva da sociedade. Desta forma é que iremos experimentando a fórmula nova de convivermos no Estado de Direito, depois de a Revolução de 64 ter sido obrigada a adotar leis de exceção para corrigir o curso negativo a que a sociedade estava sendo conduzida. Hoje, temos a consciência de que cada segmento social já aceitou integralmente sua cota de responsabilidade no processo de aquisição do estágio de liberdades democráticas plenas. Essas são, portanto, as condições essenciais não para as alcançarmos, porque julgo que já alcançamos. O que teremos de fazer agora em diante é concretizar o alcançado, com o aprofundamento das reformas.

P — Qual será, nos próximos anos, a política internacional do Brasil? Alguma prioridade geopolítica?

R — Posso antecipar que continuarei as grandes linhas da ação adotada pelo presidente Ernesto Geisel em matéria de política externa. Refinando um pouco mais este meu pensamento, diria que a estratégia continuará a mesma, embora, como é natural, a tática possa sofrer variações em função de novas realidades que possam surgir no cenário mundial. Não cito alguma prioridade geopolítica, pois não vemos o mundo apenas sob esse prisma. Para nós, por exemplo, as relações comerciais são vitais.

É nossa intenção expandir e diversificar ao máximo nossas relações internacionais, tendo em vista que o crescimento econômico do Brasil está acarretando cada vez mais nossa participação no comércio mundial. Interessa-nos, igualmente, prosseguir nossa política de desenvolver mecanismo de cooperação no campo político, cultural e científico em qualquer região do mundo onde possa haver interesses mútuos. Isso não quer dizer que não tenhamos prioridades ou, se querem, áreas de concentração. Creio que a América Latina e a África devem continuar a receber uma atenção muito especial.

P — Considera Vossa Excelência que o Brasil tem o direito de possuir ou fabricar a bomba de hidrogênio, mesmo que seja para fins pacíficos?

R — Ficariamos numa situação muito má se exercêssemos o direito de utilizar o átomo para fins que não sejam estritamente pacíficos, já que o Brasil foi o primeiro país a propor a desnuclearização da América Latina. Somos inteiramente favoráveis à tese da não proliferação nuclear e do congelamento mundial, desde que o desarmamento inclua também as potências nucleares. É muito interessante notar que a União Soviética, EUA e Grã-Bretanha assinaram o Tratado de Moscou quando já haviam realizado na atmosfera todas as experiências de que necessitavam. Mas continuam a realizar experiências nucleares subterrâneas para o aperfeiçoamento de seus arsenais nucleares. A França e a China, tanto quanto sei, continuam firmes em sua recusa de assinar tal tratado. Quanto ao Tratado de Não Proliferação, não vemos por que não devamos endossá-lo. Suas disposições contrariam claramente o texto da Resolução 2.028, de 1965, da ONU, a qual prevê o estabelecimento de um balanço mútuo de responsabilidade e obrigações das potências nucleares e não-nucleares. A Alemanha é signatária do TNP e obrigada a sujeitar-se aos controles da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) não só no que concerne a suas atividades atômicas, como também no tocante à cessão de material, equipamento nuclear e transferência de tecnologia. Agora, veja bem. Em consequência do que acabo de expor, o Brasil se compromete a não utilizar a tecnologia transferida para a fabricação de armas ou explosivos nucleares. Em suma, comprovando a sua boa-fé, o Brasil obriga-se pelo ajuste de salvaguardas no âmbito da AIEA a empregar a energia atômica para fins pacíficos, mesmo não sendo signatário do TNP.

O Tratado da Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco), assinado e ratificado pelo Brasil, estabelece que o instrumento só vigorará quando todos os estados incluídos na zona geográfica por ele delimitada houverem aderido. Estipula ainda que as potências detentoras de capacidade militar na atualidade, ou que futuramente possam tê-la, se comprometam, mediante a assinatura do protocolo adicional ao tratado, a respeitarem o *status* de desnuclearização militar da América Latina.

P — Quais serão, no entender de Vossa Excelência, as realizações mais notáveis do Brasil no campo da economia e da política? Poderia resumir em cinco palavras a meta do futuro governo brasileiro?

R — Conciliação, para que as realizações mais notáveis do Brasil no campo da economia e da política sejam obra do esforço comum de toda a sociedade.

Concedida ao jornal FOLHA DE S. PAULO em outubro de 1978.

P — General, como ocorreu a sua indicação para Presidente? A conversa só foi entre o senhor e o Presidente Geisel? Foi onde esse encontro e quanto tempo mais ou menos durou? Que palavras pronunciou o Presidente para informar ao senhor que a escolha dele recairia sobre o senhor? Houve surpresas, general?

R — Eu só vou dizer agora, sobre esses episódios que nem sempre são retratados com fidelidade pela imprensa, o que me cabe informar. Não posso falar pelo Presidente Geisel sobre o que conversávamos, o que representaria uma quebra de ética. Na verdade, eu recebi a missão do Presidente Geisel a 29 de dezembro de 1977. Foi quando falamos pela primeira vez nesse assunto. Aliás, foi uma conversa muito boa, como todas as conversas que sempre mantive com o Presidente. Conversamos demoradamente naquele dia. Até aquele dia, jamais tínhamos conversado sobre esse assunto. Aliás, eu tinha até mesmo pedido ao General Golbery, bem antes de tudo isso acontecer, que dissesse ao Presidente que, fazendo-me um obséquio, não conversasse comigo sobre dois assuntos, que eram a sucessão presidencial e minha promoção a general. Sobre o primeiro assunto, parece-me que o Presidente Geisel não quis fazer o obséquio naquele dia 29 de dezembro.

P — Hoje o senhor terá seu nome votado e, pelo que tudo indica, será eleito presidente. Como o senhor aguarda a votação? Alguma ansiedade, general?

R — Não. Estou absolutamente tranqüilo. O meu partido está coeso em torno de seu programa e do candidato que escolheu em convenção nacional. A campanha que fiz por todo o País não só serviu para mim, como também e, principalmente, para fortalecer a ARENA com vistas às eleições de 15 de novembro. Hoje, fortes, junto ao povo — assim demonstram as pesquisas — reunidos no Colégio Eleitoral, os representantes do partido darão demonstração de que realmente exprimem a vontade da maioria dos brasileiros.

P — A quem o senhor vai atribuir a sua vitória de hoje? Ao velho General Euclides que, como o senhor mesmo disse, lhe ensinou apenas (em termos) a ser soldado? Ao Presidente Geisel que o acolheu? A Dona Dulce que o acompanhou em toda a sua trajetória ou ao persistente menino brigão das barrancas do Rio Ibirapuitã e das guerras de pedra de Alegrete?

R — A vida de um homem é formada por uma série de fatos interligados. Meu pai ensinou-me a ser cidadão, pois o soldado é um cidadão que veste farda. O Exército sempre foi o grande formador de homens que serviram e continuam servindo o País. Não tive outro objetivo na vida a não ser servir, através do Exército. Todos sabem que jamais almejei a Presidência da República. Porém, o Presidente Geisel decidiu que eu seria o seu candidato. Ele assim o fez, porque viu em mim uma pessoa capaz de assegurar o aperfeiçoamento das reformas políticas e sociais que está imprimindo ao País. A ele, o mérito da vitória. A minha mulher, Dulce, a companheira de todos os momentos, o mérito da compreensão, do carinho e do incentivo que sempre recebi de sua parte.

P — Por coincidência, general, hoje (15-10) estamos a 90 dias de mais um aniversário do senhor. Por outra coincidência, também aniversário de outro candidato do MDB. A sua vitória hoje lhe representará o grande presente, ou o grande presente para o senhor será em 15-3-1986, quando o senhor passar o governo para um sucessor eleito pelo voto direto?

R — Não entendo o exercício da Presidência da República como um presente. É um posto de sacrifício, de responsabilidade. O Presidente da República é o responsável direto, o grande servidor de cada cidadão brasileiro. Será um dia de felicidade na minha vida, quando puder me dedicar a minha família, aos meus netos, que me querem junto deles. Porém, se o meu sucessor vai ser eleito ou não por eleições diretas, depende do desenvolvimento do processo de reformas políticas iniciado pelo Presidente Geisel e que pretendo consolidar.

P — General, eleito hoje, quais serão agora seus principais passos?

R — Continuar ajudando o meu partido a vencer as eleições de 15 de novembro. Necessito de maioria no Congresso Nacional para poder trabalhar com tranqüilidade. Acredito na vitória, pois sinto que o povo confia na Revolução. Em seguida, me dedicarei à escolha dos meus auxiliares, que serão homens sintonizados com as necessidades do País.

Preparada em outubro de 1978, em inglês, para Timothy Nater da revista NEWSWEEK/LATIN AMÉRICA, onde se acham pontos sobre governos militares e liberdades democráticas.

P — Brazil is one of the largest, and potentially richest countries in the world. Why does it need a military government?

R — In order to answer that, one has to go back a few years in history.

Up to 1930, elections were so controlled by political «machines» that virtually no undesirable candidate was ever elected. Accusations of «rigged» elections led directly to the 1930 revolution and the Vargas regime.

Once Vargas was deposed, free elections were held in 1945 — only to see Congress dominated by a wide majority of Vargas' own men. (Vargas was himself elected Senator or Deputy by several states. Later on, he was elected President by direct popular vote.)

The country lived, somehow uneasily, through the early sixties. Most of the time, economic development was slow — except for the hectic period of President Juscelino Kubitschek. Those were the years when he proposed to double in his five year-term what had been achieved in the previous fifty.

After the landslide victory of Jânio Quadros, in 1960, to be followed by his resignation, in 1961, the country went from stupor to the verge of social revolution. By 1963, it became evident that President João («Jango») Goulart had lost control of the situation. His closest aides openly advocated a soviet-like «república sindicalista» — a sort of home-made prelude to a more orthodox «dictatorship of the proletariat».

By early 1964, the country was rife with demonstrations and counter-demonstrations. Whilst «Jango» held nominal power, a majority of the people was clearly not buying his ideas. On March 31, the Army

raised against him. With the support of millions of cheering Brazilians, the Revolution was over in two days — with hardly one shot fired.

The Armed Forces intervention was thought of as short lived. Soon enough, however, it became again evident that a comeback of the ousted politicians was quite possible.

By 1968, student demonstrations and agitation amongst workers came to a point very similar to that of 1963/64. Hard-liners successfully argued for law and order, and Institutional Act n° 5 (AI-5) was enacted by then President Costa e Silva. Certain basic rights — such as habeas corpus, freedom of press et al were suspended or curtailed.

This is what we are now getting out from. However, in the years between, Brazil experienced noteworthy economic growth. Foreign trade is now \$ 24 bilion per year (up from \$ 3 bilion in 1963). GNP rose to \$ 164 bilion in 1977, up from \$ 55 bilion in 1963. Meanwhile, *per capita* GNP — a mere \$ 715 in 1963, rose to \$ 1,452, in 1977, in spite of a population growth of 37 million over the period.

This and a lot more was achieved under the four military presidents. Right now, with civic rights restored, I expect to be the last of the series. I foresee handing power to a civilian president on March 15, 1985, when my term ends.

P — When do you think Brazilians will elect their own President by direct vote? Why cannot they do so now?

R — I don't think that the *form* of electing a President — directly or indirectly — is important. Either way, the paramount factor is the latitude accorded political parties in choosing their candidates and seeing them through a definite — and stable — set of electoral rules. Inasmuch as the parties can conduct the business of electing a President without undue interference, the question of form becomes a moot one.

Personally, I think that Brazil will keep election of the President by an electoral college as a permanent rule, with all other officers (including state Governors) elected by direct vote.

P — Will «abertura» continue under your tenure? Under what conditions?

R — Definitely.

Under the sole condition that the opposition party behaves as such.

I look forward to a very active opposition — and shall welcome their close scrutiny of my administration. With a free press and an alert opposition, I expect the government as a whole to perform a lot better.

P — In case of an Arena setback in November, can you still govern against an opposition majority in the Chamber of Deputies? What happens to «abertura» then?

R — In the first place, I don't think an Arena setback is a likely possibility. Pollsters and my own personal impression after travelling throughout Brazil point towards a comfortable (20-30 votes) majority in the Chamber.

Should however a setback occur, I can still govern with an opposition parliamentary majority. This has happened before in Brazil — as is the case of the five states where Arena governors live with MDB — dominated Assemblies.

At any rate, I think of «abertura» as a definite, permanent goal. As such, it is not directly contingent upon which party wins this or that election.

My commitment is to «make this country a democracy». And this I shall do, no matter what.

P — Was it your ambition to be President? Are you looking forward to public life?

R — No, I was literally drafted by President Ernesto Geisel — against my advice — to succeed him.

As a lifelong soldier, I take the presidency as another mission: a duty to perform. In this sense, I'm looking forward to public life as a means to serve the country and the people.

I know there's a lot to be done — and to this end and no other I'm committing every moment of my life for the next six years.

P — How do you envisage Brazil in the 1980's? Can she surmount her problems under the current form of government, or will power eventually be handed back to civilians?

R — In the first place, when you take the right perspective, you'll see that what you call «the current form of government» was instrumental in surmounting many of the problems of Brazil in the 60's and 70's.

Government action related to hard core problems such as high illiteracy, social security benefits, housing, public health, sanitation — to cite just a handful — shows a quantum leap since 1964. By and large, we can think of economic development as a self-supporting program — even as spectacular gains are in the offing.

In the 80's one can foresee a shift in emphasis from industrialization towards agricultural development. From economic to social and cultural endeavours. From machines to man.

By the end of the 80's — a substantial majority of Brazilians will live in cities — especially in the metropolitan areas. Therefore, mass transportation systems, air and water pollution control, natural resources conservation, better housing, industrial de-centralization, food supply, service and other programs designed to improve the quality of life in our cities, shall probably be at least as important as economic development in the minds of city, state and federal management.

To answer the latter part of your question: irrespectively of the specific problems of the 80's, I expect my successor to be freely elected by the political parties.

Preparada em 9 de novembro de 1978 para o JORNAL DA MANHÃ, de Ponta Grossa, PR, em que trata da participação militar na política, greves e liberdade democrática.

P — Como se sente o militar profissional em funções políticas?

R — Tenho dito que me sinto muito pouco à vontade. Fui indicado sem que nada pleiteasse. No entanto, uma vez recebida a missão, não desertarei dela, justamente porque minha formação profissional me deu o sentido exato do cumprimento do dever.

P — Como V. Exa. vê os pedidos de anistia ampla e irrestrita em termos políticos?

R — Nesses termos, vejo mal. Não se pode condicionar «a priori» um gesto do Estado. Entendo que o Estado tem de encontrar uma fórmula, que nenhum jurista foi ainda capaz de nos dar, para que a anistia não se transforme em um amplo perdão de penas para todos os tipos de criminosos. E isso não se contrapõe à tendência histórica de tolerância e de conciliação do povo brasileiro.

P — Da política econômica adotada em cada um dos Governos Revolucionários que o antecedem, qual a que melhor se ajustou ao Modelo Brasileiro? E qual será a sua linha?

R — Não houve um modelo de política econômica para cada Governo Revolucionário. Posso até dizer que houve um modelo único, através da grande preocupação que todos os governos tiveram com as medidas de alcance social e o combate à inflação. O processo inflacionário sempre foi nosso grande adversário econômico. Minha linha não poderia ser outra, que não a de prosseguir com um firme e incansável esforço de diminuir o ritmo inflacionário que tanto afeta a bolsa do nosso povo.

P — Qual será a participação política em seu Governo? E os tecnocratas, como serão recebidos?

R — Em toda a minha campanha cívica, desde que fui homologado candidato da ARENA à Presidência, e depois como Presidente da República eleito, acentuei que meu Governo seria de participação — ali, sim, uma participação ampla e irrestrita — e de diálogo com todas as forças de representação da sociedade. Pelo que observei, nos contatos mantidos ao longo da campanha cívica que empreendi, houve uma resposta confiante a esse chamamento. Não faço restrição a tecnocratas, a intelectuais, a trabalhadores e a nenhum outro grupo, nessa mobilização positiva da sociedade.

P — A Revolução vem sendo acusada, por setores perfeitamente identificados, de ter reprimido a liberdade e patrocinado a prática da corrupção. V. Exa. ao reafirmar a fidelidade aos ideais de 1964, pretendeu revigorar os ideais de combate à subversão e à corrupção?

R — Repilo com veemência essas acusações. O combate à subversão e à corrupção não esmoreceu nestes 14 anos de Revolução. Quem assim acusa a Revolução, não faz questão alguma de enxergar os benefícios que ela proporcionou aos brasileiros. Acredito porém que apenas uma minoria pense assim, com interesses eleitorais ou porque não é capaz de fazer uma oposição construtiva. É evidente que afirmo e reafirmo minha fidelidade aos ideais que me levaram, em 64, a somar-me aos que não suportavam ver o Brasil à beira da derrocada política, econômica e social, pela ação da subversão e da corrupção.

P — Seus opositores têm-no qualificado de despreparado para o exercício da Presidência da República. Como presidente-eleito, qual a resposta que poderia dar aos opositores?

R — Prefiro não lhes dar resposta.

P — O País vem enfrentando algumas dificuldades com novos movimentos grevistas. Onde poderia ser localizado o ressurgimento de tais episódios?

R — Na mobilização social que é própria de uma era de consolidação das liberdades democráticas. Não podemos ver a greve como um mal democrático. Nem como um mal necessário. Vejo-a como um direito do trabalhador, devidamente regulamentado pelo Estado.

Para isso, é necessário que tenhamos um sindicalismo esclarecido, que o exerça com responsabilidade.

P — O Presidente Ernesto Geisel prometeu e iniciou o processo de aperfeiçoamento democrático. No governo de V. Exa. haverá necessidade de continuidade desse processo?

R — Evidente que sim. Pretendo consolidar e ampliar, em função das circunstâncias que se me apresentarem, as reformas do Governo Geisel que tão bem simbolizam os ideais de renovação e democratização da Revolução de 64.

P — Sem pretender que anteveja o futuro, o seu sucessor poderá ser eleito por via direta?

R — O senhor não acha que é ainda muito cedo para especular sobre 84?

P — Fala-se muito em falta de liberdade. Entretanto, até figuras do primeiro escalão do Governo Federal vêm sendo acusadas. No seu entendimento, existe verdadeiramente falta de liberdade ou excesso de irresponsabilidades?

R — Nem uma coisa, nem outra. Existe injustiça da parte dos críticos do Governo na Oposição, existe má fé da parte de outros tantos e existe da parte de alguns outros falta de percepção do momento histórico brasileiro, que não será feito jogando-se pedras em vez de acrescentarem-se rochas à construção da verdadeira liberdade.

Concedida ao diário chileno EL MERCURIO e transcrita em jornais brasileiros de 13 de novembro com destaques para a reforma tributária. Aborda também Revolução de 1964, anistia e a nova lei de segurança nacional.

O Presidente eleito João Baptista Figueiredo afirmou ao diário chileno «El Mercurio», que uma das principais reformas que pretende fazer, após assumir o Poder, em março vindouro, é a tributária, que estabelecerá que «aqueles que ganham mais devem pagar mais do que quem ganha menos».

O General explicou, numa entrevista especial ao jornal chileno, que ainda não estudou com profundidade este problema, porém, indicou que, «à primeira vista, me parece que, em muitas ocasiões, o atual regime (tributário) é injusto».

Salientou que o bom cumprimento dessa medida «será um fator importantíssimo para a estabilidade política do País». Observou que um povo que apresenta uma renda *per capita elevada* é um povo que rechaça os extremismos, e disse que o Presidente Gisel «reordenou a renda por meio do salário indireto, o bem-estar social e a criação de facilidades para os trabalhadores. Creio que, também, no plano habitacional, existe uma possibilidade de redistribuição. Se trata, em suma, de buscar um outro caminho para fazer o trabalhador participar das atividades da empresa. Isto é justo».

Figueiredo manifestou, que, no plano social, a situação dos trabalhadores melhorou, porém, no que se refere à previdência e assistência médica, ainda há coisas por fazer. Admitiu, contudo, que houve muito progresso nesse campo após a Revolução, e disse que basta comparar os números de assistidos de agora com os de antes.

O General Figueiredo afirmou que o salário do trabalhador «está melhor, muito melhor», embora reconheça que ele ainda se mantém em níveis modestos.

Acerca das metas cumpridas no Brasil, ao longo dos 14 anos de Revolução, Figueiredo salientou que algumas delas foram alcançadas, enquanto outras, «momentaneamente, foram desvirtuadas, por circunstâncias que não é preciso evocar».

A respeito da anistia, disse que, quando se manifesta a favor da revisão das penas impostas aos opositores da Revolução, «uma série de juristas me fazem saber que ela é impossível». Citou, como exemplo, o caso do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que considera «muito difícil fazer revisões ou emendas ao atual sistema jurídico (brasileiro) para permitir, fortemente, a anistia».

Sublinhou que ignora o que sabem os juristas acerca do assunto, «porém, tenho a impressão de que é factível estabelecer, uma vez assumido o comando da nação, uma anistia para os que são culpados de simples delitos políticos».

«Os que, por outra parte, incorreram em delitos comuns por motivações políticas, como assalto a banco, seqüestro e assassinato, deverão ser enquadrados dentro da categoria de delinquentes comuns.»

«De maneira alguma penso em fazer desaparecer do Brasil a categoria de crime comum. O Estado exerce pressões para que os juristas descubram uma fórmula apropriada. Eles dizem que é difícil, porém, eu não consigo ver a dificuldade. Quero que me expliquem por que a consideram tão impossível.»

O General Figueiredo manifestou que a liberdade de expressão deve ser total, observando que um sistema informativo se enquadra no respeito aos bons costumes e à moral.

A respeito da Lei de Segurança Nacional, Figueiredo disse que «a nação deve contar com os mecanismos necessários para impedir que sua soberania e sua independência sejam afetadas».

«As penas que ela (Lei de Segurança) contempla são excessivas», e precisam ser atenuadas.

Figueiredo nega que o capital estrangeiro esteja tirando a independência brasileira: «Se quisermos renunciar ao investimento estrangeiro e à ajuda que significa para nosso desenvolvimento, terminaríamos num marasmo, e o ritmo deste desenvolvimento diminuiria muitíssimo».

«Entre outras coisas, o Brasil precisa do capital estrangeiro para manter uma porcentagem razoável de crescimento, o que não significa que devamos abrir as portas a todo mundo para qualquer tipo de capital. Devemos discriminá-lo de maneira que não venha a ameaçar o capital nacional e nem a significar perigo algum para a nação.»

Concedida à revista VISION, do México, em 17 de novembro de 1978.

Visión: ¿Cuál será su línea política? ¿Buscará una socialdemocracia, como lo ha anunciado?

Prefiero hablar de democracia social en vez de socialdemocracia. No es un juego de palabras. La socialdemocracia es una fórmula gastada por las experiencias de varios países. Nosotros en el Brasil preferimos crear nuestras propias opciones. Nuestro empeño será fortalecer una democracia social en el país. Esa meta no compite con nuestra búsqueda de una sociedad industrial moderna, fundada en el régimen capitalista. Teremos una diretriz en la revolución de marzo de 1964, para realizar una acción de gobierno con fuerte contenido social.

Visión: ¿Cree usted que las experiencias de países como España y Portugal pueden inspirar un modelo político para el Brasil?

Todos los modelos de otros países son observados con mucho interés por nosotros. Pero no buscamos copiar a los demás, porque nuestros principios institucionales son absolutamente genuinos.

Visión: Usted ha dicho que llevará el Brasil a la democracia a cualquier costo. ¿Cómo cumplirá con esa promesa?

En nuestro país se aprecia mucho la técnica de la repetición. Yo la apliqué en la campaña, diciendo una y otra vez que me propongo hacer del Brasil una auténtica democracia. Es la única salida pacífica que veo para nuestro país. He adquirido ese compromiso con el pueblo y no lo rehuiré. Garantizaré elecciones directas para los gobernadores de los estados. Respetaré la interdependencia de los poderes legislativo y judicial. Soy de los que creen que las nuevas leyes sólo pueden ser elaboradas y ejecutadas por legisladores y jueces con tranquilidad constitucional para el ejercicio de sus funciones. Los estados y los municipios tendrán mayor autonomía para la ejecución de sus programas. Me preocupa, y mucho, el acelerado proceso de urbanización

del país. En 1980 el 70 por ciento de la población brasileña vivirá en las ciudades. Tengo la obligación de velar porque los núcleos urbanos no se transformen en máquinas que destruyan al individuo. Voy a mejorar las condiciones de vida en las ciudades, garantindo el trabajo, la educación, la asistencia médica y la seguridad social. También voy a extender esas medidas al campo para evitar la migración desesperada a las ciudades. Ademais, haré revisar el sistema de la propiedad rural, respetando las peculiaridades de cada tipo de cultivo agrícola y de cada región. No permitiré la permanencia del latifundio ocioso al lado del minifundio improductivo.

Visión: Guáles son las principales metas políticas de su gobierno?

La democracia, la democracia, la democracia.

Visión: ¿Continuará usted las reformas políticas iniciadas por el presidente Geisel?

Por supuesto. El presidente Geisel inició un notable esfuerzo para modernizar y fortalecer nuestras instituciones, que ha culminado en un estado de usufructo de las libertades públicas, que espero no sea limitado por la acción de las minorías que siempre buscan el retroceso. Mi gobierno buscará ampliar el esfuerzo de Geisel, con la participación de las Fuerzas sociales emergentes.

Visión: ¿Como manejará su gobierno el problema de los partidos y el régimen electoral?

Las elecciones del 15 de noviembre son la pauta para la reforma futura del sistema eleitoral y de la legislación partidaria. He manifestado mi simpatía por una reordenación del cuadro partidista, para que la sociedad brasileña pueda hacerse representar a través de partidos fuertes, auténticos y nacionales.

Visión: ¿Cuáles son sus planes económicos?

Todavía no tengo planes. Sigo en campaña electoral para ayudar a mi partido, ARENA, a vencer en las elecciones generales de noviembre, con el fin de que mis programas de gobierno tengan la base parlamentaria que requieren. Sólo después de las elecciones y de acuerdo con sus resultados formularé un plan de acción general y económica.

Visión: Al comenzar su gobierno se deberá poner en marcha el tercer plan de desarrollo. Se han hecho muchas críticas por el incumplimiento del segundo plan. ¿Espera usted continuar dentro de las mismas líneas que inspiraron ese plan o buscará corregirlas?

Permitame indicarle que los dos planes nacionales puestos en ejecución, el primero de 1962 a 1974, y el segundo de 1975 a 1979, no tuvieron la pretensión de convertirse en pautas estrictas de gobierno. Fueron guías para el desarrollo, dentro de las cuales el gobierno pudiese indicar sus propias prioridades. Por esto no consideró válidas las críticas sobre posibles fracasos en el logro de las metas. La planificación es una base para ordenar las aspiraciones de desarrollo del país. Estas aspiraciones, a su vez, no pueden transformarse en planes rígidos. Por esto es necesario interpretarlas sin necesidad de abandonar las pautas generales del plan. En consecuencia no podemos prescindir del tercer plan, el cual nos dará las pautas para la próxima década.

Visión: Usted dijo que dará prioridad a la agricultura. ¿Cuál será su política en este campo?

Es la misma que preconicé como candidato. Es la misma que ahora preconizo como presidente electo. La agricultura brasileña ocupa hoy un espacio de 216 millones de hectáreas. Buscaré aprovechar ese potencial para fortalecer el mercado internacional, disminuir la inflación por medio de una oferta más abundante de productos, y equilibrar nuestra balanza de pagos con la exportación de los excedentes. Somos el primer productor mundial de café, el segundo de cacao y el tercero de soya y, además, el segundo exportador mundial de alimentos. Queremos ampliar este papel de productor y abastecedor mundial, porque sabemos que la próxima década ha sido anunciada como la del hambre en el mundo. No queremos que eso ocurra. Y conscientes de nuestra presencia en el mundo, no podemos simplemente cruzar los brazos. Sembraremos y cosecharemos en nuestro gobierno con redoblados esfuerzos.

Visión: El gobierno del presidente Geisel no pudo vencer la inflación. ¿Qué hará su gobierno para combatirla?

Yo no diría que el gobierno del presidente Geisel no pudo vencer la inflación. Este gobierno dio al problema un tratamiento responsable y enteramente nuevo, en medio de una situación internacional desfavorable por el alza en los precios del petróleo. El presidente Geisel no podía acabar con la inflación a menos que hubiera producido una recesión económica, comprometiendo el propio desarrollo del país. En cuanto a mi gobierno, espero que no sean tan negativos los efectos producidos por la crisis del petróleo, pues hay síntomas de recuperación de la economía mundial. En todo caso, mis grandes preocupaciones serán contener la inflación sin disminuir las tasas de desarrollo económico.

Visión: ¿Cómo enfrentará el problema del déficit en la balanza de pagos y del endeudamiento externo?

Me preocupa mucho el déficit y el volumen de la deuda, que a finales de este año puede llegar a los 8.000 millones de dólares. Me propongo atacar estos problemas básicamente con un amplio esfuerzo de estímulo a las exportaciones. Pienso movilizar las fuerzas productivas del país para aumentar al máximo la exportación de productos primarios, minerales y agrícolas.

Visión: ¿Seguirá recurriendo su gobierno al capital extranjero para alcanzar las metas económicas?

No podemos prescindir de la presencia del capital extranjero si queremos alcanzar nuestras metas de desarrollo económico. No voy a alterar las reglas del juego en este aspecto. Pero teniendo en cuenta los problemas de administración de nuestra deuda externa, buscaremos más inversiones en forma de capital de riesgo que en forma de préstamos de empresas extranjeras a sus filiales en el Brasil.

Visión: En el campo social, ¿cómo enfrentará las tensiones laborales creadas por la pérdida del poder adquisitivo? ¿Cómo combatirá el aumento del costo de la vida?

Enfrentaré las tensiones con el diálogo. Las presiones contra el alto costo de la vida son justas y siempre serán legítimas, si se canalizan por los medios institucionales responsables. Puedo asegurar que mi gobierno será quien mayor presión ejerza en el Brasil para que el costo de vida no aumente.

Visión: Cómo será la política externa de su gobierno?

Creativa, actuante, dinámica y en muchos aspectos renovadora.

Visión: ¿Mantendrá usted como línea diplomática la aproximación del Brasil al occidente?

Creo que ya estamos suficientemente aproximados al occidente. Tenemos buenas relaciones con todos los sistemas y subsistemas políticos y económicos occidentales. Lo que tendré en mente será ampliar esas relaciones. El occidente será nuestro parámetro civilizador.

Visión: ¿Cuál será su política frente a los Estados Unidos?

Espero sinceramente que los malentendidos iniciales entre el gobierno del presidente Carter y el Brasil ya estén superados, y se abra ahora una etapa en que podamos caminar juntos de nuevo. Mi política con los Estados Unidos será franca y altiva. Después de la visita del presidente Carter a Brasilia senti que esa nueva etapa ya había comenzado. Hablando con el presidente de los Estados Unidos, vi en él las mejores intenciones de establecer un régimen de mayor cooperación. Y cuando digo cooperación, no digo ayuda. Digo comercio y amistad.

Visión: ¿Cuáles serán las relaciones del Brasil con el bloque socialista durante su gobierno?

Las mismas que se están buscando ahora. Qua la cultura y los intercambios comerciales no estén teñidos de ideología. El Brasil tiene hoy una visión universal de las relaciones internacionales, carente de prejuicios. El pluralismo diplomático es para nosotros el fruto de una madura reflexión sobre la dinámica del proceso histórico.

Visión: ¿Esa política podría llevar al restablecimiento de las relaciones con Cuba?

Nuestra política diplomática pluralista no implica que aceptemos la tesis de la importación permanente del régimen cubano al Brasil. Eso es lo que nos interesa. Ya dije a un periodista extranjero, en una reciente entrevista, que el día en que Cuba se convenza de que no debe hacer esa exportación, estaremos con los brazos abiertos listos a reanudar y mantener las relaciones con Cuba.

Visión: ¿Cuál será la posición de su gobierno en relación con la América Latina?

Estaremos insoslayablemente al lado de la América Latina. Esto es una cuestión histórica.

Visión: ¿Su gobierno buscará un diálogo con Argentina para mejorar las relaciones deterioradas últimamente?

El deterioro que usted menciona no ha interferido con la amistad histórica de nuestros países. La Argentina ha sido siempre uno de los ejes de la política externa del Brasil. Las dificultades en negociaciones específicas no presuponen la eternización de los conflictos nacionales, por lo menos para los países maduros que saben lo que buscan en el contexto de las relaciones internacionales.

Visión: En algunos países de la región existe una imagen del Brasil como nación imperialista con propósitos hegemónicos. ¿Tiene usted alguna preocupación a este respecto?

Ninguna. La imagen no siempre refleja la realidad de lo que somos. Y nosotros no somos imperialistas ni hegemónicos.

Concedida, a 29 de dezembro de 1978, aos jornalistas credenciados na Sala de Imprensa do 19.º andar do Banco do Brasil, após a indicação dos Candidatos à liderança arenista da Câmara Federal e do Senado, a partir de 15 de março de 1979. Publicada a 30 com manchetes: "Figueiredo prega conciliação"; "General diz que Geisel não veta seus ministros". "Figueiredo: não aceitar conciliação, por quê?"

P — O Presidente Geisel em sua mensagem de hoje fala que o tecido social brasileiro já está bem oxigenado, o que lhe permite enfrentar mais facilmente o futuro, que é preocupante. O Sr. concorda com isso e o que é mais preocupante para o seu futuro governo?

P — Eu concordo com as palavras do Presidente Geisel de que o futuro é preocupante. Agora o que preocupa de fato o presidente, quando ele disse isso, só o presidente pode dizer. Me preocupa principalmente o momento político que nós vamos viver; me preocupa a situação econômica que nós vamos enfrentar, me preocupam as possíveis tensões sociais resultantes de tudo isso.

P — Eu gostaria de saber se nos planos que estão sendo executados já há um perfil da política traçada para o combate à inflação e o problema de dívida externa, principalmente com o impacto do novo aumento do petróleo em 14,5%. E complementaria a pergunta com outra indagação: se o governo do Sr. estaria disposto a assumir uma atitude política com relação ao abastecimento de energia e até onde havia prioridades para programas alternativos?

P — A segunda pergunta é consequência da primeira. Eu, não diria que nós aqui, eu com meus auxiliares, estaríamos já fazendo um plano de governo. Eu diria que estou apenas elaborando diretrizes de como penso governar. Em função dessas diretrizes irei selecionar aqueles nomes que eu acho capazes e que aceitam seguir essas diretrizes. Em função disso eles elaborarão seus planos setoriais acordes com essas diretrizes. Está claro, respondendo à sua pergunta, que o impacto do aumento

do petróleo é preocupante. Representou cerca de US\$ 500 milhões que o Brasil perdeu de uma hora para outra. Isto está sendo levado em consideração e daí a justeza dessa sua pergunta, se estou pensando em como desviar essa dificuldade. Estou pensando.

P — Na eventualidade dum conflito armado entre Chile e Argentina, o que pode ocorrer a qualquer momento, qual é a posição do Brasil?

F — O Brasil sempre se manteve, em questões internacionais, buscando soluções pacíficas para as controvérsias, e assim continuará a ser. Argentina é um país amigo nosso, o Chile também é uma nação amiga nossa, e nós temos todo interesse em que não se chegue a um conflito armado. O Brasil já interferiu, eu tenho a impressão que vamos continuar a nos esforçar para que os dois cheguem a uma conclusão pacífica.

P — Eu tenho uma pergunta que o senhor pode considerar um pouco agressiva, mas é apenas a nível de informação: o general Golbery é uma figura muito polêmica, muito combatida pela oposição. O senhor acha que uma eventual escolha dele para seu gabinete poderia prejudicar seu projeto de conciliação?

F — O fato de o senhor mesmo dizer que a sua pergunta poderia ser considerada agressiva é que no seu exame de consciência o senhor chegou à conclusão de que a pergunta não seria oportuna. Mas eu vou responder a sua pergunta, não é agressiva, não. Eu sei que o general Golbery é um homem polêmico. Mas eu queria ser polêmico como é o general Golbery. O valor intelectual, o valor moral, o que eu sei, o que eu conheço do general Golbery é tão grande, que não há de ser uma pressão da oposição ou de quem quer que seja que vá pesar na minha decisão de mantê-lo ou não no governo. Se eu achar que é para o bem do país a sua manutenção eu não terei dúvidas em mantê-lo.

P — Qual foi a sua participação na decisão do governo de revogar as penas de banimento?

F — Eu devo confessar que participação direta eu não tive, apenas tive conhecimento. Tenho certeza que o presidente Geisel e o ministro Falcão levaram em consideração a minha opinião porque três anos atrás eu tive ocasião de dizer ao ministro Falcão na presença do presidente Geisel que lugar de brasileiro é no Brasil. Repeti isso por duas vezes ao ministro Falcão e sempre me bati por terminar essa forma de termos os brasileiros fora da nossa pátria.

P — O Sr. por diversas vezes estendeu a mão à conciliação. Líderes oposicionistas, no entanto, acham que esse apelo à conciliação deveria ter uma abrangência muito mais ampla, inclusive anistia, eleição direta para governadores dos Estados, para o Senado. V. Exa. estaria disposto a fazer essas concessões no seu governo, para obter a conciliação, e qual seria a dimensão exata desse seu apelo de conciliação?

R — O que penso fazer no meu governo, e metas das quais não me afastarei e perseguirei com todas as minhas forças, são aquelas afirmações que tenho feito. Todos conhecem. No que diz respeito à anistia, no que diz respeito à normalização política do país, no que diz respeito aos direitos humanos, enfim, todas aquelas teses de que a oposição mais fala eu tive ocasião de me pronunciar em praça pública. Daí não entender eu por que a minha mão estendida até agora não foi correspondida. Talvez haja um pouco de falta de confiança pelas minhas origens de chefe do SNI ou de general de Exército ou o que sei lá. Mas, o fato é que a minha intenção é de fato a normalização política do país e assim deve ser entendida. Quero ter o MDB como partido de oposição e não como partido inimigo. Um partido que entre no meu gabinete, que aplauda aqueles acertos do governo e que critique aquelas medidas que o governo tomar e que ele achar erradas, a fim de que eu tenha liberdade de dar razão ou não dar razão ao partido da oposição. E emendar ou consertar aquelas decisões quando eu achar que eles têm razão.

P — General, em vários pronunciamentos, o Sr. se mostrou preocupado com questões ecológicas. Eu gostaria então de saber qual a posição do Sr. a respeito da abertura de contratos de risco para a exploração da floresta amazônica.

R — Eu estive verificando essas histórias de contratos de risco na Amazônia e há um pouco de exagero em tudo isso. Quem se debruçar sobre o mapa do Brasil e verificar a extensão da Amazônia, poderá verificar que a área em que vai incidir isso é uma área mínima. Não há dúvida que é preocupante a devastação tal como está sendo anunciada, mas isso não se efetivará. Absolutamente não se efetivará. E sou daqueles que defendem a manutenção de nossas riquezas naturais e particularmente das matas.

P — Qual foi a participação sua na compra da Light? O Sr. não acha que um assunto desses deveria ter sido mais discutido publicamente?

R — O presidente da República é o presidente Ernesto Geisel, e ele naturalmente consultou os órgãos e apenas falou a mim da sua intenção de comprar a Light. Como tese eu achei que ele estava certo, porque era a única companhia ainda não nacionalizada. Quanto à forma de proceder, talvez seja melhor perguntar ao presidente Geisel porque ele deve ter as suas razões para ter procedido assim. Em tese estou de acordo com ele.

P — O que o senhor achou da posição do MDB de intensificar seus contatos com os militares? Estaria dentro do papel que o Sr. prevê para a oposição no seu governo?

F — Se o MDB quer fazer contatos com os militares abertamente, eu acho até louvável porque ele vai verificar que os militares estão receptivos a todas aquelas idéias sãs que o MDB, e que são as nossas também, tem propagado. Agora, se o MDB quer tomar contatos com os militares para outros fins, aí eu não acho bom.

P — O Sr. em seu discurso há pouco fala de emendas constitucionais preparadas e apresentadas. Fala também em leis novas e revisão das existentes; o Sr. espera que o MDB participe dessas discussões ou vai prevalecer, como sempre, o ponto de vista do governo, ou o Sr. aceita o debate?

F — Esta pergunta só pode ser respondida pelos líderes do MDB. Eu tenho esperança que o MDB coopere com aquilo que ele achar bom para o país. Tenho fé no patriotismo dos homens do MDB, conheço muitos deles, tenho amigos no MDB e tenho esperança de que eles entendam. Não aceito a oposição, *a priori*, só por ser partido da oposição.

P — O Sr. considera oposição só as pessoas filiadas ao MDB ou pessoas que estão tentando participar das decisões do governo?

F — Eu estou me referindo ao partido da oposição. A essas pessoas eu não estou me referindo, se é que elas existem.

P — Então o Sr. acha que todo mundo caminha junto com o governo?

F — Não. Sempre que me refiro à oposição, me refiro ao partido da oposição. Não estou me referindo a pessoas que fazem oposição por esse ou por aquele motivo.

P — Como o Sr. tem visto as listas dos ministeriáveis. O Sr. concorda com alguns nomes?

F — Agora você está querendo entrar no terreno de querer que eu avance o sinal. Eu já vi mais de 200 nomes publicados, precisamente mais de 250 nomes publicados em vários periódicos, revistas, etc., uns nomes muito bons, alguns deles excelentes, e é quase impossível que de cerca de 250 nomes alguns deles não coincidam, mas fazer 13 pontos eu acho difícil.

P — O Sr. tem conhecimento de alguns nomes que estavam sendo vetados pelo presidente Geisel, como é o caso mais especificamente do embaixador Roberto Campos?

F — Não tenho conhecimento e acho até um pouco desairoso pensar que o presidente Geisel possa tomar uma atitude dessas. Jamais o presidente Geisel abriu e, eu tenho a certeza, abrirá a boca para vetar, para aconselhar ou para dizer qualquer coisa de meu ministério. Eu teirei a liberdade de convidar para o meu ministério os nomes que eu bem quiser sem precisar consultar o presidente Geisel.

